



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
SOCIAL – PPGAS

MARCOS FARIAS DE ALMEIDA

DESANTROPOMORFIZAÇÃO EM MIMOSO DO SUL/ES: OUTRAS  
COMPOSIÇÕES ATRAVÉS DOS RELACIONAMENTOS DE  
FORÇAS

Florianópolis, SC  
2014



MARCOS FARIAS DE ALMEIDA

DESANTROPOMORFIZAÇÃO EM MIMOSO DO SUL/ES: OUTRAS  
COMPOSIÇÕES ATRAVÉS DOS RELACIONAMENTOS DE  
FORÇAS

Tese apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em  
Antropologia Social da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do  
título de doutor.

Orientadora: Ilka Boaventura  
Leite – UFSC

Florianópolis, SC  
2014



**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Ilka Boaventura Leite, Dr.<sup>a</sup>  
Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Osvaldo Martins de Oliveira, Dr.  
Universidade Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof.<sup>a</sup> Miriam de Fátima Chagas, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof.<sup>a</sup> Miriam Pillar Grossi, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Theóphilos Rifiotis, Dr.  
Universidade Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Gabriel Coutinho Barbosa, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Nazereno José Campos, Dr.  
Universidade Universidade Federal de Santa Catarina (GEOCIÊNCIA)

---

Prof.<sup>a</sup> Edviges Ioris, Dr.<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Ricardo Cid Fernandes, Dr.  
Universidade Federal do Parana



*Este trabalho é dedicado à minha mãe, Helia Faria, à minha  
Companheira, Claudia, à memória de meu tio Miguel e ao meu filho,  
José Bernardo.*



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Eduardo Barragan, Ítalo Borges, Luciana Mencia, Samanta Fioravante, Camila Horbatiuk Dutra e Ricardo Bento, pessoas que contribuíram diretamente para que esse trabalho pudesse ser apresentado, muito obrigado. Durante a realização dessa pesquisa muitos encontros foram se fazendo e neles fui ganhando potência. Todos esses encontros ressoam um primeiro, que é aquele que me articula à presença de minha orientadora - professora Ilka Boaventura Leite. Assim, desde os encontros iniciais com a professora Ilka Boaventura Leite o trabalho produz uma série de composições as quais fazem a vida passar, a minha também, e sempre de um jeito diferente.

Ao Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina - PPGAS/UFSC, professores, professoras, funcionários e funcionárias, que desde minha primeira aproximação contribuem para qualidade desse processo de formação. Muito obrigado!

Aos meus amigos do NUER/UFSC e os dos cursos que fiz duante o doutorado e peço licença a todos para destacar a intensa experiência que vivi nos cursos de leitura dirigida ministrados pela Professora Ilka Boaventura Leite para seus orientandos do Programa de Pós Graduação em Antropologia social, vivência fundamental para realização dos rumos que segui. Quero agradecer também a minha amiga Raquel Mombelli, sempre pronta a nos envolver com sua coragem, brilhantismo e generosidade.

No final volta à família distendendo desde um cantinho lá na Baixada Fluminense outros planos de composições que agora também envolvem afetos em Mimoso do Sul, onde transitam meus novos amigos.



“[...] toda forma é um composto de relacionamentos de forças”.

(DELEUZE, 1987: 167)



## RESUMO

Este trabalho trata dos movimentos de famílias que desde Mimoso do Sul/ES enfrentam "compostos de relacionamentos de forças", dispositivos, com destaque para aqueles configurados através da aplicação da Reforma Agrária e da Patrimonialização. Nas distensões desses dispositivos nos são apresentadas formas de territorializações e desterritorializações, que expressão planos de acontecimentos por onde os interlocutores locais lutam para fazer passar suas vidas. Considerando os argumentos locais, as conexões e desconexões que eles realizam através do tempo o trabalho trata das composições, as quais desenvolvidas nas referidas situações de conflito manifestam eventos relativos não somente à história das famílias naquele município, mas marcas dos processos de constituição dos próprios lugares, das histórias das relações sociais, das vidas sociais das coisas e daquilo que se pretende silenciar inclusive através da desantropomorfização, que também se configura como forma de produção através de ações pautadas nos cismas, considerando o mundo e tudo mais como unidades que se constituem e se desenvolvem separadamente.

**Palavras-chave:** Composição. Desantropomorfização. Desterritorialização. Dispositivo. Territorialização.



## ABSTRACT

This work deals with the movement of families from Mimoso do Sul/ES face "composed of relationships of forces" devices, especially those configured through the implementation of Land Reform and patrimony. In strains of these devices are presented in forms of territorialization and deterritorialization, which plans expression events where local counterparts struggle to pass their lives. Considering the local arguments, connections and disconnections that they perform over time work deals with compositions, which developed in these conflict situations manifest events relating not only to the history of the families in that county, but makes the process of constitution of the very places, stories of social relations, the social lives of things and what it is intended to silence even through desanthropomorphism, which also sets it as a form of production through guided actions in schisms, considering the world and everything as units that constitute and develop separately.

**Keywords:** Composition. Desanthropomorphism. Deterritorialization. Device. Territorialization.



## Lista de figuras

1 - Leão na fazenda Independência	prólogo
2 - Vista do assentamento união e do entorno	prólogo
3 – Projeto de desenvolvimento do assentamento Palestina	43
4 - Monumento patrimonializados (Palestina)	43
5 – Localização de Mimoso do Sul, na Bacia do Rio Itabapoana (Fonte: INCRA/AGROPLAN)	45
6 - Caminho da ponte seca	65
7 – Imagem do fluxo	84
8 – Pasta dos assentados	92
9 - Imagem de um dos casamentos realizados na região de Feliz Destino	111
10 – Beneficiamento de café	126
11 – Pessoas, maquinas e café	129
12- Casa da família Moura	140
12 – Armazém	150
14 – Barracas na estrada	160
15 – Mapa do Assentamento União	163
16 – Os Pontões	196
17 – Relação dos Cabiúna no Assentamento União	205
18 – Distribuição das famílias no assentamento União	207
19 – Acampamentos próximo da fazenda Independência	230
20 – Movimento de ocupação	236
21 – Movimento de ocupação 2	246
22 – Armazém em Feliz Destino	243
23 – Projeto de Restauro Palestina Imóvel	247
24 - Patrimonializado no assentamento União	285



## **Lista de abreviaturas e siglas**

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

FETAES - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Espírito Santo

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAUSS - *Mouvement anti-utilitariste dans les sciences sociales*

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NUER – Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Inter – étnica

PA – Projeto de Assentamento

STRMS – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina



## SUMÁRIO

Prólogo \_\_\_\_\_ 23

### **Introdução**

História e memória \_\_\_\_\_ 29

Elementos da/na transição \_\_\_\_\_ 31

Imagens em movimento \_\_\_\_\_ 43

Tempo e monumentalização \_\_\_\_\_ 49

O mal-estar do campo e as rasuras teóricas \_\_\_\_\_ 55

### **Capítulo I:**

Deslocamentos e dispositivos liminares: de escravos quilombolas a assentados \_\_\_\_\_ 65

Dispositivos de invisibilidade como forma de silenciamento \_\_\_\_\_ 77

A desantropomorfização \_\_\_\_\_ 80

Discurso e poder: joãozinhos, quilombolas, colonos, sem-terras e assentados \_\_\_\_\_ 85

### **Capítulo II**

Campos coloniais: (des)territorializações, expropriação e silenciamentos \_\_\_\_\_ 99

Desterritorialização/territorialização: a moeda de um lado só \_\_\_\_\_ 102

Sem terra? \_\_\_\_\_ 109

Decomposição \_\_\_\_\_ 116

Território e conflito \_\_\_\_\_ 125

A disciplinarização \_\_\_\_\_ 130

### **Capítulo III**

Territórios e políticas oficiais de assentamentos \_\_\_\_\_ 136

Fluxo \_\_\_\_\_ 138

Rachaduras \_\_\_\_\_ 150

INCRA e os procedimentos nos assentamentos em Mimoso do Sul \_\_\_\_\_ 151

O tempo aberto \_\_\_\_\_ 169

O mundo dos técnicos \_\_\_\_\_ 175

### **Capítulo IV**

O “sistema” das dádivas locais e as tensões interpostas pelas políticas

estatais _____	184
Caçador de mim _____	194
Resistir é necessário _____	201
Jeito de ser _____	211
A torre que cai _____	223
Onde há fumaça há... café _____	235

## **Capítulo V**

Políticas de patrimonialização e os riscos do jogo _____	241
Na crise: as passagens _____	248
Há vida nas coisas _____	255
O palhaço sem rosto _____	250
Patrimônio para turistas _____	269
Uma outra dívida _____	275
Considerações finais _____	291
Bibliografia _____	299
Anexos (periódicos consultados) _____	320 - 351

## Prólogo

*Ilustração 1: Animal preso na fazenda Independência o qual os moradores do entorno comentavam ter sido adquirido para "espantar" os sem terra.*



*Ilustração 2: União: em primeiro plano as flores na cafezais, depois os prédios, depois as montanhas e as matas e...*



O leão preso na fazenda Independência expressa também o medo dos “sem-terra” de serem atacados por forças que sustentam a posição de um dos proprietários dessas fazendas locais, fazendeiros contrários à presença do que passa através dos “sem-terra”, ao mesmo tempo no leão passa uma composição de forças referentes a um plano de disputas, o leão ameaça. De um lado os “sem-terra” comentam sobre a possibilidade do leão ser solto – conforme me disse o próprio dono da fazenda – aí há a utilização do medo como forma de controle e proteção

dos interesses frente às possibilidades de invasão das forças liminares que se desenvolvem nesses “sem terra”. Entre e articulando os corpos em disputa a distensão do medo, os efeitos liminares (DOUGLAS, 1966), utilizados para formulação dos dispositivos (FOUCAULT, 2000: 244). Ao lado a paisagem que pode ser atacada pelo leão que já se distende através do medo, uma paisagem que é a composição das histórias das pessoas, das flores nos cafezais, do trabalho, dos equipamentos, das montanhas e de tudo que ainda passa em silêncio.

O leão, os “sem terra”, os cafezais, as casas os casarões e os interesses em disputa produzem e foram produzidos nas composições relativas aos lugares sobre os quais trataremos nesse estudo. Conforme veremos o que se compõe e decompõe são corpos buscando potência, buscando também através dos dispositivos nos composições em outros relacionamentos de forças, relacionamentos que surgem também como lutas por resistência.

Meu tio materno, já falecido, era o que melhor nos fazia - meus irmãos e meus primos - atravessar a distância dos anos e do espaço, com contos desses lugares que agora alcanço também através de uma investigação científica. Por suas habilidades como contador de histórias, a partir das imagens despejadas nas reuniões de domingo, nas cozinhas das casas das famílias no Rio de Janeiro, é que agora me vejo também diante desta tensão entre memória e história. Através dessas histórias que marcam a minha sensibilidade, pensei inicialmente em buscar nos registros os rastros que me colocassem em contato com os parentes e afins deixados para trás, pelo fluxo constante que submeteu e ainda submete as pessoas a um trânsito no sul do Estado do Espírito Santo, nas propriedades rurais ainda hoje vinculadas à produção do café. Neste sentido, conhecer as forças que realizam o fluxo tornou-se uma tarefa necessária e, ao mesmo tempo, transformou o prazer dos contos em um projeto de pesquisa. Dessa forma, os interesses iniciados pela emoção das histórias de minha família me colocaram diretamente em contato com histórias das famílias negras no sul do Estado do Espírito Santo.

## Introdução

Esta tese busca investigar as composições produzidos nesse mundo onde minha própria família também se compõe, pretendendo ser um estudo sobre os sujeitos nos mundos, em suas experiências, onde as ações da minha própria família também se constituem. Pretendo também verificar como os grupos negros rurais do sul do Espírito Santo e mais especificamente em Mimoso do Sul, como sujeitos aqui destacados são tratados na luta pela realização dos seus interesses territoriais, focalizando os processos de criminalização e violência aplicados contra estes grupos, sobretudo recorrendo aos eventos históricos, inclusive àqueles ligados ao processo de escravização dos africanos e seus descendentes, a partir da interpretação que estas pessoas fazem do que ocorre no contexto atual. O movimento desenvolvido pela memória dos sujeitos constituirá um lugar, uma perspectiva para a análise das políticas de reforma agrária implementadas na região, quiçá no país, ao mesmo tempo em que nos permitirá avaliar as políticas de proteção do patrimônio cultural, aspecto este destacado pelo INCRA e pelo município de Mimoso do Sul, por meio das construções do período da escravidão, estas com as funções de, entre outras, abrigar os senhores de escravos, produzirem riquezas, abrigar e castigar escravos.

Há tempos converso com minha mãe e meus tios maternos sobre o lugar onde eles nasceram. Essas conversas sempre esbarravam na dificuldade de encontrar registros em documentos de cartórios, nas igrejas e outras fontes. Assim, esse lugar tão comentado nos relatos de meus parentes maternos se distendia num tempo em que eu só alcançava nas emoções provocadas pela memória dessas pessoas que buscaram o Rio de Janeiro para construir suas vidas. As dificuldades em acessar informações dos meus ancestrais estão relacionadas às mesmas vividas por várias famílias descendentes de pessoas escravizadas no Brasil. Os efeitos do processo de escravidão não distanciam apenas as famílias brasileiras de encontros mais efetivos com o continente africano, mas impedem também um deslocamento mais referenciado para além de duas gerações passadas.

As referências que busco em minha empreitada, é fácil observar, foram soterradas na vala comum das coisas sem importância ou que deveriam ser silenciadas para que o desenvolvimento dos

procedimentos de ordenação pudessem ter êxito. Neste sentido, a legitimação dos artefatos escondidos é também, como no filme *Morte em Veneza* de Luchino Visconti, uma busca pelo tempo perdido. As famílias escravizadas não foram alfabetizadas, não tiravam retratos como as famílias escravocratas e burguesas e suas certidões de nascimento encontram-se nas paróquias apartadas - caso lá estejam - nas igrejas dos pretos e dos pardos, também nas contas das fazendas de café, nos cartórios, nos jornais que registravam fugas, alforrias, compra e venda de escravos. Sobre esse assunto, destaco o argumento de Sahlins (1987:181) sobre o fato de que os eventos são “acontecimentos de significância”, daí a afirmação de que “(...) um evento não é somente um acontecimento no mundo: é a relação entre um acontecimento e um sistema simbólico”. Fica claro no argumento deste autor, que nos interessa sobremaneira a ideia de que os eventos são interpretações, e como tal estão submetidas às disputas, inclusive as de significado. Assim, estes símbolos soterrados, que gritam para serem redescobertos, devem ser articulados aos discursos sobre esse tempo, os objetos, certidões, etc.

Esse caminho tem sido trilhado a partir do debate nas Ciências Sociais relacionado a certo positivismo científico, as críticas aos métodos históricos e o enfrentamento dos termos história e memória. Neste percurso se localizam os projetos realizados na França da década de 1970, através da nova história. Nora (1993) é uma das referências neste debate. Para esse autor, diferentemente da história que é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente:

A memória emerge de um grupo que ela une o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quanto grupos existem, que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às revoluções das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993:09)

Igualmente, ao tratar as famílias negras sem importantes referências históricas pela negação homogeneizadora como “sem-terra”, as articulações que atravessam a política pública cria em Mimoso do Sul/ES, possibilidades de produzir sujeitos históricos através do projeto de reforma agrária e segue nessa mesma estratégia relacionando as ações que se articulam e desarticulam na produção das ações: o estabelecimento - pela negação e homogeneização - de vínculos desses sujeitos com o território, pelo soterramento de símbolos e signos que as histórias desses sujeitos já desenvolveram e que foram produzidos no lugar. O contexto em que se encontram os interlocutores do trabalho é marcado pelas realizações de dispositivos, mas a noção de Estado aqui não se determina na expressão de um corpo articulado e organizado em si, o poder do Estado só existe porque ele também é um relacionamento de forças, assim ele se explica em suas articulações e composições. Como antes mencionado, na sua diversidade e, de outro lado, desorganização as ações relativas às políticas dos assentamentos, inclusive com a interferência do MST, produz articulações onde se destaca uma sobredeterminação de viés classista aos interesses étnicos.

Importante já destacar essa noção de composto de relacionamento de força, que é uma das forças desse trabalho. A partir desse primeiro destaque podemos retornar a noção desantropomorfização que aparece desde o título e que também segue como mais uma ideia força do texto. A noção de desantropomorfização, que mais a frente explicitaremos melhor, se expressa – inicialmente - como efeito dos processos de composição dos corpos, assim, está relacionada ao tratamento que as pessoas e as outras coisas apresentam nos contextos de disputa tratados nesse trabalho. Nesse sentido, o percurso adotado aqui não se prende apenas à análise dos dispositivos, dos compostos de relacionamento de forças, mas pretende acompanhar formas de tensões e distensões que não restam submetidas, formas de resistências que produzem novas composições por onde a vida precisa passar e efetivamente está passando.

Minha busca tratou de observar se, além do fato de serem “sem-terra”, existia outros vínculos que tratavam sobre a relação das famílias assentadas com as propriedades que estão sendo distribuídas pelo INCRA, se havia outros elementos que relacionassem os “clientes” contemplados pela reforma agrária às terras distribuídas e todos os corpos<sup>1</sup> que se desenvolvem ali. Precisávamos saber porque tais

---

<sup>1</sup> Está passando nesses argumentos uma certa interpretação produzida por

vínculos não foram considerados no processo de distribuição das terras e quais as consequências desse silenciamento provocado na realização da política, na composição das forças locais em suas expressões locais.

As tratativas relacionadas à reforma agrária não necessariamente partem da interpretação dos usos e costumes, das especificidades étnicas e culturais, ou seja, para a realização dos projetos de reforma agrária, o INCRA não tem adotado um estudo sobre os significados antropológicos apresentados pelos “sujeitos eleitos”, o que é diferente, por exemplo, dos procedimentos definidos para o estudo das questões relativas às populações tradicionais, fato que já nos oferece um amplo leque de problemas a serem enfrentados na política de realização da reforma agrária neste país.

Flávio Gomes (1996), ao analisar “As Histórias dos Quilombos e Mocambos no Brasil Colonial (XVII-XIX)”, chega ao conceito de “Campo Negro”, onde, para ele, as várias invenções de liberdades elaboradas por libertos e escravos, ao mesmo tempo em que eram caracterizadas pelo não isolamento, também registravam no contato relações de conflito e solidariedade (*idem, ibidem*: 522). Saltando desde o presente das experiências cotidianas das famílias negras rurais em Mimoso do Sul, verifiquei como a desconsideração das referências históricas investigadas por esse autor sobre o Brasil colonial, e por Costa (1999) e Aderbal (2008) nos estudos sobre Quilombos na atualidade, foi fundamental para a produção da Reforma Agrária e a Patrimonialização em Mimoso do Sul, inclusive pela criação da identidade utilizada pelo governo brasileiro: os sem-terra.

Com relação à ideia de “Campo Negro”, apresentada a partir dos estudos do historiador Gomes (1996), vale fazer referência aos comentários do presidente da província do Espírito Santo, que em 1848 relata o fato de existir grande quantidade de quilombolas e outros negros fugidos circulando no interior da província. No relato é destacado o fato de que os negros eram acobertados pelos senhores de escravos, os quais mantinham relações de comércio com os fora da lei, contratando-os para a realização de atividades dentro de suas propriedades.

---

Cláudio Ulpiano, sobre a noção de poder em Foucault que se configura a partir das composições entre Foucault e Friedrich Nietzsche. Assim, lembro, a partir de Ulpiano, que corpos são relacionamentos de forças. (Centro de Estudos Cláudio Ulpiano, consultado em janeiro de 2014).

## História e memória

Segundo a matrícula de escravos em março de 1887, só o Município de Cachoeira do Itapemirim, no qual estava inserido o que hoje é Mimoso do Sul, tinha 6.965 indivíduos dos cerca de 13.000 de toda a província do Espírito Santo. Em 1886, o citado Município exportou 10.899,467 kg de café, enquanto toda Província do Espírito Santo exportou 18.498.115 kg<sup>2</sup>. Nesse período e nesse mesmo lugar, ainda que os esforços abolicionistas tentassem manter escondido, o trânsito de escravos, também movimentado por fugas e formação de quilombos, era ali identificado, assim, as imagens que se desenvolvem relativa aos africanos e seus descendentes escravizados ali se distendem para além da sustentação de um modo de produção baseado na mão de obra escrava, constitui o próprio tempo dos acontecimentos. Além dos relatos da época que destacavam nesses movimentos medo e ameaça aos interesses expressos na ordenação estabelecida e projetada, escravos e libertos desenvolviam processos de territorialização (OLIVEIRA, 1998). Neste momento, vale dizer que ainda estamos conversando com os estudos de Almeida (2006) e nesta conversação não podemos deixar de fora Oliveira (1998), mais especificamente sobre a definição de territorialização, em que o autor chama de “situação colonial” referente aos indígenas do nordeste brasileiro (idem: 08).

O roteiro aqui apresentado também está relacionado a repercussão da tensão existente entre história e memória. Neste sentido, se estabelece a necessidade de observar a intensidade das afirmações, como as apresentadas por Nora (1993) sobre a distinção entre história e memória. Considerando também a necessidade que a pesquisa nos impõe de acompanhar a repercussão do momento de transição histórica como momento de crise, quando os significados são produzidos a partir da disputa, vale asseverar sobre a importância do estudo das memórias e sobre a possibilidade que ele nos oferece de irmos “em busca do tempo perdido”. Em outros termos, estamos nos referindo à ideia poderosa de Nora sobre o fato de que a memória é uma porta sempre aberta ao tempo, ao fluxo, e está relacionada à dialética lembrança/esquecimento, enquanto a história - certos procedimentos historiográficos - nos impõe os limites das tentativas problemáticas de recomposição do que já não mais existe (NORA, 1993: 06). Concordando com Nora apreço aqui também Pollak (1989) fazendo referência aos eventos em que leituras

---

<sup>2</sup> Martins (1997: 76).

críticas da história se articulam às ações políticas desnaturalizando histórias oficiais, se sentindo repercutir múltiplas ações potencializando ainda mais o “proibido” e o “clandestino”.

Em várias cópias de contratos de trabalho que pude observar na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul, há referência ao fato de que as pessoas contratadas já trabalhavam nas fazendas antes da assinatura do contrato de trabalho, o que está relacionado ao comentário do senhor Luiz transcrito no próximo item, sobre a chegada de sua família na Fazenda Palestina. Vale comentar aqui o fato de a entrevista feita com o senhor Luiz ter sido realizada após algumas ressalvas por parte dele, resistências justificadas depois pelo estado de decepção gerado pelo não cumprimento de questões trabalhistas por parte do antigo proprietário da fazenda e pela forma como tomou ciência do projeto de assentamento, também uma reação ao processo de judicialização que cria “um sujeito estranho” ali nas interpretações de nossos interlocutores, os “sem terra”.

Ainda em favor da investigação dos significados dados à função diarista no local estudado, os trabalhos feitos pelos historiadores, em particular o trabalho já citado de Robson Martins, lançam luz sobre minha tarefa ao estudar o momento final do processo de escravidão legal.

Martins (1997), em sua pesquisa sobre os registros de fuga de escravos no sul da Província do Espírito Santo, no período de 1885 a 1888, destaca o fato de que principalmente em função do movimento abolicionista e da defesa dos interesses dos senhores de escravos, que em suas diferentes atuações pretendiam realizar uma transição controlada e segura, tenham se esforçado para silenciar as notícias de fugas e de revoltas de escravos na região. Mesmo com o estes esforços, Martins conseguiu analisar trinta e nove notícias de fugas, que nos argumentos das autoridades da época destacavam a possibilidade de formação de quilombos na região, bem como o fato destes eventos “prejudicarem” o processo de libertação dos escravos defendido pelo movimento abolicionista.

Além dos aspectos assinalados por esse pesquisador, pus diante dos procedimentos da minha pesquisa o fato de neste período de transição haver também relatos de que escravos fugidos, ou que ganharam a liberdade no processo coordenado no Império, tenham mantido relações de trabalho nas fazendas onde haviam sido escravizados ou em outras propriedades, que mesmo diante da reprovação das autoridades aceitavam que escravos e ex-escravos

trabalhassem em suas propriedades, à margem das possibilidades ordenadas. Vale indagar sobre essa situação de trabalho dentro do movimento de abolição legal e sua possível relação com a genealogia do conceito de diarista na região estudada.

### **Elementos (da) na transição**

Sobre o processo de transição da escravidão para o trabalho assalariado, é necessário dizer que não pretendo buscar as leis que explicam o movimento histórico, tarefa tão interessante aos olhos de certos sentidos científicos, inclusive os positivistas e os teleológicos. Ao destacar o período de transição, pretendo analisá-lo, no foco estabelecido por este projeto de pesquisa, como um momento de crise no sentido proposto por Turner (2005), em que múltiplos sentidos são deslocados nos movimentos desenvolvidos pelos sujeitos históricos em disputa (FOUCAULT, 1992). Distante das possibilidades teleológicas da história, também pretendo me aproximar do que se esconde na burocratização dos sentidos desenvolvidos através dos relatos históricos, no esforço em deslocá-los para fora dos contextos e das estratégias que pretendem desqualificá-los, silenciá-los: “saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade” (FOUCAULT, 1992: 96).

A historiografia tem demonstrado que o treze de maio de 1888 aparece a partir de uma série de instrumentos preparativos, que em vários casos serviram também para estender o fenômeno da escravidão para além da data de publicação dessa lei áurea. Sobre esse argumento, trago alguns exemplos, tais como a referência ao contrato estabelecido pela escrava Antônia com o Senhor Manuel Gonçalves Lima da Cruz pela quantia de 500\$000 (quinhentos mil-réis) durante quatro anos, como forma de pagamento por sua liberdade.

(...) Escritura de locação de serviços que faz Antônia ex-escrava de José Ferreira de Souza a Manuel Gonçalves Lima da Cruz pela quantia de 500\$000, por espaço de quatro anos” (MARTINS, 1997: 101)

Ao mesmo tempo em que os procedimentos dessa ordem tratavam a transição nas regras que vinculavam os escravos e libertos

aos interesses dos senhores e ex-senhores de escravos no campo da criminalização, as ambiguidades em torno das identidades sociais também eram apresentadas como forma de garantir o controle sobre a transição. O próprio movimento abolicionista revelava suas contradições, como tenho argumentado aqui, ao mesmo tempo em que lançava esforços na tentativa de uma transição controlada pelos interesses dos senhores de escravos, os quais se posicionavam contrários aos movimentos quilombolas e às fugas dos escravos, sendo estas - também aos olhos desse movimento abolicionista - classificadas como atividades criminosas e perigosas.

O que alguns dos documentos sobre esses procedimentos de transição nos mostram é que não necessariamente as fugas de escravos tinham como resultado, como ainda muitos pensam, o enclausuramento em quilombos. A questão é que, com a fuga e os outros procedimentos de transição, as pessoas intervinham na ordem, experimentando desde o fluxo, um ponto de vista firmado nas relações constituídas na própria transição.

É a partir destes movimentos marcados pelas forças do silenciamento que se desenvolveu este trabalho. Meu objeto são os fenômenos das colocações e recolocações dos sujeitos nos mundos, e fiz isso através do esgarçamento dos significados da desantropomorfização e das histórias das famílias assentadas em Mimoso do Sul. No decorrer de minha análise buscarei desenvolver esta noção de desantropomorfização considerando-a numa gama de procedimentos simbólicos e materiais, mobilizados em situações de disputa de interesses, onde não faltam estratégias com o objetivo de impedir a realização plena dos sujeitos, em situação de disputa por várias vezes promovendo o silenciamento através da significação do que interesse à uma determinada perspectiva.

Como referência a este processo histórico desenvolvido na região, recorro mais uma vez à pesquisa de Martins (1997), em que uma das estratégias utilizadas no desenvolvimento da transição do trabalho escravo ao trabalho assalariado está intimamente vinculada à figura do diarista e dos contratos de trabalho que ainda são realizados na região da pesquisa. Outra pista importante relativa ao momento de transição se refere ao estabelecimento do contrato e o espaço de trabalho das famílias. Desde as primeiras idas à campo, uma oposição é destacada nos argumentos dos entrevistados: roça e rua. Primeiro a roça aparece na referência à fazenda e às relações que existem nela em oposição à rua, sendo esta um espaço arriscado onde perpassam eventos presentes na

falta de emprego, venda de drogas e outros vinculados à urbanização. Nos contratos de meeiros e parceiros é comum o estabelecimento de uma cláusula identificando, dentro do espaço fornecido ao outorgado, uma área para a produção dos meios de subsistência das famílias e outra onde ficaria a lavoura de café. Essa divisão espacial não permite concluir que as tarefas neles realizadas se definam na relação, por exemplo, entre público e privado. Outrossim, conforme veremos principalmente no quarto capítulo, a noção de roça comporá em vários momentos os elementos distendidos nos fluxos dos interlocutores. Assim, alerta que devemos pensar em oposições absolutas ao jogos de contrários, os termos, como qualquer conceito, vão expressar planos de acontecimentos e acontecimentos que não se prendem a territórios exclusivos. Tanto a roça quanto a rua vão expressar jeito de vida e como tal se constituem em composições na luta.

As informações produzidas nos esforços de campo confirma um dos aspectos destacados nos projetos de desenvolvimento dos quatro “assentamentos” assinalados aqui: Palestina, Che Guevara, Rancho Alegre e União. A maioria das famílias vinculadas aos assentamentos é originária da região sul do Estado do Espírito Santo, principalmente do próprio Município de Mimoso do Sul, com exceção do assentamento Che Guevara que, apesar de ter várias famílias do sul do Estado, tem também famílias de outras regiões do país. Em todos os casos, as mobilizações tiveram início na década de 1990 e, exceto o assentamento Che Guevara que está intimamente vinculado ao Movimento Nacional dos Sem-Terra, as famílias foram recrutadas a partir dos vínculos já processados no local, a exemplo do assentamento União:

A composição do Assentamento União está definida com cinquenta e seis famílias, na sua grande maioria, ou seja, 77% provenientes da zona rural do mesmo município, onde exerciam atividades na própria agricultura como colonos, meeiros e diaristas [grifo meu]. Apenas uma família migrou da cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. (PDA União 2001:11)

Apesar de fazer referência a um processo longo de luta pela terra, o início dos projetos está sempre ligado aos períodos de

publicação dos decretos de desapropriação das fazendas: União em 1996, Che Guevara em 2004, Rancho Alegre em 1998 e Palestina em 2005. Aí uma das características fundamentais dos dispositivos operados. A produção da reforma agrária nos assentamentos mencionados também se refere às articulações e composições das lutas sindicais e os interesses produzidos nas ações de política pública, ou seja uma articulação do geral no geral. De outro modo há nessa articulação o que Augusto (2009) está chamando de *judicialização da vida ou sobrevida*? Diante a vida que precisa passar de forma inesperada e estranha, a utilização da judicialização como escudo ou enjaulamento do leão. Em todos esses assentamentos o processo de desapropriação enfrentou o fato de já terem algumas famílias não vinculadas aos clientes da reforma agrária morando nas propriedades, como é o caso do Senhor Luiz Carlos que, conforme relatou foi surpreendido pelo processo de assentamento:

*Ué, tem que ficar mesmo! A gente nunca tinha visto esse negócio do Sem-terra, aí a gente ficou surpreso. Quando eu fiquei sabendo eles já estavam aqui dentro já. Primeiro eles acamparam pelo caminho, depois eles pularam para dentro da terra aqui. O homem do INCRA esteve aqui e conversou com a gente e disse que nós teríamos dois alqueires de terra para morar, mas depois a história mudou e nós ficamos só com um alqueire e meio. O antigo proprietário não veio conversar comigo não e nem me pagou o que me devia aí então agora, eu estou atrás do meu décimo terceiro e minhas férias que ele me deve. (Luiz Carlos, 63 anos, Fazenda Palestina julho de 2010<sup>3</sup>)*

A articulação do geral no geral também expressa nesse caso entre tantas outras coisas, não reconhece a relação de Luiz Carlos com o lugar assentado. O não reconhecimento é uma contradição insuportável para nosso interlocutor e acontece no processo de reconhecimento, ou seja, Luiz Carlos enfrenta o silenciamento dos vínculos do que é, das questões relativas à presença no lugar - inclusive

---

<sup>3</sup> Essa foi uma das primeiras entrevistas realizadas. O local da conversa foi a varanda da casa de Luiz Carlos que fica na frente da sede da Fazenda Palestina.

as dívidas trabalhistas e o não cumprimento de outros acordos firmados pelo antigo patrão – no mesmo momento em que “aparece” na aplicação da Reforma Agrária na identidade que ele não quer se reconhecer. Desse modo, um sujeito deve morrer para que se nasça um outro sujeito, o sujeito do direito (RIFIOTIS, 2006). Toda multiplicidade que vem em Luiz Carlos se dissolve nesse novo relacionamento de forças, que o recepciona apenas como um morador antigo do lugar e sem terra que deve ser contemplado no projeto de assentamento.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul – STRMS, em entrevista concedida à mim em julho de 2010 na sede do sindicato, comentou que, no processo de ocupação das terras, os antigos colonos ainda residindo nas propriedades teriam prioridade, mas o que os próprios assentados comentaram é que vários antigos moradores resolveram deixar as propriedades, quando os projetos de assentamentos tiveram início o que também faz repercutir o estranhamento de nossos interlocutores diante da aplicação da Reforma Agrária no local. Luiz Carlos também argumentou sobre a forma como ele havia se estabelecido na Fazenda Palestina, destacando mais uma referência sobre o fluxo que vincula as famílias aos territórios, que nesse momento foram transformados em assentamento:

*Cheguei aqui para trabalhar né? Fiz um contrato de trabalho com o senhor Creci [Creci Gama Paiva] e o contrato não era de carteira assinada não, só depois é que ele assinou minha carteira. O primeiro contrato não foi homologado em cartório não, só a carteira que foi. No início, o contrato era só de boca depois é que não podia mais trabalhar sem carteira é que ele assinou minha carteira. Depois que ele morreu, eu ainda trabalhei mais dois anos com a dona Tereza [Maria Tereza Gama Paiva] aí depois a família vendeu tudo para o Otacilio [?] e depois vieram os sem-terra. Quando eu cheguei aqui quem morava no casarão era a família do Costa Curta [José Custódio], que foi o último morador do casarão. Ele não era da família dos proprietários não, mas morou no casarão. (Idem)*

O Senhor Luiz chegou à Fazenda Palestina em 1970, depois de ter nascido na Fazenda Pratinha e ter morado e trabalhado na

Fazenda Jacutinga com o pai. O primeiro contrato que fez referência está relacionado ao desenvolvimento do instrumento de regularização da situação de trabalho utilizado após a escravidão. Na sede do STRMS existem várias cópias de contratos de trabalho e outros documentos, que fazem referência ao movimento de regulamentação das relações de trabalho. Não pretendo analisar especificamente o processo de regulamentação das relações de trabalho, entretanto as informações coletadas apontam para os contratos estabelecidos após a escravidão legal como elemento importante para o entendimento do que fazem hoje os diaristas, bem como os processos de territorialização efetivados pelas famílias “capturadas” na reforma agrária, que tiveram seus vínculos históricos novamente silenciados nos procedimentos de patrimonialização.

O Senhor Luiz representa uma das duas últimas famílias que estavam na Fazenda Palestina, quando da aplicação do projeto de assentamento do INCRA. Além das questões relativas aos contratos realizados entre as famílias e os proprietários das fazendas, nas entrevistas e nos registros feitos pelos próprios agentes do INCRA, na fase de realização dos levantamentos para construção dos projetos de desenvolvimento, fica claro também uma profunda desconfiança por parte dos assentados acerca da realização das atividades que ficam submetidas à burocracia contidas no dispositivo Reforma Agrária. Neste diapasão, vale apresentar o argumento de um dos últimos administradores da Fazenda Palestina, Amaro Gonçalves, 79 anos. Segundo este interlocutor, naquela época havia na mencionada Fazenda cerca de vinte famílias trabalhando no regime de meia, no qual, além das atividades realizadas nas lavouras de café, os contratados efetivavam atividades nas parcelas de terras recebidas. As famílias de meeiros tinham que entregar ao proprietário da fazenda parte de tudo que era produzido em suas roças, tais como o feijão, a cana, a banana, o milho, o arroz, dentre outras verduras e legumes. O tamanho da terra destinada para a realização das roças era estabelecido de acordo com o tamanho das famílias e o interesse em somar as atividades da lavoura de café com as atividades na roça. De maneira geral, as atividades na roça eram realizadas e coordenadas pelas mulheres:

*Tinha as roças e tinha as lavouras de café. Aquele que era tropeiro era tropeiro, aquele que era carreiro era carreiro, quem era campeiro era campeiro e eu era o administrador (...) naquela*

*época o horário de trabalho era das 7:00 horas às 5:00 horas da tarde como até hoje é, só que hoje o pessoal não honra. Naquele tempo tinha rigor e a medida de almoço era 1:00 hora de almoço e 30:00 minutos para o café. De 7:00h às 5:00h dava 10:00 horas, menos uma hora e meio de café e almoço dava 8:30h. No sábado trabalhava até o meio dia e tirava sete dias na semana. Naquela época as famílias tinham muitos filhos, tinha um compadre que tinha 11 filhos e todos haviam nascido lá na Palestina. As mulheres criavam porco, limpavam terreiro, cuidava das galinhas, ficavam perto da casa... Antigamente as famílias tinham uma boa convivência, quando um colhia milho de mais e o outro colhia arroz de mais eles trocavam entre eles e hoje não tem mais isso. Antigamente numa hora dessa (17:00 horas) o chefe de família chegava em casa e ia cuidar dos porcos, pegar lenha para esposa porque naquele tempo ninguém ficava de cara para cima não, todo mundo trabalhava. (Amaro Gonçalves, Mimoso do Sul, agosto de 2010<sup>4</sup>)*

Para o antigo administrador que chegou a Fazenda Palestina em setembro de 1953 e lá ficou até 1967, a experiência de assentamento agora em curso não terá êxito e pretende justificar tal posição fazendo referência à possibilidade distensão de uma interpretação naturalizada do que a produção histórica da hierarquia social. O discurso do ex-administrador apresentado a seguir também tem sido interpretado nas pesquisas com Comunidades Quilombolas e sobre as presenças das pessoas negras no Estado do Espírito Santo. No conjunto dessas pesquisas destacamos os trabalhos realizados por Osvaldo Martins de Oliveira e especificamente sobre as tentativas de naturalização dos preconceitos o texto: *Comunidades Quilombolas no Estado do Espírito Santo: conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural*. Nesse sentido destacamos a presença destes

---

<sup>4</sup> Essa entrevista foi efetivada na casa do ex-administrador, que fica no centro da cidade de Mimoso do Sul, a possibilidade de realização da entrevista surge a partir do contato feito com Luiz Carlos no Assentamento Palestina

argumentos antigos ainda repercutindo no lugar de onde fiz as pesquisas que agora apresento.

*(...) Tenho pra mim que os sem-terra não vão dar conta daquilo lá não. Tem gente nesse mundo que só trabalha mandado, se ele não for mandado ele fica sem mandar. É preciso saber mandar, ter agilidade e tem gente que não sabe disso não. (idem)*

Na época em que ainda era administrador da Fazenda Palestina, o Senhor Amaro Gonçalves era responsável pela realização de todas as atividades na propriedade, desde a contratação de pessoal até o controle das vivências cotidianas na Fazenda. Vemos aqui uma colisão interessante, tando os tornados sem terra na Reforma Agrária, quanto o ex-administrador da fazenda Palestina questionam a possibilidade de exito do dispositivo. Entretanto a colisão se destaca nas diferenças: de um lado o que incomoda o ex-administrador é a possibilidade de seus velhos conhecidos se autogovernarem na Reforma Agrária, fazendo distender nessa perspectiva, conforme já havíamos dito antes, preconceitos históricos. de outro lato; de outro lado Luiz Carlos reclama do fato de que “ o novo sujeito” produzido na reforma agrária, não recepciona o que eles são e os compromissos anteriormente estabelecidos.

Tanto o argumento do ex-administrador da Fazenda quanto às reclamações do antigo morador, um dos últimos contratados pelos proprietários antigos, remete-nos a uma abertura no tempo, a uma possibilidade de ver ou rever acontecimentos em seus movimentos. Algumas décadas antes de 1953, a capacidade de administrar estava submetida a outros padrões de legitimidade e todos inscritos à escravidão, o que se mostra, por exemplo, nos jornais da época quando o assunto era “o elemento servil”. Vale destacar o fato de que o processo de ordenamento na escravidão legal não se restringia às relações de trabalho, à exploração da mão de obra escrava, mas também à vida cotidiana fora das cercas das fazendas, nas vilas.

Os argumentos do ex-administrador da Fazenda Palestina e do antigo morador, juntos, compõem um bom ponto de partida para interpretar a matéria do jornal “O Cachoeirano”, o qual, em 1886, próximo da abolição legal da escravidão dá notícias de maus tratos, ocorridos no Município de Muniz Sodré. Noticiou o jornal que um

escravo foi enterrado sem os olhos, sem nádegas, consumidos pelas surras que levava. O delegado recebeu a denúncia contra o senhor de escravos, instaurou Inquérito Policial, mas o processo foi arquivado, sem o responsável ter sido punido. O mesmo jornal informa que nas vilas o comportamento dos escravos era considerado “atentatório ao pudor público”. O delegado de polícia da Vila do São Pedro de Cachoeira do Itapemirim, no dia 25 de março de 1883, publica decisão informando que não era permitido aos escravos

(...) andarem cagando depois das dez horas da noite sem bilhete de seus senhores, a fim de evitar abuso ofensivo à moralidade pública, sob pena de serem recolhidos ao xadrez da polícia, os quais serão punidos pela lei. (Cachoeirano, 1883).

Ainda sobre esse processo de ordenamento e criminalização dos costumes numa política direcionada aos escravos, aqui destaco outra notícia desse mesmo jornal, dando conta da prisão de um escravo, fato que chama a atenção pelo motivo da prisão, ou seja, o mesmo delegado que fez publicar o aviso em defesa da moral pública contra os escravos, no mesmo dia e ano:

(...) anunciava a prisão do Escravo Pedro José, em casa de Júlio Ursicino, na qual se apresentara como curador de feitiços. O delegado apreendeu com o escravo um Santo Antônio pequenino, uma toalha, uma garrafa de aguardente, algumas raízes do mato e giz em pedras.(idem).

Vejam que o corpo discursivo que identifica as pessoas escravizadas produz uma composição que faz realizar um deslocamento desse composto para o plano das coisas perigosas e indesejáveis, objeto de punição. Por outro lado essa composição também se refere às histórias dos fluxos de nossos interlocutores e seus processos de resistência, a luta para realização do jeito de ser. Sobre isso também tem estudado Osvaldo Martins Oliveira, ao tratar das informações referente às Comunidades Quilombolas no Estado do Espírito Santo. Nesse sentido vale fazer referência ao fato de que o drama que envolve Pedro José relatado em 1883, também se distende em várias outras composições, como é o caso de Adão na região de Cachoeira de

Itapemirim. Conforme aconteceu com Pedro José, Adão também foi acusado de ser macumbeiro. Outrossim, interpretamos na relação que essa pesquisa estabelece com os estudos de Osvaldo Martins de Oliveira, que essas composições produzem no fluxo, nos deslocamentos e nas lutas contra o processo de produção e punição dos indesejáveis mais forças nas outras composições que se fazem necessária e que se distendem para além da escravidão:

No contexto local e estadual, observei a partir do trabalho de campo, que os jongos e os caxambus entendidos como tradições culturais herdadas dos antepassados africanos e, nos termos de Barth (2000), analisei essas tradições como delimitadores diacríticos empregados pelos próprios atores estudados para o estabelecimento de fronteiras étnicas e territoriais dos quilombos. (MARTINS DE OLIVEIRA, s/d: 03).

O trabalho de Martins Oliveira tem como referencia às Comunidades de Quilombos, as quais tem sido tratadas a partir dos dispositivos constitucionais consagrados em 1988 e que também se referem à identificação e demarcação dos territórios quilombolas. Não obstante esses fatos as questões relativas à identificação e demarcação dos territórios quilombolas, Martins Oliveira produz nesse percurso dados referentes aos citados deslocamentos e fluxos consagrando a partir de então uma possibilidade de identificação da noção de **herdeiros**, ou seja, os quilombolas em suas territorialidades compõem vínculos com o que corpos como o de Adão e Pedro José produziram ainda no processo de escravidão. A noção de **herdeiros** permite Martins Oliveira acessar – junto com os quilombolas - direitos referentes ao tema patrimônio cultural, o que vai atravessar a luta por reconhecimento desses direito também nas ações do poder público. Nesse percurso vale destacar também o fato de que na região sul do Espírito Santo, como em vários outros lugares do País, compõe nesses fluxos produtores de **herdeiros**, o tratamento que os quilombolas dão aos significados do 13 de maio consagrando momento de afirmação da herança de luta, ou seja, não como um espetáculo de afirmação do “heroísmo legal” que marca o fim da escravidão:

A principal festa do Caxambu Santa Cruz ocorre no dia 13 de maio, data da assinatura da Lei Área e, ao contrário de uma comemoração da Abolição da Escravatura, como veicula as notícias da mídia impressa e televisada, trata-se de um ritual festivo em memória aos *Pretos Velhos* que se encontram vivos também nos rituais religiosos. (MARTINS DE OLIVEIRA, s/d: 05).

Há uma diferença a ser destacada nessa articulação que meu trabalho realiza com os trabalhos já realizados e especificamente com o de Martins Oliveira. Os esforços produzidos por Martins Oliveira estão diretamente vinculados às lutas por reconhecimento dos direitos quilombolas. No meu caso não há essa vinculação direta na medida em que não se discute no trabalho a realização dos tramites para o reconhecimento dos direitos quilombolas consagrados, não é um estudo sobre uma comunidade que se afirme como quilombola. No estudo que defendo as lutas por reconhecimento dos direitos quilombolas aparecem como consequência das composições que os interlocutores fazem ressoar em seus fluxos, entretanto tais composições se desenvolvem para além dos territórios quilombolas identificados, se dão também em outros campos de lutas, assim, o que se discute aqui são os processos de silenciamentos para além dos territórios delimitados, o que não exclui as possibilidades que os interlocutores locais estão produzindo de se discutir noções como a de herdeiros inclusive através das lutas por reconhecimentos e nelas as referentes aos territórios étnicos, territórios quilombolas, ou seja, a vida está passando onde vai e quais composições fará são outras histórias.

Ao estudar o período da história nacional em que africanos e seus descendentes foram tratados como escravos, a partir dos eventos produzidos em Mimoso do Sul, pretendo explicitar os vínculos destes sujeitos com os territórios, os quais ganham novos significados em suas histórias específicas. Um estudo sobre a territorialização das famílias negras rurais deve também mostrar o período em que se realiza o fim da escravidão legal em Mimoso do Sul como um momento de crise, em que o ordenamento legal estabelecido, e também baseado na escravidão, avança para uma nova ordem, portanto diferente, coincidindo no limiar com os esforços de ordenamento e moralização das experiências desenvolvidas pelos sujeitos identificados.

No caso de Mimoso do Sul, o contexto no qual os africanos e descendentes se encontravam diante das fazendas de produção de café após a abolição legal da escravidão em treze de maio de 1888, parece ter facilitado a ruptura de vínculos destes sujeitos com o que hoje se considera como patrimônio cultural na região. Diferentemente dos que denunciam e problematizam o elitismo do acervo do patrimônio histórico reconhecido pelo Estado, evidenciado pelos monumentos tombados, tais como igrejas, fazendas de café, ricos palácios, etc., problema reconhecido por diversos estudiosos do “patrimônio nacional”, aqui me proponho dar atenção ao que aparece como prova desse silenciamento e de ruptura, isto é, a forma como o acesso ao território é feito, sem referência ao movimento histórico e pela “entrega”, por parte do INCRA, dos monumentos à responsabilidade do poder público municipal, que deve integrá-lo às políticas de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, ironicamente políticas voltadas a resgatar dívidas e a reconhecer patrimônios “não consagrados” anteriormente.

Por outro lado, um estudo sobre os efeitos das territorialidades das famílias pesquisadas, ao revelar vínculos com os que foram escravizados nos monumentos agora tombados, pode afirmar de que maneira ações de defesa do patrimônio cultural são legitimadas e em que medida o retorno à fazenda pode ser produzido ao mesmo tempo em que se verifica a possibilidade de desenvolvimento da patrimonialização sobre efeitos polissêmicos.

## Imagens em movimento

*Ilustração 7: Projeto de Desenvolvimento do Assentamento Palestina s/d INCRA.*



*Ilustração 6: Monumentos patrimonializados - Projeto de Desenvolvimento do Assentamento Palestina s/d INCRA.*



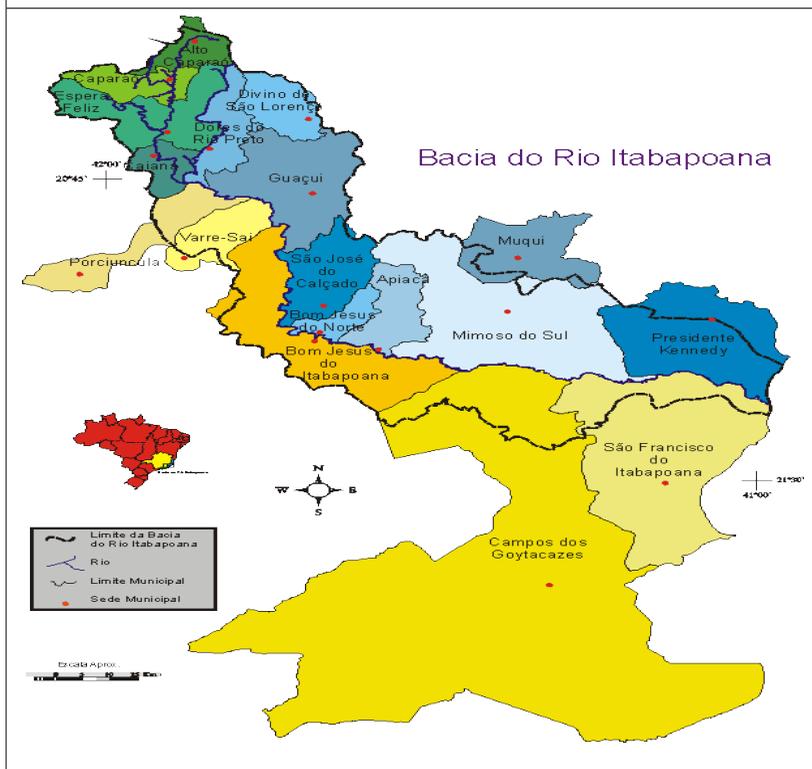
As duas imagens destacadas acima foram produzidas pelo INCRA durante os levantamentos relacionados ao *Projeto de Desenvolvimento do Assentamento Palestina*. Com essas imagens apresento o problema a partir de duas questões centrais: na primeira fotografia, vemos representantes das famílias que estão sendo contempladas nos assentamentos implementados pelo INCRA em Mimoso do Sul; na segunda, monumentos tombados na mesma fazenda

desapropriada pelo INCRA para fins da reforma agrária. Tanto no processo de patrimonialização, realizado em primeiro lugar, quanto no processo de reforma agrária, destaca-se que há tentativas de silenciar vínculos existentes entre as famílias contempladas, os equipamentos patrimonializados e o território objeto da reforma agrária. Conforme disse as fotografias são apresentadas nos documentos do INCRA, ou seja, já na forma de apresentar-se desenvolve um cisma, a separação das presenças das pessoas – os “sem-terra”, dos bens patrimonializados, separação representativa da operação dos dispositivos.

Os signos das imagens produzidas pelo INCRA transbordam os registros fotográficos executando movimentos incessantes, tal como nas dobras barrocas que vão ao infinito Deleuze (1991:15) o transbordar das forças nas imagens destacadas nos exige refletir sobre um espaço social entendido, inclusive relativo aos estudos de Lefebvre desde a década de 1970, não somente como aquele onde se produz as coisas, os objetos e os bens, mas também como formas de percepção dos grupos humanos na construção e relação com o ambiente e “todo universo cultural da própria sociedade, em termos de hábitos, valores e tecnologias” (Sette e Tarifa, 2004). Nesse mesmo percurso vale destacar, a partir do que grita em silêncio nas imagens, o caráter performático mobilizado desde o cotidiano das famílias alcançadas pelas articulações do Estado brasileiro na realização dos dispositivos.

Além dos aspectos fixos, aquilo que a operação fotográfica alimenta na caracterização do que o INCRA chama de sem-terra, há também o que os estudos sobre *performance* tem afirmado: “descontinuidades, ambiguidades, mesclas e indeterminações processuais do cotidiano.” (Lucas, 2005:02). Dessa forma, a compreensão das imagens projetadas aqui em suas polissemias e dos outros textos que serão relacionados, dependerá da interpretação que os próprios sujeitos fazem daquilo que os representam. Precisamos compreender “as somas realizadas pelos praticantes”, vivenciando os sentidos dos textos no tempo necessário à compreensão, sem se esconder em qualquer argumento positivista. O reconhecimento da polissemia - o que se apresenta no mundo dos sujeitos e do diálogo polifônico - o pesquisador no mundo dos sujeitos é uma necessidade como tal como afirma Silva (2010:07). De outro modo, se o conceito de história pode ser referido nessa caminhada e se ele exige complemento, a exigência está relacionada aos argumentos de Walter Benjamin sobre “escovar a história a contra pelo, ou seja, do ponto de vista dos vencidos” (LÖWY, 2002: 203).

*Ilustração 3: Localização de Mimoso do Sul, na Bacia do Rio Itabapoana  
(Fonte: INCRA/AGROPLAN).*



Em Mimoso do Sul, destacado em azul celeste no mapa acima, há grupos de famílias vinculados à reforma agrária oferecida pelo Estado brasileiro, que estão intimamente ligados ao processo de escravidão. A região sul do Espírito Santo historicamente se destaca como grande produtora de café, realidade também confirmada pelos grandes casarões e cafezais abandonados, símbolos ainda marcantes do período áureo da escravidão o qual se desenvolveu a partir do processo de expansão cafeeira do Vale do Paraíba (Buffon, 1992:75).

Nos considerados assentamentos, desde a década de 1990, as famílias ingressam no mesmo drama em busca do acesso à terra, em conformidade com o modelo que o Estado aplica em várias partes do

território nacional: foram cadastradas junto ao INCRA através de esforços próprios ou de seus representantes. Durante o processo de desapropriação das fazendas permaneceram acampadas em torno das suas sedes e depois receberam seus lotes mediante sorteio também organizado pelos representantes locais. Nesse percurso, que vai do processo de cadastramento até o sorteio dos lotes, conforme informaram os assentados e também o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul - STRMS, as pessoas vão recebendo treinamento pelos coordenadores dos assentamentos sobre temas como associativismo e cooperativismo, quando são avaliadas as capacidades de cada uma em receber a terra. Além das decisões dos coordenadores em desligar pessoas dos assentamentos, algumas famílias decidem deixá-los, apontando como um dos motivos principais o excesso de burocracia por parte do governo na liberação dos recursos para o desenvolvimento dos projetos.

Com base na análise dos dispositivos legais que tratam do cadastramento de trabalhadores rurais interessados na Reforma Agrária praticada pelo INCRA (Lei nº 4.504/64, Decreto nº 59.428/66, Lei nº 8.629/93, Decreto nº 5.390/05, Decreto nº 1.775/96 e Medida Provisória nº 2.183-56/2001), para efeitos desta proposta, menciono alguns dos critérios de exclusão do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal:

Conflito fundiário que se caracteriza por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, sequestro ou manutenção de servidores público e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações. (Art. 2, §7º da Lei nº 8.629/93)

A entidade, a organização, a pessoa jurídica, o movimento ou a sociedade de fato que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, auxiliar,

colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos, ou em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não receberá, a qualquer título, recursos públicos. (Art. 4, § 8º MP 2.183-56, de 24 de agosto de 2001 – DOU de 27/08/2001).

As terras adquiridas pelo Poder Público, nos termos desta Lei, deverão ser vendidas, atendidas as condições de maioria, sanidade e de bons antecedentes, ou de reabilitação, de acordo com a seguinte ordem de preferência [...]. (Art. 25 da Lei 4.504/64).

O processo de luta pela terra não é realizado de forma tranquila. Quase todos os assentamentos têm histórias de conflito de territórios, muitas delas com morte de representantes. No documento *Plano de Desenvolvimento do Assentamento Palestina* há um item denominado “*Trajetória de Conquista da Área do Assentamento*”, em que os técnicos contratados pelo INCRA, para elaborar o referido plano, destacam que “no início os assentados, principalmente as lideranças, sofreram com ameaças e perseguições, e tiveram receio de dar continuidade à formação do assentamento” (PDA/Palestina, 2005:68). Em vista dessas questões pontuadas, minha pesquisa tem como proposta inicial analisar - a partir das experiências cotidianas e através dos procedimentos de territorialização processados pelas famílias negras rurais no sul do Estado do Espírito Santo - os seguintes dispositivos: a) a realização da reforma agrária; e b) a efetivação do processo de patrimonialização dos monumentos referentes à escravidão, desvinculando-os das territorializações efetivadas pelas mesmas famílias negras rurais. Em Mimoso do Sul, as ações do Estado anteriormente destacadas parecem dobrar e desdobrar procedimentos vinculados a eventos relativos à finalização da escravidão legal. Assim este estudo, através das territorializações, torna-se relevante no sentido de questionar como se deram os mecanismos de controle e suas formas de enfrentamento desenvolvidas na região através da escravidão. Em princípio considero que, para a manutenção da sociedade patrimonialista, foi necessário produzir não somente os mecanismos de proteção dos interesses dos senhores das propriedades e do Império Monarquista, mas também os efeitos sobre as vidas dos escravos e dos libertos vistos como elementos necessários à transição, embora

perigosos e ameaçadores, ou seja, ambíguos. Por isso, aparece no foco dessa pesquisa a reflexão sobre a dinâmica das formas de apropriação e produção dos recursos efetivados pelas famílias em Mimoso do Sul.

Durante a pesquisa procurei analisar as experiências cotidianas de algumas das famílias pertencentes aos seguintes assentamentos: União, Palestina, Che Guevara e Rancho Alegre, todos localizados no município de Mimoso do Sul. Sobre esses assentamentos, levar-se-á em consideração os dados já produzidos pelo INCRA, no que diz respeito à organização local, com destaque para Rancho Alegre, o mais antigo deles, que compõe sua associação de representantes através de um acordo político entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul (STRMS) e o Movimento dos Sem-Terra (MST); Che Guevara, que tem a diretoria formada por pessoas ligadas ao MST; e, finalmente, tanto União quanto Palestina que são assentamentos coordenados pelo STRMS. Em todos os projetos de assentamentos, o processo de distribuição dos lotes considerou o cadastramento das famílias no INCRA. Segundo informação do presidente do STRMS, os assentamentos União e Palestina foram compostos exclusivamente por pessoas do município de Mimoso do Sul e de municípios vizinhos, o que não acontece com os outros.

Segundo informações publicadas nos PDAs dos assentamentos, a maioria das famílias assentadas trabalhava como diarista, informação ainda observada no levantamento por mim realizado nos meses de julho e agosto de 2010. De fato, com a diária de vinte e cinco reais (dado desta época) é difícil para uma família de trabalhadores rurais fugir da realidade identificada pelos técnicos do INCRA. Por outro lado, restringir a análise do termo diarista a uma interpretação financeira e salarial é insuficiente para entender a identidade das famílias negras rurais em Mimoso do Sul. Igualmente, a função diarista aparece como uma forma distinta de vender a força de trabalho em relação àquela realidade apresentada na escravidão, mas não deixa de nos fazer refletir sobre ela num contexto em que os procedimentos de judicialização foram criados para substituir o trabalho escravo pela mão de obra assalariada. Neste sentido, para tratar dos procedimentos de recolocação dos sujeitos no tempo, não exclusivamente no tempo das políticas públicas agora aplicadas, mas também no tempo dos mecanismos que eles criam, devemos inquirir porque a categoria diarista aparece como algo fundamental.

Os diaristas são pessoas que flutuam através das relações de trabalho, num território onde foi necessário o desenvolvimento de

mecanismos, inclusive a judicialização, para que se operasse a diferenciação - surgimento dos contratos de trabalho pós-escravidão, através da continuidade - impedimentos à colocação das famílias no mundo de acordo com suas especificidades, inclusive a partir de suas territorializações. Para o Estado, a categoria diarista identifica uma situação de pobreza necessária à intervenção do Estado nos seguintes casos: a) pela patrimonialização, num lugar monumentalizado e sem sujeitos históricos; e b) através da reforma agrária, distribuindo terras aos que não tem, porquanto a categoria diarista também aparece na complexidade dos movimentos históricos de criação das identidades em Mimoso do Sul.

Um aspecto nos vários trabalhos realizados pelo Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas - NUER/UFSC, com o objetivo de fazer cumprir o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, no que define o Decreto Presidencial nº 4887, de 2003, referente aos procedimentos de demarcação das terras de quilombos, diz respeito à contradição suscitada entre o dever do Estado brasileiro em fazer cumprir o compromisso constitucional na afirmação de uma sociedade pluriétnica e a realização das ações para fazer cumprir este dever. Tal contradição aponta um Estado comprometido não em promover efetivamente a diversidade das comunidades, mas sim preso à defesa da diversidade dele. Movidas pelas forças que caracterizam tal contradição, apresentam-se as ações do Estado, estabelecidas a partir das fissuras, dos extravios e das fragmentações. Assim, para refletir sobre o que torna essas ações estatais possíveis em Mimoso do Sul, é necessário inquirir sobre elas e, para realizar essa tarefa, deve-se conhecer a *perspectiva local*, destacando, como afirma GEERTZ (2001) o caráter polissêmico das experiências cotidianas.

### **Tempo e monumentalização**

Nos projetos de assentamento do INCRA, os bens arquitetônicos que estão sendo oferecidos ao Município de Mimoso do Sul, por meio de procedimentos de patrimonialização, são retirados de um tempo que exclui significados necessários à identificação dos sujeitos. Os processos de constituição do patrimônio cultural através dos monumentos que são sedes das fazendas, instauram uma interpretação da história que não incorpora as contradições que se desenvolvem no

tempo e que se verificam no presente. Tais contradições, que proponho aprofundar neste estudo, têm referência nas definições dos conceitos de *patrimônio*, *patrimônio cultural* e *cultura*, estes nos sentidos dados no campo da antropologia. Sobre esse assunto, Pereira (2006) argumenta a relação entre os termos patrimônio e cultura ao considerar o fato de que a noção de patrimônio se refere a algo mais familiar e individual, enquanto a noção de patrimônio cultural revela uma relação metafórica e metonímica com a cultura: “Portanto, o que distingue a noção de patrimônio cultural da de cultura é a forma como a primeira se manifesta na representação da cultura através da transformação do valor dos elementos culturais.” (PEREIRA, 2006:02). Assim, expõe-se o fato de que a cultura é algo que não pode ser completamente patrimonializado e que caracteriza o processo de criação do patrimônio cultural como seleção/disputa e negociação, de acordo com os seus significados.

Em Mimoso do Sul, como dito anteriormente, a história da escravidão é facilmente reconhecida no patrimônio cultural materializado nas grandes fazendas, algumas delas com cafezais abandonados, e nos casarões como o da Fazenda Independência, que ainda guarda os instrumentos de tortura utilizados no passado. Porém, as referências apresentadas pelos bens materiais não estão conectadas à história social dos grupos rurais negros que ali reivindicam o acesso à terra, nem mesmo nos projetos de reforma agrária oferecidos pelo Estado brasileiro. Dessa forma, os procedimentos de desantropomorfização aplicados no processo de escravidão parecem ser distendidos no tempo, como as dobras barrocas que se movem – se desdobram e redobram – num eterno movimento que não as permite desaparecer. Nesse momento me refiro à desantropomorfização nos termos já apresentados anteriormente, como a gama de procedimentos simbólicos e materiais, que são largamente mobilizados em situações de disputa de interesses, como os que estamos identificando aqui, com o objetivo de impedir a realização plena dos sujeitos, inclusive nas disputas, os quais devem ser silenciados. O processo de destituição é, dessa forma, a operação de significados, tendo como base a interpretação negativa das identidades dos sujeitos, revelando-se, pois, como expediente de interpretar a marginalização pelo movimento, ou seja, criando uma ordem de significação através da representação negativa de marcas dos sujeitos.

Essa forma de se referir à desantropomorfização me remete ao estudo de Agamben (2008), mais especificamente ao item

cinco: “festas, luto e anomia”. Nessa análise Agamben vai nos chamar a atenção para relação entre o direito e a vida, entre norma e a anomia. Outrossim, a partir das análises sobre as “festas anômicas”/sobre os rituais, o filósofo italiano vai observar uma ambiguidade desenvolvida através de forças: as que vão da norma à anomia e as outras que vão da anomia à regra:

Se a hipótese de Meuli é correta, a “anarquia legal” das festas anômicas não remete aos antigos ritos agrários que, em si, nada explicam, mas evidencia, sob a forma de paródia, a anomia interna ao direito, o estado de emergência como pulsão anômicas contida no próprio coração do nomos. (AGAMBEN, 2008:110)

Há sempre esse transito que se efetua nos projetos, nas regras. Por outro lado também precisamos destacar o fato de que tanto o direito quanto a noção de anomia utilizados por Agamben estão sendo constituídos e distendidos não coisas puras, identidades absolutamente diferentes e opostas, assim, é preciso perceber – é o que trataremos nesse trabalho – que as expressões de determinados estados trazem sempre composições, “(...) pulsão anômica contida no próprio coração do nomos”. Finalmente, o que se revela na noção de desantropomorfização, torna-se necessário ver diante da formulação dos dispositivos, na produção dos sujeitos o que também permite a vida passar, seus esforços e suas resistências.

Nesse percurso, será fundamental entender os procedimentos ligados ao domínio silenciado também nas políticas de reforma agrária que os grupos em luta realizam sobre o espaço social historicamente construído. É necessário entender, outrossim, os significados apresentados no local e, a partir daí, o próprio patrimônio cultural que está sendo identificado pelo silenciamento e pela marginalização dos que também o constituíram. Dessa maneira, tais objetivos podem ser alcançados, mesmo diante de certas interpretações e intervenções, as quais insistem em fazer separar bens culturais materiais ou corpóreos, de bens culturais imateriais ou incorpóreos ou, dito de outro modo, bens tangíveis e bens intangíveis. Consequentemente, neste trabalho as referências ao tema *patrimônio cultural* são uma necessidade (MOMBELLI, 2009), visto que uma das principais características do espaço social disputado é o fato de possuir cerca de quarenta imóveis

tombados pelo Conselho Estadual de Cultura, tendo o primeiro tombamento ocorrido em 1987.

Além disso, conforme assinalado anteriormente, na política de salvaguarda dos bens a patrimonialização, quando se refere à escravidão, só tem alcançado os registros materiais, deixando os efeitos da história social das famílias a cargo dos projetos de reforma agrária, no modelo de assentamentos rurais. Sobre essa operação, faço referência à ideia de “novas políticas de lugares”, ideia que tem a ver com a forma como, através da política de patrimonialização, lugares ricos em significados, em alguns casos em disputa, são significados e/ou ressignificados pela exclusão, para privilegiar o que se quer proteger. Neste sentido, a preservação do patrimônio cultural também se configura numa relação de poder, efeito que se observa também na articulação entre patrimonialização e turismo. (REIS *et al.*, 2005:75-6). No local da pesquisa, os efeitos da articulação entre patrimonialização e turismo são percebidos também no momento em que o INCRA põe em prática os projetos de reforma agrária, prescindindo da verificação da existência de vínculos entre os sujeitos mercedores dos lotes da reforma agrária e o processo e a política de patrimonialização e turismo.

Almeida (2008: 133-162), através do tema “uso comum e conflito” analisa as ações do Estado e do movimento camponês, principalmente nos eventos destacados na década de 1980, na tentativa de realização da reforma agrária. Reconhece o autor a legitimidade dessas ações quando referidas à necessidade histórica de distribuição mais igualitária de terras no Brasil. Entretanto, este não deixa de asseverar que mesmo esses movimentos não conseguiram alcançar a multiplicidade de significados apresentadas pela noção de *terras de uso comum*. Para desenvolver seus argumentos, o mesmo autor apresenta três categorias que operam multiplicidades: terras de preto, terras de santo, terras de índio. A categoria terra de preto é assim definida pelo autor como sendo

(...) aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos. Abarca também concessões feitas pelo Estado a tais famílias, mediante a apresentação de serviços guerreiros. (ALMEIDA, 2008:145-147)

Os dados apresentados pelo INCRA no caso dos assentamentos em Mimoso do Sul, não apontam os detalhes apresentados nos argumentos do autor, o que nos leva, segundo ele, ao problema concernente à aplicação dos dispositivos referentes à reforma agrária realizada pelo INCRA. Outrossim, os limites da ação do INCRA por não alcançar as especificidades apresentadas por Almeida através da noção de uso comum, não nos deixa aproximar, inclusive, das relações que as famílias contempladas nos assentamentos estão estabelecendo neste momento com o patrimônio cultural registrado pelo poder público na região. Afirma-se então a necessidade de se refletir desde as relações desenvolvidas pelos sujeitos locais sobre quais os desdobramentos entre os procedimentos adotados no período que finaliza a escravidão legal em Cachoeira de Itapemirim, com destaque para o lugar hoje denominado Mimoso do Sul, e o desenvolvimento dos procedimentos de marginalização das famílias rurais negras, hoje contempladas/capturadas no modelo de reforma agrária desenvolvido pelo Estado brasileiro. Pretendo com as informações alcançadas, inferir, inclusive, sobre como tem sido possível desenvolver políticas de defesa do patrimônio cultural brasileiro, através da proteção de casarões e outros equipamentos produzidos para sustentar o sistema escravocrata no local, sem considerar a possível presença de descendentes de pessoas que foram escravizadas na região.

O próprio INCRA justifica sua ação em adotar o modelo usual de aplicação da reforma agrária alegando o fato de as famílias contempladas não terem apresentado uma demanda por escrito, uma Certificação da Fundação Cultural Palmares ou se auto-identificado como Comunidade Remanescente de Quilombos, conforme previsto no art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Considerando que as famílias estão tomando posse de um espaço que está sendo “patrimonializado”, deslocando os efeitos, inclusive imateriais, para outro tempo ou para o esquecimento, podemos argumentar que a aplicação do modelo adotado pelo INCRA novamente silencia significados produzidos por sujeitos históricos? De outro modo, o que seria patrimonializar monumentos produzidos por escravos, reconhecendo os processos de territorialização desempenhados pelos sujeitos herdeiros do processo histórico que dá vida aos monumentos, no momento em que o Estado é obrigado, ao menos constitucionalmente, a se reconhecer pluriétnico? Considerando que, no modelo aplicado pelo INCRA, os instrumentos de investigação não são aqueles dispensados às comunidades remanescentes de quilombos ou às comunidades negras

tradicionais ou aos grupos étnicos, e considerando ainda que a maioria das famílias assentadas esteja vinculada à região, quais são as consequências da não utilização desses instrumentos na implantação dos assentamentos? Pelos critérios de cadastramento dos assentamentos, a transgressão, a “ficha criminal suja”, a atuação política na luta pela terra pode impedir pessoas ao acesso ao direito. Neste sentido, a política de reforma agrária pode estar produzindo também em Mimoso do Sul um processo de marginalização, criando mais um grupo excluído? O movimento do Estado também é ambíguo, ao mesmo tempo em que pretende incluir através da distribuição de lotes e da patrimonialização, silencia os efeitos étnicos e as territorializações processadas pelas famílias. Fortalece esse argumento no fato de algumas famílias entrevistadas não poderem relacionar seus filhos nos cadastros do INCRA, como é o caso do casal Cleuza e Carlos que têm dois filhos presos e não constam no cadastro da família. Ainda sobre este assunto, faço referência a Peixoto (2002), quando argumenta sobre o conceito de histeria do patrimônio, referindo-se ao:

(...) confronto entre um patrimônio mais oficial e elitista e um patrimônio de objetos vulgares ligados ao cotidiano. Mas também num confronto entre um patrimônio feito de construções vernaculares monumentalizadas, marcado por uma antiguidade prestigiada, e um patrimônio constituídos pelos testemunhos mais recentes da atividade humana; revela-se, finalmente, no confronto entre o caráter material dos artefatos patrimônios e um patrimônio intangível, ligado às mentalidades, às representações e ao saber fazer. (PEIXOTO, 2002:05)

Para ganharmos intensidade nesse projeto, retomemos a citação inicial desse subitem pela tensão desenvolvida entre tangível e intangível, também expressa na patrimonialização. Quero argumentar que nesse processo de patrimonialização são subtraídas as almas das coisas, especificamente as almas referentes às famílias negras. Quando me refiro à alma, estou dizendo de algo que é significado pelos sujeitos locais, as composições de forças que produzem as coisas. Neste sentido, concordo com o argumento de Godelier (2001) que, ao se referir à potencialidade dos significados de *Mana* interpretado por Mauss (2003), afirma não ser possível separar o imaginário do simbólico, nem

estabelecer uma sobredeterminação do simbólico. De um lado, a patrimonialização funciona como dispositivo, porque também se torna um instrumento de poder num contexto de disputa e exclusão operando significados com vista à produtividade, produzindo relações e sujeitos também através da articulação dos interesses locais na produção de mercadorias para a política de patrimônio cultural e para o turismo. De outro, a mesma patrimonialização deve ser interpretada diante da desantropomorfização, na mediada em que a promoção do silêncio dos significados e a afirmação de certo contexto se apresenta a partir da retirada das almas das coisas, operação esta que não entende o mundo, os seres e os entes como acontecimento que ganham sentido na relação (HEIDEGGER, 1988), nunca como algo dado e como unidade pura.

### **O mal-estar do campo e as rasuras teóricas**

No capítulo específico sobre a noção de determinação e de processos estruturantes, Cardoso (1986) argumenta sobre um desencontro entre as introduções teóricas e a apresentação do material de pesquisa. Nos estudos apontados pela autora, o quadro teórico aparece muito mais como declarações de princípios do que construção de referências analíticas.

Trato o conceito de desantropomorfização como a recolocação do ser no mundo frente aos dispositivos, inclusive no processo de escravidão no Brasil, distendidos no tempo. Cheguei a esse lugar também analisando o conceito de “liminaridade” apresentado por Turner (1967). Desse modo, estudo junto aos sujeitos em Mimoso do Sul uma gama de procedimentos simbólicos/materiais mobilizados em situações de disputa de interesses com o objetivo de impedir a realização plena das especificidades, inclusive culturais, de alguns dos sujeitos postos nas disputas. Observo que o silenciamento não é o fim e por ser também constituído por forças liminares não se permite se tornar passado.

O estudo deve observar tudo em movimento: as pessoas e as coisas, seguindo suas distensões e significados no tempo. Neste sentido, é possível olhar para os eventos desde os argumentos locais e a partir dos conceitos consagrados nos estudos sobre rituais. Os eventos estudados abrem as portas para um tempo que não cessou e que, para ser conhecido, deve ser entendido em seu movimento. Outrossim, é no ritual, defronte à ordem estabelecida que melhor se verifica os

procedimentos de construção das explicações ou conceitos de marginalidade, de liminaridade, de exclusão, de perigo, de poluição. Ao direcionar minhas lentes para as famílias negras do município de Mimoso do Sul, contempladas pela política nacional de reforma agrária, não posso deixar de me levar com elas a esse grande ritual que também se processou naquele lugar: os eventos produzidos no fim da escravidão legal. Para proceder com a pesquisa, usarei os recursos apresentados a partir das genealogias dessas famílias, bem como aos documentos produzidos sobre o referido tempo em Mimoso do Sul: documentos de cartório, jornais de época, e outros estudos teóricos já realizados sobre o lugar e sobre a região onde se faz pesquisa.

A tarefa proposta dependeu da realização de um trabalho de campo suficiente para interpretar os significados territoriais da presença das famílias estão sendo contempladas nos projetos de assentamento em Mimoso do Sul. Neste sentido, se fez necessário o desenvolvimento da observação participante, com a realização de entrevistas e o acompanhamento das atividades realizadas pelos sujeitos no local dos assentamentos e na região. A partir das entrevistas e das observações, procedi às genealogias de algumas das famílias dos assentamentos, com base na orientação de Cardoso de Oliveira (2002). Com o exercício de verificação das genealogias, pretendi alcançar, na articulação com outros procedimentos metodológicos: a pesquisa nos contratos de trabalho que substituíram a escravidão e as entrevistas e investigação sobre os elementos da territorialidade processada; e ao mesmo tempo responder por que eles foram silenciados nas políticas de patrimonialização e na recolocação das famílias através do assentamento.

Os dispositivos são reflexos de uma multiplicidade de signos dispensados num momento fundamental da história brasileira, de transição na qual destacamos os esforços escravocratas em fazer distender seus interesses para além do momento de crise que, conforme assevera Agamben (2007), é um daqueles momentos históricos que precisam ser profanados:

(...) qualquer improfanável baseia-se no aprisionamento e na distração de uma intenção autenticamente profanatória. Por isso é importante toda vez arrancar dos dispositivos – de todo dispositivo – a possibilidade de uso que os mesmos capturaram. A profanação do

improfanável é a tarefa política da geração que vem. (*idem, ibidem*: 79)

Ao estudar anteriormente em meu mestrado as ações de grupos organizados para matar em Duque de Caxias, observei que a prática da “limpeza social” efetiva também uma forma de significação da criminalidade e o ataque ao crime pela morte dos criminosos. No projeto de tese que apresentei ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, pretendi investigar o que tornou as famílias negras rurais em Mimoso do Sul clientes dos projetos de Reforma Agrária. Considero que os procedimentos efetivados na criminalização dos grupos rurais negros no município de Mimoso do Sul, ainda no final da escravidão, indicaram elementos que tornaram possível a aplicação do modelo usual de reforma agrária. Não há aqui nenhum apriorismo: as investigações realizadas para o mestrado constituem apenas meu ponto de partida, um lugar que permite movimentar a nave, dando aos passageiros/leitores a oportunidade de acessar o percurso das forças que alimentam os esforços aqui dispensados.

Tenho como oferta inicial para o estudo que proponho a elaboração desse percurso descrito e nele também seguindo com a ferramenta apresentada por Pina Cabral: “A vida sócio-cultural tem de ser abordada como um campo de negociação de significados, tendencialmente estruturado pelo exercício do poder simbólico.” (PINA CABRAL, 1996:42)

Analisando os documentos do período referido, realizando entrevistas com os sujeitos encontrados no espaço social identificado, estudando processos judiciais bem como analisando a bibliografia sobre o assunto e vivendo com os sujeitos locais, verifiquei eventos sócio-históricos, operados na constituição do silenciamento das identidades dos sujeitos que ali estão sendo criminalizados e, por conseguinte, pude contextualizar as maneiras que são estabelecidas para cuidar dos sujeitos identificados, aqui referidos, como dito antes, tratados pelas agências estatais como clientes da reforma agrária. Não há, nestas políticas públicas, esforços no sentido de considerar as suas especificidades étnicas e culturais. Por outro lado, o caminho apresentado pelo modelo de reforma agrária não revela os questionamentos que são apresentados neste presente estudo, inclusive nos procedimentos de identificação e delimitação dos seus territórios, conforme já argumentado.

Pelo que foi defendido até aqui, a referência teórica, a exposição do percurso inicial, torna-se fácil entender que nesta proposta não há nenhuma intenção de reificar nenhuma interpretação dos conceitos de violência e criminalidade submetidos às jaulas das cenas espetaculares tão amplamente divulgadas pelas partes que envolvem os interesses da venda de notícias como mercadorias. Pretendo investigar a criminalidade e a violência no contexto das ações desempenhadas para a defesa e a estruturação da ordem. Dessa forma, me aproximo também das questões apresentadas por Rifiotis (1998), consoantes já referidas. Não pretendo, portanto, deixar fora deste projeto a verificação das táticas e técnicas, inclusive discursivas, e de todas as suas referências, elaboradas ao longo da história brasileira refletidas na delimitação da pesquisa, na tentativa de “ordenar”, silenciando a presença dos sujeitos históricos atacados dentro das disputas territoriais efetivadas no Brasil.

Conforme já apontado por Oliveira (1998) em seu estudo sobre o movimento dos indígenas no Nordeste brasileiro, os processos de territorialização produzem contextos nas intervenções desenvolvidas pelas ações do Estado, muitas vezes deslocando e reafirmando diferenças étnicas contra os projetos de homogeneização e assimilação do próprio Estado, inclusive em termos das repercussões acerca do significado de “fronteiras étnicas”, ao menos desde Barth. Neste sentido, a pesquisa leva também ao estudo de O'Dwyer (2002), sobre as identidades e os critérios de constituição delas, estabelecidos pelos sujeitos com os quais estudamos

Conforme dito no início dessa apresentação, para uma reflexão teórica sobre os significados relacionados ao termo “famílias negras rurais” em Mimoso do Sul, ainda não há elementos suficientes produzidos a partir das investidas no local da pesquisa. Outrossim, essa proposta não deixa de considerar as implicações do surgimento dessa relação terminológica na delimitação da que está sendo planejada. Neste sentido, destaco a importante contextualização feita por Barcellos (1996:131-144), quando estuda famílias negras no Rio Grande do Sul. Na referida contextualização, a autora chama atenção para os estudos que, desde as referências nos Estados Unidos, analisam a centralidade da família nas relações sociais em que se encontram as comunidades negras. A importância da observação sobre as especificidades das presenças das *unidades familiares* produzindo expressões das comunidades de quilombo também é corroborada por Almeida (2002):

Eis outro elemento a ser enfatizado: a unidade familiar que suporta um sistema produtivo específico que vai conduzir ao acamponesamento com o processo de desagregação das fazendas de algodão e cana-de-açúcar e com a decorrente diminuição do poder de coerção dos grandes proprietários territoriais. Tal sistema de produção, mais livre e autônomo, baseado no trabalho familiar e em formas de cooperação simples entre diferentes famílias, acha-se intimamente vinculado ao deslocamento do conceito de quilombo. Mais que possíveis laços “tribais”, temos nos quilombos instâncias de articulação entre essas unidades de trabalho familiar que configuram uma divisão de trabalho própria. Do meu ponto de vista, a questão do denominado “quilombo hoje” passa também pelo entendimento do sistema econômico intrínseco a essas unidades familiares, que produzem concomitantemente para o seu próprio consumo e para diferentes circuitos de mercado. (ALMEIDA, 2002:51)

A necessidade de observação das especificidades produzidas famílias antes identificadas como negras rurais, tem levado conseqüentemente às tensões relativas as ressemantização dos significados de quilombo, assim, um deslocamento dos limites impostos às noções que insistem em não reconhecer as especificidades étnicas na utilização de conceitos como o de campesinato como homogeneização e vala comum. Sobre esse assunto e no caso do Espírito Santo, vale destacar os trabalhos que tem sido realizados por Osvaldo Martins de Oliveira os quais colocam esse Estado da Federação no tempo dessas rupturas frente as tentativas de silenciamentos das especificidades e interesses das comunidades quilombolas.

Assevero, concordando com a autora, sobre a necessidade de acompanhar as especificidades apresentadas nas representações que os próprios sujeitos fazem de suas ações. Também sobre a necessidade de se verificar os processos de territorialidade das famílias negras rurais, referencio o trabalho de Dawsey (2005), mais especificamente sobre a necessidade de observar, por meio dos estudos de performance, especialmente aqueles relacionados ao conceito de “drama social” em Turner, a passagem para o estado liminar. Assim, o conceito de performance aparece como um instrumento de investigação baseado na

observação das experiências cotidianas dos sujeitos. Ao estudar os bóias-frias, o autor argumenta que é necessário investigar “gestos e manifestações”, que constituem a transformação dos sujeitos em bóia-fria. Neste percurso, o drama não se restringe a momentos da vida dos sujeitos, mas toda experiência cotidiana é dramática e significativa. (*idem, ibidem*, p. 20)

Na página da Fundação Cultural Palmares há registro de que, até maio de 2013, 2007 comunidades quilombolas haviam recebido "Certidão de Autodefinição" das 2408 Comunidades Remanescentes de Quilombos existentes no país. Segundo a mesma fonte, as *Certidões de Autodefinição das Comunidades Remanescentes de Quilombos* começaram a ser expedidas para o Espírito Santo a partir de 2004, ou seja, um ano após a publicação do Decreto nº 4.887/03, o qual conferiu ao INCRA a tarefa de aplicar a regra prevista no Artigo 68 dos ADCT - Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Das 2408 comunidades referidas, apenas trinta estão localizadas no Estado do Espírito Santo e somente cinco no sul do Espírito Santo: Boa Esperança e Cacimbinha, ambas no Município de Presidente Kennedy; Monte Alegre e Graúna<sup>5</sup>, no Município de Cachoeiro do Itapemirim; Pedra Branca no Município de Vargem Alta; e Alto Iguapé no Município de Guarapari. Segundo informação fornecida por um dos representantes do Instituto Portas Abertas, que atua na região sul do Estado e que vem realizando pesquisas pelo Projeto Justiça e Cidadania, desenvolvido em parceria com a entidade universitária São Camilo, poucos trabalhos de campo foram efetivados na região com o objetivo de tratar do assunto Comunidades Quilombolas. Com base nos levantamentos efetivados pelo projeto em andamento, algumas comunidades foram contatadas e se apurou que no Município de Presidente Kennedy uma das comunidades havia demonstrado “desinteresse” no processo de reconhecimento pelo Estado, dos direitos referentes às Comunidades Remanescentes de Quilombos. A resistência encontrada na comunidade, segundo o representante do Instituto Portas Abertas, foi evidenciada pela indisposição dos sujeitos locais em não interferir no modelo de propriedade já estabelecido, além do receio de os procedimentos de

---

<sup>5</sup> Indicação apresentada por Osvaldo Martins de Oliveira, quem realiza pesquisas há mais de 15 anos no Estado do Espírito com Comunidades Quilombola.

identificação étnica contrariarem a organização hoje existente, baseada no movimento evangélico.

Os dados apresentados até o momento obrigam a uma reflexão etnográfica no sentido proposto por Turner: o estudo das relações simbólicas e performáticas frente aos jogos das relações sociais da vida cotidiana, remontando inclusive ao pensamento de Geertz. Silva (2005) destaca que é justamente a questão simbólica a que atrai Geertz ao debate, para quem, apoiado nos estudos weberianos, o etnógrafo deve estudar a tal polissemia de significados como uma “teia” produzida pelos sujeitos locais, tendo como um dos propósitos fundamentais dar sentido à vida individual e coletiva (SILVA, 2005:45). Outrossim, Geertz destaca a necessidade de buscar o sentido das ações performáticas, não deixando de considerá-las em sua polissemia, posição diferente do estruturalismo de Lévi-Strauss, que se prende à interpretação dos significados a partir do imperativo da ordem. Ainda sobre as interferências de Geertz (1978), Silva chama a atenção para a relação que aquele autor estabelece entre a *performance* e a realidade histórica e social, ao considerar que o pesquisador deve ser capaz de interpretar os motivos dos sujeitos em, diante da polissemia, optarem por determinados significados, e não por outros. Isso necessariamente exige do pesquisador a capacidade de relacionar os eventos performáticos às estruturas sociais, ao mesmo tempo em que desenvolve o movimento interpretativo ao contrário, ou seja, ir das estruturas sociais às performáticas.

Ainda referente à noção de composição que também se constitui em situação de conflito e crise, faço outra observação acerca das ressonâncias. Sugiro uma aproximação entre a luta para realização do jeito de ser das famílias estudadas e a luta Guarani contra o Um, contra o Estado a partir da interpretação de Clastres (1974). Sugiro conforme Clastres que nossos interlocutores locais lutam contra a tentativa de concentração de poder, contra a tentativa de homogeneizar as diferenças. Mas antes de chegarmos a Clastres passaremos pelas tensões apresentadas por nossos interlocutores em Mimoso do Sul, desse jeito pensaremos sobre os significados da **transformação em fera**, como mais um processo de resistência diante da tentativa do estabelecimento da empresa, novamente com base na exploração das relações de dádivas, pela exploração da dívida fundada na relação entre o padrinho/patrão e o afilhado/empregado e seus familiares. Quando estivermos na análise destes eventos poderemos ver outra imagem do tempo, do fluxo, quando a **transformação em fera** se articulará através

de um movimento de desterritorialização na ruptura dos vínculos estabelecidos com o padrinho/patrão e na territorialização quando a família Cabiúna (Ferreira de Almeida) se desloca em direção aos Pontões, nesse momento então a imagem do tempo que nos será apresentada é a de **caçar melhora**.

A tese será apresentada através dessa introdução, cinco capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo busco abordar a partir de aspectos iniciados em minha dissertação de mestrado, como no período próximo do fim da escravidão legal, a constituição e as formas em que as noções normativas tratam os descendentes de africanos e indígenas como sujeitos liminares, assim, elejo o desenvolvimento de alguns aspectos apresentados nos rituais, para alcançar uma articulação que me é sugerida durante as pesquisas com os interlocutores locais, sobre a realização dos dispositivos Reforma Agrária e Patrimonialização no alcance da tese. Observo uma movimento que produz diferença no fluxo de pessoas que enfrentam desde a escravidão até os projetos de Reforma Agrária e Patrimonialização, a repercussão dos efeitos liminares. Nesse momento não deixo de considerar certo plano conceitual movido a partir dos esforços da pesquisa, o que também permite uma conexão entre os dois trabalhos o da dissertação e agora desta tese. Ainda no primeiro capítulo apresento uma noção que vai nos acompanhar durante todo o texto, a noção de composição/decomposição, que se apresenta desde o plano interpretativo que fazem os sujeitos entrevistados do fluxo que realizam na produção de suas histórias e dos lugares. Está noção nos ajuda a pensar como nossos interlocutores tratam a luta por resistência através do que pensam sobre o processo de escravidão e desde os momentos de crise, também conforme as interpretações de seus ancestrais, eles mesmos e os lugares como sujeitos liminares.

A noção de composição, conforme veremos, também está vinculada à noção de dispositivo, ou seja, o argumento sobre o relacionamento de forças. Entretanto pretendemos aí uma distinção: enquanto no dispositivo a intenção é produzir mercadorias, desenvolver certas noções de produtividade com vistas à concentração e controle por parte de alguns, na noção de composição - na forma como utilizo - aparece sempre uma expressão de como nossos interlocutores estão nos apresentando o tempo de suas histórias. Composição desde o local é a expressão da necessidade de fazer a vida passar nas distensões do fluxo, assim, a noção de composição que se nos apresenta não se deixa enjaular numa certa perspectiva do tempo que se prende aos interesses

imediatistas. A composição nos permite ir ao encontro de um tempo que nunca passa, ela é sempre possibilidade de abertura e de encontros inesperados sempre uma surpresa, não sem referências, mas uma surpresa. Demonstraremos nos eventos analisados e em suas repercussões como estes aspectos se fazem presente, nas expectativas, nas incertezas, nos medos, nas inseguranças, nas necessidades de se lançar e realizar o jeito de ser local.

No segundo capítulo, considerando que uma ponte já foi atravessada, passo a demonstrar como os argumentos locais me permitem tratar das distensões das forças liminares, assim, considerando a noção de relacionamento de forças, busco alcançar uma primeira contextualização que é, também, certa interpretação que os interlocutores fazem desse movimento das forças liminares, o que também vou chamar encontro com o tempo que nunca passa. Nesse capítulo veremos os procedimentos históricos se abrirem através da produção e distensão do medo e como nos dispositivos essas histórias locais podem ser articuladas, mas não enjauladas. Os dados da pesquisa nos permitiram apresentar várias questões aos dispositivos, como indagar sobre como é possível produzir sujeitos – os sem terra – na produção do silêncio. Então veremos nesse capítulo que para realização dos dispositivos é necessário fazer os sujeitos produzidos - inclusive a terra, a natureza, os cafezais os casarões e o meio ambiente – coincidir com as regras legais. Aí, pensando junto com nossos interlocutores, nos surgirá em outra potência a noção de que para ver o mundo e necessário ver as relações como constituição de coisas com alma.

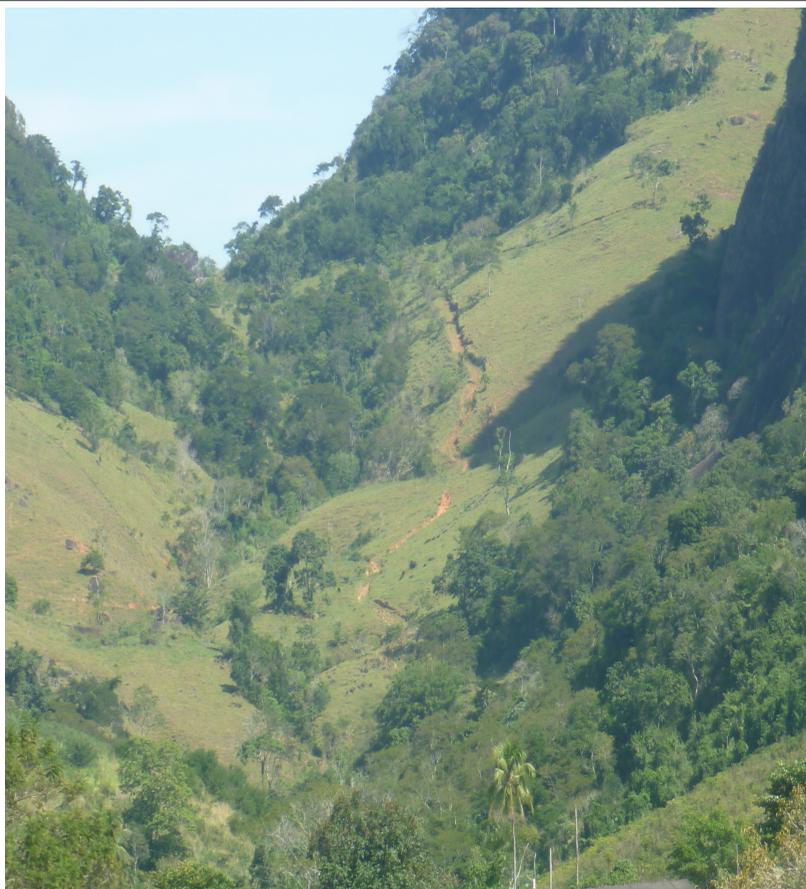
No terceiro capítulo a partir do esforço genealógico produzido com os interlocutores locais, que articula a produção dos lugares e a produção das pessoas, observo como a composição frente a produção do dispositivo Reforma Agrária também é vista como um risco a realização do jeito de ser local, o que vai nos levar as novas tensões interpostas nestes compostos de relacionamento de forças. Nesse momento seremos remetidos, novamente, às imagens do tempo vividas por nossos interlocutores, quando nos serão anunciadas algumas das formas de resistência por eles utilizadas para que o referido jeito de ser possa passar, então entraremos no tempo das rachaduras. Diante das lutas de resistências veremos Através das rachaduras veremos uma desantropomorfização quando recolocados no mundo através de duas histórias as pessoas com quem pesquisamos, nos mostraram que as coisas estão se desenvolvem em composição. Através de eventos como da rejeição da exploração da relação padrinho patrão, da interferência

dos escravos com “quantias insignificantes” na formação do caixa para o pagamentos pela libertação, novamente veremos a vida passar. No quarto capítulo as noções desse tempo nos serão mostradas de forma mais intensa, quando elas nos colocarem em contato com a noção de símbolo interpretada a partir do Movimento Anti Utilitarista das Ciências Sociais- M.A.U.S.S., quando isso estiver acontecendo novamente teremos contato com os riscos apresentados a partir do funcionamento dos dispositivos, a noção de **sistema** produzida por nossos interlocutores se juntará a outras constituindo as ferramentas necessárias à continuação de nossa batalha. O sistema que também produz “quantias insignificantes” participa dos processos de produção das pessoas e das coisas e ao mesmo tempo enfrenta as tentativas de controle postas nos esforços pela mercantilização das coisas. Também porque o sistema opera com uma certa noção de símbolo que não destitui as almas das coisas, ele ultrapassa os limites das semânticas dos dispositivos compondo, assim, com os procedimentos de territorialização/desterritorialização no fluxo de nossos interlocutores. Veremos que o sistema, noção local produzida também nas articulações com as dídivas, desenvolve uma das máquinas nas já mencionadas lutas por resistência. No quinto capítulo a batalha se põe frente à articulação que se desenvolve entre a política de Reforma Agrária e a Patrimonialização, articulação que como veremos depende da distensão das separações das histórias das pessoas das histórias das coisas. Essa tensão, a tentativa de produzir as coisas sem alma, produz uma série de problemas com os quais nossos interlocutores lutam. Veremos que A partir daí caminharemos para as conclusões finais entendendo que o percurso desenvolvido não pode nos levar a uma conclusão de tudo que foi apresentado, mas que pode nos apontar alguns resultados e outras pistas a serem tratadas em outros encontros.

## Capítulo I

### Deslocamentos e dispositivos liminares: de escravos quilombolas a assentados

*Ilustração 3: Caminho da ponte seca, nos argumentos locais lugar frequentado por escravos fugidos.*



Nos projetos de criação do treze de maio de 1888<sup>6</sup>, constatamos mecanismos de reprodução da desigualdade, que também estão relacionados à tensão criativa entre exclusão/inclusão que, por sua vez, estão diretamente vinculadas à relação entre norma a ser defendida e transgressão a ser controlada. Em entrevista publicada no *Jornal do Brasil* do dia 30 de julho de 1995, o pesquisador norte-americano Thomas Holloway analisa as implicações do acordo, firmado em 1831, entre o então Regente Feijó e Luiz Alves de Lima e Silva. Com base nas pesquisas feitas nos documentos e nas cartas da época, o pesquisador afirma que Luiz Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, aceitou a incumbência de “limpar a cidade”, trazer a paz para a burguesia, mas com a condição de que tivesse força e autonomia sobre seus atos e a instituição que comandava. Ao admitir a realização do ataque à criminalidade por meio da autonomia absoluta do comando de Luiz Alves de Lima e Silva, o Império reconheceu a necessidade de considerar o assunto como algo afeito ao interesse nacional. As ameaças presentes na criminalidade são pensadas como uma questão de guerra, de organização nacional. É do mesmo período o debate no legislativo com vistas à criação do Código Penal. Nos referidos debates, ficava clara a preocupação do Império com a ameaça advinda do processo que levaria ao fim a escravidão legal. Na região definida para a realização do estudo, Novaes (1963) e Martins (1997) destacam importante referência nas preocupações do movimento abolicionista local. Os historiadores fazem menção ao cuidado que os abolicionistas demonstraram com o fim da escravidão, no sentido de argumentarem em seus discursos sobre o “medo” da “vagabundagem” que era representado pelos escravos e depois pelos libertos. Noutros termos, os abolicionistas locais defendiam a necessidade de civilizar os libertos:

Deve-se pensar no futuro dos escravos quando libertos; prepará-los e civilizá-los, de modo que o trabalho, antes, penitência, castigo e vexame, passe a um dever. Acentuou que ao governo competia criar colônia nas Províncias, para

---

<sup>6</sup> Chamo a atenção para outras interpretações que são feitas do 13 de maio conforme já asseveramos na introdução e em consideração os trabalhos produzidos no Estado do Espírito Santo por Osvaldo Martins de Oliveira, assim, não demos esquecer que outras interpretações, inclusive as que relacionam o Caxambu e a umbanda, estão passado através de noções como a de herdeiros.

impedir a vagabundagem; ensinar o que é liberdade. (MARTINS, 1997:29)

Esse momento do movimento abolicionista é emblemático, porquanto, entre outras coisas, está relacionado à marcação de diferenças históricas fundamentais, a saber: a) a transformação da moralidade relativa às relações de trabalho; b) o desenvolvimento de ações de controle, movidas pelo perigo representado pelos novos elementos incorporados às experiências cotidianas; e c) a constituição de uma estratificação na população escrava através da luta contra a vagabundagem. O escravo é visto como merecedor de um tempo de reclusão, para aprender o que é liberdade e tornar possível sua participação num outro mundo em que ele, escravo, também deverá ser um outro. Nos discursos abolicionistas, o escravo é tido como um elemento liminar, daí a necessidade de submetê-lo ao referido processo de civilização, onde o trabalho se desvincularia ainda na sacralização, do polo do castigo e passaria ao dever. Os discursos abolicionistas destacados também estão relacionados a eventos como a queima dos documentos referentes à escravidão por ordem do “ilustre” Rui Barbosa.

Dessa forma, verifica-se uma complementaridade no movimento, ou seja, se por um lado é necessário processar uma transformação do escravo pela civilização, dando centralidade nas relações de trabalho; por outro lado, faz-se necessário soterrar referências que prejudiquem a nova imagem a ser legitimada. Eles tratam o movimento em direção à abolição como uma transição necessária e perigosa, inclusive sob o ponto de vista da ameaça à ordem pela vagabundagem. Além, é claro, da explícita referência a análise ritual, já se vê que as questões postas nos levam também ao método genealógico, à necessidade de analisar as relações e o poder em seus contextos práticos (FAÉ, 2004).

Em relação aos estudos sobre o totalitarismo, sem assemelhar realidades históricas distintas, vale a pena refletir sobre a temática que foi objeto de crítica de Barrington Moore, em *Injustiça* (1987) e Hannah Arendt, em *As Origens do Totalitarismo* (1990). No primeiro trabalho, o autor parte de uma questão elementar: “Quem eram os nazistas?”. Por meio dessa indagação, Moore ataca a ideia de que o projeto nazista tenha sido algo inventado por um homem, Adolf Hitler. Os esforços da pesquisa deste autor alcançam fontes deixadas pelo próprio regime nazista elementos fundamentais para verificar que o projeto no qual Hitler se destaca era sustentado pelos desejos e os

incômodos causados pela indignação moral de vários setores da sociedade alemã da época, que desejava justiça.

Para Arendt, projetos totalitários do período histórico do Nazismo estavam ligados à realização das modernas sociedades de massa. Segundo ela, a desarticulação do povo, a falta de interesse coletivo, a supervalorização do medo e uma perspectiva bem pessimista da vida, associadas a toda sorte de problemas causados pelo processo de desenvolvimento vividos nessas sociedades, atacam as possibilidades do exercício democrático e criam as oportunidades para o desenvolvimento de experiências autoritárias (ARENDR, 1990). Em relação a essa interpretação, a pesquisa de Elias (2009) também oferece elementos para despersonalizar a ação totalitária tratada como invenção de um líder. Segundo esse autor, o movimento nazista deve ser contextualizado nos longos processos históricos de constituição da sociedade alemã, em que são os *habitus* “saber social incorporados” que vão identificar nas ações dos líderes as suas artes. O conceito de *habitus* apresentado aqui não deve nos levar à confusão de que as ações representam são tão somente um processo acumulativo, visto que o conceito está relacionado à ideia de continuidade e mudança.

Os estudo sobre totalitarismo referidos acima merecem destaque nesse trabalho, pelo fato de também estarem chamando nosso atenção para o processo de composição, dos relacionamentos de forças, assim, a partir desses estudos sobre totalitarismo observamos que as perguntas não devem ser feita ao projeto de uma pessoa, mas devemos pergunta – repetindo Norbert Elias já citado – sobre os planos de acontecimentos que torna tais experiências históricos possíveis, não deixando de considerar sempre as relações que os conceitos têm com seus planos de composições.

Giorgio Agamben (2008) argumenta que o ordenamento jurídico já conteria em si o seu contrário, ou seja, a supressão do direito. Neste sentido, defende que o estado de exceção é muito mais uma técnica de governo do que uma medida excepcional: “[...] deixa aparecer sua natureza de paradigma constitutivo da ordem jurídica” (AGAMBEN, 2003:18). Assim, e diferentemente de Arendt, para esse filósofo as experiências autoritárias, o estado de exceção, não seriam nem exteriores nem anteriores ao ordenamento jurídico: “[...] dentro e fora não se excluem, mas se indeterminam” (*Idem, ibidem*, p.39). Os argumentos desse autor estão em conexão com a forma como os conceitos de marginalidade e criminalidade são tratados neste projeto.

Os estudos sobre criminalidade realizados pelas Ciências Sociais, com destaque para os desenvolvidos com base no conceito de cultura, têm demonstrado que não se pode sustentar a criminalização exclusivamente pelos aspectos universais, ou seja, consideramos aqui o fato de a criminalização ser um processo de construção de significado, uma caracterização em relação à ordem existente ou que se quer estabelecer. Os próprios estatutos dos denominados Direitos Universais do Homem têm reconhecido a necessidade de observar as articulações entre o específico e o geral, a fim de se respeitarem os direitos étnicos. Essa interpretação, como foi dito antes, aparece nos estudos recentes sobre direitos étnicos, posição alcançada após movimentos históricos bastante conflituosos. No que se refere ao caso brasileiro, quando pensamos na afirmação dos direitos étnicos na história dos conceitos relativos a esses direitos, verificamos, inclusive, que a ideia de tratar os iguais de maneira igual e os desiguais nas suas desigualdades, na afirmação do princípio da discriminação positiva também não se traduz em um percurso fora da disputa.

Nina Rodrigues, no livro *Coletividades Anormais*, em seu esforço de estudar a criminalidade no Brasil, com fulcro no que estava em voga internacionalmente, auxilia-nos na demonstração de como as marcas do processo de criminalização, apoiado em princípios raciais – uma clara referência à oposição natureza/sociedade, vão sendo estendidas a critérios sociais. Ele sugere uma análise sobre a história de Lucas da Feira, um criminoso do Brasil Império, um escravo que após a fuga organizou um grupo que, segundo documentos da época, aterrorizava a região de Feira de Santana/BA. Ainda misturando o conceito de etnia ao conceito de raça, marcado por características biológicas, Nina Rodrigues vai afirmar que Lucas da Feira não pode ser submetido aos princípios classificatórios defendidos por Lombroso, que afirmava haver nos criminosos uma tendência ao exagero dos índices étnicos, neste caso os determinantes biológicos. Para Nina Rodrigues, “Lucas da Feira não possuía verdadeiramente os índices das raças inferiores”. Também com base no conceito de “mentalidades primitivas”, desde Lévi-Bruhl que Rodrigues vai afirmar que Lucas da Feira “era um selvagem domesticado que retomou entre nós toda a liberdade de suas atitudes” (RODRIGUES, 2006:108). Ao escapar a domesticação, “ganhar a liberdade” conforme afirma Nina Rodrigues, Lucas da Feira passa a ser governado por forças que vem de dentro, da sua “natureza cultural”. A liberdade em Lucas da Feira, segundo Nina

Rodrigues, é a expressão da “natureza cultural” tornada maior que a “domesticação”.

É preciso asseverar que Lucas da Feira é alguém que foi escravizado em Feira de Santana/BA até 1828, quando fugiu e, segundo os documentos da época referidos por Nina Rodrigues, passou a cometer pequenos furtos até que a partir de 1840 passa a comandar um pequeno bando composto por outros escravos também fugidos. Para Nina Rodrigues não eram as características físicas que determinavam a criminalidade de Lucas da Feira, mas sim o seu comportamento o qual para o mesmo médico poderia ser considerado em outro contexto, o contexto “naturalmente cultural” originário ou étnico do criminoso como ato heroico, já que na perspectiva psicologizada de Lucas da Feira feita por Nina Rodrigues ele – Lucas da Feira - praticava “atentados extrínsecos” contra os de fora. No esforço em tentar territorializar Lucas da Feira, Nina Rodrigues vai se orientar por uma certa teoria:

Corre escreveu a este propósito sobre o negro: “Com o arbítrio e o despotismo de certos reis que obtêm o apoio de uma casta militar com a condição de uma tolerância ilimitada para os excessos desta, a penalidade deixa de apresentar qualquer regra e reveste-se de caracteres atrozes; estes, enxertados sobre o temperamento sanguinário da raça, acabam por adquirir como que uma sanção legal, e se tornam um hábito tradicional” (*L'ethnographie criminel*, p. 109 in Rodrigues, 2006: 109).

Os esforços de Nina Rodrigues tinham também um caráter pragmático: no livro *Os Africanos no Brasil*, o autor, ao analisar o Código Penal de 1890, sugere uma comparação entre as formas de construção penal “na Bahia e na África selvagem”, em que afirma que a polícia brasileira agia “inconscientemente de acordo com impulsos atávicos”. Dessa forma, como sugere o próprio autor, não só os criminosos são determinados pelo passado primitivo, como o próprio aparato repressivo também age com base nas motivações também primitivas. Não custa lembrar que Nina Rodrigues foi consultor no processo de construção do Código Penal já referido. Vale comentar também o fato de que a noção de estado de exceção apresentada por Agamben e referida acima, repercute aqui, ou seja, a realização da

ordem vai se utilizar do estado de exceção como técnica o que no tempo de Nina Rodrigues se impõe através dos efeitos liminares que a presença da população africana impõe. Nesse sentido podemos dizer que o médico baiano através de seu caso Lucas da Feira, na leitura que estamos fê fazer ressoar a interpretação de Agamben sobre o estado de exceção, o ordenamento que traz em si, contraditoriamente, a desordem.

Afonso Arinos de Mello Franco, ao refletir sobre o conceito de civilização brasileira, em 1936, defende a ideia de que o Brasil teria levado muito tempo para se diferenciar da “cultura”, termo que, para o autor, quando referido aos negros e indígenas, deveria ser colocado em oposição ao termo “civilização”. Para ele, o perigo se apresentava também na forma como os indígenas e os descendentes de africanos entendiam o conceito de legalidade. Segundo Franco, “a legalidade indo-africana” se apoiava na força. O poder era assim respeitado porque era temido. Dessa forma, o autor defendia o posicionamento de que o brasileiro estaria ainda num estado primitivo, determinado pela influência dos africanos e dos indígenas, que se prendiam à “concepção de legalidade” filiada ao terror natural, à presença da força, desligada de qualquer compromisso com a razão. Não é demais asseverar que essa explicação de Afonso Arinos e também as interpretações de Nina Rodrigues sobre a relação entre o aparato repressivo do Estado e os criminosos estão diretamente relacionados às forças que movimentam o debate em torno da pena de morte ainda no Império, na discussão sobre a criação do Código Penal e sobre o fim da escravidão.

Olhando de perto o estudo de Mariza Corrêa, por sua vez, observamos que o desenvolvimento da Antropologia no Brasil esteve intimamente ligado aos objetivos positivistas, e isso fica ainda mais claro se pensarmos nos desenvolvimentos feitos pela disciplina, ao menos desde Nina Rodrigues. Pelos estudos implementados por esse autor diante da questão da criminalidade e da ordenação da sociedade brasileira, fica claro que o combate ao crime não poderia ser pensado apenas no ato cometido, mas todo esforço deveria ser disponibilizado em direção às medidas preventivas. Neste sentido, o combate à criminalidade historicamente definida pelos especialistas, envolvendo os escravos, os indígenas, os capoeiras, o atavismo, as mentalidades primitivas incapazes de conquistar o modelo de civilização passaria também pela prevenção. O que tinha como ponto de partida o medo impingido pela possibilidade do fim da escravidão vai se especializar na relação que o conceito de crime vai estabelecer com a ideia de doença.

O conceito que facilita tal articulação é o de periculosidade, definido através dos estudos de Medicina Legal e desde a descoberta do micróbio.

Seguindo a trilha desde os estudos sobre ritual, os trabalhos de Foucault (1987) e de Agamben (2002) também refletem sobre o fato de o diagnóstico apresentado por Nina Rodrigues sobre Lucas da Feira e a interpretação de Afonso Arinos sobre a “legalidade indo-africana” e sobre o conceito de cultura em oposição à ideia de civilidade branca europeia, são problemas relativos aos Estados formados desde a transição do século XVIII para o século de XIX. De um lado, não se pode afirmar a dissociação da vida que merece ser vivida, protegida e incentivada (*bios*) da mera vida, nua desprovida de garantias e exposta à morte (*zoe*), ou seja, elas se constituem através de relações de interdependência. De outro lado, o que nos faz novamente reconhecer a intensidade dos argumentos de Nina Rodrigues, bem como seus limites contextuais e históricos, é o fato de que o reconhecimento da tensão *bios-zoe*, identificada por ele ao estudar Lucas da Feira, guardadas as devidas proporções, através dos conceitos de “atentado intrínseco” e “atentado extrínseco”, funciona como argumento para a distensão das relações de poder como as que sustentam as formações de grupos de extermínio e as ações de repressão destinadas a grupos e pessoas específicos, aos sujeitos liminares.

Desde os estudos de Medicina Legal, e mediante o conceito de periculosidade, se discutia a doença de uma forma geral. Sob o domínio da Medicina, a criminalidade deveria ser combatida através de seus focos, em caráter preventivo, tornando-se óbvio que esse caminho acabaria por levar a história brasileira à Eugenia, embora o destaque aqui diga respeito à distensão do medo e das ideias de perigo. Minhas pesquisas tomam o caminho já bastante desenvolvido nos estudos produzidos por Rifiotis, mais especificamente pela forma como tem interpretado o conceito de violência:

Em outros termos, entendemos que a violência não pode ser simplesmente negada, considerada como uma parte maldita da sociedade, um resquício do passado que deve ser eliminado: ela é um dos elementos vivos de qualquer projeto social. De um ponto de vista mais amplo, acreditamos que, ao invés de negarmos a sua presença e a repudiarmos como um fantasma

deveríamos procurar compreender como ela se inscreve nas relações sociais e no nosso imaginário. Essa atitude reflexiva poderia contribuir para um melhor conhecimento da nossa sociedade e para modulação da nossa própria sociedade. (RIFIOTIS, 1998:27)

Desenvolvendo o percurso aqui apresentado, quero destacar o argumento de que, para longe de uma perspectiva que pretenda enjaular o conceito de violência no quadro das coisas indesejáveis, devemos investigar de que maneira o conceito participa dos processos de organização social. Tratarei desse assunto mais adiante, no capítulo sobre o discurso antropológico, quando apontarei, como uma das direções deste projeto, o que já foi apresentado desde a teoria antropológica clássica desenvolvida através dos estudos sobre rituais.

Em minha dissertação de mestrado analisei a ação de grupos organizados para matar, no Município de Duque de Caxias, os procedimentos que dão legitimidade ao ataque, ao crime através do homicídio. Observei em meu estudo que as ações dos denominados grupos de extermínio em Duque de Caxias se apoiavam no argumento de uma necessária limpeza social, dando legitimidade a procedimentos e fazendo operar a execução de pessoas como forma de acabar com o crime. Os grupos organizados para matar agiam a partir de um argumento moral, aceito socialmente, de que havia algumas pessoas que sujavam o lugar através do crime e que por isso deveriam morrer.

Claro que a legitimação da ação dos grupos de matadores também se dava através do terror, do medo que os outros moradores tinham deles, matadores. Entretanto, as mortes também aconteciam porque havia um acordo que atravessava os vários segmentos sociais quanto à classificação do crime, de forma que os assassinatos – limpar a área – se transformava numa moeda de barganha utilizada pelos matadores para ganhar prestígio social e dinheiro dos mandantes que os contratavam. Outro aspecto observado desde os argumentos da criminalização, é que era produzida uma situação ambígua, ou seja, ao mesmo tempo em que as pessoas eram marginalizadas e vistas como perigosas, com capacidade de sujar a área, também eram tratadas como necessárias à produção de riquezas.

Na ação dos grupos organizados para matar, também identificados como de extermínio, o crime era definido como uma forma

de poluição. Dessa maneira, a ação dos grupos era vista na sociedade carioca, e em Duque Caxias, como necessária para que se pudesse proteger a norma. Na análise dos argumentos, verifiquei que os matadores eram pessoas respeitadas nos espaços geográficos em que atuavam e que o pagamento pela sua atuação era oferecido por políticos profissionais dos municípios, por comerciantes, pelo narcotráfico e por banqueiros do jogo de bicho. O perfil da maioria das vítimas dos grupos organizados para matar era composto por adolescentes e jovens negros e pobres, que sujavam a área, cometendo pequenos delitos.

Partindo das análises sobre ritual e os significados dos conceitos de “poluição”, “liminaridade”, “exclusão”, “transgressão” e “norma”, busquei entender a forma como a ação dos grupos organizados para matar ganhava legitimidade. Frente aos estudos clássicos destacados pela teoria antropológica, me pus a tratar do assunto a partir de Mary Douglas, pela seguinte afirmação: “[...] se impureza é um assunto inoportuno, devemos investigá-lo através da ordem. Impureza ou sujeira é aquilo que não pode ser incluído, se quiser manter um padrão.” Douglas (1966: 33). Dessa forma, observei como os argumentos morais são utilizados para explicar os procedimentos de transgressão, criminalizar ações de certas pessoas, bem como formular os métodos e as técnicas para encarar e resolver os problemas. Nesse percurso, ainda verifiquei que as ações dos grupos de extermínio também estavam submetidas a um processo de atualização histórica do aparato repressivo brasileiro, inventado para defender a norma contra os inimigos também históricos: escravos, capoeiras, etc.:

Os capoeiras, que sempre merecem aqui a maior vigilância da polícia, hoje infestam as ruas da cidade de um modo sobremaneira escandaloso, não será fácil evitar as funestas consequências que daí resultam, enquanto a polícia a respeito dos escravos não for como antigamente autorizada a fazer castigar, sem mais formalidade de processo, aqueles que forem apanhados em flagrante, ainda contra vontade dos senhores, que a experiência tem mostrado serem pela maior parte os primeiros a quererem desculpar o mau procedimento dos escravos. A petulância destes [capoeiras] no Campo de Honra [hoje campo de Santana] com manifesto perigo aos pacíficos cidadãos que ali

passavam. (EUSÉBIO DE QUEIROZ in Correspondência da Polícia, Arquivo Nacional).

Entrevistado sobre a proposta que agora apresento, José Luiz dos Santos<sup>7</sup> argumentou que os processos de criminalização e violência cometidos contra famílias negras rurais no sul do Estado do Espírito Santo, que lutam pela afirmação dos interesses territoriais, bem como a luta de todos os Povos Tradicionais, colocava em risco o projeto de uma sociedade fundada na lógica da propriedade privada, com base nas organizações capitalistas. Noutros termos, para o entrevistado, os territórios tradicionais são uma barreira estrutural ao avanço do capitalismo, na medida em que atacam a propriedade privada. Da mesma maneira que o estudo de Leite (s/d), para José Luiz dos Santos o processo histórico de marginalização não foi suficiente para finalizar a capacidade criativa dos sujeitos históricos, que continuam ameaçando as normas, redescobrimo o tempo, para usar novamente a imagem dos filmes de Luchino Visconti. Claro que eu alcanço os argumentos dos dois antropólogos através da interpretação do conceito de “liminaridade” desenvolvido na teoria antropológica.

Em *Pureza e Perigo*, Douglas (1966) analisa os argumentos de Lévi-Bruhl sobre o conceito de perigo verificado nos dramas rituais. A ideia de perigo é destacada pela autora nas questões que envolvem o sangue menstrual, já que em algumas sociedades o sangue menstrual pode representar a morte, o aborto. Daí os procedimentos aos quais devem ser submetidas às mulheres menstruadas, inclusive, em alguns casos, com o seu isolamento. A indicação da menstruação exige da sociedade a necessidade de lançar mão de mecanismos de controle, com vistas a proteger a ordem daquilo que impõe perigo, neste caso, o recolhimento executa a colocação do perigo, sob controle, na marginalidade. Nesse percurso, a marginalidade surge como um lugar de perigo, entretanto, não é entendida como um lugar sem movimento. Mas é segundo Douglas, em Van Gennep, que o conceito de “liminaridade” se apresenta com toda a sua potência: limiar é o lugar da transição; é também um lugar indefinível, ou seja, perigoso. E é o ritual o que corresponde à possibilidade de controle, de destituição de um velho *status*, pela segregação e recolocação dos elementos segregados a partir de um novo *status*. Através desses autores, a

---

<sup>7</sup> Meu orientador no Mestrado do Programa de Pós Graduação em antropologia social da UNICAMP.

marginalidade é vista como um processo, e não necessariamente como um lugar: os sujeitos estão em estado marginal e, como diz Turner:

Liminaridade é a passagem entre status e estados culturais que foram cognoscitivamente definidos e logicamente articulados. Passagens ‘liminares’ (pessoas em passagem) não estão aqui nem lá, são um grau intermediário. Tais fases e pessoas podem ser muito criativas em sua libertação dos controles estruturais, ou podem ser consideradas perigosas do ponto de vista da manutenção da lei e da ordem. (TURNER in PINA CABRAL, 1996:108)

No caminho oferecido pelos estudos antropológicos sobre o ritual, é possível observar que nem todo ritual é finalizado com a reincorporação dos sujeitos marginalizados, com a configuração de um novo status. Dentro do processo ritual, os sujeitos são relativamente destituídos de significados e recebem pelos que hegemonomizam o processo de significação, outras classificações. Dessa forma, a transgressão se dava, nos casos dos grupos de extermínio, quando os negros e pobres cometiam atos reprovados (bater carteira, furtar botijão de gás, fumar maconha em lugares interditados, furtar galinha), os sujeitos “sujavam a área”, tornavam-se a própria sujeira, ou seja, com a transgressão, a desantropomorfização e, contra eles, o ritual de limpeza operado pelos grupos de matadores. No caso dos grupos negros rurais, pela propagação dos efeitos da escravidão e pela ausência de investimento em estudos, como os referentes aos processos de identificação da identidade étnica, cultural, também realizados. Voltando ao presente estudo, na verificação das ocupações efetivadas pelas populações tradicionais, os sujeitos históricos são tratados como criminosos e/ou recebem o novo status de cliente da reforma agrária comum, homogeneizador.

Na literatura especializada, meu percurso atravessa o conceito de invisibilidade social, que desde Ellison (1990) está intimamente relacionado às formas rituais que configuram a marginalização e a liminaridade. Invisibilidade social é um processo de significação que também destituiu aspectos significativos na formação da identidade dos sujeitos, sejam eles pessoas ou grupos de pessoas, permitindo gerar desigualdades sociais. Neste ponto vale considerar a

observação feita por Barros (2005) sobre a relação estabelecida entre os termos igualdade, desigualdade e diferença. A relação entre igualdade *versus* diferença é, segundo o autor, no plano da semiótica algo ligado às essências. Já a relação igualdade *versus* desigualdade se estabelece no plano histórico como sendo algo ligado às relações circunstanciais.

### **Dispositivos de invisibilidade como forma de silenciamento**

Não defendo aqui o apriorismo de que no sul do Estado do Espírito Santo encontraremos uma simples consequência do processo histórico brasileiro até aqui referido. Os eventos até agora relacionados correspondem a uma tentativa de contextualizar, e não enjaular, os esforços da pesquisa e o movimento dos interlocutores. Desse modo, as análises também enfrentam as formas de ataque organizadas no sul do Espírito Santo, algumas direcionadas às famílias negras rurais em Mimoso do Sul que, neste momento, estão sendo tratadas dentro dos procedimentos organizados pelos projetos de reforma agrária e patrimonialização. Nesse sentido esta é uma pesquisa se constitui no fluxo, um experimento de hiperafetação da ideia de Gilroy (2001:38) acerca do Atlântico Negro “A imagem do navio – um sistema vivo, microcultural e micropolítico em movimento”. Nesse sentido é que podemos pensar nesse processo onde o jeito de ser se expressar desde o fluxo, conforme veremos a **caça por melhora** – elemento desse fluxo – se processa em um mundo em constante "fazimento". Igualmente a própria noção de constante fazimento, queremos demonstrar, não cessa a possibilidade de um percurso seguro, preso às referências consagradas num passado já dado, assim, veremos que mesmo nos eventos desenvolvidos entre os comunitários, como o caso da troca de serviço – intensificado no quarto capítulo – ou troca de mudas, há sempre a incerteza de, quando a coisa se repete, já não parece a mesma coisa, posto que o fazimento vá incorporando as tensões das coisas que são recompostas.

O movimento sob o qual nos referimos compõe e recompõe procedimentos de territorialização e desterritorialização, o que é possível observar na forma dos sujeitos se relacionarem com o lugar no fluxo das famílias, inclusive através dos contratos de trabalho, que em um determinado momento podem levá-los a certa propriedade e em outro momento a outra, ou identificá-los em atividades de trabalho

também temporárias no centro/Rua de Mimoso do Sul, vivendo a expectativa de serem chamados a realizar diárias nas propriedades rurais. Sobre esse assunto, faço referência, para um desenvolvimento posterior neste trabalho, aos estudos sobre as dificuldades do Estado em tratar as diferentes maneiras de relacionamentos que indivíduos e grupos de indivíduos têm estabelecidos com os recursos naturais, tensão frequentemente apresentada nos trabalhos sobre comunidades tradicionais, incluindo as comunidades de quilombos:

Como bem demonstrou Foucault (1999), a violência não é uma invariante ou um objeto natural, mas uma espécie de significante sempre aberto para receber novos significados. Daí por que, para falar em violência é preciso, antes de tudo, contextualizar, produzir referências, descrever percursos, experiências que foram guardadas nas memórias orais dos grupos, expor fatos que não se encontram nos documentos escritos, no mundo dos papéis, em cartórios ou em bibliotecas. (LEITE, 2006:01)

No texto *Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos*, Leite analisa o processo histórico do que ela denomina “supressão das humanidades”, banimento de diversos grupos humanos da sua condição de humanidade plena. Para a autora, tal processo se estabelece na formação dos Estados Nações modernos, “[...] que se constituíram como modalidades de agregação, hegemônicas e disseminadores de ordenamentos políticos com base em individualismos universalistas, mas não sem antes banir diversos grupos humanos de sua condição de humanidade plena.” (ibidem: 01)

Ao se referir ao processo de ataque aos direitos das comunidades de quilombos, a autora trata das formas de violação dos direitos humanos na relação estabelecida com o processo de invisibilidade, impingido a esses grupos. Nos procedimentos de violação dos direitos relacionados à invisibilidade dos grupos rurais negros, Leite destaca “as tecnologias de controle e manipulação circunscritas ao mundo letrado.” (ibidem: 10/05).

No seu percurso analítico, ela afirma que as técnicas e os instrumentos utilizados desde os procedimentos da escravidão – inclusive aqueles que, ao operar a transformação dos escravos em libertos serviram para empurrar para a exclusão os africanos e seus

descendentes escravizados no Brasil – não foram suficientes para apagar a presença dos grupos negros rurais da história brasileira:

O diferencial é o aparecimento de uma humanidade insurgente advinda das bordas da ordem jurídica hegemônica que confronta, denuncia, reivindica, torna visível o que estava encoberto pelo suposto direito universal. (Ibidem: 04)

Essa caminhada interdisciplinar, é claro, tem a ver com o trabalho de Foucault, inclusive com o uso da ideia de dispositivo:

Dispositivo é algo heterogêneo e inclui os discursos, as instituições, a arquitetura das construções, os regulamentos, as leis, as práticas administrativas, os enunciados científicos, a moralidade, as ideias filosóficas, a filantropia social, ou seja, as práticas sociais. (Souza, 2008:82)

O estabelecimento de prejuízos à participação dos próprios escravos nos procedimentos legais, rumo ao fim do antigo regime, também é verificado através do discurso sobre o desenvolvimento da agricultura. Nos argumentos do Presidente da Província do Espírito Santo, bacharel José Bonifácio Nascentes d’Azambuja em 1884, fica claro o interesse do Império neste aspecto. Na Assembleia Legislativa o Presidente da Província defende a inserção tanto da mão de obra assalariada – representada pelos imigrantes europeus – quanto da mecanização da agricultura. Estes aspectos são relacionados à proibição do tráfico de escravos, ou seja, através destes interesses é que o Presidente de Província contextualiza o fim da escravidão. Assim, no mesmo discurso o Presidente não deixa de tratar do medo dos produtores quanto ao estabelecimento da novidade diretamente ligada à substituição do trabalho escravo. Sobre esse assunto não deixa de fazer referência José d’Azambuja quanto à necessidade da transição ser realizada de forma gradual e tranquila:

Há quem tema que a extinção do tráfico de africanos boques traga definhamento da lavoura pela falta de braços. Este temor, porém é pânico,

porque em quanto houver escravos nas povoações o lavrador terá onde se prover dos que lhe forem precisos; mesmo sem sair de seu estabelecimento por muitos anos achará recursos no melhoramento de seus escravos, e na sua reprodução; em fim o emprego de novos instrumentos que substituirão os atuais e compensará com usura da diminuição que gradual e lentamente for havendo na escravatura. (sic)

A necessidade de estabelecer um controle sobre o processo de transição, com o objetivo de garantir os interesses dos senhores de escravos expressos na defesa da ordem agrícola e ao mesmo tempo a necessidade de proteger os cidadãos do perigo representado pelos escravos, me leva a refletir sobre outros eventos. De um lado e no mesmo contexto em que o movimento abolicionista pregava um processo de transição pacífico, observamos a realização de várias fugas de escravos; e inclusive é desse momento histórico que ocorre a famosa Revolta de Queimados.

### **A desantropomorfização**

Aproveitemos mais um pouco da discussão em torno do termo desantropomorfização para nos deslocarmos em nosso percurso. Casanova (2002) analisando a filosofia de Heidegger através do desenvolvimento dos conceitos de *acontecimento apropriativo*, *seer (ser)* e *linguagem*, observa nessa filosofia a fundação do conceito de linguagem a partir de uma tensão, que possibilita o desenvolvimento da ação humana ao tempo que captura, o mesmo homem, em sua própria ação. Destaca Casanova que, na filosofia de Heidegger, o problema relativo à linguagem está ligado ao evento em que os deuses clamam pela terra, clamor que faz ressoar um mundo. Nessa ação a linguagem aparece como palavra histórica. A linguagem aparece como um crivo. Neste sentido, a explicação para o conceito de símbolo é remetida para os significados dados ao termo pelos gregos, onde *sumbállo* é definido por reunir, conjugar coisas diferentes. Essa operação da linguagem define a tensão do seguinte modo: de um lado uma antropomorfização na medida em que a fenomenologia das coisas afeta as almas humanas, e assim mobilizadas produzem arranjos específicos. A linguagem é

definida pela produção dos sons, resposta das almas e as marcas escritas como símbolos destes sons, em que a interioridade humana é a delimitação dos seres dos entes; de outro, a desantropomorfização que, ao contrário, não aceita os entes e nem os seres como coisas dadas, se baseia no fato de que a essência do ser está em sua fenomenalidade. É essa característica essencial do ser, a fenomenalidade que dá a abertura para o relacionamento do ser com o seu mundo, e com ela as possibilidades fáticas de sua realização. Nos argumentos de Casanova:

Todas as possibilidades de configuração de mundo jamais se resumem a uma possibilidade particular qualquer, de mundo que toda e qualquer possibilidade particular de tal configuração já sempre encerra em si algo silenciado. A partir disto mesmo que se silencia, o mundo encontra a sua essência historial. (CASANOVA, 2002:12)

Desantropomorfização é, para Heidegger, o encontro do ser consigo mesmo, na medida em que ele contata com a essência de todas as possibilidades de configuração de mundo, inclusive as que são silenciadas nas possibilidades configuradas. A possibilidade de participação desse momento, em que os sujeitos podem fazer contato com as essências das coisas e também se constituem, é um dos argumentos que orienta o interesse na realização do trabalho de campo em Antropologia em toda sua história, e é também objeto de grandes debates. Vejamos, nesse trabalho essa abertura também apresentada através dos argumentos de Heidegger ganha uma diferença importante. Aqui não nos referiremos – não é a nossa busca – ao encontro do ser com si mesmo e menos ainda à essência das coisas, o que nos interessa na repetição da noção de desantropomorfização também Heidegger é que a abertura nos aparece como possibilidade de observação das composições e composições de coisas com história, ou seja, coisas relativas à outras composições.

Novaes (1963) e Martins (1997) demonstram que um dos objetivos dos escravos era interferir no processo de abolição, contribuindo para a promoção da liberdade de parentes ou afins. Os argumentos do representante da Província do Espírito Santo, colocados dentro do fim da escravidão, estão relacionados também ao que Foucault chama de dispositivo. Voltarei “ao Foucault da genealogia” mais tarde. Neste momento devemos apenas dizer que é “o da arqueologia” o que

consegue promover as críticas mais duras ao desenvolvimento científico, e mais especificamente às Ciências Humanas. Na arqueologia ele não consegue se desprender das grades impostas pela análise do discurso, a amplitude de seu projeto de estudar as estruturas dos discursos das disciplinas afunda em função da ausência de crítica ao conceito de *episteme*. Com o conceito de *episteme*, Foucault pretendeu chegar às formas puras dos discursos e ao que os fazia operar, não observando que a utilização das categorias descritivas implicavam também escolhas, tal como operava aquilo que criticava. Assim, manteve-se preso ao mesmo processo de produção de verdades. (SOUZA *et al* 2008:77-79)

Os mesmos autores citados acima sugerem uma observação da análise foucaultiana sobre o conceito de homem na modernidade usando como recurso a divisão do autor em dois períodos: a) o da arqueologia, onde se discute o surgimento das ciências humanas como produto da inter-relação dos saberes capazes de produzir uma rede conceitual, condição de sua existência. (Na arqueologia, a pesquisa de Foucault observa o homem no tratamento dado pelas ciências humanas como sendo constituído por um sistema autônomo, nos discursos; e b) na genealogia, a investigação da possibilidade de constituição do saber sobre o homem e sobre a constituição do próprio homem através das práticas discursivas e de poder. A partir da interferência foucaultiana se verifica a necessidade de uma desantropomorfização nas análises dos fenômenos, já que estes, através da produção do homem ao mesmo tempo sujeito (cognoscente) e objeto de conhecimento (mundo da linguagem, da vida e do trabalho), acabam por distanciá-lo das outras coisas no mundo e, ao mesmo tempo, dele mesmo.

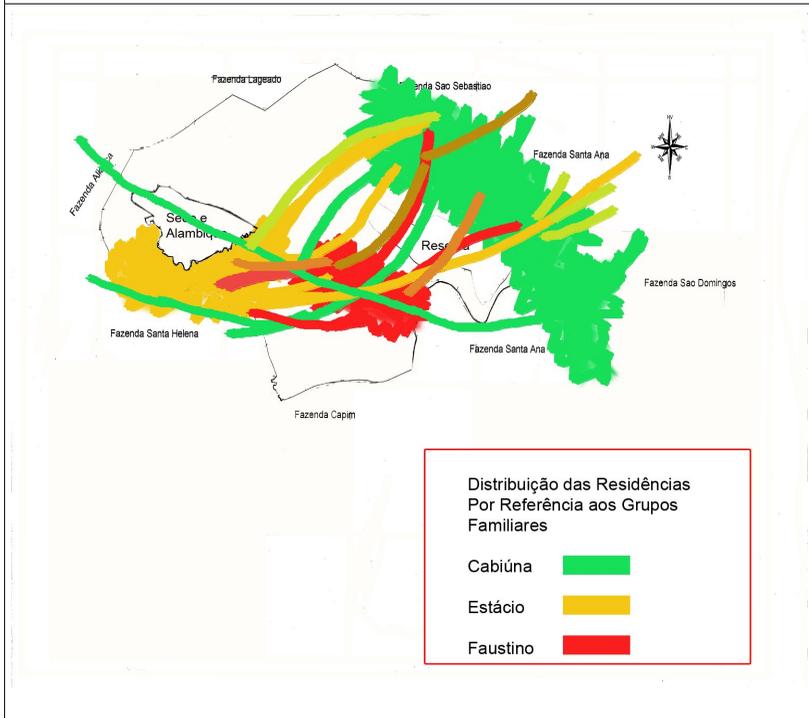
A antropomorfização e desantropomorfização se separaram precisamente neste ponto: ou se parte da realidade objetiva, levando à consciência seus conteúdos, suas categorias, etc., ou tem lugar uma projeção de dentro para fora, do homem para natureza. (LUKÁCS, 1965b: 226-7)

Neste sentido, os argumentos de Foucault – a crítica à ciência – divergiriam de certo marxismo que, tal como propunha Lukács, via na desantropomorfização uma condição para o próprio desenvolvimento científico numa referência clara às questões relativas à objetividade científica em oposição às interferências ideológicas e

religiosas, que para ele distanciavam o ser humano da realização e do domínio da *práxis*: (Costa, 2007:31/32). No caso de Lukács, é fácil verificar que o termo desantropomorfização está relacionado à ação humana, a batalha desse autor é contra as interferências ideológicas – no sentido marxista e no processo de alienação, que para ele distanciariam o sujeito do “uso da *práxis*”.

Além da referência à distribuição das residências no assentamento União, a imagem a seguir, retirada das narrativas dos sujeitos entrevistados, busca compor na interpretação desenvolvida no trabalho, uma imagem dos fluxos produzidos pelas famílias vinculadas ao mencionado projeto de assentamento. Nesse sentido a imagem busca expressar elementos das tensões interpostas em Mimoso do Sul no mesmo plano de acontecimento em que é realizadas a Reforma Agrária e a patrimonialização. Na expressão do fluxo os dados apresentados serão importantes para a análise sobre os processos de composição e decomposição que estou tratando nesse trabalho.

*Ilustração 4: Imagem produzida a partir da compreensão dos fluxos dos interlocutores locais. Design de Luciana Mencia.*



Ressoa aqui o que leva Foucault às pesquisas, ou seja, as transformações processadas desde o fim do século XVIII que retiram o homem de um lugar de subalternidade em relação à imagem de Deus, colocando-o ao mesmo tempo sujeito e objeto através dos cânones da racionalidade. Nesse percurso surge um homem ao mesmo tempo objeto e sujeito do conhecimento. A partir desse momento o conhecimento científico surge matando Deus e, ao mesmo tempo, a morte de Deus retira o homem do lugar de igualdade com todas as criaturas, para se tornar o sujeito cognoscente do mundo, conforme diz Foucault:

Antes do fim do século XVIII, o homem não existia. Não mais que a potência de vida, a fecundidade do trabalho ou a espessura histórica

da linguagem. É uma criatura muito recente que a demiúrgia do saber fabricou com sua mãos há menos de 200 anos: mas ele envelheceu tão depressa que facilmente se imaginou que ele espera na sombra, durante milênios, o momento de iluminação em que seria enfim conhecido (FOUCAULT, 1999: 425)

Este homem, produto do pensamento moderno e escravo da linguagem, é o novo rei. Desta forma, o Foucault da genealogia é retomado, na denúncia de um processo de antropomorfização que constitui um novo rei produto da linguagem científica racional, um homem superior sujeito produtor do mundo e ao mesmo tempo objeto da racionalidade. Esse homem crivo e produto do pensamento racional que se constitui apartado do mundo é necessariamente um corpo produzido por forças que vêm de fora, não mais de deus, mas sim da razão que busca se legitimar em seus procedimentos como a única capacidade de conhecimento, tanto do homem quanto do mundo. Analisaremos as tensões desses dramas, desde o plano de relacionamento que configuro aqui, tendo os argumentos da pesquisa como referência fundamental e, singelamente, seguiremos as especificidades produzidas nos fluxos de nossos interlocutores locais. Estes argumentos nos levam ao próximo item deste capítulo: as tensões de um corpo frente à tentativa de domínio das forças da tolice.

### **Discurso e poder: joãozinhos, quilombolas, colonos, sem-terras e assentados**

“Porque tudo junto se escreve separado e separado se escreve tudo junto? (Joãozinho)<sup>8</sup>”.

Retomemos aqui o dilema apresentado por esse personagem tão recorrente em vários lugares no mundo. No que se refere à estrutura das palavras podemos responder dizendo que há um processo histórico que faz variar a escrita e com ela, o discurso e que de tal processo depende da raiz linguística a qual a palavra está vinculada. Por outro lado a pergunta se posiciona num certo modo de pensar as

---

<sup>8</sup> Joãozinho é um personagem, que no Brasil – em vários lugares – aparece como aquele que faz perguntas desconcertantes.

coisas: separadas ou juntas; e pede para que a grafia recepcione a força que o pensamento produz, registrando uma unidade radicalmente pragmática. Nesse modo de pensar, junto remete ao que está ligado, e ao mesmo tempo ao que está em contato. Ora, o que está ligado não necessariamente está unido e o que está em contato também não necessariamente está unido.

De outra parte o mesmo modo de pensar em Joãozinho remete à grafia separada da noção de desligado, isolado. Outra vez se espera que o registro gráfico expresse o que o pensamento configura, mas novamente se apresenta a contradição: desligado não necessariamente se refere a isolamento e separação. Assim, tanto no caso de tudo junto como no caso de separado a questão é que o enfrentamento ortográfico nos faz referir às ambiguidades do pensamento o qual a toda hora se desenvolve em falsetes, e quando se expressa apresenta a pretensão de expurgar, tirar de si o que está em sua constituição a composição. Nesse sentido o caso de Joãozinho se refere menos a uma questão das contradições entre o registro escrito, suas limitações, e o pensamento. De outro lado o que se coloca aí é muito mais o desenvolvimento do pensamento e as maneiras como com ele nos relacionamos. Joãozinho não impõe uma questão à professora, mas esse é um assunto que envolve a todos nós, ou seja, a linguagem e seus limites e as possibilidades de expressão do pensamento e da subjetivação:

A linguagem tende a ser pensada, então, como um instrumento de ligação entre duas instâncias, como uma ponte entre percepções ou representações internas e a realidade exterior. Com isto, ela passa a funcionar, desde o princípio como uma espécie de aparato de tradução da realidade em termos do ente simplesmente dado que o homem agora pensa ser, a entregar uma roupagem antropomórfica ao ente. (Casanova, 2002:05)

Ora não devemos esquecer que Joãozinho é um aprendiz, um neófito, um ser em processo de formação, deste modo, se expressa de um lugar ainda rico em contradição, de onde é possível ver o mundo e se ver, ambos em processo. Assim, Joãozinho nos oferece mais que uma rachadura, ele oferece a si mesmo como crise, como ponte que não necessariamente leva à afirmação do cisma entre a expressão do mundo

e suas significações, bem como as determinações da linguagem como resultado de um processo de configuração do mundo.

Nos planos em que se move a antropologia, com todos os seus deslizes, nossas invenções refletem sempre essa tensão e, assim, não é do nada que enfrentamos o etnocentrismo, o racismo, o sexismo, enfim, ideias da coisa pura ou de que a mistura é sempre de partes em si isentas de estranhos e impróprios. Assusta Joãozinho o fato de o pensamento deixar escapar uma expressão que o trai em seu desenvolvimento ilusório de um plano sem rugas. Nesse trabalho o que se quis levando a sério o movimento de nossos interlocutores é de certa forma, refletir sobre as maneiras como eles se relacionam com o pensamento, mas sobre tudo como essas relações expressam processos de composição de coisas que já são composições, coisas que não ocultam em suas histórias o estranho e o impróprio, conforme já nos mostrou Dias, ao comentar sobre as forças que constituiriam o pai:

*Ele era uma pessoa que fazia o mal também, me desculpe meu filho, mas era só você pedir. As pessoas chegavam lá e falavam: seu Trajano ou seu Antônio aquela fulana de lá roubou meu marido... As pessoas que os animais eram roubados nas fazendas, as pessoas iam à casa dele. (Maria Dias (72), Mimoso do Sul, setembro de 2010<sup>9</sup>).*

O bem e o mal, a produção dos poderes, depende dos desejos e a da fé de quem pede. O mesmo acontecendo com as experiências localmente identificadas como boas, onde destacamos o fato de que a magia é, sobretudo, uma relação social (MAUSS, 2000:56). A imagem que Maria faz, não somente das coisas que o pai fazia, mas da identidade dele que nos é apresentada, é uma ideia desse processo de composição de coisas que já são composição. O que destacamos durante a realização do trabalho é que nossos interlocutores não fogem das composições que expressam o pensamento, inclusive, no

---

<sup>9</sup> Essa entrevista foi realizada na casa da entrevistada, que fica na periferia do Centro da Cidade de Mimoso do Sul. A encontro com Maria Dias surge como repercussão da entrevista efetivada com uma de suas filhas no Assentamento Palestina. Entre outras coisas, essa entrevista segue as repercussões da presença de Trajano desde o discurso de seus descendentes.

que diz respeito às relações com os territórios e o tempo onde se constituem:

*Mas as estações que a gente sempre pesca mais é depois da primavera em diante, mas vai de acordo com o dia: não estando muito frio não tendo muita água, pegando as luas fortes: a minguante, a nova... Porque as pessoas falam a lua nova é forte! Não ela não é forte porque o neném quando nasce nem sai do lugar, não é isso? Uma borboleta quando sai do ovo, também não sai do lugar. Quando uma cobra muda o coró você pode apanhar ela com a mão, porque ela se transformou em nova ela mudou a roupa e até os olhos dela mudam e ela fica numa moleza que a gente pode pegar ela com mão aí as pessoas falam que a lua nova é forte, mas ela não é. Então ela está forte na crescente e na cheia. Mas eu andei pesquisando e no dia certo da lua não dá pescada, tem que ser um dia antes ou um dia depois porque no dia certo dela parece que as coisas ficam inúteis, eu tenho testado muito isso. (Valdivino Ferreira de Almeida, Córrego São João, junho de 2011)*

Os argumentos de nosso interlocutor são cheios de surpresas, coisas que deixariam qualquer Joãozinho estarecido. As pescarias acontecem mais depois da primavera, mas dependem do dia estar mais quente e os locais de pesca não estarem tão cheios d'água, é muito menos as certezas de estação e muito mais as composições de um dia. Na sequência, outra surpresa: a pescaria também depende dos eventos astronômicos, mas a força necessária à relação como os peixes acontecem, uma nova surpresa, não necessariamente “no dia certo da lua”, ou seja, a força se apresenta no movimento: “um dia antes ou um dia depois”. No mesmo argumento Valdivino marca que a força também não se apresenta no aparecimento da novidade, no fim da transformação, para ele as forças estão na evolução do evento. Ainda no mesmo argumento outro destaque necessário devemos fazer. A expressão do pensamento de nosso interlocutor se baseia numa empiria radical: “[...] eu tenho testado muito isso”. A experiência se produz em constante fazimento, conforme asseveramos na presença do pai de Maria Creusa Carvalho Dias, que produz a magia em composição com os desejos e as

expectativas e conflitos do contexto, Valdivino Ferreira de Almeida segue – também no processo de composição sem excluir as forças da natureza – testando.

A empiria radical expressa uma referência metodológica baseada num constante fazimento, e não somente das forças do mundo que se compõe, mas também da sua própria composição. Quando se refere a roça, novamente, Valdivino Ferreira de Almeida vai nos ensinar que desde as experiências locais a força das coisas está no movimento não alisado, ou seja, é preciso entender que não é uma separação das forças que dominam o humano em oposição com as forças que dominam a natureza:

*Com a roça é a mesma coisa, se a gente usar sem conhecimento a gente acaba errando. Conforme agora nós estamos no frio, nesse período toda muda que você plantar você tem que irrigar ela se não você perde, porque a terra está sem umidade ela não sua é como você agora, se você andar você não sua fácil e a terra também não e quando a terra não sua, ela não tem força para a raiz brotar. (Valdivino Ferreira de Almeida, Córrego São João, junho de 2011<sup>10</sup>)*

Muito bem, agora vemos que o fantasma que atormenta Joãozinho aparece como amigo de nossos interlocutores locais. Uma terra que sua se compõe com um homem que sua também e, assim, vemos a configuração de um plano onde não falta o trabalho que reconhece que o fato de haver inverno ou verão não garante nada e que é necessário entender a composição como algo necessário, aí suar como a terra no inverno não é esquisito e a questão que se apresenta é a necessidade de vencer a falta de umidade, umidade que afeta a todos: a terra, as mulheres e os homens. Conforme estamos falando, a força que se desenvolve na raiz, que transforma a muda plantada já é uma composição, isso se repete quando é pensada a produção do feijão, mas é uma repetição diferente: “o feijão não gosta nem da chuva de mais e nem da seca forte”. Um alerta importante se faz necessário, para alcançar Valdivino Ferreira de Almeida e todos os nossos interlocutores

---

<sup>10</sup> Reflexão sobre os significados da roça a partir dos argumentos de Valdivino, entrevista realizada na caso do interlocutor no Assentamento União.

é necessário nos desvencilharmos de qualquer noção de metáfora, ou “como se fosse”. O feijão que gosta está efetivamente buscando, e aquele que pretende a composição precisa reconhecer nele essa busca. Assim se torna simples perceber que o feijão busca março quando as chuvas fortes passam. É necessário estar atento às forças que se colocam ao encontro, e sobre isso já ensinam os surfistas que a boa onda é uma composição inesperada. Valdivino Ferreira de Almeida entende tudo isso com muita simplicidade e demonstra, ao falar do milho, que prefere o tempo mais quente de setembro e que demonstra isso através dos sinais emitidos pelos trovões, mas acima de tudo de que tem que se arriscar em setembro:

*Tem gente que fala assim ó: não vou plantar não porque ainda nem trovejou, mais a trovoada nem sempre é igual esse que gosta de plantar só depois da trovoada ele colhe o milho, mas tem ano que a chuva vem tão devagar aí ele deixa passar setembro outubro novembro, aí então ele só vai plantar depois do tempo. O plantador se é mesmo plantador de milho ele tem que plantar em setembro. (Valdivino Ferreira de Almeida, Córrego São João, junho de 2011).*

Nesse momento outra referencia ao processo de composição: os trovões são sinais anunciando chuvas, mas é possível ter medo e se lançar em setembro. Nesse sentido também fazem parte do processo de composição as referências consagradas e a coragem de arriscar, ira à dança conforme a musica. As noções apresentadas por Valdivino Ferreira de Almeida deixam claro que ele está a todo tempo interpretando o vivido e que essa interpretação está vinculada à participação de outros, ou seja, o discurso se desenvolve a partir de histórias, mas não histórias dos humanos em luta contra a natureza objetivando dominá-la, mas sim uma luta em composição: “A terra está sem umidade, ela não sua. É como você agora, se você andar você não sua fácil e a terra também não, e quando a terra não sua, ela não tem forças para a raiz brotar”. Outrossim, é difícil encontrar nessa história um percurso em que suas interpretações tenham sido originadas em planos diferentes da história do mundo em que ele se coloca. A terra que sua e produz a raiz, no inverno, precisa se compor com as forças das mulheres e dos homens os quais injetam a água, um jeito de cavar, de

afagar a terra, etc. Fundamental notar também que, nesses argumentos, nosso interlocutor se apresenta a partir de uma noção de composição com o mundo, que, como ele, também não está dado, não cabe aqui qualquer noção vinculada à ideia de fabricação da natureza, conforme já nos apresentou também Ingold (2006). Valdivino Ferreira de Almeida nos oferece a parti daí uma imagem não somente do plano em que os elementos que aparecem nas relações de troca são compostos, mas nos informa também sobre seu jeito de ser e sobre o tempo das coisas:

Pensar a história dessa forma é dissolver de uma só vez a dicotomia entre sociedade e natureza, e reconhecer que os processos pelos quais as gerações humanas moldam as condições de vida de seus sucessores estão em continuidade com aqueles que ocorreram em todo o mundo orgânico. Assim, não há mais necessidade de se operar uma distinção radical entre o eixo da evolução e o eixo da história; e da mesma forma, o ponto de origem imaginário formado pela interseção de ambos desaparece. (Op. Cit. 2006: 21)

A capacidade de composição se produz localmente reencontrando um tempo que não passa, e isso pode afetar, por exemplo, eventos como aqueles produzidos para o fim da escravidão legal, quando alguns escravizados assinavam a “liberdade condicionada”, mas não rompiam a relação com o espaço de escravidão pelo fato de seus parentes permanecerem escravos. Ou seja, para acessar a carta de alforria, as pessoas tinham que se distanciar de seus familiares, tensão que era utilizada pelos senhores de escravos – e depois pelos patrões – para sustentar a vinculação das pessoas às propriedades, e conseqüentemente aos relacionamentos de forças ali estabelecidos. Sobre esse assunto vale destacar o fato de que nesse período que se aproxima do final da escravidão legal, os africanos e descendentes que foram escravizados no Brasil começam a serem apresentados nos discursos da época como “colonos nacionais”, ou seja, as categorias escravos e libertos – ainda usadas tempos depois – vai compor a categoria colonos nacionais, diaristas, parceiros e meieiros. No mesmo percurso apontamos também, a partir dos argumentos locais, na estratégia do Estado de aplicação da reforma agrária o tratamento dado às famílias, primeiramente como sem terra e depois como clientes individualizados, tanto nas relações mercadológicas e comerciais – que

são rejeitadas pela aplicação do **sistema**, conforme aprofundaremos mais adiante – quanto nos próprios procedimentos burocráticos do governo. Como imagem dessa estratégia há uma série de pastas que, para o INCRA, representam as unidades relativas aos assentamentos:

*Ilustração 5: Informação coletada na sede do INCRA em Vila Velha/ES, Junho de 2011.*

PROT. PROTOCOLADO/INCRAIES  
10-06-2006  
10-06-2006-68

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

INTERESSADO:  
PA "PALESTINA"

ASSUNTO:  
PROJETO/CRIAÇÃO OFICIAL

OUTROS DADOS:  
MEMO/INCRA/SR(20)ES/O/Nº 059/2006  
VILA VELHA ES

CADASTRADO SISPROT  
13 / 03 / 2006

MOVIMENTAÇÕES							
Sr.	SIGLA	CÓDIGO	DATA	Sr.	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	PROTOCOLO	54340	13 / 03 / 06	15			/ /
02	SR (20) ES/O	54252	13 / 03 / 06	16			/ /
03	Desenvolv.	56203	13 / 11 / 08	17			/ /
04				18			/ /

Na realização dos assentamentos, ao tratar as pessoas como sem terra, o INCRA cria as condições necessárias para aplicação de todos os procedimentos burocráticos, e aí vemos que, no relacionamento de forças que produz estes assentamentos, as pessoas são tratadas como coisas dadas, produzidas isoladamente a partir de procedimentos que distendem as relações delas com o Estado, inclusive nas realizações dos projetos e programas, inclusive a distribuição de cestas básicas. Neste sentido, a partir da análise dos procedimentos, observamos que o próprio estado pretende uma desterritorialização,

quando se esforça para configurar nossos interlocutores a partir do desligamento, da negação – sem terra – por outro lado por serem sujeitos necessitados é que constituem a forma de vinculação com o Estado numa nova territorialização, como sujeitos endividados, o que faz nossos interlocutores pensarem numa certa semelhança entre as dívidas para o fim da escravidão legal e as dívidas para realização da reforma agrária. Ainda se nos apresenta o fato de que, mesmo a terra nos procedimentos do assentamento já não deve ser a terra com a qual o sujeito se compõe no mesmo movimento em que ela mesma se produz. Nos dispositivos, a terra é aquela determinada pela legislação ambiental e pelos procedimentos do Estado. Ela aparece aos clientes da reforma agrária – os sem terra – como resultado das operações técnicas e burocráticas. Esse contexto em que se desenvolvem os dispositivos não é um espaço sem disposição, sem potência, já que neles também observamos as tensões, a produção de rachaduras por onde as coisas estão passando, é também nesses lugares que são produzidas as **transformações em fera**, conforme também veremos adiante, o que leva constantemente à possibilidades de aberturas onde se impõe novos desafios, novas composições.

Essa projeção no mundo é uma constante no fluxo de nossos interlocutores, algo que nos vem claramente – por exemplo – na noção de **caça por melhora**, uma surpresa também deslocada nas relações de poder também percebida nesse trabalho no discurso dos fazendeiros ainda no processo de transição no fim da escravidão, quando reclamavam do fato de vários escravos saírem das fazendas onde haviam sido escravizados, para **caçar melhora** em propriedades vizinhas ou mais distantes. Tais processos de desterritorializações e a busca de novas territorializações são relativas à presença de nossos interlocutores, situações que, como já dissemos, buscam vinculação com outras composições como as referentes aos “ajuntamentos de negros fugidos, ou quilombos” e as composições que permitiam a outros escravos fugidos cultivar pequenos sítios, fazendo enxertar as relações compostas localmente. Nesse sentido é que os relacionamentos de força constituídos num determinado momento, os dispositivos, não encerram o movimento e eles são sempre atravessados por planos de escape, possibilidades de outras composições. São nessas situações de conflito que novas cartografias são aplicadas, nos apresentando elementos do que pensamos a partir da noção de tempo que é constantemente reencontrada em suas novidades.

Esses planos de composição ressoam também nos argumentos de Felisberto Moreira Moura – um dos interlocutores deste trabalho, que é herdeiro de um movimento que desde Portugal e Espanha afeta a presença dos grupos indígenas que se distendia nas bacias dos rios Doce e Itabapoana e ainda se desenvolve na busca por melhora de nossos interlocutores. Também não podemos deixar de apontar aqui, o que já asseveramos no primeiro capítulo, o fato que a distensão da presença indígena lembra que a invenção do lugar – posto que ele não esteja dado – se refere também a esses trânsitos indígenas que se apresentaram desde os primeiros contatos e ainda se apresentam na memória e no fluxo de nossos interlocutores, podendo motivar os caçadores de identidades étnicas que queiram considerar o que nossos interlocutores podem ser coletivamente, coisas que o Estado tem preferido não tratar recorrendo ali, também, à política de criação de assentamentos rurais.

Neste trabalho pretendo não desconsiderar a realização dos dispositivos, para isso aponto alguns expedientes, arranjos como o que também já havia sido destacado por Moreira (2011) sobre como se deu nas forças das circunstâncias de um dado tempo, as articulações entre os grupos na produção dos inimigos, bem como nas maneiras de atacá-los e os cuidados que também se apresentavam tentativas de controle sobre o que deveria ser protegido. Sobre esse assunto, faço referência ao expediente de um tempo que, ora os senhores de escravos buscavam aliança com os indígenas para atacar os “os escravos do mato”, ora a aliança era entre senhores e “escravos armados” na luta contra os indígenas. Tais articulações fizeram escapar coisas interessantes, como o domínio e controle de armas por parte dos escravos que depois seriam usadas nas experiências de quilombo, além do fato das articulações aproximarem – mesmo em contexto de disputa – experiências tão diversas. Imagens desse histórico de acontecimento reaparecem na presença de nossos interlocutores e é o que também ressoa quando pensamos nos argumentos de Maria Dias referente à descrição de seu pai. No nosso trabalho as imagens de Maria Dias aparecem a partir de uma tensão, quando apresentamos Sant-Hilaire (1936), relatando o que havia ouvido dos escravos da fazenda Muribeca. Dois escravos relataram a Sant-Hilaire que um grupo de indígenas havia sido abordado por outro grupo de escravos da mesma fazenda Muribeca, no momento em que os indígenas estavam assando um “negrinho” que havia sido raptado daquela fazenda. Nesse evento relatado pelo Viajante e Naturalista, novamente nos aparece a composição já anunciada pela

historiadora Franciele Marinato, entretanto nessa repetição um elemento novo surge: a antropofagia. Essa novidade é potencializada nos argumentos de Maria Dias produzindo uma distinção que nos leva a presença de seu pai. A figura do “negrinho” que se decompõe, segundo o relato dos escravos da fazenda Muribeca apresentados por Sant-Hilaire, reaparece na imagem de Maria Dias:

*A mãe dele viveu a escravidão e foi pegada no laço, num lugar chamado Santa Rosa que só tinha mata e só tinha índios dentro do mato: pessoas com cabelos cumpridos, com barba cumpridas e pele vermelha. (Maria Dias (72), Mimoso do Sul, setembro de 2010).*

Outra novidade que nos vem na repetição em Maria Dias é que, no aparecimento de Trajano, seu pai, está passando também as ambiguidades das matas, dos sertões perigosos; local de encontro e desencontro, a presença dos indígenas, dos descendentes de africanos escravizados, dos portugueses e de tudo que ali se compõe. Mas isso pode estar tudo junto e de repente tudo reaparecer separado. O que se coloca aqui é que tudo está sempre em composição, por mais que nos esforcemos em separar inclusive tivessem os atomistas gregos antigos condições de observar os átomos, diferente do que é possível hoje, e terem visto que eles também são composições, talvez tivéssemos menos Joãozinhos dominados por forças da tolice.

Existe um assujeitamento presente em Joãozinho, a distensão de mecanismos de controle que se acusa na tentativa de não permitir passar aquilo que não merece o carimbo das forças da tolice, forças que pretendem impedir o reconhecimento de que as coisas estão em constante composição e que as passagens se fazem nessa luta, já que a noção de composição não se rege *a priori*, muito menos como absolutamente bom ou mal, conforme já ensinou os interlocutores, entre eles Maria Dias, quando faz referência às composições de seu pai.

Joãozinho precisa recusar a tentativa de deformação e controle para que sua vida passe à outras composições, e é sobre isso que nosso trabalho trata quando fala das forças que se compõem desde os procedimentos que finalizam a escravidão legal no Sul do Espírito Santo. Se nas configurações de forças os discursos sobre liberdade se tornaram argumentos para instituições de novos controles é verdade que isso não se deu fora das batalhas onde nossos interlocutores e seus

mundos continuam se constituindo e se a produção de seus jeitos de ser fazem articular a busca por melhora às histórias das dádivas que produzem, não estão fora dos campos de batalha onde se desenvolvem às dividas nos projetos de reforma agrária aplicados localmente, bem como os projetos de patrimonialização também apresentados ali.

Saltemos então deste capítulo ao próximo a partir da intensificação da noção de dispositivo através de uma articulação que envolve Deleuze e Foucault a partir da noção de dispositivo tratada desde o segundo capítulo. O termo dispositivo – após os estudos realizados por Foucault, com destaque para o que foi articulado no livro *Vigiar e Punir* – invade e atravessa não somente os discursos técnicos, mas explode para além dos debates acadêmicos. O excesso de uso pode permitir também o inadequado ou a perda de forças, assim, necessito dizer que neste trabalho, as referências genealógicas ao conceito serão garantidas, considerando os objetivos do trabalho. Deste modo, é correto indicar que a utilização do termo pretende fazer ressoar uma interpretação singela e muito potente do conceito apresentado por Deleuze, e considerando que sobre este assunto é melhor ler o próprio que a mim, recorro à citação direta:

É costume a filosofia de Foucault apresentar-se como uma análise de <<dispositivos>> concretos. Mas o que é um dispositivo? É antes de mais uma meada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. E, no dispositivo, as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objecto, o sujeito, a linguagem, etc., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam umas das outras. Qualquer linha pode ser quebrada – está sujeita a variações de direcção – e pode ser bifurcada, em forma de forquilha – está submetida a derivações. Os objetos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vectores ou tensores. Por isso, as três grandes instâncias que Foucault vai sucessivamente distinguir, Saber, Poder e Subjetividade, não possuem contornos definidos de uma vez por todas; são antes cadeias de variáveis que se destacam uma das outras. É por via de uma crise,

sempre, que Foucault descobre uma nova dimensão, uma nova linha. Os grandes pensadores são um tanto sísmicos, não evoluem, procedem por crises, por choques. Pensar em termos de linhas que se movimentam –era a operação de Herman Melville, e havia linhas de pesca, linhas de mergulho, perigosas, mortais até. Há linhas de sedimentação, diz Foucault, mas também há linhas de <<fissura>>, de <<fractura>>. Desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que ele chama de <<trabalho de terreno>>. É preciso instalarmos sobre as próprias linhas; estas não se detêm apenas na composição de um dispositivo, mas atravessam-no, conduzem-no, do norte ao sul, de leste a oeste, em diagonal. (DELEUZE, s/d.: 01)

Os compostos de relacionamentos de forças, os dispositivos, estão diretamente ligados a um salto promovido pela análise de Foucault. Desde a ideia de dispositivo desse autor se observa a estratégia que ultrapassa a realização do poder enquanto arte de repartir e extrair ao máximo as capacidades individuais das partes, indo às relações de poder que se estabelecem a partir da capacidade de promover composições (FOUCAULT, 1987:187-188). Essas capacidades apresentadas nos dispositivos e as forças dos acontecimentos pesquisados por mim exigem então o estabelecimento de um diálogo articulatório, desta forma posso comentar que neste trabalho os conceitos não são tratados como lanternas, eles são esticados e enxertados até seus limites ou suas distensões, enquanto os planos onde eles se expressam seguem seu tempo, suas composições.

Nesse sentido é que nos pomos diante dos fluxos de nossos interlocutores e a partir daí percebemos com as tensões podem ser observadas na desantropomorfização, não para que reifiquemos os argumentos pelo cisma das pessoas dos mundos, dos tempos em que tanto os mundos e elas se constituem. Assim a conexão buscada nos põe nas análises dos dispositivos, nos tensões que os corpos em disputa nos apresenta, mas não podemos parar aí onde o relacionamento de forças se apresenta conforme expressa os argumentos de Deleuze citado anteriormente também precisamos realizar o “trabalho de terreno”, construir novos mapas que expressam caminhos desconhecidos trilhados

pelo próprio fluxo da vida que escapa a realização dos dispositivos, na busca por outras composições.

## Capítulo II

### Campos coloniais: (des)territorializações e silenciamentos

“(…) toda forma é um composto de relacionamentos de forças”. (DELEUZE, 1987: 167)

As relações de produção têm como ponto de partida corpos que historicamente lutavam contra processos de dominação intensos, corpos recompostos no processo de escravidão. Adiante veremos os argumentos de meus interlocutores, que defendem interpretações da escravidão que ultrapassam o registro legal consagrado em 1888. Neste trabalho o tempo que nos apresenta é o tempo da transição, tempo em que os corpos novamente se recompõem. Assim, com referência às especificidades da pesquisa, quando nos referimos ao tempo, consideramos o protesto do proprietário da fazenda Independência, na região do que é hoje Castelo/ES, Matheus Vieira Machado, reclamando do que, para ele, foram procedimentos abusivos de alguns de seus vizinhos fazendeiros, quando recebiam pessoas que haviam sido escravizadas em suas propriedades, para o trabalho nas lavouras. Além do deslocamento de seus ex-escravos, o mesmo fazendeiro denunciava ao Juiz de Órfãos o fato da saída dos ex-escravos implicar no abandono das crianças filhas dos mesmos. (O Cachoeirano, 1888: 2/3)

É importante asseverar aqui que o movimento denunciado pelo fazendeiro também está relacionado aos casos de quilombo registrados nos relatórios dos Presidentes de Província do Espírito Santo: “Há, porém, um mal, e mal ingente, que para o futuro pode acarretar bem desagradáveis e consequências, falo dos diversos ajuntamentos de negros fugidos, ou vulgarmente quilombos”. Os quilombos que se impunham num contexto de disputas e de resistências (SCOTT, 2004), se apresentando inclusive “ao pé dos povoados”, conforme indicado no Relatório acima, se configuram também, em horizontes de possibilidades, como projetos políticos, quilombismo (NASCIMENTO, 2002). Nesse sentido entender o quilombo como horizonte de possibilidades significa também se render a diversidades dos testes empíricos que a história apresenta a partir do termo. Os quilombos ameaçavam os ordenamentos estabelecidos nas fazendas; e fora delas, por consequência, os interesses do império:

Dada a existência de semelhantes coitos, em verdade ninguém pode contar com sua propriedade segura, por quanto ao menor aceno, a mais pequena ameaça os negros trocam pelos quilombos a casa de seus senhores<sup>11</sup>.

Não podemos esquecer, assim que se estabelece a interlocução, que os dispositivos surgem como forma de enfrentar as ameaças, na forma de composições de relacionamento de forças.

A denúncia apresentada no Relatório do Presidente de Província do Espírito Santo não deixa de conectar a ameaça representada pelos quilombos às agências locais, não exclusivamente aquelas desempenhadas pelos africanos e seus descendentes escravizados no Brasil. É nesse sentido que o protesto se refere ao coito, que mais claramente é explicitado em outro ponto do mesmo relatório:

E desgraçadamente além dos quilombos existem também indivíduos, que lavram pequenos sítios com o serviço dos escravos fugidos. Contra estes principalmente convém desenvolver a maior vigilância, e direi mesmo toda energia<sup>12</sup>.

É necessário prestar atenção ao fato de que, no mesmo processo de composição do interesse na propriedade e na necessidade de ordenar, se verifica o desenvolvimento de várias possibilidades de fuga, as tais linhas de fissura não necessariamente desvinculadas da produção e da produtividade. O Relatório do Presidente de Província registra o que escapa a ordenação e o controle total sobre as máquinas produtivas. Outrossim, “As territorialidades negras [suas conexões e desvios], portanto, foram desde o início engendradas pelas e nas situações de tensão e conflito”(LEITE, 2008:967). Ainda sobre esse ponto vale comentar que na tensão em que se desenvolve a transição no fim da escravidão legal, faz parte do debate a noção de que o estado está produzindo novos cidadãos, ou seja, a ideia de liberto também se mantém através da noção de um estado produtor de “novos” cidadãos. Neste sentido, os fluxos promovidos com os procedimentos de libertação, os quais se articulam com as ações indígenas e quilombolas,

<sup>11</sup> Relatório de Presidente de Província do Espírito Santo, 1848: 7/10.

<sup>12</sup>Idem.

vão aparecer como um problema, que exigirá novas articulações, novos expedientes conforme as “liberdades condicionadas” e nos contratos de trabalhos. Essa é mais uma das marcas desse tempo que não para e que recuperaremos nas novas ações do estado através do INCRA.

Gomes (1996), ao analisar “as histórias dos Quilombos e Mocambos no Brasil Colonial (XVII-XIX)”, chega ao conceito de “Campo Negro”, o qual para este autor se define nas várias invenções de liberdades elaboradas por libertos e escravos, ao mesmo tempo em que eram caracterizadas pelo não isolamento, também registravam no contato relações de conflito e solidariedade (*idem, ibidem*:522). O autor teve como fonte os relatórios dos Presidentes de Províncias, e é através desse material que o autor vai afirmar a noção de campo negro, que nos relatórios aparece como acoitamentos, ameaças e utilização dos serviços de negros fugitivos.

Não precisamos refletir muito para vermos nas afirmações de Gomes sobre campo negro, imagens vindas da interpretação que Bourdieu (2002) apresenta sobre campo. Tal como define este autor, o campo não se trata de um espaço neutro de relações interindividuais somente, mas sim aquilo que se estrutura como sistemas de relações também relativas a conflitos e conflitos entre grupos em situações diversas, com sistemas de posições sociais. Nestas interpretações em jogo, estão também a capacidade de agir, se deslocar e de fluir.

Tanto nos argumentos do dono da fazenda Independência, que reclamava das saídas dos ex-escravos para trabalhar nas propriedades vizinhas, quanto às várias invenções relativas ao que se abre a partir da noção de quilombos como possibilidades, o que se desenvolve é o próprio tempo. Quero dizer aqui, que essas imagens informam mais do que aquilo que se registrou, do que foi expresso; assim, quilombo é uma dessas ferramentas que sacodem tapetes ferindo as percepções com expressões de um tempo recuperado, onde as relações querem falar sempre mais. Nesse sentido é interessante trazer argumentos de um dos descendentes de portugueses, que adquiriram propriedades no processo de transição no fim da escravidão e que se beneficiou com os procedimentos de territorialização promovidos na região da pesquisa:

*Nasci em um de abril de mil novecentos e vinte e dois. Naquele tempo a pessoa chegava pedindo emprego e a gente dava, quando não era assim a gente dava o serviço de meeiro, quando não a*

*família pegava o serviço de empreitada e quando acabava aquele serviço recebia o dinheiro dele e ia para frente arranjar outro. Tinha gente que só ia lá trabalhar e morava na Fazenda Harmonia, Feliz Destino eram tudo vizinho dali. Naquela época quem cuidava da fazenda Harmonia lá era o Artur Veloso, que era médico e no Recreio era meu tio mesmo o Bernadino Guedes, tinha o senhor Daminha que era dono da Fazenda Javari... Naquela época as tropas de mula traziam o café para pilar aqui no centro de Mimoso ali perto da estação de trem, ali tinha um armazém muito grande depois eles puseram máquinas nas Fazendas Harmonia e Recreio aí só trazia o café pilado nas tropas de mula para cá porque não havia muitos caminhões e nem estradas de lá para cá. (Arlindo Guedes dos Santos, Mimosos do Sul, maio de 2011<sup>13</sup>).*

### **Desterritorialização/territorialização: a moeda de um lado só**

Nesse mesmo contexto vale comentar a partir de Deleuze e Guatarri que a produção de fluxos realizada pelos escravos, libertos e indígenas também no Espírito Santo se refere aos procedimentos de desterritorialização, que é ao mesmo tempo territorialização:

A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte [considerando os dados da pesquisa, em alguns casos a reterritorialização se dá na mesma parte]. (Gilles Deleuze, em entrevista in BRUCE e HAESBAERT, s/d)

---

<sup>13</sup> Entrevista realizada na casa do interlocutor a partir de contado intermediado pelo senhor Gaer em encontro em uma das praças do Centro de Mimoso do Sul.

Vejam como os procedimentos no processo de escravidão ainda continuam informando e, desta forma, merecendo novas visitas. Neste trabalho reconheço através das pistas coletadas, expressões de tempos que não param de produzir significados, um tempo em que – por exemplo – o termo quilombo se nos apresenta com uma intensidade absurda, sendo efetivamente um projeto de liberdade aberto.

Tanto os movimentos que nos levam pelo termo quilombo, como pela ideia de fluxo, não cessam de estabelecer composições. O medo da mistura que leva às articulações de projetos e dispositivos se refere às especificidades, às questões que clamam reações. Neste sentido, não podemos deixar de fazer referência ao fato de que a necessidade de ordenamento no Espírito Santo também se refere aos indígenas, também identificados nas ações do Império e apresentadas na região da pesquisa.

Os Botocudos do Itapemirim reunidos no Rio Doce foram estabelecidos no povoado do Aguiar, em função da falta de meios de subsistência no aldeamento de São Pedro do Alcântara. Acontece que um verdadeiro estado de calamidade tomou conta do local, em razão da infestação de varíola entre os índios e da brutalidade do comande do quartel do Aguiar. Através de correspondência com o Governo Provincial, confirmadas no relato de Daemon (1879:269), sabemos que a doença foi trazida da Muribeca pelos índios e se espalhou na região do Doce. A vacina oferecida pelo Governo não pode evitar a contaminação e a morte de muitos, além da fuga de outros tantos do aldeamento (MARINATO, 2008:55)

As informações apresentadas acima, vindas do trabalho da historiadora Marinato, se articulam com os relatos apresentados ao trabalho de campo que realizei em Mimoso do Sul, os dados produzidos a partir das pesquisas no cartório da igreja de Apiacá/ES, a pesquisa feita nos arquivos da Biblioteca Nacional e na sede do INCRA Vila Velha. Contando sobre o processo de ocupação histórica efetivado por sua família, o senhor Felisberto Moreira Moura (81), filho de português e espanhol, também fez referência ao Vale do Rio Doce como transito no estabelecimento de sua família na região transformada em

assentamento, trânsito que também se referiu às desterritorializações e territorialização indígenas:

*A Vale do Rio Doce era assim né, uns iam cavando outros fazendo o picadão e os burros arrastando as toras, era assim. Dizem que nessa época índios faziam muito medo na beira do rio né, do rio Doce e sei que ele [o pai] foi até Diamantina ou Lima Duarte, não sei qual. Nessa época ele tirava uns sete merrés por dia porque minha mãe já havia entrado como cozinheira da turma, se quisesse receber em libras esterlinas recebia e se quisesse receber em dinheiro, outro papel também recebia. Nisso ele conseguiu juntar uma grana e o serviço já estava acabando e começou dar muito garimpo né, aí ele pegou e veio porque ele já estava a fim de comprar um terreno então ele pegou tocar lavoura aqui na Aparecida, perto de Muqui onde tinha terras o senhor Elias Nassur de Itabapoana, aí ele descobriu esse terreno aqui que a fazenda União estava inventariando e era muita terra, isso aqui era do Ciça Veloso dali da Aliança, tinha esse tal de Casé e ali na Santa Helena era herança também e aí ele vai e comprou isso aqui, comprou trinta e quatro alqueires ele e mais dois cunhados. Aqui tinha uns barracos velhos então eles ficaram morando, mas nisso os meus tios não estavam com o dinheiro para dividir um tanto para cada um, tinha mais uma porção de irmãos, meus tios quiseram passar os terrenos na surdina, sem a ciência do meu pai, aí ele se zangou e disse: já que vocês não têm dinheiro para pagar todo o terreno, eu estou querendo ajudar vocês e vocês estão querendo fazer as coisas nas minhas costas, então vocês vão comprar o que o dinheiro de vocês dê. Aí eles ficaram com dez alqueires e meu pai ficou com vinte. Aí ele tinha bastante colonos, formou muita lavoura de café e aqui ele criou o resto dos filhos, sete filhos né eu sou o caçula e já estou com 81*

*anos.* (Felisberto Moreira Moura, Mimoso do Sul, junho de 2011<sup>14</sup>)

A riqueza das informações fragmentadas nessa citação repercutiu ainda mais nesse trabalho. Neste capítulo que trata das minúcias relativas aos dispositivos em suas expressões locais, quero destacar também as referências à presença indígena, assim promovendo uma interlocução direta com a interpretação apresentada antes no trabalho das historiadoras. As forças indígenas se articulam às experiências quilombolas modificando os ordenamentos, exigindo mudanças nas formas, assim, produzindo o tempo dos acontecimentos. Não falo aqui de unidades compartimentadas: escravos, indígenas... “identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (Hall, 1996: 13). Este trabalho trata do tempo das relações onde essas identidades se expressam, onde os dispositivos são estabelecidos e onde as possibilidades de fugas são compostas.

Os Botocudos do Itapemirim reunidos no Doce não permaneceram no Aldeamento como queriam as autoridades. Muito pelo contrário! No período em que estiveram ali, mostraram-se indócis a pacificação, feriram militares e ameaçaram de morte o diretor (APE-ES, livro 30, fls. 44, 24/09/1824). Por fim resolveram abandonar o aldeamento para se encontrarem com o restante do grupo que permanecera no Itapemirim. Na marcha para o sul passariam por povoados e vilas da região central da Província, inclusive a capital Vitória. Os relatos sobre este acontecimento oferece claros indícios de uma ação planejada pelos Botocudos perambulantes pelo Espírito Santo, do que podemos depreender sua capacidade de articulação e movimentação pelos sertões não controlados pelas autoridades. (Marinato, 2008:55)

Sobre isso também trata Mattos (2004:109), quando se refere ao fluxo indígena na mesma região desta pesquisa. Para esta autora, o fluxo indígena foi também uma forma de burlar o controle “entre diferentes jurisdições administrativas” nas Províncias de Minas Gerais e Espírito Santo. Essa ideia de fluxo indígena como forma de

---

<sup>14</sup> Entrevista realizada no quintal da residência do senhor Felisberto, na região da serra da bocaina – entorno do Assentamento Palestina.

burlar o controle permite à autora observar os deslocamentos de grupos indígenas, desde a Bahia até o Rio de Janeiro. Outrossim, o argumento de um trânsito “entre diferentes jurisdições administrativas” deve ser mais explorado para que nos aproximemos desses lugares produzidos pelos trânsitos e nos trânsitos. Neste sentido vale trazer ao centro do debate os argumentos de Moreira (2011), quando esta se refere à oposição entre os sertões e as vilas no discurso provincial.

Na análise de Moreira, o sertão é para os agentes provinciais um lugar em oposição ao mundo policiado, considerando o termo policiado a partir das referências etimológicas greco-latinas, assim, policiado vai se referir à “polidez civilizada” e “hábitos polidos e apropriados”, bem como às ideias de “bom governo” e de “república” (Moreira, 2011:02). Esta pesquisadora vai se colocar, e a nós também, no diálogo transdisciplinar, no qual os sertões não podem ser vistos, como aos olhos das forças das Províncias, como lugares das ausências de civilização, governo, hábitos cristãos e de comportamento pautados nos modelos europeus. Da mesma forma os sertões não podem ser pensados como espaços a serem aculturados, mas sim por serem espaços dinâmicos, zonas de contatos, abertos aos fluxos, às mestiçagens e à transculturação, esta que afeta ambos os envolvidos. Assim, seguindo a máxima de que todo conceito tem história, ao me conduzir ao termo transculturação me vejo obrigado a fazer referência, talvez genealógica, aos comentários de Bhabha às observações importantíssimas desenvolvidas por Franz Fanon:

O objetivo do discurso colonial [dos dispositivos] é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. (BHABHA, 1998: 117)

Em outro trabalho, Moreira (2010), a partir da consulta aos Relatórios de Presidente de Província, observa que as tentativas do império em ordenar o sertão passaram pela articulação determinada pelos objetivos circunstâncias e pelas ameaças representadas nas projeções dos outros:

(...) a união entre senhores e índios contra os 'escravos do mato', isto é, os quilombolas, e a de 'escravos armados' e senhores contra os índios naturais da terra, mesmo em

meio à crise do sistema escravista e à intensificação das fugas e da formação de quilombos. Moreira (2010: 57)

O processo de constituição da ordem nos sertões passa pela articulação: ora com os indígenas “mansos” contra os quilombos criminosos, ora com os escravos contra os indígenas denominados há época de inimigos ferozes. Tal barroquismo é típico do ordenamento, conforme diz Agamben (2008), o ordenamento jurídico já conteria em si o seu contrário, ou seja, a supressão do direito. Neste sentido, defende que o estado de exceção é muito mais uma técnica de governo do que uma medida excepcional: “[...] deixa aparecer sua natureza de paradigma constitutivo da ordem jurídica” (AGAMBEN, 2003:18). Assim, e diferentemente de Arendt (1990), para esse filósofo as experiências autoritárias, o estado de exceção, não seriam nem exteriores nem anteriores ao ordenamento jurídico: “[...] dentro e fora não se excluem, mas se indeterminam” (*Idem, ibidem*:39). Os argumentos desse autor estão em conexão com a forma como os conceitos de marginalidade e criminalidade são tratados neste projeto.

Através dos argumentos de Arent e na crítica de Agamben percebemos que os dispositivos jurídicos mesmo que sejam postos com a justificativa de apaziguar, não conseguem esconder as contradições que são matéria de suas existência. Outrossim, os contextos em que são produzidos os tais dispositivos também não deixam de se desenvolverem para além deles, daí a sensação que as coisas estão sempre se repetindo, quando na verdade, a repetição não é da mesma coisa as tensões apresentadas num determinado momento conectam com outras em outros períodos, assim sendo, a composição de coisas diferentes só se repete produzindo diferenças ao mesmo tempo em que constituem possibilidades, conforme já dissemos, de tratarmos de um tempo que eventualmente parece termos perdido. Nesse sentido também pensamos no fluxo, não sobre coisas que já passaram e estão mortas, mas sobre coisas que sempre acontecem e de forma diferente. É nesse sentido que, por exemplo, podemos olhar para alguns aspectos discutido a partir do que envolve a constituição brasileira de 1988.

Com relação ao fluxo que se vincula às territorializações promovidas pelas populações negras desde a escravidão, vale destacar também o trabalho coordenado pelo NUER/UFSC (2005), através do Convênio INCRA/FAPEU, que tratou dos estudos antropológicos com vistas à aplicação do Decreto 4.887 de 2003, sendo este uma regulamentação do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias da Constituição Federal Brasileira de 1988. A referência a este trabalho coordenado pelo NUER/UFSC corresponde ao fato dele também permitir observar a relação entre o “quilombismo”, territorialidades negras e as políticas públicas referentes a estas populações. O caso Comunidade de Quilombo São Roque permite uma conexão com os fluxos das famílias negras em Mimoso do Sul, na medida em que esta comunidade de quilombo está vinculada aos fluxos tropeiros e a produção dos territórios quilombolas nos agenciamentos/territorializações que permitiram os procedimentos iniciais de ocupação do lugar. Tal como estamos informando sobre o Sul do Espírito Santo e Gomes (1997) informou sobre os quilombos no Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais os fluxos produziram territorializações para além das fazendas, incluindo os territórios quilombolas, configurando paisagens, panoramas..., onde a noção de “campo negro” defendida por Gomes é um dos elementos fundamentais da multiplicidade que se nos apresenta e não para de jorrar.

Em 1887, o jornal *O Espírito-Santense* (p 03) publica uma coluna com o título *Sciencias e Artes: Quilombolas ou Canhemboras*. O objetivo do colunista não identificado era apresentar a partir da análise dos termos uma necessidade de ajustar a discussão ao enfrentamento da questão, assim, há uma defesa de que, no caso Brasileiro, o termo a ser utilizado seria o segundo, que representaria uma composição de duas raízes, a saber: Cankyn – fugido e Bora - o que vive. Na junção das raízes se teria então a palavra Canhembora, que significaria aquele que vive fugido. Longe da busca guiada por um pragmatismo desinteressante vale destacar que as informações tanto a partir de uma palavra como outra estão vinculadas ao fluxo promovido por africanos e descendentes em articulação com territorialidades indígenas, não necessariamente a definição de um espaço geográfico e sim ao trânsito e às ameaças, ou seja, ao movimento e às possibilidades de articulações. Se martelarmos mais um pouco os interesses do colunista, que por ele é definido como a necessidade de reconhecimentos do pragmatismo indígena e sua articulação com a língua portuguesa, veremos que em seu esforço temos pistas de outras articulações e territorializações, afinal o que reflete os dois termos, Quilombolas e Canhembora, é a presença e o trânsito de descendentes de africanos que foram escravizados e de indígenas que passaram pelos mesmos dramas. Assim, os argumentos apresentados no Jornal em 1887, testemunha também as composições efetivadas entre indígenas, africanos e seus descendentes e europeus e

seus descendentes, composição que não se desdobra em homogeneização. (GIROY, 2001)

Os apressados se saciarão com o argumento de que basta fazer referência a presença negra para que se possa explicar toda e qualquer relacionamento de forças na sociedade brasileira, inclusive pelos usos dados na escravidão, dessa forma se constituindo como argumento explicativo necessário a tudo. Entretanto, queremos tratar das minúcias sem pretensão de esgotá-las, apenas produzir conhecimento. Nesse sentido é que a partir dos esforços da pesquisa é possível observar que a presença negra não se continha nos espaços delimitados: fazendas, locais de fuga, sertões, estradas... A presença, em sua multiplicidade de configurações, atravessa todos os campos sem ser contida, às vezes aparecendo como ameaça, outras vezes materializada em dinheiro e noutras como sonho de liberdade.

### **Sem terra?**

No presente das experiências cotidianas das famílias rurais em Mimoso do Sul, tempo em que se distendem as informações apresentadas nos argumentos acima, verificamos como a desconsideração das referências históricas produz o contexto necessário para produção do plano burocrático do Estado Brasileiro. Na produção e operação de seus projetos, o Estado – que se desorganiza e organiza no desenvolvimento dos dispositivos - pretende converter os interesses em jogo na realização de seus próprios interesses, os tais relacionamento de forças. Para tanto, ele depende da produção de verdades e nesse processo precisa definir identidades, dizer o que é e o que não é. Nesse processo de produção da Verdade (FOUCAULT, 2002), referências como as produzidas Flávio Gomes sobre o Brasil colonial, por Costa (1999) e Aderval (2008) são desconsideradas. Como representante do Estado na produção da política, o INCRA segue no lugar da pesquisa o modelo usual de Reforma Agrária. Assim, verificando as estratégias para as realizações das ações de Estado, nos encontramos com a utilização da noção de **sem terra**, que é condicionante para efetivação de sua política. Considerando que a noção de **sem terra** utilizada pelo estado corresponde a uma política nacional de Governo, partir do reconhecimento das especificidades locais se constitui em um risco à realização dos objetivos do mesmo Estado, conforme veremos. Neste percurso, para que o projeto nacional seja

aplicado, é necessário que, o que não interessa à ação do Governo seja escondido, desconsiderado, e então a categoria **sem terra** funciona também como um apaziguador, um expediente que, pela homogeneização, produz os clientes mercedores do direito.

Na sequencia apresento uma fotografia referente a um dos casamentos realizados no tempo dos pais de nossos interlocutores. A imagem apresentada em uma das entrevistas que fiz no Município de Mimoso do Sul busca contexto a partir do estranhamento registrado na entrevista que realizei com Luis Carlos na sede da Fazenda Palestina, hoje Assentamento. A fotografia ajuda entender a intensidade do estranhamento, na medida em que ela, cedida pelos próprios interlocutores locais, registra a presença de seus antepassados, desse modo observamos mais um exemplo de como o processo de tornar sem-terra, não corresponde à histórias das famílias que no dispositivo aparecem como beneficiários, ou seja, a categoria utilizada para legitimar os procedimentos relativos à Reforma Agrária depende da “invenção de sujeitos”.

Depois veremos porque o sujeito/cliente da Reforma Agrária se compõe também a partir da noção de dívida, por hora é importante destacar que esse sujeito é um sujeito para Reforma Agrária, ou seja, ele não é encontrado dado *a priori*, ele emerge no contexto do desenvolvimento do dispositivo. Por outro lado esse sujeito contraditoriamente não coincide com a presença dos nossos interlocutores, ele emerge como uma figura do fundo barroco, surge incapaz. Essa figura que surge no dispositivo Reforma Agrária e que pede legitimidade a partir dessa condição precisa se desenvolver na universalização, na perda de significados historicamente produzidos daí o estranhamento de Luis Carlos.

*Ilustração 4: Imagem de um dos casamentos realizados na região de Feliz Destino por volta da década de 1930. Fotografia gentilmente cedida por Silvinho Nazzari.*



A categoria “sem terra” operada pelo Estado na política de reforma agrária brasileira precisa ser questionada, precisa responder às especificidades produzidas no local onde se pretende operá-la. Assim, no momento em que se expressa podemos entendê-la em seus disfarces. Nesse sentido devemos partir de uma questão muito simples: o que é sem-terra no contexto da aplicação da reforma agrária em Mimoso do Sul, mais especificamente nos assentamentos visitados. Procurar resposta nas especificidades não se confunde com uma pesquisa sobre a história do conceito no geral, assim, não nos referimos às produções de significados apresentadas desde a década de 1950 diretamente

vinculados às ligas camponesas. Também não proponho estudar a história dos trabalhadores sem terra institucionalizada a partir da fundação do movimento Sem-Terra em 1984 através do primeiro Congresso realizado no Paraná. Proponho acompanhar os dados locais em sua extensão e intensidade, não deixando de observar os eventos em que são produzidas as centelhas (FOUCAULT, 2005:17). Assim, o caminho são os dados da própria pesquisa. O caminho diz respeito a maneira como o dispositivo Reforma Agrária em Mimoso do Sul se utiliza da noção de sem terra para alcançar nossos interlocutores locais e ao mesmo tempo pesar junto com os mesmo interlocutores sobre como tem enfrentado a realização desse dispositivo.

Luiz Carlos pertence a uma das famílias que estavam morando no local e que foram transformadas em assentados. Sua surpresa com a presença dos sem-terra - outro, uma ameaça para ele e um mesmo que ele para o Estado Brasileiro e para o sindicato dos trabalhadores rurais - é que ela, presença sem-terra, interrompeu um longo processo de vínculo que sua família realizava com o lugar, processo anterior ao contrato de trabalho e que depois se desenvolve com o abandono do compromisso pelo patrão e na esperança de se tornar proprietário, sendo essa frustrada na realização da Reforma Agrária.

*Se eu não tivesse essa terra e tivesse que entrar aqui, eu não entraria não. Se você tiver dinheiro para tocar isso aqui você toca bem, mas se não tiver não toca, não porque sem dinheiro você vai fazer o que com terra? Outra coisa, essa terra aqui é para os meninos porque para mim já deu esse negócio de terra, para mim não dá mais não. Os assentados só receberam dinheiro para cesta básica e para construir a casa e agora vão receber mais R\$ 3.200,00 para comprar mudas de café e mais nada. Agora mudou muito, antes você (ele) tinha esse pasto todo podia ter a sua criação e agora você não pode ter animais, tem que ficar no que é seu, a liberdade era melhor né? Antes essa fazenda tinha 180 alqueires de terra e eu cuidava de uns 600 bois, inclusive quando os sem-terra chegaram eles andaram matando uns bois aí. (Luiz Carlos da Silva (63), Mimoso do Sul, maio de 2011)*

A interpretação que Luiz Carlos faz dos eventos que são relacionados à aplicação da Reforma Agrária em Mimoso do Sul apresenta operações importantes. Os sem-terra referidos por nosso interlocutor são pessoas que ele conhecia, que até o projeto de reforma agrária eram meeiros, parceiros, diaristas, refletidos no espelho em que ele, auto identificado como um contratado e abandonado pelos antigos proprietários, se exclui. Desde seu ponto de vista o processo de transformação em sem-terra surge como uma ameaça ao lugar que pelo descumprimento das obrigações trabalhistas, pela maneira como sua família o inventou e nele foi inventada havia se tornado em seu lugar. No mesmo contexto e desde a articulação do movimento das famílias com a produção dos assentamentos, Luiz Carlos é entendido como um de “nós”, já que nos critérios de seleção para o assentamento, estar na fazenda – empregado antigo ainda residente - à época da criação do assentamento conta como elemento preferencial na conquista do assentamento, o que aconteceu com ele.

O estranhamento de Luiz Carlos nos oferece a possibilidade de entendimento de como se constitui o projeto da Reforma Agrária. O sem-terra que Luiz Carlos diz nunca ter ouvido falar é a expressão dos procedimentos burocráticos, ou seja, fica clara a referência às interpretações que não necessariamente estão vinculadas à composição das pessoas e do lugar, outras coisas estão em jogo. Ao mesmo tempo que ele se olha e não vê sem terra, o dispositivo o coloca como um dos primeiros sujeitos desse direito, no caso dessa pesquisa é esse mesmo o movimento: os direitos estão produzindo sujeitos.

Nos relacionamentos de força através da realização dos assentamentos, Luiz Carlos observa a identidade sem-terra com desconfiança, não percebendo nesse momento que para o dispositivo ele assim também se constitui, ou seja, um sem terra. O estranhamento de Luiz Carlos informa sobre o processo de composição do perfil dos assentados em Mimoso do Sul, produzindo dados genealógicos sobre o conceito sem-terra e seus usos nesse contexto específico. Tendo o estranhamento de Luiz Carlos como veículo podemos nos dirigir aos argumentos do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul, quando trata do processo de realização do assentamento:

*Aí, por exemplo, a gente precisa de sessenta pessoas, apareceu digamos setenta. Aí a gente*

*segue pela ordem do primeiro até o cinquenta. Chegamos perto dos dez e dizemos agora não vamos levar vocês, mas na hora que surgir vagas vamos encaixar vocês. Aí vamos para lá, aí é tipo uma concentração, a verdade é essa, um campo onde passa por certa experiência. Aí muitos desistem porque não aguentam, porque lá a vida é difícil, debaixo da lona e difícil. Aí lá no momento final deu-se a emissão de posse: os procuradores [da AGU/INCRA], o Juiz juntamente com os oficiais de justiça chegam lá e dão a emissão de posse aí o INCRA tem a posse da terra. Aí por exemplo, descobre que só vai assentar quarenta e lá tem sessenta, aí o que a gente tem que fazer é conversar com o INCRA, juntamente com a Federação e o Sindicato e fazer a seleção. Aí tem alguns requisitos que hoje conta muito. Você tem que ter experiência, aquele que tem experiência vai primeiro. Uma das provas que se exige é o contrato de parceria: 'se é da região! Sou. Você tem o contrato de parceria! Tenho, aqui eu tenho tantos contratos, eu trabalhei para beltrano, para sicrano, para fulano está aqui.' A equipe analisa e diz realmente é válido, você está assentado em primeiro lugar [grifo meu]. Digamos que há vinte pessoas que teriam o contrato, aí se vai assentar quarenta desses dez vai contar pelo número de família, filhos por exemplo: é você, a esposa mais três dois filhos e logo na frente é tem uma família com quatro filhos, então a família com quatro filhos vai ter prioridade. Então hoje na verdade não fica quase ninguém e na verdade é uma 'peneirada para tirar...' porque hoje já exige: ter o atestado de bom antecedente, certidão da Receita Federal, certidão de CADIN/e SERASA juntamente com SPC tudo isso vai ser índice para você ser assentado, que é uma tentativa de cortar alguns problemas né! Nossos assentamentos aqui no município nós não temos problemas, que são os dois: União e Palestina agora Palestina tá jovem, mas na União não temos problema. (Creimir Pinto do Nascimento - presidente do*

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul, 30 de maio de 2011, sede do STRMS<sup>15</sup>)

Conforme disse anteriormente, as especificidades apresentadas à pesquisa em Mimoso do Sul nos obrigam pensar a partir das histórias das famílias e dos conceitos utilizados na aplicação das políticas de Estado, dos dispositivos. Nesse sentido é que nossas perguntas nos levam, como não poderia deixar de ser, ao fato de que a produção das histórias estão vinculadas ao processo de escravidão, aos trânsitos, as imagens do sertão, as composições entre negros indígenas e brancos, quilombolas, diaristas e quilombismo (NASCIMENTO, 2002). Desde essas informações é que podemos observar, junto com nossos interlocutores, que a categoria sem-terra deve ser alvo de estranhamento para ser entendida.

Conforme observado nos argumentos do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul, desde o diálogo do Sindicato com as famílias interessadas e a política do Estado entre os critérios utilizados para fazer parte dos assentados, está os vínculos com o lugar, vínculos verificados pelo Sindicato através dos contratos de trabalho. Essa referência tida pelo Sindicato como prova contundente capaz de definir a seleção das famílias contempladas é articulada à outra prova fundamental: tem prioridade no assentamento as famílias que na época da mobilização já estavam residindo nas propriedades objeto da reforma agrária. A prioridade dada às famílias que já residem na propriedade é o que alcançou Luiz Carlos no Assentamento Palestina, colocando-o na política do Estado, misturado àqueles que ele mesmo, Luiz Carlos, chama de sem-terra e posteriormente nos dispositivos são classificados como assentados.

Tanto na reclamação de Luiz Carlos quanto na articulação das ações do dispositivo refletido também na operação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, não reconhecem a presença, as relações das pessoas com os outros entes e com si mesmas. A noção de sem-terra operada nessas articulações produz os assentamentos, mas não representa as relações que acabamos de apontar e que em Heidegger também é assim denunciada: “Para ver o mundo é pois necessário visualizar o ser-no-mundo cotidiano em sua sustentação fenomenal”. (HEIDEGGER, 2006:113). Mas é necessário ter cuidado e não pensar

---

<sup>15</sup> Entrevista realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul.

que a noção de ser e de mundo nos retem novamente na ilusão de que as coisas são pensadas em unidades separadas, nesse sentido é imperativo não perderemos na referência a Heidegger a noção de composição de relacionamento de forças, assim, não haveria “sustentação fenomenal” fora dessa noção de composição de relacionamento de forças. Os procedimentos de composição não são instaurados na relação entre o ser e o mundo, os dois são composição de relacionamento de forças.

### **Decomposição**

Na composição do grupo contemplado se observa uma especialização, que sem ser considerada a produção do termo sem terra corre-se o risco de não ser percebido o processo de elaboração da ação do dispositivo, assim, é sempre preciso inquirir. No discurso do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul um dado importante: “*Aí, por exemplo, a gente precisa de sessenta pessoas, apareceu digamos setenta.*” O nós no discurso do presidente do Sindicato reflete a articulação de vários interesses, tais como: das pessoas e famílias relacionadas ao fluxo histórico; das pessoas e grupos relacionados à política partidária local; do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; das pessoas que recebem indenização do Estado no processo de desapropriação dos imóveis para fins da reforma agrária. Uma das imagens forças desses eventos por várias vezes mencionada pelos interlocutores da pesquisa e que ainda se processa no local, inclusive dentro dos assentamentos, é a categoria diarista.

Os diaristas são pessoas que flutuam através das relações de trabalho, numa região onde foi necessário o desenvolvimento de mecanismos, inclusive a judicialização, para que se operasse a diferenciação - surgimento dos contratos de trabalho pós-escravidão, através da continuidade - impedimentos à colocação das famílias no mundo de acordo com suas especificidades, inclusive a partir de suas territorializações<sup>16</sup>. Para o Estado, a categoria diarista identifica uma situação de pobreza que cria condições para sua intervenção através das políticas aqui identificadas: a) pela patrimonialização, que considera os lugares monumentalizados e sem sujeitos históricos, mas que estão em constante fazimento nas relações que constituem; e b) através da

<sup>16</sup> Ver também em Boia-fria *ou Boia-Quente?*: diaristas negros de Itaporanga – SC (LABALE, 1996: 91-101).

reforma agrária, distribuindo terras aos que não têm documento de propriedade para garantir o direito; porquanto a categoria diarista também aparece na complexidade dos movimentos históricos de criação das identidades em Mimoso do Sul<sup>17</sup>.

Seguindo nesse percurso vale voltarmos ao protesto do Fazendeiro Matheus Vieira Machado, contra “o procedimento abusivo de alguns de seus vizinhos”:

Vitimando os pobres libertos immolados a sanha gananciosa taes exploradores do alheio, esses homens perversos, esforçam-se também por desprestigiar e desmoralizar os proprietários dos estabelecimentos agricolas, tirando-lhes os trabalhadores de lavoura, os serventes de caza e até os menos, acenando a uns com a perspectiva de vantagens e lucros mentirosos e imaginários, a outros com a vingança contra o ex-senhor e atirando as raparigas e os menores ao lodaçal da mais cruel desmoralização. (...) Alem de me seduzirem os trabalhadores, actuais libertos, que em parte alguma encontrarão vantagens superiores às que lhes offereci, os taes gananciosos estão me roubando, utilizando-se dos pastos e das mattsa da fazenda (sic.). (O Cachoeirano, 1888: 2/3)

O espelho desse fazendeiro é prodigioso em reproduzir imagens. O escravo, desde a perspectiva do fazendeiro, na mesma reclamação é interpretado como ingênuo, ingrato e ao mesmo tempo como produtor de riquezas, trabalhador. Por outro lado no protesto, o senhor de escravos se vê vítima ao mesmo tempo em que percebe frustrar suas expectativas quanto à percepção dos escravos sobre o que passaram na fazenda. Nessa hora de frustração, o protesto do fazendeiro nos leva à interpretação do que também é a fazenda para os outros, lugar que se interpreta pelas relações que não são cessadas com o fim da escravidão legal. O protesto é um grito de dor vinculado a um tempo de transição, assim é também uma referência do que o produz. Nesse contexto, os jornais do Espírito Santo divulgaram muitas informações sobre o trânsito de pessoas que se deslocavam das fazendas, onde haviam sido escravizadas, como é o caso do Jornal *O Constitucional*, o

<sup>17</sup> Uma crítica importante dessa operação estratégica estatal também foi feita por Silva (2006).

qual em julho de 1888 trata do deslocamento dos escravos como uma tensão entre o desejo da “vagabundagem”, que inclusive se relaciona aos interesses dos “oportunistas” que contratavam os serviços de alguns desses perambulantes para atividades de cultivo de lavouras em pequenos períodos.

Outro aspecto importante desse período de transição também relatado pelos jornais do Estado, é a necessidade de realização dos primeiros contratos de parceria, como os ex-escravos, o que deveria exigir também dos senhores outra postura com relação aos “novos” trabalhadores. Nesse percurso vale destacar o argumento de um espírito Santense desde esse momento de transição:

Acreditam todos que em 1890 pouco mais ou menos, esse cancro denominado escravidão terá deixado de existir, n’esta emergência muitos lavradores preparam casas pequenas e dependências como; pastos, cercas, etc. Para os futuros colonos, que serão mesmo os libertos. Não é raro ver-se lavradores com pequenas lavouras de parceria, divididas entre os ex-escravos, e estes satisfeitos. (sic.) (Jornal o Cachoeirano s/d.:02)

Vale destacar também, relativo a esse período de transição e as configurações das composições das categorias utilizadas, a presença indígena e mais especificamente a presença Pury. Nos relatos da Assembleia Legislativa do Estado, documentos compreendidos no período de 1833 à 1888, há clara referência ao fluxo Pury inclusive sobre o encontro destes com caçadores nas cabeceiras do rio Muqui, bem junto ao rio Itabapoana, “[...] existe um pequeno grupo de Pury que não excederá de 150 à 250 indivíduos<sup>18</sup>.” Junta-se a essa informação a do cidadão fazendeiro João Pereira da Silva, junto as cachoeiras do rio Itabapoana, tinha como colos um grupo de quarenta e oito Pury. Esse território não é outro se não o mesmo que aparece nos já citados Relatórios de Presidente de Província quando feita referência 1848, sobre a presença de quilombos, sim estamos falando da mesma região entre o rio Muqui e o rio Itabapoana. Os fluxos continuam em processo pois o local do registro dessas presenças é os mesmo onde nossos interlocutores locais realizam suas territorializações e no plano das

---

<sup>18</sup> (Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo 1833-1888, memoria.bn.br consultado em 2013).

composições. Nesse contexto comentamos a partir dos dados da pesquisa de campo, que um de nossos entrevistados, representante da família Moreira Moura da serra da Bocaina, é casado com uma das herdeiras diretas dessa presença Pury, além de outros, como é o caso do senhor Abramo Nazzari.

É nesse tempo da transição, o que nunca passa, no qual se torna necessário garantir o ordenamento, que também se opera a marginalização. Buscando entender esse tempo, o da transição, que nos aproximamos do que se desloca na categoria diarista, proponho recorremos a uma das análises de uma das interpretações antropológicas clássicas.

Pina Cabral (1996) em seu texto *A Difusão do Limiar: margens, hegemonias e contradições na antropologia contemporânea*, destaca os avanços científicos produzidos a partir dos estudos sobre os rituais e analisa os conceitos ali produzidos. Pina Cabral chama a atenção para o conceito de *comunitas*, presente na obra de Turner, para tratar da questão referente ao movimento, a tensão entre aquilo que se deve estruturar e aquilo que ameaça. Na *comunitas*, seguindo Pina Cabral e Turner, se desenvolvem relacionamentos não estruturados entre indivíduos históricos. Nesse “anti lugar”, as pessoas não estariam segmentadas em funções, mas se encarariam como seres humanos totais. Nessa situação, para Turner, os indivíduos estariam desvinculados da estrutura, entendendo-a como uma “combinação superorgânica de partes e de posição de partes ou de posições, a qual persiste, com modificações mais ou menos gradativas, através do tempo.” (*idem, ibidem*, p. 39-42). Portanto, o conceito de estrutura está vinculado à ideia de conflito, disputas e mudanças. A partir dessas informações, Pina Cabral vai interpretar o social com base no drama e em um jogo de constituição de verdade. Esse autor enxerga também, no social, lutas hegemônicas e defende a posição de que toda vida cultural é permeada por formas de poder simbólico.

Essa interpretação feita por Pina Cabral da interpretação de Victor Turner não pode nos conduzir a um erro comum, assim, devemos recorrer ao expediente de enxertar, fazer as interpretações falarem mais do que elas podem e isso é possível a partir dos dados da pesquisa. Desde as análises de Turner (2009), ao utilizarmos os conceitos de marginalidade e liminaridade, corremos o risco de nos submetermos à uma visão dicotômica, no caso, a briga entre estrutura e antiestrutura pensadas como unidades absolutas, distintas e separadas. Tal possibilidade dicotômica é insuficiente, conforme temos dito, para

acompanharmos o movimento desempenhado nos fluxos realizados pelas pessoas em Mimoso do Sul. De outra forma não poderíamos entender a marginalização ao observarmos os pontos de fugas apresentados na escravidão quando, por exemplo, nos referimos a relatos como os do Presidente de Província do Espírito Santo:

Julgo que em quanto se der factos escandalosos de certos homens receberem escravos fugidos em suas casas, e com elles trabalharem e viverem em relações com os que se achão reunidos em quilombos, como é notório, semelhante mal continuará a pesar sobre a província, e sua agricultura acabar-se-há<sup>19</sup>.

Assim, sem fugirmos da sugestão dicotômica que a interpretação da análise de Turner também oferece, não alcançaríamos em nossos esforços interpretativos o tempo que afeta a todos nós e que se desenvolve nas andanças das pessoas em Mimoso do Sul. Em nossa pesquisa os marginais e a marginalidade não se submetem nem ao fora e nem ao dentro, muito menos estão excluídos das relações, estão sempre em composição e não podemos nos esquecer dos argumentos de Deleuze que abre esse capítulo quando nos referimos a formas – composição de relacionamentos de formas. Esses procedimentos de composição também estão referidos ao protesto do fazendeiro Mateus Vieira Machado supramencionado é nesses contextos que se entrecruzam, nesse mesmo tempo de transição é que nos é dado mais um evento que agora nos aparece na composição das forças nos procedimentos de reforma agrária.

Já informamos que, dentre os critérios para seleção dos assentados, os contratos de parceria são vistos como fundamentais e nós os vemos como pistas, possibilidades genealógicas. Nesse sentido, quando observamos o protesto do fazendeiro em 1888 devemos observar o que está em jogo. Segundo a matrícula de escravos em março de 1887, só o Município de Cachoeira do Itapemirim, no qual estava inserido o que hoje é Mimoso do Sul, tinha 6.965 indivíduos dos cerca de 13.000 de toda a província do Espírito Santo. Em 1886, o citado Município exportou 10.899,467 kg de café, enquanto toda Província do Espírito

---

<sup>19</sup> *Center Reseach Libraries* - Relatório de Presidente de Província (1848: 10).

Santo exportou 18.498.115 kg<sup>20</sup>. Nesse período e nesse mesmo lugar, ainda que os esforços abolicionistas tentassem manter escondido<sup>21</sup>, o trânsito de escravos, de libertos, de indígenas, as fugas e formação de quilombos constituíam um tempo de intensidades incomensurável e é nele que devemos seguir.

Nesse mesmo cenário, preocupados com os rumos da lavoura, são oferecidas as possibilidades de articulação e aqui recorremos mais uma vez a citação: “*A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, com resultados benéficos e vantajosos, só pode ser feita pelo **systema de parceria** [grifo meu] em vista do carácter dos brasileiros e da índole commercial dos estrangeiros*”. (o Cachoeirano 1882). Compõe ainda esse quadro duas condições expressas mais tarde, O Cachoeirano de 1897, quando ainda se discute os rumos da lavoura: a) a abundante oferta de mão de obra e b) ausência de distribuição de terras.

Quando se refere à índole dos brasileiros o colunista trata, conforme está no texto, do que é para ele falta de compromisso com a continuidade do trabalho, quando se vincula ao pagamento de salário, ou seja, o brasileiro aí são os africanos e descendentes que foram escravizados. Nesse sentido o texto vai utilizar “o caráter” do trabalhador brasileiro, em sua maioria escravos, como argumento para defender o processo de transição da escravidão para o trabalho livre, pela fixação dos escravizados através de acordo de parceria. Tais acordos de parceria também estão vinculados à libertação condicionada, quando os escravos eram levados a assumir o compromisso de permanecer trabalhando nas fazendas por um período após a libertação<sup>22</sup>.

Ainda é argumentado em favor do trabalho de parceria, a possibilidade do trabalhador se julgar proprietário: “Todo trabalhador pode ficar satisfeito com o seu salário; mas, melhor ficará si se **julgar**

---

<sup>20</sup> Martins (1997: 76).

<sup>21</sup> *Idem*.

<sup>22</sup> Ainda sobre esse período de transição vale ler o texto de Neves (1997), uma análise de contrato de serviço registrado em cartórios no sudoeste baiano. Os contratos firmados ainda no período da escravidão foram usados para garantir ao patrão a utilização do trabalho, muitas vezes sem obrigação de oferecer nada em troca, situação também justificada pela seca, pelas condições precárias dos escravos, libertos e senhores.

[grifo meu] proprietário; pois que pensa: é caminhar na senda de progresso. (idem.)

Vejam que a ideia de liberdade proposta nos contratos de parceria se sustenta também na articulação com a ideia de dívida, conforme também se verifica na proposta de liberdade condicionada. Outrossim argumentam os defensores dos contratos de parceria sobre a eficácia do acerto quando baseado na pressuposição do contratado “se julgar proprietário”. O fato é que as famílias assentadas em Mimoso do Sul só puderam acessar “o direito” ao lote na política de Estado através da produção da identidade sem-terra, ou seja, não se trata aí de pessoas que no processo histórico tiveram o reconhecimento jurídico de proprietários. Não obstante a ausência de reconhecimento do direito a propriedade, em alguns casos – conforme dissemos sobre o senhor Luis Carlos – verificamos funcionar a presunção vendida no argumento em favor do contrato de parceria.

A situação apresentada a partir dos discursos em favor dos contratos de parceria em Mimoso do Sul encontra comparação, não para afirmarmos semelhanças, com o que historiadores dos Estados Unidos da América têm dito sobre o fim da escravidão lá. Morgan (2000) ao analisar argumentos vinculados aos procedimentos de escravidão e liberdade observa, por exemplo, que o ex-presidente Thomas Jefferson entendia liberdade como algo que surge da “independência do indivíduo”. No que o autor chama de postura enigmática de Jefferson em relação à escravidão, o conceito de liberdade para o ex-presidente dos Estados Unidos se efetivaria na capacidade de auto sustentação do indivíduo, assim, é que para ele a pessoa endividada jamais seria livre, daí a necessidade de articular emancipação com distribuição de terras e ausência de dívida. Outrossim, nestes argumentos desde a interpretação do posicionamento de Jefferson verificamos, que liberdade se articula com a capacidade de participação no mercado, mesmo que seja sem dívida, ou seja, o mercado continua sendo condição de liberdade. Veremos no quarto capítulo como que essa interpretação sobre liberdade e mercado são criticadas a partir dos argumentos locais, lá veremos a necessidade expressa no jeito de ser local de lutar contra a composição de forças que pretende determinar a vida a partir da dívida e desde o mercado, por hora apresento um contraponto interessante.

Cláudio Ulpiano (1988), ao expor sobre pensamento e liberdade em Espinosa também chama atenção para o fato de que em Espinosa liberdade se opõe a constrangimento. Ulpiano vai além à

interpretação da obra de Espinosa e observa que, ao contrário de Deus<sup>23</sup>, força/causa ativa, os homens estariam constantemente constrangidos por forças, “forças que vêm de fora”. Nesse sentido, para pensarmos nos argumentos referentes a noção de liberdade interpretada a partir das contradições em Jefferson, ao contrário de Deus, homens e mulheres afetados por forças que vem de fora – corpos apaixonados – não poderiam se autoproduzirem, não poderiam também produzir liberdade. Outrossim, conforme já expressado também a partir de joãozinho, corpos que se movimentam por forças que vem de fora se perdem nas tensões e nas lutas para não aceitar a vida que passa. Corpos dominados por forças da tolice respondem bem os constrangimentos do mercado, das burocracias, do tecnicismo, da estética desencarnada e vão se encachar melhor nos dispositivos.

Seguindo nosso percurso, o que também significa não nos enveredarmos diretamente na busca pela história do conceito de liberdade, e retornando ao que já havíamos dito antes, é na luta contra as “forças que vêm de fora” que as experiências das famílias em Mimoso do Sul se compõem. Mas tal composição não deve gerar aqui a ilusão que se realizaram ou se realizam num tempo exclusivo, isolado. As experiências de composição se expressam em planos de lutas e articulações. Do contrário não poderíamos suportar a notícia de que em plena escravidão, senhores e escravos fugidos criavam composições para produção em pequenos sítios, por exemplo.

Afirmção de um contrato de trabalho no lugar da pesquisa esta diretamente vinculada a um período de crise, relativo ao fim da escravidão legal. Nesse contexto aparece na transição aspectos que devem ser destacados aqui: a) relativo ao fato de antes do fim da escravidão legal haver a realização de trabalho temporário efetivado por escravos fugidos em pequenas propriedades e nas fazendas, inclusive efetivados com a anuência dos proprietários das terras: “E desgraçadamente além dos quilombos existem também indivíduos, que lavram pequenos sítios com o serviço dos escravos fugidos<sup>24</sup>”; b) Neste mesmo período os quilombos também se configuram como referência

---

<sup>23</sup> Importante destacar que Espinosa se afasta de uma interpretação de transcendental. Para este autor Deus deixa de ser criador e, inclusive, se identifica com a natureza como sendo aquele que produz. Então Deus “natura naturante” é aquilo que tudo produz.

<sup>24</sup> *Center Reseach Libraries* - Relatório de Presidente de Província (1848: 08-09).

para os abusos cometidos na escravidão<sup>25</sup>; c) não fica de fora desse contexto o expediente da liberdade condicionada, onde o escravo **assume o compromisso** de continuar trabalhando para o senhor, por um período previamente determinado Martins (1997)<sup>26</sup>; d) apanhação de café, trabalho de empreitada e jornadas diárias; “Francisco José Alves Santiago, depositário da fazenda São Gabriel, sequestrada a requerimento dos credores, dá a apanhação de café da dita Fazenda de meia a quem quiser”. (Jornal *O Cachoeirano*, 1890)

Não defendo aqui o apriorismo de que no sul do Estado do Espírito Santo encontramos uma simples consequência do processo histórico brasileiro desenvolvido desde a escravidão legal. Os eventos relacionados correspondem a uma tentativa de contextualizar, e não enjaular, a pesquisa. Desse modo, analiso as formas de ataque organizadas no sul do Espírito Santo, mais especificamente direcionadas às famílias negras rurais em Mimoso do Sul que, neste momento, estão sendo tratadas dentro dos procedimentos organizados pelos projetos de reforma agrária e patrimonialização.

Outro impulso no caminho que estamos construindo surge ainda do tempo de transição e na resposta que fazendeiros da região dão a José do Patrocínio, revoltados com suas críticas a eles em seus desejos de continuarem na exploração das pessoas até ali escravizadas.

No meio de dez milhões de habitantes, pergunta o senhor Patrocínio, somente um ou dois milhões é que trabalham? Mas, responda-nos o senhor Patrocínio: Quantos inválidos, quantos gatunos, quantos parladores têm vivido sem trabalho? E si a lavoura pudesse dispor d'esse exército todo, infallivelmente elle, o sr. Patrocínio, estaria

<sup>25</sup> “Dada a existência de semelhantes ciotos, em verdade ninguém pode contar coma sua propriedade segura, por quanto ao menor aceno, à mais pequena ameaça os negros trocam pelos quilombos a casa de seus senhores” (idem).

<sup>26</sup> “O Dr. Heleodoro da Silva, no dia de aniversário natalício de sua senhora deu carta de liberdade a seus dois escravizados Raymundo e Justina. Não tendo nenhum deles abandonado os seus senhores, contratou com eles por cinco anos os serviços domésticos na rasão de 100\$000 reis anuais por cada serviço, sendo o mesmo obrigado a lhe dar tratamento em suas moléstias”. Jornal *A Regeneração* 1 de abril de 1888. Biblioteca Nacional.

também no eito e bem sovado, porque no geral todo negro próza era mau trabalhador e fujão<sup>27</sup>.

Na tensão do discurso é possível notar como a imagem do escravo, do liberto ou como ele mesmo diz do negro são descritas num processo em que a racialização e a naturalização se destacam. O negro que ameaça é: o negro prosa, mau trabalhador, sovado e fujão. Contra esse negro, que está imediatamente ligado à ameaça, inclusive da vadiagem, que também devem ser direcionados esforços. Tais esforços se nos apresentam nas campanhas pela libertação condicionada, na tentativa de “preparar os novos libertos” para o trabalho conforme apresentado também em projetos como o da Colônia Treze de Maio (O Constitucional, janeiro de 1889), projeto apresentado e defendido por abolicionistas primeiro com o objetivo de tratar dos herdeiros do Treze de Maio de 1888, os que haviam sido escravizados, e que depois pretendeu ser estendido a todos outros em exclusão.

Os argumentos apresentados no projeto de Colônia Treze de Maio deixam claro que o interesse maior era garantir, no processo de transição, uma possibilidade controlada de assimilação dos **emancipados**, numa **nova sociedade**. Dessa forma, não somente os descendentes de africanos escravizados deveriam passar por um processo de transição, mas a própria sociedade se punha em transição também. No sentido de produzir uma transição que não prejudicasse os interesses dos fazendeiros, dos especuladores de terra, dos abolicionistas em intensidades mais variadas, os interesses do próprio império e os interesses dos descendentes dos africanos escravizados é que se impõe os mecanismos. Entre as muitas articulações destacamos, por conta do interesse da pesquisa, as referentes à lavoura e ao trabalho.

### **Território e conflito**

Na fotografia abaixo há um exemplo do argumento que apresentei antes. O café é produzido nas terras recebidas pelos parceiros ou meeiros através de contrato que, entre outras coisas, estabelece que o resultado da produção deve ser dividido entre o outorgante e o outorgado. O cultivo é realizado na lavoura e o beneficiamento feito

---

<sup>27</sup> *O Cachoeirano* novembro de 1888.

próximo das casas, na área reservada para produção de subsistência das famílias, atividade que nos livros de história aparecem sendo realizadas próximo da Casa Grande. No chão, o café até o momento de ser pilado, deve ser esparramado sob o sol por vários dias e no final da tarde, ou com a ameaça da chuva, é recolhido e armazenado em sacas para depois ser guardado em cômodos como o que aparece à direita na fotografia.

*Ilustração 8: Beneficiamento de café/Mimoso do Sul-ES.*



O trabalho de parceria, pois, é a verdadeira transição do trabalho escravo para o trabalho livre e único aplicável aos libertos e ingenuos; porém, para que o trabalho de parceria de resultados satisfatórios, é de necessidade que o grande proprietário agrícola seja homem de bem, honesto e inteligente; aconselhe, que guie e seja amigo de seus colonos; que lhes adiante os alimentos e socorros necessários, - o capital que precisarem para o seu primeiro estabelecimento vestuário das suas famílias - até a divisão do produto do seu trabalho, que deve ser feita com

toda a lealdade e honrades. O colono dessa maneira arrisca só o seu trabalho quando as colheitas forem más; não arrisca a sua subsistência e a da sua famílias. (sic.) (O Cachoeirano, 1882)

A partir dessas imagens de deslocamentos desenvolvidos nos fluxos das pessoas desde a escravidão é que vão se evidenciar aspectos importantes nas minúcias dos dispositivos operados no local da pesquisa. As referências trazidas até agora se conectam à apresentação do que é necessário ao entendimento das configurações dos dispositivos na pesquisa realizada.

Os dados coletados informam sobre territorialidades, observadas no fluxo das famílias, no relacionamentos destas com o lugar, inclusive através dos contratos de trabalho, que em um determinado momento podem levá-los a uma certa propriedade e em outro momento a uma outra, ou identificá-los em atividades de trabalho também temporárias no centro/Rua de Mimoso do Sul, vivendo a expectativa de serem chamados a realizar diárias nas propriedades rurais. Sobre esse assunto, faço referência, para um desenvolvimento posterior neste trabalho, aos estudos sobre territorialidades e relativos aos Povos e Comunidades Tradicionais destacando os apresentados desde os trabalhos de Alfredo Wagner.

Almeida (2008:133-162), através do tema “uso comum e conflito” analisa as ações do Estado e do movimento camponês, principalmente nos eventos destacados na década de 1980, na tentativa de realização da reforma agrária. Reconhece o autor a legitimidade dessas ações quando referidas à necessidade histórica de distribuição mais igualitária de terras no Brasil. Entretanto, Almeida não deixa de asseverar que mesmo esses movimentos, articulação de interesses num campo de forças, não conseguiram alcançar a multiplicidade de significados apresentadas pela noção de *terras de uso comum*. Para desenvolver seus argumentos, o mesmo autor apresenta três categorias que operam multiplicidades: terras de preto, terras de santo, terras de índio.

Os dados apresentados na pesquisa em Mimoso do Sul apontam para uma ampliação da definição dada por Alfredo Wagner para categoria *terra de pretos*, na medida em que as territorialidades das famílias interlocutoras na pesquisa atravessam antigas propriedades organizadas para produção do café com base na escravidão negra,

propriedades que se desenvolveram de maneira plena e que posteriormente nas ações do INCRA foram classificadas como improdutivas, se tornando objeto da reforma agrária. Nas definições de Almeida (2006:115), o termo alcança o processo de desagregação dos antigos “*plantation*” ou fora de seus limites estritos, quando estão relativamente desativados os mecanismos de repressão da força de trabalho”. Tais observações também estão relacionadas ao que foi estudado por Cardoso (1987) a partir da pergunta: escravo ou camponês? Neste sentido, quando se discute territorialidades negras, é preciso levar a sério a noção de fluxo e suas conexões com as noções de quilombo, que deve ser considerado em relação à luta pelos direitos e não somente ao que se restringe aos espaços geográficos e temporais (LEITE, 2008), campo negro argumento que nos permite acompanhar no fluxo, os eventos promovidos pelas pessoas para além das cercas das fazendas e dos locais hermos (GOMES, 1997), o que está diretamente relacionado ao conceito de campo. (BOURDIEU, 2002)

Alfredo Wagner trata em seu trabalho sobre as dificuldades do Estado em tratar as diferentes maneiras de relacionamentos que indivíduos e grupos de indivíduos têm estabelecido com os recursos naturais, tensão frequentemente apresentada nos trabalhos sobre comunidades tradicionais, incluindo as comunidades de quilombos. É deste autor a crítica que observa a incapacidade do plano jurídico, expresso nas categorias censitárias, de dar conta das mais diversas formas de relação estabelecidas pelos diferentes grupos humanos em diferentes lugares, com os ambientes.

Essas ocupações especiais contemplaram as chamadas terras de uso comum, que não correspondem a “terras coletivas”, no sentido de intervenções deliberadas de aparatos de poder, nem a “terras comunais”, no sentido emprestado pela feudalidade. Os agentes sociais que assim as denominam o fazem segundo um repertório de designações que variam consoante as especificidades das diferentes situações. (ALMEIDA, 2002:45)

Uma das referências apontadas por Almeida nas formas de expressão dessas especificidades relativas à ideia de *terras de uso comum*, que é apresentada na pauta dos interlocutores é a situação de

conflito. Conforme observamos na fala dos interlocutores em Mimoso do Sul, o processo de realização dos assentamentos não prescinde das situações de conflito, entretanto, nesse caso a situação de conflito é observada já na operação do dispositivo, ou seja, quando as articulações das formas produzem a noção de sem-terra. Assim, inquirir a noção de sem-terra com os interlocutores e refletir sobre a possibilidade de observação das famílias no mundo que as constitui e é por elas é constantemente constituído.

*Ilustração 9: Pessoas, máquinas e café. Foto cedida por Sílvio Nazzari*



## A disciplina

Aos fazendeiros dessa circunvizinhança um pai de família com três filhos, oferecem-se a colher café a meia, e se for preciso entrará no trabalho com gente necessária, conforme a colheita. Este cidadão é conhecido aqui e da informações do seu proceder a quem quiser e procure saber e indague. Os contratos serão feitos em presença de ambos do que assinarão ajustes para salvar os direitos de ambos. (O Cachoeirano, quatro de maio de 1893: 04)

Desde a transição no final da escravidão, as especializações são apresentadas na defesa dos interesses que temos descrito. Neste sentido, os contratos de parceria e os trabalhos de diarista se configuram como novas formas de relacionamento de forças. No mesmo contexto, os corpos treinados desde os procedimentos na escravidão, impedidos de acessar a judicialização a terra, vão se compor em novas formas de desterritorialização e territorialização. É preciso entender nessas novas composições as formas de escape, as centelhas. Um bom exemplo destas, apresentarei a seguir na tensão entre roça e lavoura.

Nesse momento, vale lembrar que as referências ao trabalho de Foucault e Deleuze se efetivam a partir das minhas relações de pesquisa, ou seja, na interpretação dos fatos observo uma nítida interlocução dos argumentos da pesquisa com o trabalho dos autores que cito. Desta forma, por exemplo, é que o discurso de um dos administradores de uma das fazendas **transformadas** em assentamentos – discurso já citado na introdução do trabalho - busca dialogar com a produção dos dispositivos analisados aqui. Consoante apresentado na introdução, a interpretação negativa da realização do dispositivo, nos mostra um discursos sobre a administração pautado na subestimação das capacidades das famílias assentadas, novamente se repete uma tentativa de naturalização da presença dessas famílias, que conforme nos apresentou Osvaldo Martins de Oliveira tem apoio também na interpretação dos africanos e seus descendentes enjaulados na escravidão.

Há nestes termos uma certa perspectiva administrativa que pensa determinados corpos/pessoas como necessariamente determinados

por forças que vêm de fora. Contraditoriamente, o que incomoda o mesmo administrador, o dispositivo Reforma Agrária só se efetiva quando relaciona esses mesmo corpos/pessoas à outros corpos, como a terra, a política, a burocracia, a educação e ao silenciamento na categoria “sem terra”. Conforme já registramos anteriormente para o antigo administrador da Fazenda Palestina, o novo modelo de administração apresentado no projeto de assentamento diferente daquele que ele ajudou realizar, não contaria mais com a presença dos administradores no acompanhamento das experiências cotidianas das famílias e nem da figura do dono da Fazenda. Inquirido o discurso do Administrador observamos também que ele está reconhecendo a diferença. Se antes o exercício administrativo dependia também da presença personalizada do administrador, agora na Reforma Agrária – na nova administração – o relacionamento de forças produz uma administração pautada mais nos procedimentos, assim, não mudam só a figura do dono da terra pelo Estado e a figura do afilhado/diarista/parceiro/meeiro pela figura do “sem terra”, mudam também os procedimentos.

Outrossim, na interpretação do antigo administrador, observamos a distensão da repetição de uma outra diferenças. Enquanto na transição para o fim da escravidão a “libertação” dos escravizados se ostentava na noção de dívida, como forma de sustentação da presença dos libertos nas fazendas inclusive pelas tais liberdades condicionadas, no Projeto de Reforma Agrária o padrão é o estado e a noção de dívida se desenvolve na explicitação do padrão hierárquico que se estabelece entre as famílias tornadas “sem-terra” para serem “contempladas” e o Estado que chama para si o papel de “doador”, o que também se refere e faz ressoar os argumentos de Foucault sobre a governamentalização: “As relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a coação das instituições do Estado”. Foucault (1995: 247).

Na reflexão que faz o antigo administrador passam as referências desenvolvidas no processo de escravidão. Administração, no que interpreta nosso interlocutor, se refere às possibilidades de desenvolvimento dos fazendeiros que instrumentalizavam os aparatos jurídicos, as relações de trabalho, os meios de produção e os procedimentos de legitimação. Assim, é preciso entender que os argumentos do administrador se constituíram desde um ponto de vista das condições postas em seu tempo de administrador. Vale comentar ainda, conforme registrado no Cachoeirano de 19 de setembro de 1889, que a transição do trabalho escravo para o livre se deu na região da

pesquisa entre **conhecidos**, ou seja, por escravizadores e escravizados já que a imigração não foi a medida imediatamente tomada na região da pesquisa. Sobre esse assunto vale comentar que as famílias de imigrantes mais antigas identificadas na pesquisa estão relacionados aos Moreira Moura, que chegaram na região a partir dos trabalhos realizados na bacia do rio Doce, isso

A administração, no discurso de quem a viveu, aparece como um mecanismo/instrumento necessário às relações de produção no lugar. Outrossim, o mecanismo administração é apresentado como um dom: “*É preciso saber mandar, ter agilidade e tem gente que não sabe disso não.*” Por outro lado é importante observar que a figura do administrador na política de assentamento se distende na burocratização implementada pelo dispositivo e também, conforme já havíamos comentado, na governamentalização.

Vale lembrar, considerando uma das características dos dispositivos de poder – a produtividade – que já no contexto da afirmação dos contratos de parceria, a região da pesquisa continua se destacando no Estado do Espírito Santo por sua alta produtividade. Está no jornal O Cachoeirano de maio de 1893 a relação das fazendas no Município de São Pedro de Itabapoana, hoje Mimoso do Sul, que produziam de “mil arrobas de café para cima”. Segundo informação apresentada por Nominato Ferreira da Silva e publicada no Cachoeirano só no conjunto das oitenta e seis fazendas relacionadas eram produzidas 320.000 arrobas de café<sup>28</sup>.

Como bem demonstrou Foucault (1999), a violência não é uma invariante ou um objeto natural, mas uma espécie de significante sempre aberto para receber novos significados. Daí por que, para falar em violência é preciso, antes de tudo, contextualizar, produzir referências, descrever percursos, experiências que foram guardadas nas memórias orais dos grupos, expor fatos que não se encontram nos documentos escritos, no mundo dos papéis, em cartórios ou em bibliotecas. (LEITE, 2006:01)

No texto *Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos*, Leite (2006) analisa o processo histórico do que ela denomina “supressão das humanidades”, banimento de diversos grupos humanos da sua condição de humanidade plena. Para a autora, tal processo se estabelece na formação dos Estados-Nações modernos, “...que se constituíram como modalidades de agregação,

---

<sup>28</sup>O Cachoeirano, quatro de maio de 1893.

hegemônicos e disseminadores de ordenamentos políticos com base em individualismos universalistas, mas não sem antes banir diversos grupos humanos de sua condição de humanidade plena.” (LEITE: 2006, pp. 01).

Ao se referir ao processo de ataque aos direitos das comunidades de quilombos, a autora trata das formas de violação dos direitos humanos na relação estabelecida com o processo de invisibilidade, impingido a esses grupos. Nos procedimentos de violação dos direitos relacionados à invisibilidade dos grupos rurais negros, Leite destaca “as tecnologias de controle e manipulação circunscritas ao mundo letrado.”

No seu percurso analítico, ela afirma que as técnicas e os instrumentos utilizados desde os procedimentos da escravidão - inclusive aqueles que, ao operar a transformação dos escravos em libertos, serviram para empurrar para a exclusão os africanos e seus descendentes escravizados no Brasil - não foram suficientes para apagar a presença dos grupos negros rurais da história brasileira: “*O diferencial é o aparecimento de uma humanidade insurgente advinda das bordas da ordem jurídica hegemônica que confronta, denuncia, reivindica, torna visível o que estava encoberto pelo suposto direito universal.*” (*Ibidem.*: pp.04). Essa caminhada interdisciplinar, é claro, tem a ver com o trabalho de Foucault, inclusive com o uso da ideia de dispositivo conforme já dissemos. Por outro lado é justo comentar que a noção de dispositivo ressoa um Foucault Nietzscheano, que considera as práticas sociais, conforme já dito, em sua heterogeneidade, como expressões dos compostos de relacionamentos de forças e é isso que verificamos no desenvolvimento da transição no final da escravidão, quando se estabelecem várias composições com vistas à proteção dos interesses agrícolas, quando as práticas – inclusive as discursivas – estabelecem a necessidade de investimento na mudança da figura do escravo para as categorias de diaristas, colonos, parceiros meeiros. Neste mesmo composto é expressando também o **medo** relativo ao fim da escravidão, o que por sua vez vai se conectar a produções de normas e regras na administração das vidas dos novos profissionais para que o medo não se transforme em realidade.

Nesse sentido, os expediente adotados no Sul do Espírito Santo demonstram sua eficácia quando observamos que mesmo após o fim da escravidão e mesmo sem a introdução maciça de imigrantes europeus ter sido mantida a produtividade em alta conforme já referimos na matéria publica no jornal O Cachoeirano de 1893.

No levantamento apontado pelo jornal O Cachoeirano são apresentadas 86 propriedades do Município de Itabapoana, hoje Mimoso do Sul, que produziam à época mais do que mil arrobas de café e todas as propriedades relacionadas ainda pertenciam aos ex-senhores de escravos e descendentes destes, ou seja, do ponto de vista do investimento na produção dos dispositivos é certo asseverar que a realização dos controles ao menos com vistas à produtividade apresentava conexões históricas claras, conexões produzidas nas descontinuidades e rupturas. Desse jeito é preciso olhar além da produtividade que se expressa nos dispositivos, assim, deve ser considerada a vida que passa além dos documentos que afirmam a legalização das propriedades, para entender, por exemplo, que além do fato das propriedades expressam a produção de mais de 400 arrobas de café, o fluxo de nossos interlocutores também se tornavam produtivos para além das cercas, na marginalidade daí a noção de **roça branca**, que significa tudo que era produzido fora o café: feijão, milho, arroz, abóbora e tantas outras coisas inclusive aqueles que escapam as estatísticas.

Sobre esse assunto vale fazer referência à entrevista realizado com Felisberto Moreira Moura, quando comentava sobre os antigos moradores da região do atual assentamento União. Comentou Felisberto sobre várias famílias que se dividiam durante o dia de trabalho, enquanto alguns membros da família trabalhavam na produção do açúcar na fazenda União, outros membros da família cuidavam da roça e foi lembrando dessas pessoas que Felisberto lembrou também de um casal, entre tantos que sua família mantinha contato:

*Aqui tinha uma crioula antiga que morava lá naquele alto [a direita da casa do interlocutor], que se chamava dona Angélica e o esposo dela se chamava Hernesto e eles moravam na Bocânia, quando o Clarindo [um dos antigos donos da fazenda União] comprou eles vieram para cá mas já vieram bem maduros né? O velho abrindo bem no alto ali onde se chama Santo Antônio, uma cabeceira ali, uma surucucú mordeu nele aí ele tinha uma ferida na perna era trabalhador coitado, mas naquele tempo morria quase todo mundo a mingua né porque ninguém não ajudava ninguém então ela morava lá encima e era uma crioula baixota. **Meu pai tinha um moinho de***

*pedra aqui e ela descia lá de cima com umas duas quartas de milho na cabeça, enrolada na cabeça, e descia cantando e nós tínhamos muitos cachorros brabos porque naquela época dava muito cachorro brabo, ela vinha com aquele cacetão escorando e vinha cantando e nós lá de casa escutava e aí ela dizia: - ô sinha Antônio (Grifo meu). (Felisberto Moreira Moura, Mimoso do Sul, junho de 2011).*

Aparece na memória de Felisberto uma das imagens que tratam do fluxo e nela a presença da dessa chamada roça branca como configuração de relações por onde a vida está passando. Na mesma imagem novos dados dos procedimentos de territorialização e desterritorialização. Os argumentos de nosso interlocutor nos põe em contato com o processo de escravidão e o que se produziu imediatamente após ele, com destaque para o que se produziu nas cercanias das fazendas e nesse fluxo marginal a produção da roça branca, produção das pessoas e das coisas. Não deixa de passar no discurso de Felisberto às histórias dos corpos em seu elemento contraditório: por serem relacionamento de força estão sempre em composição e decomposição, corpos que passaram pela transição do movimento escravocrata, “*vieram para cá mas já vieram bem maduros*” e que se metem em novas relações, que destacmos através da noção de roça branca “*Meu pai tinha um moinho de pedra aqui e ela descia lá de cima com umas duas quartas de milho na cabeça, enrolada na cabeça*”.

Os dispositivos não suportam a potência dos corpos, por isso eles vão se derramar em outras composições e vão refletir também, conforme dito antes, nas denúncias de pequenos sítios lavrados por escravos e libertos, nas denúncias de que os contratos de parceria e de meia estão sendo desrespeitados porque os parceiros e meieiros eventualmente se tornam diaristas em outros cantos fora daquele que estabelecido nos contratos. A vida continua passando, conforme veremos no capítulo quatro, quando um sobrinho combina com o tio produzir além dos lotes da Reforma Agrária.

### Capítulo III

#### Territórios e políticas oficiais de assentamentos

Chartres é feita de pedra e vidro, mas não é apenas pedra e vidro, é catedral, e não somente uma catedral, mas uma catedral particular, construída num tempo particular por certos membros de uma sociedade particular. Para compreender o que isso significa, para perceber o que isso é exatamente, você precisa compreender mais do que as propriedades genéricas da pedra e do vidro e bem mais do que é comum a todas as catedrais. Você precisa compreender também – e, ..., da forma mais crítica – os conceitos específicos das relações entre Deus, o homem e a arquitetura que ela incorpora, uma vez que foram eles que governaram a sua criação. Clifford Geertz (1978:62-3)

Partir da discussão proposta por Geertz sobre o que há na composição Chartres intensifica nossa tarefa. O que se exprime na obra e nos argumentos apresentados pelo autor, nos pede para ir além de uma análise das unidades que aparentemente compõe o exprimido. Geertz e “sua obra” referida tratam das relações em composição e sugere que o percurso para se tratar do assunto é a compreensão de forma crítica dos conceitos específicos apresentados nas relações entre os homens, entre os homens e as forças e os expedientes que os constituem. Em nosso percurso nos pomos atentos à análise dos conceitos que são produzidos nas relações apresentadas à nossa pesquisa, mas não pretendemos apenas considerar os conceitos produzidos nas relações, pretendemos observar as tensões imbricadas nessas relações destacadas para que aí possamos nos contatar também com o que escapa, com o fluxo sendo esse atinente ao tempo que não vai passar e que sempre se apresenta quando algo se repete produzindo, e em sua repetição algo de novo. Chartres, nos argumentos de Geertz, não se constitui por unidades absolutas. Chartres é a relação de multiplicidades históricas e é sobre esse assunto que apresentamos nossos esforços. Outrossim a pesquisa sobre as histórias das coisas e das pessoas não deve nos levar à identidades sociais isoladas, a produção se refere também a planos de composição.

Observamos que a imagem referida por Geertz intensifica também o que queremos tratar quando patrimonialização aparece como dispositivo, quando há relacionamento de forças e os interesses são colocados em jogo. Pretendemos enfrentar esse assunto de forma mais intensa no capítulo quinto, mas não podemos deixar que as transversalidades dos efeitos da pesquisa sejam enjauladas na forma como sobre elas escrevemos, assim, neste capítulo ficamos com a noção de composição como expressão da obra, o movimento que nos empurra à pergunta, ou seja, o que a faz ser assim? Quais são as forças que compõem a obra? Não nos interessa desenvolver aqui um percurso sobre a gênese do local estudado. Conforme já asseveramos, buscamos as intensidades e o que está fluindo. Nesse sentido recorrerei a uma interpretação de Sant-Hilaire sobre como os escravos na região estudada viam os indígenas, considerando que não há aí uma visão desde fora, o ponto de vista apresentado é desde a relação.

Eu vou citar um fato que me foi contado por dois dos meus negros<sup>29</sup> e terei cuidado de não transformá-los. Os selvagens atacaram, há um par de anos, os vaqueiros de Muribeca e se apoderaram de um negrinho de 10 a 12 anos de idade. Sabendo o que se passava, o chefe da fazenda enviou, no mesmo instante, no encaço dos indígenas, cinco escravos bem armados, entre os quais se achavam esses meus dois negros. Os escravos surpreenderam os selvagens sentados ao redor de uma fogueira, atacaram-nos a tiros de espingarda e mataram muitos deles. Havendo, depois, se aproximado do fogo, encontraram o corpo do negrinho do qual os índios haviam arrancado pedaços que estavam, já em parte, assados. Cortaram, para mostrá-la ao seu chefe, a

---

<sup>29</sup> As pessoas aqui referidas estão vinculadas ao processo de ocupação Jesuíta desenvolvido na região a partir do século XVII, mais especificamente as pessoas que acompanham Santi-Hilaire partem da fazenda Muribeca, que à época não pertencia mais os indígenas. Maximiliano de Wied-Neuwied, príncipe alemão que esteve na região entre 1815 e 1817, registra que na fazenda Muribeca – já não mais pertencente aos Jesuítas – havia cerca de 300 escravos, sendo que apenas cerca de 50 ainda se mantinham aptos ao trabalho. (Maximiliano, 1989: 126 *in* Conde, 2009: 03).

cabeça de um dos índios que morreram no lugar e enterraram os despojos do negrinho. (Sant-Hilaire, 1936: 42-43)

Essa visão dos escravos sobre os indígenas tratamos no primeiro capítulo quando nos referimos às composições que punham de um lado do conflito os indígenas e do outro lado os escravos e os senhores. Dessa vez a referência corresponde a necessidade de apresentar dados sobre o contexto em que são inventadas as desterritorializações e territorializações também configuradas nas políticas de patrimonialização no local. Na interpretação de Sant-Hilaire está passando também uma oportunidade de pensarmos sobre elementos que constituem um lugar, nesse caso, a distensão do perigo, do conflito.

### **Fluxo**

Produzindo a imagem no local através de comentários impressionistas, o viajante Sant-Hilaire também nos empurra para o tempo das composições, se não vejamos. O contato realizado pelo autor no lugar tem como campo as ações articuladas entre os senhores de escravos e os africanos e descendentes escravizados além, é claro, da presença indígena. Nessa composição aparece o expediente já comentado anteriormente, que é o fornecimento de armas aos escravos na luta contra os indígenas "O bom padre deu-me três escravos, que já haviam combatido contra os índios, armados de espingarda e de facão do mato". (Ibidem.: 42)

Também já apontamos anteriormente que essa especialização, distribuição de armas aos escravos num momento e aos índios noutra, produz uma "fissura" no dispositivo escravidão, gerando novas territorializações conforme as ações dos quilombolas armados. No relato de Santi-Hilaire também se nos apresenta, através da ação dos africanos e de seus descendentes escravizados, os procedimentos de ocupação dos indígenas: "os negros cuidavam de mostrar-nos os diferentes sítios em que haviam aparecido, depois de alguns anos, esses inimigos ditos antropófagos" (Ibidem.: 42). Mais do que das interpretações que os "negros" faziam da presença dos "inimigos antropófagos", Santi-Hilaire está falando de relacionamento de forças, melhor dizendo, das marcas deixadas por relacionamentos de forças. Que essas marcas se desenvolveram num antropofagismo tal qual o

defendido no manifesto modernista de 1924 em várias propostas de projetos nacionais brasileiros para além da obra de Gilberto Freire, ou seja, na busca pela identidade nacional a partir das misturas, a qual via e ainda vê as presenças a partir da noção de negros, indígenas e europeus pensados como blocos que contribuíram e contribuem para a formação do Brasil. Esse percurso que também vai passar pela noção de democracia racial inspirada no já mencionado Gilberto Freire, não é o cominho pelo qual seguiremos. Mas o que nos interessa pensar aqui é como esses relacionamentos de forças, não exclusivamente humanas, estão vinculados às especificidades de nossos interlocutores. Nesse sentido é que precisamos nos manter atentos às composições e as marcas que elas nos deixam, seguindo assim o fluxo que não nos permite prender nada nas jaulas do passado ou num futuro como resultado de um processo de miscigenação.

Ao tratar das desterritorializações e territorializações a partir das interpretações que os africanos e seus descendentes apresentam das composições conflitantes na mobilização das forças portuguesas e indígenas, Santi-Hilaire nos remete a um tempo que não vai passar e que está sempre aberto a novos encontros. Ainda nas distensões dos conflitos presentes nos encontros, os quais o argumento Sant-Hilaire produz uma imagem que se abre, podemos perceber a produção de marcas que são elementos desse tempo que não vai passar produzindo sempre novas condições de conhecimento e de novas composições. Nesse percurso, quando o tempo se abre nas imagens que se nos apresentam a partir da interlocução, é que acessamos o movimento das histórias das pessoas e das coisas na relação que constituem essas histórias.

**Figura 10. Casa da família Moura no entorno do Assentamento União, 2011.**



Nesse processo de composição do lugar que se dá também nas disputas territoriais, o viajante não deixa de produzir informações e nelas destacamos uma das que intensifica a relação entre o material e imaterial através do relacionamento de imagens, nesse sentido proponho olhar para "a obra" produzida por uma das famílias interlocutoras e relacionando-o ao tempo que ouvimos falar Sant-Hilaire considerando – é claro – as diferenças que as produções nos permitem pensar em seus encontros:

A casa onde alojam os soldados está situada sobre uma colina que se eleva a pique acima do mar. Foi construída de barro e madeira, é coberta, simplesmente, com palha, (...) Em torno dessa grande barraca, o mato é queimado pelos soldados, que cultivam algum legume; mas, fora disso, não se vê, atrás da colina, senão florestas ilimitadas, no meio das quais as sapucaias se

fazem notar pela imensa quantidade de flores vermelhas de que são cobertas. (Sant-Hilaire, 1936:44)

Na descrição do viajante ao menos uma verdade: é impossível compreender a imagem distante dos objetivos e sentidos dado ao construído. Na imagem, Sant-Hilaire empurra o leitor a uma experiência intersubjetiva nos colocando diretamente no tempo das relações em que se compõem os bens, movimento estético que não é diferente do que pensamos a partir da casa da família Moura. Uma outra característica que enxerta a imagem também nos é apresentada pelo mesmo autor numa outra parte do relato em que ele comenta sobre as forças militares da província. Segundo Sant-Hilaire na época de sua visita, 1818, comenta que no conjunto das forças armadas da província havia uma tropa de pedestres formada por "mulatos ou negros livres", que era determinada pela missão de "levar as ordens do governo e ocupar os diferentes postos destinados a proteger a região, do ataque dos selvagens". (Ibidem.:32)

As pessoas desse grupamento recebiam, segundo Sant-Hilaire, oitenta réis de soldo diário e eram obrigadas a buscar as condições de seu sustento. Em virtude das condições apresentadas à realização da função, várias pessoas dessas tropas de pedestres acabavam desertando inclusive alguns se deslocavam para o norte da província ou para outras províncias vizinhas. Contra esses fatos, as deserções, o governo acabava se omitindo de recuperar esses soldados também porque preferia "poupar-se às dificuldades da extradição de criminosos de uma província para outra". (Ibidem.:32)

O fluxo desses pedestres em direção ao norte também está relacionado com o movimento quilombola, tal como apontamos, e nesse movimento não escapa – por exemplo – as articulações com a conhecida Insurreição de Queimados em 1849, levante de escravos ao norte da antiga província de Vitória.

No dia 19 do corrente um grande número de escravos armados invadiu a igreja da povoação do Queimado na ocasião em que se celebrava o Santo Sacrifício da Missa, e em gritos proclamavam a sua liberdade, e alforria, e seguindo para diversas fazendas e alliciando os escravos dellas, e em outras obrigando seus donos a darem liberdade à

seus escravos, engrossou em número de 300. (sic.)  
(Correio da Vitória, 1849: 4)

Pelo exposto a partir da imagem do lugar apresentada por Sant-Hilaire podemos pensar na estrutura feita de madeira e barro, no lugar alto, na realização de queimada no entorno do Barracão como forma de preparar o terreno para o cultivo de alimentos, as florestas intimamente vinculadas às noções de perigo e local de trânsito de "selvagens" e "fugitivos". Na descrição subjaz também a função do lugar composto relacionado à necessidade de controle, interrupção de fluxos e ataque. Outrossim, os dados nos permitem pensar também sobre as pessoas que construíram o lugar e que, ao mesmo tempo assumiram a responsabilidade de operar na frente o projeto de ocupação desempenhado pelos interesses na província.

As imagens dos viajantes articuladas às informações de outros documentos e às experiências de campo criam fissuras e rachaduras que nos permitem pensar sobre a presença de pessoas em seus mundos, que há muito estiveram submetidas ao jogo do silenciamento. Sobre esse tempo que foge da compartimentação das experiências, já nos fez referência uma de nossas interlocutoras durante o trabalho de campo:

*Ele contava para nós todos, os filhos dele, que ele chegou através de uma família que levou ele para casa deles quando ele perdeu os pais e isso quando ele tinha 8 anos. Então, com 8 anos ele já estava dentro da escravidão que ele mostrou um monte de panelas, coisas do mato. Só que ele não lembrava da época que havia começado a escravidão, porque quando começou a escravidão ele já estava com essa família. (Maria Dias (72), Mimoso do Sul, setembro de 2010)*

As coisas do mato estão nesse tempo em que a pessoa de Maria se compõe inclusive através da genealogia de sua família, para continuar se distendendo através da memória de seu grupo, e agora, afetando a nossa. Nesse percurso, as coisas do mato nos remetem aos processos de formação dessas coisas inclusive das pessoas. Há aqui uma nítida articulação entre o que nos faz pensar nas florestas ilimitadas no entorno do barracão de Sant-Hilaire e esse tempo de composição do pai de Maria Dias. Das imagens de Sant-Hilaire, flores vermelhas se

compõem com a ameaça indígena "selvagem". Na memória de Maria Dias, as composições são condições para a produção de pessoas, não necessariamente uma distância, uma oposição com os "selvagens". Nos argumentos de Maria as composições e as diferenças produzem identidades, pessoas, coisas e histórias. Por outro lado, o mato como lugar de produção de pessoas e coisas, **um plano de composição** "(...) é uma zona de distribuição de elementos diferenciais heterogêneos intensos e ativos, restando em consistência singular, mas sem se reduzir a uma 'unidade'." (LEPECKI, 2011:03)

Nesse sentido, os argumentos de Maria Dias nos fazem pensar sobre o fato de que as articulações impedem a possibilidade de estabelecimento da ideia de pureza ou homogeneidade, já que a composição pede como condição de existência um processo de repetição, não das mesmas coisas, mas repetição de "elementos diferenciais" que conquistam intensidade na produção de diferença (DELEUZE, 1988). Vejam, estou pensando a partir desses argumentos que nossa interlocutora também impõe a esse processo de composição, a noção de um movimento que não se acaba numa repetição. Trata-se aqui também de uma noção de movimento e de história, ou seja, existem outros planos e outras composições sendo feitas; e considerando o local da pesquisa, é a partir dessas noções que, por exemplo, podemos pensar nas presenças dos imigrantes europeus que chegaram depois da escravidão legal como novas composições.

Vale comentar também que nesse percurso de Maria "há um negrinho" que não morre, que se desenvolve em uma outra antropofagia está em um movimento que através da composição produz aí uma conexão com as várias histórias locais de antepassados que foram encontrados no mato e em relação com os indígenas e os descendente dos africanos que também foram escravizados no Brasil. Essa composição recupera o que Oswald de Andrade tratou no movimento modernista proposto pela semana de 1922 e, mais especificamente, no Manifesto de 1928 o qual se refere à operação da noção de antropofagia considerando o movimento estético na defesa da produção da especificidades brasileiras, na formação de uma cultura nacional, conforme já dissemos no início desse capítulo. Nesse caso é importante asseverar que na interpretação que faço dos argumentos de Maria Dias não há qualquer correlação com a ideia de miscigenação, tal qual aparece nas teorias da nacionalidade brasileira ou mesmo naqueles discriminados a partir do movimento antropofágico, ou seja, os argumentos de Maria não vão nos levar a uma noção de composição que

constituirá o indiferenciado, a miscigenação. No caso de Maria as composições de forças que produzem a identidade de seu pai, não submete as diferenças à homogeneização conforme já assinalamos. Os argumentos de Maria tratam do desenvolvimento das diferenças em composição.

Essa identidade que depende das diferenças para realização do processo de composição e só se movimenta porque as diferenças não são subsumidas, nos remetem também ao argumento de Muniz Sodré buscando alcançar outras intensidades derramadas nos discursos de nossos interlocutores, outras articulações através das tais fissuras:

Sabe-se igualmente que no Ilê Oxóssi, um dos três territórios nagôs fundadores, existe um assentamento para "caboclo" (entidade que representa o índio brasileiro junto à cosmogonia negra). Explica-se: o índio é, para o terreiro (como para os negros nos Estados Unidos), o dono original da terra brasileira, através daquela inscrição simbólica, é reverenciado do mesmo modo que os antepassados ilustres da comunidade negra, os Eguns. O próprio culto de caboclo, apesar de toda a sua simbologia indígena, é uma reelaboração nacional do culto negro aos ancestrais. (SODRÉ, 1988: 57)

Não intentamos aqui dar sentido aos argumentos de Maria Dias a partir das observações de Muniz Sodré, sua participação se faz no diálogo que se estabelece, assim, o erro seria não citá-lo. Por outro lado, porque há diálogo, Maria Dias intensifica Muniz Sodré e o contrário também acontece. Nessas intensidades, antes de retornarmos à Maria, vale observar que Sodré chama ao diálogo a noção de que o ponto de vista é a relação, e isso fica claro quando argumenta que "O próprio culto de caboclo, apesar de toda a sua simbologia indígena, é uma reelaboração nacional do culto negro aos ancestrais", argumento que se relaciona com a imagem trazida por Maria Dias de seu pai. Esta interpreta a escravidão a partir da presença do pai, presença que só pode ser pensada por ela, novamente, a partir da composição de diferentes multiplicidades:

*Os pais dele haviam vivido a escravidão e ele só com 8 anos é que foi saber o que era a*

*escravidão. A mãe dele viveu a escravidão e foi pegada no laço, num lugar chamado Santa Rosa que só tinha mata e só tinha índios dentro do mato: pessoas com cabelos cumpridos, com barba cumpridas e pele vermelha. Ele falava que se a gente vivesse na época que ele nasceu a gente comia angu e falava que era carne, muita coisa ruim acontecia. Ele guardou tudo que ele tinha juntado desde que ele era criança, acho que desde a escravidão ele guardou tudo para mostrar para gente. (Maria Dias (72), Mimoso do Sul, setembro de 2010)*

No Relatório da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo de 1860 está registrada uma análise da situação dos indígenas na região do rio Itabapoana, nessa análise transborda o comentário de que especificamente na região entre o rio Itabapoana e o rio Muqui, local sobre o qual está falando Maria Dias – por conseguinte nosso campo de pesquisa - havia nas matas junto com os indígenas Pury, "alguns civilizados e até conhecido um de nome Cândido Martins"<sup>30</sup>, conforme já citamos nos capítulos anteriores. Vejam como a memória de Maria Dias afeta a informação anterior e ao mesmo tempo revela um aspecto elementar da estrutura barroca, qual seja, o movimento que nos faz pensar, novamente, na mistura como característica fundamental, movimento que faz pensar no indiferenciado como local de produção das diferenças. A presença do pai de Maria Dias se faz a partir das articulações com outras presenças e em constante movimento, movimento que – como no barroco – nos deixa a sensação que pretende o infinito. Esse mato: lugar do medo, das flores, da produção de coisas, esconderijo dos índios, de interesse do império, da especulação de terras, da produção de madeira, de investimento de civilização, da composição da selvageria, dos mistérios, dos quilombolas... A partir desse lugar que Maria vai nos apresentar seu pai.

*Eu casei muito nova, por causa de um beijo que o namorado deu e eles acharam que eu era muito*

---

<sup>30</sup> Nesse mesmo período, 1860, vários indígenas Pury são identificados nas fazendas da região do rio Itabapoana trabalhando como jornaleiros, ou até mesmo residindo nas próprias fazendas como é o caso dos 48 indivíduos que se encontravam na fazenda do senhor João Pereira da Silva, junto as cachoeiras do rio Itabapoana (RALP/ES, 1860: 54).

*nova, aí ficou tudo para lá. Quando ele morreu eu já estava no Rio [Rio de Janeiro], minha mãe abandonou a casa também e veio para casa dos filhos aí ficou tudo para lá: tinha panela de barro, cachimbo de botar fumo e ele falava assim: deixa aí minha filha que é para eu mostrar meus netos. Ele tinha a orelha furada e um pau enorme nela, inclusive ele foi enterrado com esse pau na orelha. (Maria Dias (72), Mimoso do Sul, setembro de 2010)*

O lugar de onde sai o pai de Maria Dias, também conforme se nos apresenta nos jornais e documentos do governo imperial, era frequentado por ao menos dois Povos Indígenas, os chamados Botocudos e os Pury estruturados através dos subgrupos desses Povos, envolvidos nas disputas territoriais. No processo de composição no qual somos apresentados a Antônio Trajano, através de um discurso intersubjetivo expresso por sua filha, somos remetidos à tensão há tempos observada, ao menos desde Fredrik Bart (1995). O discurso de Maria também trata do contexto da etnicidade e da cultura.

*Quando ele morreu eu estava morando em Campo Grande. Ele tinha também um outro pau que ele colocava na língua e ele falava que eram os carimbal que faziam. A reza ele dizia que tinha apreendido com o pai dele que também era rezador, curandeiro. Ele queria ensinar todos os filhos, mas a única que aprendeu um pouquinho foi eu. Se ele falasse com você isso aqui é pau você podia escrever. Lá em Bello Monte havia uma pedra muito alta [apontando para o topo do morro] maior que aquela ali ó. Então o boi do patrão caiu daquela pedra, não morreu mas quebrou a pata aí meu pai rezou e falou para o patrão: pode deixar Baiardo, amanhã ele vai está andando. No dia seguinte o boi estava andando aí então todo mundo passou a acreditar nele mais, tudo que meu pai falava - não sei se era fê que todo mundo tinha - até uma vaca que queria ganhar neném, não neném que fala é bezerrinho...qualquer coisa que acontecesse as pessoas chamavam: vem cá Trajano, vem resolver isso aqui e ele chegava lá e só fazia*

*assim ó [encenando como o pai fazia, emocionada]. Ele era uma pessoa que fazia o mal também me desculpe meu filho, mas era só você pedir. As pessoas chegavam lá e falavam: seu Trajano ou seu Antônio aquela fulano de lá roubou meu marido... As pessoas que roubavam animais nas fazendas, as pessoas iam na casa dele. Inclusive tem um homem que é doutor que sumiu três vacas dele e foi o primo dele que havia roubado à noite e meu pai conseguiu identificar o ladrão, que até o meu pai morrer ele tinha o maior ódio do meu pai e ele, inclusive, deu até um tiro no meu pai que pegou de raspão nele. (Maria Dias (72), Mimoso do Sul, setembro de 2010).*

O discurso de nossa interlocutora é potente e precisamos distendê-lo em seu fluxo. Nesse sentido, conforme o discurso se nos apresenta, precisamos identificar com quais forças distenderemos em nosso trabalho a interlocução. Uma das referências nos argumentos de Maria Dias nos remete, como já falamos, aos estudos de Barth e uma das forças evidentes na interlocução se refere à ideia de que a formação dos grupos ocorre com base nas diferenças culturais: "Pensar a etnicidade em relação a um grupo e sua cultura é como tentar bater palmas com uma mão só." (BARTH, 1995 *in* Antropolítica, 2005:16).

Maria nos faz pensar sobre esse aspecto apontado por Barth, ao se recusar pensar à identidade do pai num plano de isolamento, assim, dando-nos a presença do pai a partir do processo de composição, no qual as referências interétnicas não podem ser silenciadas e compartimentadas. Através de Maria, a imagem do pai permanece em movimento. Nesse fluxo a imagem de Trajano se contrapõe a imagem dos indígenas passadas a Sant-Hilaire, segundo ele próprio, por africanos e/ou descendentes de africanos, na ocasião da fala, escravos vinculados à fazenda Muribeca por volta de 1818. Na interpretação de Sant-Hilaire as identidades são produzidas a partir do esforço em marcar diferenças, nesse movimento é possível falar de um outro radicalmente diferente, de um outro selvagem, ameaçador e distante. Por outro lado, no mesmo discurso Sant-Hilaire propõe uma tensão entre ele, os representantes da Fazenda Muribeca e os descendentes de africanos. Desde o ponto de vista de Maria Dias torna-se impossível processar um argumento que compartimente. Por outro lado, ainda pensando desde o ponto de vista de Maria, podemos

reinterpretar o argumento de Sant-Hilaire, nos momentos em que ele não fala, nos momentos em que ele deixa de tratar da composição, no momento em que ela transborda.

Muito bem, a noção de composição que já aparece nos relatos de Sant-Hilaire reaparece – diferente - nos argumentos de Maria, mas desta vez intensificando essa noção de composição e se distanciando da possibilidade de pensar identidades a partir de noções presas no tempo das unidades absolutas, assim, composição de identidades é uma das marcas do fluxo que nossos interlocutores querem nos mostrar. Nesse percurso é preciso reconhecer a recusa neles ao distanciamento dos processos de composição, pela segurança em interpretações deslocadas. É por isso que Sant-Hilaire desconfia da noção de antropofagia apresentada pelos descendentes de africanos escravizados e Maria Dias, por sua vez, intensifica essa perspectiva ao nos oferecer seu pai a partir, conforme temos dito, da composição, não de unidades, mas de multiplicidades em movimento. Ele – Trajano - se compõe num lugar onde havia mata, indígenas nas coisas que ele “coleccionou”, se relacionou e fez desenvolver. O pai de Maria Dias não é uma unidade, ele é uma composição de multiplicidades que está em relação com multiplicidades que também estão se compondo. Portanto, longe de uma perspectiva miscigenante homogeneizadora, a interpretação que faço dos argumentos de Maria Dias nos coloca em articulação com os planos por onde se movem os estudos de Hall (1996), já referido no primeiro capítulo, neste sentido nos desviamos ao nos chocar com qualquer ideia de identidade unificada e completa, assim, retornamos diretamente aos argumentos de nossos interlocutores, os quais repercutem aqui:

*Tinha um outro crioulo que morava por aqui que era filho de um Manuel Pereira que morou aqui, porque quando o meu pai veio parar qui era uma turma de índios que moravam aqui. Eles faziam até uma cachacinha num chalerão grande que tinha ali era uma manada de índios, com um monte filhos e de filhas e tinha um que se chamava Anacleto que morreu agora há pouco tempo. eles tinham uma carreira de mundel [armadilhas] que vinha daquele alto ali e descia até aqui em baixo, eles viviam de caça e alguns*

*deles trabalhavam na União* [agora assentamento]. (Felisberto Moreira Moura, Mimoso do Sul, junho de 2011)

Esse é plano de onde se expressa os dispositivos Reforma Agrária e Patrimonialização. Embora haja esforços para que nossos interlocutores sejam tratados como sem-terra e mesmo que a dissociação entre material e imaterial nos dispositivos queira silenciar as almas das coisas e das pessoas produzindo sujeitos e coisas longe de suas histórias de composição e de relações, eles – as relações entre as pessoas e as coisas - continuam produzindo movimento e gritando em silêncio. Assim, mesmo diante de tanta força em produzir unidades absolutas que devem se remeter às histórias das elites, mesmo diante da necessidade de se exercitar a governamentalização e toda sua burocratização, a vida continua passando e nos convidando a ser diferente e pensar a partir dos movimentos de resistência, dos efeitos liminares.

## Rachaduras

*Ilustração 11: Armazém em Feliz Destino - Mimoso do Sul/ES, 2011.*



Cabiúnas no Córrego São João, Estácio da Silva, Faustino dos Santos, Gorni, Tomás de Almeida são algumas das famílias que conforme canta Paulinho Moska, com uma ligeira modificação de minha conta, "Gritam pros surdos seus silêncios estridentes. Repetindo, repetindo até ficar diferente<sup>31</sup>". O ruído promovido pelos gritos dessas

---

<sup>31</sup>"Eu grito pros surdos meu silêncio estridente repetir, repetir, repetir... até ficar diferente." Paulinho Moska - Mar deserto.

personagens, na repetição, tem efetuado rachaduras. Por onde proponho, devemos entrar e buscar o entendimento dessa Tese.

O que quero dizer inicialmente, longe de qualquer esteticismo desencarnado, é que a identificação do diferente, algo relativo à história social das famílias assentadas pelo INCRA em Mimoso do Sul, se nos apresentará como efeitos e expressões num espaço de multiplicidades onde as ações de política pública - aplicação pelo INCRA através da Reforma Agrária e a patrimonialização efetivada pelo Estado do Espírito Santo e pela Prefeitura de Mimoso do Sul - se articulam como dispositivos. Outrossim, as ações das famílias estudadas aparecem como forças capazes de enfrentar tais dispositivos, dessa forma nos apontando maneiras de escapar a tais dispositivos, reconfigurando a partir das tensões interpostas localmente, um cenário propício à novas intervenções.

### **INCRA e os procedimentos nos assentamentos em Mimoso do Sul**

*Porque quem vem de fora não conhece nada dentro do município e hoje o agricultor não é só morar, ele tem que conhecer os políticos do município, ele tem que conhecer o vereador, o secretário de agricultura e quem vem de fora as vezes fica perdido e as vezes ele acaba passando o lote com mais facilidade. (Cristiano de Oliveira, Técnico Agrícola, 30 de maio de 2011, sede do STRMS)*

No final da década de 1990 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul convocou pessoas do município para criar um grupo capaz de forçar o INCRA a realizar assentamentos no município, esse foi um passo importante na efetivação do assentamento União. Esse esforço do Sindicato local se desenvolveu através da articulação de forças e disputas processados historicamente na região.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul potencializa suas ações se vinculando à política local nas ações da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, como é o caso da mobilização de mais de seiscentas famílias realizada pelo atual Secretário de Esportes do município, na época ligado ao Sindicato, para articulação e realização

do projeto de Assentamento Palestina, conforme comentou o servidor do INCRA durante visita à sede do Instituto em Vila Velha/ES em junho de 2011. Essas articulações criam condições para demandar ações do INCRA e também repercutir nas experiências cotidianas dos assentados do União.

A composição do Assentamento União está definida com cinquenta e seis famílias, na sua grande maioria, ou seja, 77% provenientes da zona rural do mesmo município, onde exerciam atividades na própria agricultura como colonos, meeiros e diaristas [destaque meu]. Apenas uma família migrou da cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. (PDA União 2001:11)

De acordo com a as regras legais que organizam as atuações do INCRA, o instituto deve ter um cadastro de famílias candidatas à Reforma Agrária criando a partir dele os assentamentos. Nos Projetos de Assentamento Palestina e União, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul elaborou um cadastro de famílias a partir da demanda do sindicato local, indicou as fazendas - as quais foram objeto de estudo - e foram adquiridas para fins da Reforma Agrária. As ações do Sindicato permitiram organizar grupos de famílias compostos, em sua maioria, por trabalhadoras e trabalhadores nascidos no próprio Município de Mimoso do Sul, condição estabelecida na definição do projeto de atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Conforme se constitui as identidades dos próprios representantes do Sindicato, as famílias foram recrutadas a partir dos seguintes critérios indenitários: diaristas de serviços agrícolas, parceiros, meeiros e colonos. De outro lado as próprias famílias usaram outros critérios, inclusive de afinidade e parentesco na formação do assentamento, ou seja, enquanto o Sindicato e o INCRA utilizavam os critérios vinculados à política local - inclusive eleitoral - articulado à burocracia do dispositivo Reforma Agrária para criar grupos de sem terra, as famílias agiram formando outras identidades sociais. Na interpretação de Martins (2008)<sup>32</sup> sobre o conceito de dádiva, os objetos trocados entre o

---

<sup>32</sup> MARTINS, Paulo Henrique. 2008. De Lévi-Straus a M.A.U.S.S.: Itinerário do Dom. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fevereiro, volume 23, número 066. ANPPCS, São Paulo, Brasil pp. 105-130.

Sindicato, o Governo brasileiro e as famílias assentadas são necessariamente polissêmicos e, é claro, seus sentidos dependem necessariamente dos interesses dos participantes envolvidos. Assim o que se nos apresenta é um movimento que leva as histórias das famílias em Mimoso do Sul se articularem aos interesses do Sindicato local, dos parlamentares municipais, da Prefeitura, do Estado e de fazendeiros articulação que não está baseada na homogeneidade de sentido e de interesses.

No início do processo de mobilização das famílias em Mimoso do Sul, o Sindicato fez contato com os primeiros interessados. No caso do Assentamento União, segundo comentou o atual presidente do Sindicato, cerca de quinze representantes de famílias participaram da primeira reunião, número que depois passou das sessenta famílias. No caso do Assentamento Palestina, segundo informação do INCRA de Barra Velha/ES, o hoje Secretário de Esportes da Prefeitura de Mimoso do Sul conseguiu mobilizar cerca de seiscentas famílias. Enquanto o Sindicato mobilizava as famílias na criação dos acampamentos no entorno das fazendas, o INCRA efetivava os procedimentos legais com destaque para a realização da vistoria de identificação do imóvel, classificação (se produtiva ou improdutiva), levantamento dos dados iniciais para avaliação da terra nua e das benfeitorias do imóvel. No caso do Assentamento União, a avaliação da equipe coordenada por servidores do INCRA, Engenheiros Agrônomos, concluiu em 1998 que o imóvel se caracterizava como propriedade improdutiva e asseverou também que a mesma propriedade seria indicada para realização de assentamento de 45 famílias (P.A.: 54340.000065/98-29 INCRA, fls. 13/17). Com relação ao assentamento Palestina, os técnicos do INCRA apresentaram o laudo em 2003 também classificando o imóvel como improdutivo e o indicando para o assentamento de 50 famílias (P.A.: 54340.0000804/2003-38, fls. 51/54).

Os trabalhos citados acima, relativos à obtenção do imóvel onde se destaca o laudo do INCRA sobre a classificação da propriedade e o documento de emissão de posse para efeito da Reforma Agrária, ocorreram concomitantemente ao processo de seleção e lançamento do cadastro das famílias do assentamento produzindo subsequente cadastro no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA/INCRA. Para seguirmos juntos com nossos interlocutores locais, cito novamente parte de um dos trechos das entrevistas já referido no primeiro capítulo. Recorro a esse expediente da repetição considerando

que neste momento ele permite outra intensidade, assim, ganhamos mais potencia com a repetição dos gritos locais.

*Aí por exemplo a gente precisa de sessenta pessoas, pareceu digamos setenta. Aí a gente segue pela ordem do primeiro até o cinquenta. Chegamos perto dos dez e dizemos agora não vamos levar vocês, mas na hora que surgir vagas nós vamos encaixar vocês. Aí vamos para lá, aí é tipo uma concentração, a verdade é essa, um campo onde passa por certa experiência. Aí muitos desistem porque não aguentam, porque lá a vida é difícil, debaixo da lona e difícil. Aí lá no momento final deu-se a emissão de posse: os procuradores [da AGU/INCRA], o Juiz juntamente com os oficiais de justiça chegam lá e dão a emissão de posse aí o INCRA tem a posse da terra. (Cremir Pinto do Nascimento - presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul, 30 de maio de 2011, sede do STRMS)*

Conforme dito antes nos assentamentos referidos aqui tanto a indicação da área a ser avaliada pelo INCRA quanto a definição das famílias a serem assentadas dependeram do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas é fato que os critérios indicados pelo INCRA são percebidos mesmo na seleção realizada pelo Sindicato. Nos critérios destacados pelo INCRA aparecem tamanho da família (TF), força de trabalho (FT), idade do candidato (IC), tempo de atividade agrícola (TAA), renda média da família (RMF), mora no município (MM). Nos dois assentamentos onde o Sindicato dos Trabalhadores Rurais exerce maior influência, o critério morar no município tem o registro maior. Por outro lado é fácil perceber que os critérios estabelecidos pelo INCRA na articulação de forças locais contribui, por exemplo, para o afastamento de idosos dos assentamentos, o que vai repercutir, é fácil notar, na tensão entre os procedimentos do INCRA, seus argumentos técnicos e os conhecimentos locais.

As referências para efetivação dos procedimentos técnicos e administrativos de seleção de candidatos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA estão fundamentadas no Código

Civil e em legislação específica<sup>33</sup>. Na Norma de Execução n.45 de 25 de 2005, instrumento que desde o INCRA deve articular o mencionado processo de seleção, não há nenhuma referência aos interesses étnicos e tradicionais como critério de seleção dos candidatos à Reforma Agrária. As informações são coletadas pelos agentes do INCRA através de formulários direcionados à alimentação do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, sistema esse organizado através de dados censitários e estatísticos<sup>34</sup>. Entretanto é importante destacarmos que as informações processadas pelo INCRA estão vinculadas à uma articulação local, onde a formação do grupo sobre o qual vai incidir os instrumentos técnicos da política de Estado já haviam sido apresentados, ou seja, o INCRA recebe o grupo indicado pelo sindicato, os trabalhos do Instituto estão fundados num acordo político onde a formação inicial do grupo deve ser apenas legitimada na burocracia do governo.

Essa articulação de força envolvendo esses vários agentes, vários sentidos e interesses tem história nos fluxos locais. Sem buscarmos uma origem desses deslocamentos vale vermos nas distensões genealógicas os momentos em que, ao se repetirem, se tornam diferentes e em articulação com os interesses da política agrária estatal. Deslocando-nos neste percurso devemos observar uma imagem a partir de Novaes (1963) e Martins (1997), quando demonstram que um dos objetivos dos escravos era interferir no processo de abolição, contribuindo para a promoção da liberdade de parentes ou afins. Os argumentos do representante da Província do Espírito Santo, colocados dentro do fim da escravidão, estão relacionados também ao que Foucault chama de dispositivo, na medida em que pretende, na transição, relacionar forças no sentido de proteger interesses deixando passar outros:

Em data de 10 de maio citado chamei a atenção dos Juizes Municipais para a disposição do artigo 57 da Regimento mandado observar por Decreto n. 5135 de 13 de Novembro de 1872, que não permite o deposito de insignificantes quantias, a título de pecúlios que escravos exibem para requererem arbitramento dos respectivos valores e

---

<sup>33</sup> Ver também Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra); Decreto n.º 59.428 de 27 de outubro de 1966; e Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

<sup>34</sup> Ver modelo de formulário anexo.

consequente manumissão; porquanto os legítimos interesses do estado não deverão prejudicar os direitos dos senhores dos escravos, legalmente ainda existente<sup>35</sup>.

Os critérios técnicos apresentados nos dois casos são diferentes. Toda máquina operada na escravidão, principalmente para proteger os interesses dos senhores de escravos e do império, pretendem assujeitar os africanos e descendentes escravizados a partir da categoria liberto, nesse caso a operação maquínica depende da diminuição de força daqueles a quem, contraditoriamente, se quer “libertar”. No caso da operação da Reforma Agrária em que também se discuti a liberdade, as mobilizações a partir da década de 1990 em Mimoso do Sul/ES, já não projeta o assujeitamento na tentativa de exclusão dos beneficiários da Reforma Agrária pela tentativa de afastamento destes dos procedimentos burocráticos e da articulação política, no caso de Mimoso do Sul, o dispositivo Reforma Agrária cria um sujeito de direito – os sem-terra – mas as especificidades desse “novo sujeito histórico” impedem que se repita sem expressão de novidade, o que aconteceu no final da escravidão legal. Entre outras coisas o composto de relacionamento de forças que se apresenta em Mimoso do Sul a partir da década de 1990 precisa que os meeiros, diaristas arrendatários, decidam, movidos por seus interesses, se articular na realização da Reforma Agrária, assim, os projetos são diferentes, os interesses também e ao mesmo tempo distendem forças historicamente constituídas. Nesse sentido não estamos querendo dizer que o projeto de libertação dos escravizados não tenha nada a ver com a Reforma Agrária e muito menos estou dizendo que a mobilização dos africanos e descendentes que foram escravizados não tenha nada a ver com os que o dispositivo trata como **sem-terra**. O que defendemos aqui é que as articulações desses eventos só se tornam possíveis porque atuam sobre essas diferenças.

Outro ponto importante que nos faz pensar no relacionamento dos eventos pela diferença é que, no processo de transição da escravidão legal para seu fim, a noção de liberdade que se defende depende da colocação dos “libertos” em acordos de trabalho que depois se desenvolveram nos contratos de meia, nos serviços de

<sup>35</sup> Relatório – José Camillo F. Rebello – Custodio J. F. Martins – 17 set. 1884. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital – 2000.

diárias, nas parcerias, ou seja, a “liberdade” se produz a partir de contratos e pagamentos de dívidas. Vários historiadores estudaram e estudam as especificidades desse processo de liberdade condicionada, aqui vale destacar o trabalho de Moreira (1996) considerando que nele o autor nos traz referência do processo a partir de especificidades que estão diretamente ligadas ao lugar da pesquisa. Analisando as minúcias nas cartas de alforria, Moreira observa uma série de dispositivos que pretendiam distender os vínculos existentes entre os senhores e os “libertos”. Entre essas minúcias não faltaram ao estabelecimento das obrigações, a utilização dos vínculos familiares, como é o caso das famílias onde um dos membros ganhava a carta de alforria e se via obrigado a permanecer no local onde havia sido escravizado para não perder os vínculos com sua família que ainda deveria permanecer escravizada. Outro exemplo interessante é aquele em que a carta de alforria era condicionada à prestação de serviços sempre que o “ex-senhor de escravo precisasse”. Das forças que sustentavam tais acordos, destacamos também o argumento moral com vistas a manutenção de vínculos entre senhores e alforriados, desde à potencialização da perspectiva do primeiro e para defesa de seus interesses, assim apresentamos a sustentação moral no caso de Florinda “liberta” aos 40 anos:

...sem estar sujeita a condição alguma, mais do que observar os deveres de gratidão que a prendem ao seu benfeitor e não buscar incomodá-lo, nem causar-lhe incômodo algum por seus atos posteriores... (Livro 18, folha 159 – 14 de setembro de 1866 in Moreira, 1996:34)

Através da noção de dívida de gratidão a alforria se estabelece como um dom, pela necessidade de retribuir a custo difícil de ser estimado. Conforme se constata, a noção de liberdade condicionada foi um importante expediente utilizado para desenvolver o processo de transição, tendo em sua organização vários argumentos, ou seja, uma noção movimentada por diferentes interesses. Entre as marcas da noção de liberdade condicionada chamamos atenção para distensão do que a caracteriza como dom, como dívida. Esses elementos também aparecem nos acordos firmados através dos dispositivos apresentados pelo Estado aos nossos interlocutores locais através dos projetos de assentamento. No caso dos assentamentos, conforme veremos também no quarto

capítulo, a noção de dom e dívida também estão relacionados à realização do dispositivo Reforma Agrária, que não deixa de discutir a ideia de liberdade na produção da dívida e seu pagamento como conquista através do trabalho na terra<sup>36</sup>.

Essa estratégia muito utilizada de tratar a liberdade através do desenvolvimento da ideia de dívida foi muito explorada nesse tempo de transição e é uma das marcas destacadas por nossos interlocutores conforme estamos vendo. A possibilidade dessa operação estratégica também se baseava na constituição da figura do senhor como doador, o que consecutivamente permite pensar a liberdade como dádiva, e isso aparece em um dos casos apresentados por um dos nossos interlocutores:

*O velho Juca Lima [Um dos primeiros fazendeiros na região] deu a ele [um de seus escravos] quatro alqueires de terra e ele era escravo. A canelinha do homem era dessa finurinha irmão! Ele era escravo da Cascata e ganhou terras ali na cachoeirinha ali perto da Independência. Depois da morte da senhora Filó, na dona América, e do Capitão, na ilha, o coronel apanhou as terras dele. Aquela gente do Vitorino apresentou uma conta para pegar a terra aí dizem que o coronel Terra Lima falou assim: - não senhora, eu dei a terra está aqui a folha e desde que ele entrou e todo o tempo que ele vivesse e se o filho não quisesse tocar, quando morresse a geração toda a terra voltaria para fazenda outra vez! Era uma coisa bem feita, não? Não existia escritura naquele tempo, era só uma folha de papel assinada aí ele deu um tapa na Filomena, filha dos Garçone. (Sebastião Gornni, Córrego São João, 2011)*

Além dos aspectos já apontados das interpretações dadas ao processo de transição é possível, a partir desse dado apresentado por um de nossos interlocutores, a produção da imagem do senhor em

---

<sup>36</sup> Vale destacar o fato noticiado no jornal *O Cachoeirano* de 1890, que narra a Excursão do Governador Afonso Cláudio de Freitas o qual: “[...] presenciou o predomínio dos libertos no trabalho do terreno”. (*O cachoeirano*, 1890: 01).

sintonia com a imagem que o dispositivo Reforma Agrária desenvolve na relação com aqueles que ele trata como cliente. O senhor, no acordo com ex-escravo, deixa claro que a terra está para produção de mercadorias, uma noção que é percebida não somente na discussão relativa aos trabalhos do INCRA, mas se articula também com a noção de terra indígena produzida pelo mesmo Estado brasileiro. Mas os limites da nossa proposta neste trabalho pede que nos concentremos naquilo que diz respeito às tensões relativas às ações do INCRA no local, assim, uma discussão sobre as articulações entre as noções de terra relacionadas às ações da Reforma Agrária efetivada no local, a escravidão e os Povos indígenas fica para outro esforço.

Sobre os dados apresentados pelo INCRA no caso dos assentamentos em Mimoso do Sul, precisamos observar quais aspectos relativos às **quantias insignificantes** se nos apresentam, o que nos levará ao problema concernente à aplicação dos dispositivos referentes à reforma agrária realizada pelo INCRA ao mesmo tempo em que constataremos, nas **quantias insignificantes**, novos planos de fuga. Outrossim, os limites da ação do INCRA por não alcançar as especificidades apresentadas por Almeida (2006) através da noção de uso comum, não nos deixa aproximar, inclusive, das relações que as famílias contempladas nos assentamentos estão estabelecendo neste momento com o patrimônio cultural registrado pelo poder público na região. Afirma-se, então, a necessidade de se refletir desde as relações desenvolvidas pelos sujeitos locais sobre quais os desdobramentos entre os procedimentos adotados no período que finaliza a escravidão legal em Cachoeira de Itapemirim, com destaque para o lugar hoje denominado Mimoso do Sul, e o desenvolvimento dos procedimentos de marginalização das famílias rurais negras, hoje contempladas/capturadas no modelo de reforma agrária desenvolvido pelo Estado brasileiro. Pretendo com as informações alcançadas, inferir, inclusive, sobre como tem sido possível desenvolver políticas de defesa do patrimônio cultural brasileiro, através da proteção de casarões e outros equipamentos produzidos para sustentar o sistema escravocrata no local, sem considerar a possível presença de descendentes de pessoas que foram escravizadas na mesma região objeto da patrimonialização.

*Ilustração 12: Modelo de barraca referido por Sebastião Gorni Mimoso do Sul, 2011.*



O dispositivo Reforma Agrária, através do INCRA, dispara seus procedimentos a partir de processos de identificação de seus clientes. Neste sentido, quando se adota o modelo de produção de lotes a serem distribuídos às “unidades familiares” em Mimoso do Sul, um dos argumentos utilizados para se defender da iniciativa é o fato dos interessados terem se apresentado através do cadastrado nacional da Reforma Agrária, o qual se desenvolve a partir da noção de sem-terra. Na experiência local, a noção se produz na articulação dos interesses do Sindicato local, das famílias que já viviam na região, dos proprietários, da Prefeitura Municipal e do próprio INCRA em suas históricas relações com os representantes dos movimentos rurais. Nesse plano de composição identificamos os argumentos de um de nossos interlocutores, a partir do qual podemos continuar pensando:

*Eu fui a Mimoso pagar o Sindicato aí o Edmar [Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul à época] me falou: - o*

*Salu você não quer entrar no assentamento União não? A fazenda está por conta do INCRA. Eu perguntei a ele como é que eu poderia fazer para entrar. Ele me falou: - você vai lá e monta uma barraca. Eu estava com uma lavoura e não queria deixar ela parada lá na nova América a lavoura dava café para caramba, mas pensei que era melhor trabalhar para mim do que trabalhar para os outros. Ele falou para mim: - lá não é seu e aqui vai ser seu, logo isso vai sair. Eu fiquei meio assim né era uma companhia rica, a Nassau, a fábrica de cimento que era do Rio de Janeiro. Ele me disse que me daria o material e que tinha que dormir lá a noite e na parte do dia eu trabalhava na lavoura. Aí ficava eu e Genaro esse meu vizinho aí, nós tínhamos a ronda da noite então as vezes nós ficávamos aqui, porque nós tínhamos medo de que os fazendeiros colocassem fogo a noite a gente não pode confiar nesses fazendeiros né? Aí veio a notícia de que as terras tinham saído. Quando eu cheguei aqui eles mediram a fazenda e aí veio o sorteio desse lote, mas eu nem sabia onde ficava rapaz. Eles me disseram: - o Salu seu lote saiu lá no canto. Eu pensava onde fica esse canto, tem tantos nessa fazenda. Aí nós viemos aqui aí ele me mostrou, mas naquela época não tinha água não rapaz, era tudo seco. Eu e meus meninos abrindo aí apareceu a água no outro dia. (Sebastião Gornni, Córrego São João, 2011)*

Pensar na imagem do acampamento a partir dos argumentos de Sebastião Gornni nos leva a representação de uma das expressões das articulações dentro da aplicação da política pública. Observem que o acampamento, expediente recepcionado na aplicação da Reforma Agrária inclusive através de projetos específicos, corresponde ao processo de ocupação relativo aos assentamentos e que o contato direto com nossos interlocutores se tornou condição para que eles pudessem existir. Ao mesmo tempo, esses procedimentos novamente explicam a constituição local da identidade sem-terra – os clientes da Reforma Agrária. Sem desconsiderarmos as repercussões das articulações suscitadas no desenvolvimento do dispositivo, alertamos

novamente para um importante momento no processo em que os desejos de nossos interlocutores – “a terra prometida” – aparece na conversão em direção a nova identidade necessária ao desenvolvimento do dispositivo, ou seja, o desejo de posse sobre a terra discutido entre o sindicato e as famílias locais se distende na aplicação dos assentamentos, mas não é capturado, imobilizado na aplicação do dispositivo porque ele constitui em matéria relativa ao que eles são no tempo, assim, como uma tentativa o dispositivo se constitui sob a ameaça de rupturas, sujeito a elas.

É necessário inquirirmos às relações de forças suas incompetências, ou seja, é necessário observamos aí o que luta para escapar. Assim, precisamos operar microscopicamente sobre pistas produzidas nas tais intervenções estatais, sem esquecer que elas são também produção de tensões, relações conflituosas estabelecidas em situações específicas.

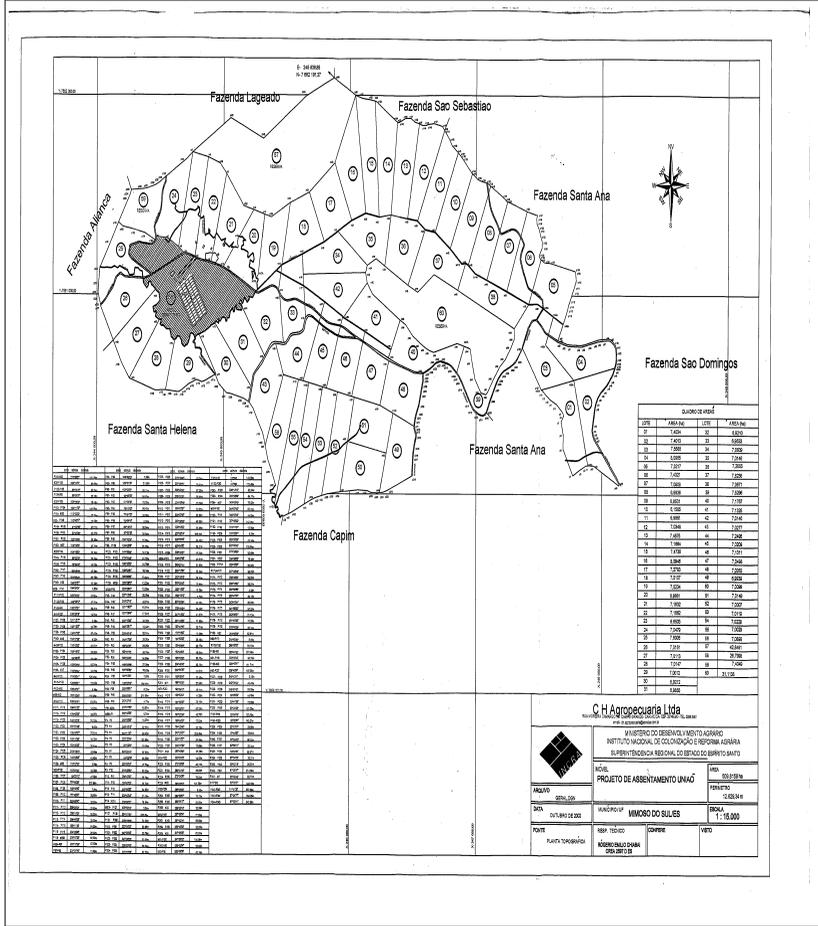
A possibilidade participação do projeto de assentamento surge no exemplo acima como um convite, um convite que pretende afetar a relação que nossos interlocutores há gerações estabeleciam com a terra propriedade. Nos termos em que eles nos apresentam participar da reforma Agrária, aceitar o convite do Sindicato, surge como uma oportunidade de deixar de trabalhar na propriedade do outro, para trabalhar no que é seu. Nesse primeiro “convite” a promessa é de se tornar dono, o que não necessariamente vai coincidir com aquilo que o dispositivo exatamente vai oferecer. O sonho de ser dono deve enfrentar a realidade do fato de que a propriedade da terra oferecida é do Estado e apenas o uso é garantido a família através de um Contrato de Concessão e uso da Terra e o Título Definitivo só virá após longo processo de pagamento do lote adquirido. De fato aceitar o “convite” significa se colocar de acordo com os exigências do dispositivo, seus procedimentos. Quando aceita participar da Reforma Agrária a presença dos interlocutores se tornam em “assentados” e “unidades familiares” nas ações do dispositivo desenvolvendo uma dívida que vai levar no mínimo 10 anos<sup>37</sup> realizados em todas as suas obrigações contratuais. Nesse sentido é fácil entender porque eles, os interlocutores locais, pensam a situação no assentamento a partir da aproximação dos signos da escravidão e da relação com seus antigos patrões, assim, através da nova dívida é que se funda uma nova relação: de um lado a União como

---

<sup>37</sup>Instrução Normativa N.º 30, de 24 de Fevereiro de 2006.

concedente e do outro as unidades familiares como receptoras da concessão.

*Ilustração 13: Mapa do Assentamento União produzido pelos técnicos do INCRA/ES*



O desenho acima destacado expressa uma imagem das intervenções que o dispositivo produz em suas invenções. Desde o dispositivo o lugar é produzido e com ele devem se relacionar a partir das operações técnicas. Nas referências apresentadas em tais operações técnicas deve se ter como ponto de partida na produção do lugar o que trata a legislação ambiental, ou seja, o lugar deve ser determinado também desde os dispositivos legais relativos ao ambiental universalmente produzido. Se articula às referências ambientais registradas nos códigos adotados nas intervenções do INCRA, um esquadramento do espaço adquirido pelo Governo Brasileiro, a produção em “laboratório/escritórios/repartição administrativas” dos lotes:

*Então a partir do momento que eles [o governo federal através do INCRA] pegam a terra e tiram as reservas de Áreas de Proteção Permanente - APP e medem tudo é dois alqueires por família só que o beneficiário não precisa devolver isso para o Banco, ele só devolve os recursos que vem depois e o proprietário da fazenda recebe títulos da dívida pública, que demora muito tempo para começar a receber e na verdade é prejuízo para esse proprietário. (Cristiano de Oliveira – técnico agrícola centrado pelo INCRA, Sede do Sindicato, Mimoso do Sul, 2011)*

Vamos no ritmo dos acontecimentos, assim, consideremos nesse capítulo algumas das minúcias referentes ao processo de realização de Reforma Agrária, mais especificamente a forma de operação do projeto de assentamento, deixando para depois o que é relativo à patrimonialização tomando assim movimento que não pretende desconsiderar as conexões que os dispositivos estabelecem na pesquisa, mas sem perder o contato com as diferenças que eles nos apresentam.

Retornando à figura antes destacada e aos argumentos que a seguiu. Dissemos antes que na elaboração da imagem do Assentamento, os técnicos do INCRA consideram as referências dos meios físico e biótico, com destaque para o que se refere à Legislação Ambiental. A partir desse expediente, os técnicos do INCRA plotam no desenho da área desapropriada a imagem da nova ocupação individualizando por famílias, separando as áreas de reserva legal (as duas figuras maiores dentro da imagem do Assentamento - uma ao norte

e a outra a sudeste, na sequência figura 57 e 60), uma área de uso comum (destacada e que é ocupada pelo casarão e o moinho, ambos tombados pelo Município de Mimoso do Sul e que também são utilizados pelos assentados para secagem do café).

A individualização, com base na ideia de lotes efetivada pelo INCRA, corresponde à forma como são estabelecidos os vínculos entre o Instituto e os assentados. Na pesquisa realizada na sede do INCRA em Vila Velha, acessando as informações sobre o assentamento, pode observar que para o INCRA o assentamento é para os procedimentos governamentais a autuação de cada família. Os arquivos sobre os assentados são organizados a partir das caixas individualizadas onde estão arquivadas as informações sobre cada família. Cada família/caixa é acompanhada através dos projetos – também individualizados – correspondentes às regras que organizam os assentamentos no geral. Nos procedimentos realizados pelo INCRA, se destaca uma referência posta nesse processo de individualização que é o conceito de propriedade familiar:

O inciso II, do art. 4º, do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), define como propriedade familiar o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros. O conceito de propriedade familiar é fundamental para entender o significado de Módulo Rural.

Tanto o conceito de propriedade familiar quanto o conceito de módulo rural tem como base o que seria para a Reforma Agrária o modelo de propriedade correspondente ao necessário desenvolvimento social e econômico de uma família numa determinada região. No caso dos assentamentos em Mimoso do Sul, as referências utilizadas para caracterização, tanto da propriedade familiar quanto dos conceitos de produtividade e desenvolvimento, estão relacionadas a uma visão vinculada ao histórico de produção e comercialização regional, assim, o que constitui a perspectiva defendida na intervenção estatal é a distensão das judicializações produzida desde a produção do café em grandes propriedades rurais, contexto em que são inventados os contratos de

parceria, diaristas e de meeiros, o que é diferente dos territórios e territorialidades historicamente desenvolvidos por nossos interlocutores no mesmo local. Na visão da judicialização ainda defendida pelo dispositivo Reforma Agrária, a propriedade familiar deve funcionar como espaço de absorção e conversão da força do trabalho familiar em produtividade e progresso a partir da noção de subsistência. Nesse sentido poderíamos voltar à imagem do assentamento plotada pelo INCRA, dizendo que ela corresponde para o INCRA uma caixa de unidades produtivas fundadas na conversão dos esforços de famílias individualizadas em lotes.

Marcuse (1966), analisado o que ele chama de “sociedade industrial” observa que uma suposta neutralidade da razão pura havia sido dominada e articulada à razão prática, o que levaria os procedimentos de dominação a serem realizados como tecnologia:

Isso porque essa não-liberdade não aparece irracional nem política, mas antes uma submissão ao aparato técnico que amplia as comodidades da vida e aumenta a produtividade do trabalho. A racionalidade tecnológica protege, assim, em vez de cancelar, a legitimidade da dominação, e o horizonte instrumentalista da razão se abre sobre uma sociedade racionalmente totalitária. (Op. Cit.:154)

A interpretação crítica de Marcuse sobre a capacidade que a operação técnica tem de produzir legitimidade sobre os efeitos de determinadas ações, não passa distante da compreensão de nossos interlocutores. Não somente os argumentos locais interpretam uma certa repetição de problemas enfreados localmente na realização do novo dispositivo, como também o enfrenta a partir de seus maquinas de guerra, de suas lutas por resistência, assim, nos argumentos locais não há lugar para separação dos argumentos interpretativos, das ações necessárias.

Essa individualização processada na Reforma Agrária aplicada no local depende da repercussão posta na relação verticalizada entre o INCRA e as famílias, relação que também é burocratizada na realização dos projetos e programas oferecidos às unidades individualizadas. Neste momento é preciso destacar que aqui não vai uma crítica à legitimidade da política pública, muito menos se questiona

neste trabalho as importantes conquistas produzidas na luta desenvolvida pelo movimento sem-terra conforme já assinalamos em outros momentos. Aqui, em nosso teste empírico, o que se discute são as consequências e as tensões da aplicação de regras gerais em uma realidade específica. Neste sentido destacamos a clara reação a esse processo estabelecido na realização do Assentamento desde a política de Estado refletida nos argumentos de um dos representantes das famílias:

*O sistema já não existe mais, o próprio presidente do assentamento é que prejudica esse sistema. Primeiro ele falava: nós temos que viver juntos e ser unidos, mas depois ele começou a criar grupos e aí foi separando as pessoas e começou a pedir que cada grupo tivesse segredo do outro, segredo com os negócios ele separou os grupos em dez, dez e nós éramos cinquenta e seis. Isso não é trabalho, porque nós somos um assentamento éramos um grupo só e não tinha que ter política então ele atrapalhou nossa convivência e o nosso assentamento aqui, mesmo com essa separação é tudo amigo é tudo gente boa. Ele separou a gente por conta desses projetos de governo, por conta de finanças aí ele começou separando o grupo e dando essa para gente aí o pessoal começaram, cada um com o seu compromisso com o grupo então ele trabalhou errado com a gente, agora que o nosso é gente boa... você pode chegar em qualquer lugar aí que as pessoas são todas gente boa. (Valdivino Ferreira de Almeida, Córrego São João maio de 2011)*

A relação com a terra a partir das intervenções produzidas pelo dispositivo, conforme já dissemos, obedece a procedimentos de judicializações que pretendem converter as especificidades em realidades homogêneas. Para tanto, os procedimentos técnicos dependem das referências legais. Entre as referências legais se destaca como parâmetro fundamental na organização do processo de ocupação e uso praticado pelas famílias a legislação ambiental. No caso dos assentamentos em Mimoso do Sul, todos os projetos foram conduzidos a partir dos estudos ambientais definidos pela Resolução CONAMA 387/2006, perspectiva legal que também parte da premissa de que existe

uma natureza que se desenvolve separada da espécie humana e que dela deve se proteger, inclusive é a partir dessa premissa que se delimita os territórios dos assentamentos na defesa das áreas de proteção ambiental também as áreas de proteção permanente. Esse aspecto, o das políticas e técnicas ambientais, também são características das ações dispensadas aos assentados produzindo uma série de procedimentos refugiados nos discursos técnicos e burocrático, se constituindo em filtros postos nas relações historicamente realizadas por nossos interlocutores. Outro aspecto desses procedimentos técnicos burocráticos desde o dispositivo é a caracterização do próprio Estado na relação com os assentados, aí ele aparece como superior nas relações estabelecidas. Desde sua projeção na reforma agrária e através dos seus procedimentos, inclusive técnicos, é possível avaliar os outros:

*Na reforma Agrária o que acontece é que o beneficiário não tem muita afinidade com a terra e quando ele entra no negócio ele acha que a terra é meio de graça então ele vai, mas depois ele vê que a terra não produz nada sem plantar e as vezes ele acaba ficando perdido. (Cristiano de Oliveira – técnico agrícola centrado pelo INCRA, Sede do Sindicato, Mimoso do Sul, 2011)*

É preciso não deixar de pensar que essa interpretação dos agentes vinculados ao Estado brasileiro, constituído também localmente através das articulações de interesses, é uma crítica da perspectiva onde os sem-terra precisam demonstrar capacidade de serem convertidos às verdades do próprio dispositivo. Nesse sentido quando se diz que o “beneficiário não tem muita afinidade com a terra”, não é a terra conhecida pelos “beneficiários”, é uma terra produzida pelos procedimentos desde o dispositivo, assim, quando se diz que o mesmo beneficiário acaba ficando perdido por se enganar a respeito da terra, é que isso tem a ver com os esforços no processo de conversão através da burocracia, dos procedimentos técnicos, da judicialização e das articulações políticas.

Os procedimentos de invenção dos assentamentos diferem das invenções historicamente produzidas pelas famílias que a Reforma Agrária quer clientes. Entretanto, desde a perspectiva de nossos interlocutores, essas diferenças não constituem grupos isolados, não falamos aqui em entidades puras que se tornam diferentes separadas. As

referências utilizadas pela Reforma Agrária, inclusive os dispositivos legais que afirmam uma política ambiental, foram produzidas e se distendem a partir das tensões e nas diferenças, de outra forma não haveriam ações do Estado nem clientes, nem sem-terra, não haveria movimento sem-terra ou qualquer outra coisa. É importante pensar que as condições de existência são as relações, e relações entre diferenças. Assim, se constitui o próprio movimento sem-terra na relação, mesmo que conflituosa, com o Estado, que também é impregnado de sem-terra e não apenas pelos votos eleitorais, mas em todas suas especializações. Do mesmo modo não é possível agora – como antes – pensar num Estado sem os efeitos do que são os nossos interlocutores e aqui não falamos apenas do processo inicial em que os interesses do Estado se articulam aos interesses dos representantes locais e das pessoas que o próprio Estado quer clientes da Reforma Agrária, o Estado também não uma unidade homogeneia ele é um corpo – um composto de relacionamento de forças. Mas essas relações são relações de força, são conflitos e disputas e nesse sentido é que precisamos desses planos de composição.

### **O tempo aberto**

Já assinalamos que o desenvolvimento do dispositivo produz, no interesse da Reforma Agrária e através das referências técnicas e legais, alguns determinismos, inclusive asseveramos sobre o fato de que a própria produção do assentamento decorre também de certa ideia de forças ambientais, articulação que permite ao Estado defender um cisma entre natureza e humanos onde os humanos são tratados sempre no geral em rivalidade com essa natureza que se deve proteger e preservar. Essa visão de relação planejada pelo dispositivo encontra diferença e resistência no fluxo de nossos interlocutores locais. Nesse sentido é que reclama Valdivino quando diz que a política na aplicação do assentamento pretende separar o que para ele deve ser pensado na mistura. Veremos no quarto capítulo através dos significados de sistema para nossos interlocutores, que não existe na produção das coisas, inclusive pessoas, lugar para pensar separado natureza e humanos. Neste momento o que precisamos fazer é pensar em alguns aspectos da repercussão dos antagonismos criados pelo relacionamento dessas forças, e observamos também as possibilidades de fugas em novas territorializações.

A experiência cotidiana de nossos interlocutores mostram que o plano de assentamento que se pretende sustentar através da ideia de separação e individualização não é o único que se movimenta no lugar de onde eles falam, dessa forma, somos constantemente levados a noção de que existem percepções e ações diferentes em jogo:

*A gente planta sozinho, mas as vezes aparece algum conhecido e pede a gente um pedacinho de terra para plantar e a gente arranja também, porque a terra dele lá é mais fraca então ele planta aí colhe e leva embora. Geralmente quem pede para plantar assim é um conhecido, um parente e a mesma coisa que eles fazem aqui a gente faz lá também aqui todo mundo é irmão né. Ali na terra do Luciano meu cunhado que está ficando meio sozinho lá, meu irmão está tocando uma lavoura lá com ele. (José Carlos da Silva (63), Assentamento união em 2011)*

Nessa perspectiva, o lote como compartimento conversor do esforço familiar em progresso e riqueza, não se sustenta. A terra é produzida e se produz nas relações de amizade, de afinidade, parentesco e trocas. A terra se inventa e reinventa, se compõe e decompõe, na realização das territorializações. Essas expressões da diferença se desenvolvem dentro de um território que os dispositivos pretende determinar, entretanto esses planos de relações se encontram, não sem conflito, como os planos dentro e além dos projetos de assentamento, assim, a compartimentação planejada as tentativas de conversões se colocam sempre em risco. No mesmo tempo não desconsiderando articulações com os mesmos dispositivos, nossos interlocutores enxertam essas articulações com o que eles estão sendo e desse jeito eles nos dão oportunidade de pesarmos a partir da recuperação do tempo, mas não de um tempo que já passou, de um tempo que nunca passa porque está sempre se repetindo e aí – na repetição - produzindo novidade posto que a aplicação do que sé é processada sempre em novos desafios, daí podemos dizer que o feito repetido é sempre um feito diferente.

Com o tempo aberto retomemos agora aspectos do texto referido anteriormente, o qual trata do movimento de transição no fim da escravidão legal. Entre as forças que justificam os argumentos dos fiscais da Lei na decisão de impedir as interferências dos escravos

através de “insignificantes contribuições para o fundo de emancipação” está em questão também a tentativa de produção de novos fluxos, já que a escravidão era também uma tentativa de territorialização dos senhores de escravos nos esforços em manter os escravizados presos às geografias das fazendas. É verdade que esses esforços dos senhores de terras não se realizaram tranquilamente e isso não somente por conta das fugas e dos quilombos conforme temos dito, mas é fato que a necessidade de manter o vínculo dos escravizados com os territórios dos senhores também estava em jogo na condução do processo de libertação, tanto é verdade que no mesmo processo de transição, vários senhores de escravos se anteciparam através das “libertações condicionadas” e através da criação dos contratos de parceria e de meeiros. Desta forma as “insignificantes contribuições dos escravos” também devem ser entendidas como mais um esforço em causar prejuízo aos interesses dos senhores dos escravos e a intensificação dos fluxos de pessoas e de coisas. Neste sentido, esse jeito de ser que não para e que se nos apresenta no contexto dos assentamentos desde a década de 1990, busca relação com os esforços das “insignificantes contribuições”, o que nos traz também questões postas por Deleuze e Guattari (1977) no trabalho *KAFKA: por uma literatura menor*. Na literatura menor tudo adquire caráter coletivo, assim as ações tanto dos escravos quanto dos interlocutores locais têm a capacidade de tensionar, potencializar interesses coletivos e é isso que, por exemplo, vai surpreender Valdivino quando vira fera, ou seja, sua ação insignificante por mais que não tenha sido planejada para tratar do interesses de todos outros trabalhadores, vai ressoar em todos como uma forma de resistência coletiva.

O campo político contaminou todo enunciado. Mas sobretudo, ainda mais, porque a consciência coletiva ou nacional está “sempre inativa na vida exterior e sempre em vias de desagregação”, é a literatura que se encontra encarregada positivamente desse papel e dessa função de enunciação coletiva, e mesmo revolucionária: é a literatura que produz uma solidariedade ativa, apesar do ceticismo; e se o escritor está a margem ou afastado de sua frágil comunidade, essa situação o coloca ainda mais em condição de exprimir uma outra consciência e de uma outra sensibilidade. Como o cão das investigações apela, em sua solidão, para uma *outra ciência*. A

maquina literária substitui assim uma máquina literária futura, não inteiramente por razões ideológicas, mas porque somente está determinada a preencher as condições de uma enunciação coletiva que faltam em toda parte nesse meio: a literatura menor tem haver com o povo. (Deleuze e Guattari (1977: 27).

Outro ponto com o problema de Kafka visto no pensamento de Deleuze e Guattari é que assim como na literatura menor, no caso dos escravizados na transição e na experiência de nossos interlocutores há sempre o desejo de desterritorialização, que – conforme já dissemos no capítulo primeiro – é ao mesmo tempo reterritorialização. Nos nossos casos, reterritorialização tem a ver com os enxertos na política e nas ações do dispositivo. No quarto capítulo voltaremos à potência desses **insignificantes** para pensarmos junto com nossos interlocutores as distensões do exercício do sistema nos fluxos locais e para além dele.

Mas há também outros aspectos que precisam ser tratados nos antagonismos postos nos relacionamentos de forças nos quais nossos interlocutores se enfrentam. Já dissemos que diferenças e antagonismos não produzem mundos apartados e também são matéria fundamental para o procedimentos de composição. Entretanto os processos de composição não apagam as diferenças e os antagonismos. Eles se atravessam constantemente desenvolvendo tensões no esforço de produzir novas perspectivas.

Já dissemos também que há um estado em operação, procedimentos que se movimentam tentando individualizar o que está misturado, o que é pensado na mistura. Tal operação, conforme já dissemos, marca diferença e tenta se tornar hegemônico; é o dispositivo tentando ser o único parceiro em “novos” eventos de trocas, novas dívidas. Para que tal operação tenha êxito é preciso vencer no campo das interpretações dos mundos, não basta aparecer como um novo parceiro. É preciso mudar o mundo, as pessoas e as coisas que nele transitam e com ele se relacionam. Esse movimento implica em produzir significados diferentes, sobretudo, uma perspectiva que pretende promover a relação por intermédio, principalmente dos procedimentos burocratizados e chancelados pelo tecnicismo, assim, antes da relação com a natureza, a necessidade de se conhecer o código que a define; antes da produção do meio ambiente, a legislação que o define; antes da

terra, a legislação e os procedimentos que a definem. O dispositivo produz um mundo e projeta nele suas composições. Nessa projeção, a validade das ações vinculada às determinações prévias pretende impedir a circulação do que pode colocar em risco o próprio dispositivo, aquilo que ele não consegue converter, assim, o que se busca são os elementos de uma relação que faça funcionar o projeto, ou seja, não é o homem, a mulher e a natureza em suas infinitas possibilidades e muito menos as composições que daí podem ser produzidas, a pretensão do dispositivo é não correr risco.

As experiências cotidianas não se produzem longe dos campos de batalha (Mauss, 1974) e o lugar do qual falamos não está distante dessa perspectiva. Na tensão que se apresenta, no plano em que nossos interlocutores enfrentam a realização dos interesses dos dispositivos com os quais também compõem para realização dos seus próprios interesses, desde a perspectiva do que está exposto nos procedimentos de Reforma Agrária, se adota um *a priori*, há uma projeção pautada no discurso instrumental da tecnologia a qual pretende criar um contexto - as unidades produtivas nos assentamentos - onde o projeto de dominação da natureza deve coincidir com a dominação do homem. Vemos, porém, que o projeto do Estado se apresenta em um contexto de disputa onde se distendem as tensões:

*Hoje em dia o técnico [do INCRA] ensina que não dê nada a ninguém, o técnico - tá vendo? Então vem escola aqui fazer isso acabando de separar o pessoal e eles não estão vendo isso. Se você apanhar um troço e dá a alguém ele não quer e não leva, só leva se você fizer preço se você não fizer ele não quer. Isso começou desde o ano passado, eles fizeram esses estudos aí o pessoal está ensinado só piora, desligando o pessoal cada vez mais e eles falam: pode ser seu vizinho, pode ser seu parente se você não vender você não vai a frente se eles oferecerem também não aceita, compra! Porque você tem que ter o que é seu e ele tem que ter o que é dele. Eu não sei disso não, até hoje eu sigo meus ensinamento. (Valdivino Ferreira de Almeida, Córrego São João, maio de 2011)*

Nos procedimentos criticados aqui desde os argumentos locais, o esforço na individualização não se restringe apenas em separar pessoas, ele quer também desvincular pessoas de coisas e apagar as referências das relações de produções, “desligando o pessoal cada vez mais”. Esse “desligamento” tem continuidade, ele remete pessoas e coisas a uma nova territorialização, onde o mercado deve determinar as relações objetivando a acumulação de mais dinheiro. Vejam que nesse momento surge a ideia de um mercado em contradição com a ideia de troca, assunto que também retomaremos no próximo capítulo a partir da noção local sobre sistema. Destacamos também o fato de que na lógica de que: “Porque você tem que ter o que é seu e ele tem que ter o que é dele”, não há espaço para pensar - como disse antes José Luís sobre a relação de produção e a terra – nas relações onde as coisas e as pessoas são produzidas. Então a crítica aponta para uma tentativa de afirmação, novamente, do projeto expresso também no mapa do assentamento, onde a ideia de lotes/unidades produtivas individualizadas nos é oferecido. O que é seu e o que é dele são categorias que apontam para indivíduos, no caso, para esforços individualizados. Por outro lado, esses sujeitos que se “desligam”, se ligam no Estado e suas articulações/desarticulações a partir de um processo de formação de sujeitos em dívida, o Estado que apronta os sujeitos para o mercado é também o fim:

Tratam-se, pois, de duas relações muito distintas com a terra — enquanto nas comunidades tradicionais a terra-divindade era quase um “início e um fim” em si mesma, formando um corpus com o homem, nas sociedades estatais a terra se transforma gradativamente num simples mediador das relações sociais, onde muitas vezes o “fim” último, como na leitura hegeliana, caberá ao Estado. (HAESBAERT e BRUCE s/d:11)

Mas não devemos pensar que o dispositivo venceu, e nesse sentido é necessário levar a sério a intensidade dos argumentos de Valdivino quando trata da crítica aos procedimentos da Reforma Agrária: “Eu não sei disso não, até hoje eu sigo meus ensinamentos”. Esse argumento nos remete às pesquisas de Scott James C. nas quais se destacam a noção de *formas cotidianas de resistência*, na medida em que os argumentos de nossos interlocutores também se referem aos

planos de batalhas das experiências cotidianas, não há nessas experiências o desenvolvimento de um projeto político articulado, inclusive no discurso de resistência sobre até para a associação e o sindicato. Nesse sentido os argumentos de nossos interlocutores se referem às ações que se articulam e se chocam pelas forças dos acontecimentos. Embora não planejadas em assembleias de classes, em reuniões de grupos, as ações “insignificantes” não deixam de serem ações políticas também:

A literatura menor [ações insignificantes] é totalmente diferente: seu espaço exíguo faz com que cada caso individual seja imediatamente ligado à política. O caso individual se torna então mais necessário, indispensável, aumentado ao microscópio, na medida em que uma outra história se agita nele. É nesse sentido que o triângulo familiar se conecta com outros triângulos, comerciais, econômicos, burocráticos, jurídicos os quais determinam os valores do primeiro. (DELEUZE e GUATTARI, 1977:26)

### **O mundo dos técnicos**

Novamente peço a atenção para o capítulo quatro onde trataremos da ideia de sistema nos argumentos de nossos interlocutores. Nele, através do diálogo com o Movimento Anti Utilitarista das Ciências Sociais, observaremos através das tensões existentes na relação entre padrinho/patrão e afilhado/empregado, novos exemplos das ações de resistência na experiência cotidiana. Neste momento precisamos nos aproximar ainda mais dos antagonismos colocados localmente na aplicação dos procedimentos do INCRA.

Temos insistido na observação de que os procedimentos técnicos, burocráticos e políticos desempenhados desde as relações com o Estado nos assentamos pesquisados dependem também da disputa por projetos, por perspectivas pela produção de verdade. Já comentamos junto com Valdivino que o dispositivo também expressa nas ações de Estado e em suas articulações, na aplicação da política, se esforça em produzir identidades como a de sem-terra, que nessa perspectiva se vincula às noções de terra/mercadoria, de mercado, de produtividade, de comércio. Já dissemos também que essas identidades são necessárias

para realização desses procedimentos desde os desde os dispositivos, o que precisamos dizer agora - novamente junto com nossos interlocutores - é que esse “jeito de ser” dos procedimentos pretendem o desenvolvimento dessas relações estatais também através do controle sobre os corpos nas intervenções de outros jeitos de ser diferentes:

Longe de ver no Estado o princípio duma territorialização que inscreve as pessoas segundo a sua residência, devemos ver no princípio de residência o efeito dum movimento de desterritorialização que divide a terra como um objeto e submete os homens à nova inscrição imperial, ao novo corpo pleno, ao novo *socius*. (Deleuze e Guattari, 1996:200 in HAESBAERT e BRUCE s/d:12)

Vou insistir no argumento de que as tentativas de conversão dos corpos de nossos interlocutores através dos procedimentos técnicos, burocráticos, e políticos nas articulações de projetos e programas vinculados a submissão ao “novo corpo pleno, ao novo *socius*”, não constitui a obra dos vencedores, na qual nossos interlocutores - vencidos – teriam apenas o silêncio como lugar. Não, o que os dados transmitem são planos de tensões, não há uma história passada sobre a qual qualquer discurso reflete apenas o heroísmo de um grupo. É exatamente nessas tensões, ou através delas, que se nos apresentam o que temos destacado, os processos de resistência. A terra fatiada que aparece nas cartografias dos assentamentos, essa tentativa de planejar e controlar a vida das pessoas em unidades produtivas não coincide com os jeitos de ser de nossos interlocutores. Nesse sentido as articulações se desenvolvem através de disputas.

Quando a divisão se refere à própria terra devida a uma organização administrativa, fundiária e residencial, não podemos ver nisso uma promoção da territorialidade, mas, pelo contrário, o efeito do primeiro grande movimento de desterritorialização nas comunidades primitivas. A unidade imanente da terra como motor imóvel é substituída por uma unidade transcendente de natureza muito diferente que é a unidade do Estado: o corpo pleno já não é o da terra, mas o do Déspota, o Inengendrado, que

se ocupa tanto da fertilidade do solo como da chuva do céu e da apropriação geral das forças produtivas (Deleuze e Guattari, 1996: 150 in HAESBAERT e BRUCE s/d:12/17)

É interessante observar nos argumentos locais como essa operação se realiza, aí vemos que a desterritorialização se processa no mesmo espaço geográfico, removendo lugares, empurrando significados para fora, tentando torná-los esquecidos e ao mesmo tempo instaurando novos lugares em novos procedimentos. Não é à toa que se precisa de novas operações cartográficas, é necessário produzir novas imagens, fazer o pensamento se desenvolver diferente configurando novas relações. Nesse processo histórico a tentativa, no plano dispositivo, é de promover cismas locais, promover unidades independentes para serem tratadas no conjunto homogeneizado nos projetos e programas<sup>38</sup>.

A interpretação apresentada em nossa citação anterior alcança os dados da pesquisa nos aspectos gerais, um jeito que se encontra em vários lugares e na tentativa de consagração de uma outra percepção, deslocando as relações através das máquinas técnicas, burocráticas, das dívidas e políticas para uma certa noção de produtividade e mercado. Mas nossos interlocutores não perdem suas percepções e através delas nossa pesquisa alcança o que é específico – não a unidade, mas aquilo que não perde a capacidade de articulação com o que se desloca nos planos gerais. Seguindo nesse percurso, vale deixar falar Sebastião Gornni, no Córrego São João, desde os acontecimentos que se distendem no tempo redescoberto, um tempo que não se perde.

*Os escravos que receberam terras dos Terra Lima só podiam passar os produtos para eles, eles [os Terra Lima] eram os exportadores. Eu acho que essa reforma agrária que está botando é quase igual. Você pode botar netos aqui e seus filhos, mais você nunca é o dono da terra. Você não pode vender nada. Se nós formos ficar aqui aí vamos passar esse terreno aqui, aí vem o INCRA. Eles me deram três mil pés de café aí eu plantei*

---

<sup>38</sup> “As relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas, e centralizadas na forma ou sob a coação das instituições do Estado (Foucault, 1995, 247).

*mais três mil e quinhentas, se essa propriedade vale dez mil, eu só vou passar por cinco mil e a pessoa deixa banana e deixa tudo plantado mas não tem valor. Ninguém é dono disso aqui e tudo volta para mão deles. Reforma Agrária é isso, o fazendeiro não amolava a gente e eles também não amolam. (Sebastião Gornni, Córrego São João, 2011)*

Esses projetos que articulam as forças na Reforma Agrária aplicadas no local têm referência também nos procedimentos apresentados ainda no processo de transição no fim da escravidão legal conforme os interlocutores estão dizendo, quando são criadas as condições para o ingresso de imigrantes europeus, o que exige dos senhores de terra e do império o estabelecimento de novos parâmetros legais, inclusive a Lei de terras de 1850<sup>39</sup>, mexendo nos procedimentos de apropriação das terras no local. Sobre esse tempo e para observarmos as conexões com o que estamos nos referindo, chamo os argumentos, citados anteriormente no capítulo primeiro, de um dos herdeiros desses negócios.

*Antigamente aquilo era tudo mata virgem e só tinha uma trilhinha de burros e as pessoas só andavam a cavalo. Eu vinha do Carçoço aqui a cavalo e levava uma hora mais ou menos a cavalo vinha correndo. Naquela época lá tinha muita gente, só na fazenda do meu pai tinha umas vinte famílias e hoje já foram tudo embora, muitas gente já morreu, outros foram embora. Naquela época tudo era dos Guedes e agora a fazenda Carçoço e outras são da família Malfatti. Meu avô quando chegou lá ele comprou essas terras e depois meu pai vendeu e veio morar aqui no centro. Naquele tempo, como até hoje ainda tem, você não encontrava uma escritura daquelas terras, o pessoal do falecido Leite invadiu isso*

---

<sup>39</sup> Os jornais da época, entre eles *Diário da Manhã* desde 1908, fazem referência ao intenso movimento de transações de terra na região da pesquisa inclusive relaciona uma série de editais de venda de terras amparados na Lei 1148, de 21 de dezembro de 1917 que tratava da venda de terras pelo Estado do Espírito Santo em seus municípios, terras classificadas como devolutas e que foram compradas do Estado.

*aqui tudo* (Arlindo Guedes dos Santos, Mimoso do Sul, 2011)<sup>40</sup>

Arlindo Guedes fala desde esse lugar de herdeiro dos portugueses que adquiriram terras no mesmo lugar de nossos interlocutores. Antes Sebastião Gornni falou do mesmo lugar de um ponto de vista que relacionava a presença dos escravos à presença dos imigrantes europeus italianos constituindo-se em corpos liminares. Embora desenvolvendo perspectivas diferentes, os dois argumentos estão articulados, não somente pelo fato de estarem falando sobre o mesmo território, mas por tratarem de territorialidades, movimentos que constituem o lugar. Pontos de dissonância e ressonância são apresentados nesses argumentos. Destacamos o fato de que, tanto Gornni quanto Guedes, não deixam de reconhecer a intensa produção de marcas: o trabalho, as coisas que o Estado deixa passar e não reconhece valor, as trilhas, a diferença entre ter documento da terra e ser dono, as formas de apropriação.

Desde a composição, Sebastião Gornni, que chegou ao lugar quando era criança e se tornou herdeiro de um casamento entre uma descendente dos africanos escravizados no local e um italiano, que se desloca do Rio de Janeiro para lá depois da escravidão legal, nos põe em contato direto com a produção do lugar e em relação com o mundo, quando se reconhece que alguns escravos receberam terras com a condição de encaminhar a produção aos que essas terras forneceram. Também não deixa de destacar em seus argumentos que o processo de ocupação, as relações com o lugar - inclusive com a terra e o processo de produção de pessoas - não são suficientes para legitimar vínculos nos procedimentos da Reforma Agrária. Essa percepção coincide como o que Arlindo Guedes diz sobre o tempo das trilhas, das mulas, dos cavalos e vibra mais ainda quando nos é apresentada a informação de que: “Naquele tempo, como até hoje ainda tem, você não encontrava uma escritura daquelas terras, o pessoal do falecido Leite invadiu isso aqui tudo”. Mas nesse caso não se trata de uma invasão de sem terra. A

---

<sup>40</sup> No recenseamento do Brasil de 1920 referente às propriedades rurais do Espírito Santo consta o número de 726 estabelecimentos no Município de São Pedro de Itabapoana e entre eles está a Fazenda Feliz destino a época pertencente à família de Arlindo Guedes dos Santos. Dez anos depois o *Serviço Demographia Sanitária* calculava a população do município em cerca de 50 mil pessoas. (*Diário da Manhã*, 1931: 04).

dissonância que ressoa aqui está relacionada ao que comenta Sebastião Gornni, mas é diferente das relações expressas em seus argumentos. A aquisição de propriedade no argumento de Arlindo Guedes depende do silenciamento de vínculos, o que faz colidir com a reclamação de Sebastião Gornni quando aproxima os procedimentos da Reforma Agrária daqueles referentes à escravidão, principalmente em consideração a esse expediente de tentar se estabelecer a partir do soterramento de vínculos. Isso nos remete aos versos do Caxambu lembrados por Jorge Corrêa na conversa com Valdivino por mim registrada na frente da antiga estação de trem em Dona América em 2011:

*Caxambu morreu manda enterrar, se me enterra  
na [ruídos] catacumba de quem é?*

*Entrevistador: aí vinha um outro como num  
desafio né?*

*Jorge Corrêa: Sim, aí dizia: Tatu tá cavoucando  
na catacumba de vovô, pergunta mestre jongueiro  
pra onde a terra está indo?*

O jongo responde a pergunta sobre o processo de constituição de propriedades, considerando que, mesmo que a terra “cavocada seja da catacumba de vovô” a uma insistência em desconsiderar o que canta o mestre jongueiro e a tudo que se pretende afastar do processo de legitimação das propriedades na política pública aplicada no local da pesquisa. Nesse sentido é que asseveramos o fato de que, nos procedimentos desde os dispositivos, as questões não consideram nossos interlocutores nos planos em que eles se produzem. O encontro dos procedimentos desenvolvidos através da reforma agrária e os nossos interlocutores é um encontro forjado pelas circunstâncias da aplicação de uma política que depende previamente da produção de identidades desde outros contextos para dentro do lugar onde ela se aplica. Por conta dessa operação que nossos interlocutores estranham tais procedimentos e as categorias com as quais ele opera, ao mesmo tempo – algo que está em luta com a operação do dispositivo - os define como distensão de outros procedimentos históricos, inclusive, vinculados à escravidão.

O que passa pelo jongo também se refere, nunca sendo a mesma coisa, ao que Muniz Sodré já citado pensa sobre o terreiro. Para esse autor o terreiro seria contatado em diálogo com a noção de “forma

social”, sendo essa entendida como “conjuntos feitos de elementos múltiplos”. Por sua vez esses elementos múltiplos ainda não estariam sendo capturados através dos conceitos de “instituição, cultura, estatuto e que aparecem muito concretamente em nossa experiência como um certo estilo de existência”. (SODRÉ, 1988: 18). Nesse percurso, para Sodré, o terreiro seria uma “forma social” onde “obtêm-se traços fortes da subjetividade histórica das classes subalternas no Brasil”. As articulações que pretendemos apresentar aqui com os argumentos de Sodré, não necessariamente coincidentes, entendem que subjetividades históricas não se restringem aos espaços que elas produzem e onde são produzidas, mas se deslocam também nos fluxos, assim, ainda articulando, é preciso ver preta a noção de forma social para pensar então numa gravidez que se adquire no fluxo e contatamos em suas expressões.

No próximo capítulo trataremos da ideia de **sistema** pensada com nossos interlocutores. Na oportunidade produziremos um campo de articulações e discutiremos com o Movimento Antiutilitarista das Ciências Sociais – M.A.U.S.S., alguns dos aspectos fundamentais dos trabalhos desenvolvidos por Marcel Mauss a partir das noções de dádiva e dom. Antes de chegarmos ao próximo capítulo, apresentarei - comentando - três situações que destaco das experiências de campo.

Uma vez discutia com Antônia Estácio a partir da noção de mutirão, que me havia sido apresentada em outras conversas durante o trabalho como sendo o processo de trabalho colaborativo muito aplicado nos assentamentos. Na conversa, Antônia Estácio comentou que andava preocupada, porque um de seus netos havia sofrido um acidente de moto, evento não muito raro na região da pesquisa. Antônia temia a possibilidade de seu neto não conseguir honrar o compromisso de realizar “a apanhação de café”, de uma lavoura que havia combinado de produzir à meia. A situação foi resolvida quando, devido articulações da família Estácio, os parentes e amigos decidiram se reunir e **dar dias de trabalho**<sup>41</sup> para o neto acidentado. Assim foi acionada uma rede que permitiu que a apanhação de café fosse realizada.

Numa outra vez, quando conversava com o senhor Valdivino Ferreira de Almeida – Cabiúna, em sua cozinha, ele recebeu a visita de um dos seus sobrinhos, aliás, a casa do senhor Valdivino é bastante frequentada por parentes e amigos o que nos faz pensar em sua

---

<sup>41</sup> Aqui está passando também Cândido (1997), mas de uma forma diferente em outras potências.

presença como algo importante na produção do lugar. O sobrinho de Valdivino também havia se acidentado com a motocicleta e conversando sobre o assunto Valdivino acabou comentando sobre o fato de que os outros sobrinhos, seus filhos e alguns outros parentes haviam se juntado para apanhar o café em uma lavoura que o sobrinho acidentado havia assumido a meia.

Também relativo ao assunto, na última vez que fui até a casa do senhor Valdivino ele me comentou que o seu filho mais velho estava “morando por uns tempos em Ponte de Itabapoana”, em virtude de ter **assumido com o tio** uma lavoura naquele lugar. Destaco esse fato para asseverar sobre o reaparecimento, nos argumentos de Valdivino, o tempo de formação da pessoa de seu filho através de algo que se refere ao grupo que ele faz parte. O filho de Valdivino que vai com o tio ao transito pela empreitada é o mesmo que inicialmente entra em composição no processo de constituição do projeto de assentamento, através dele e de seus primos que os Cabiúnas retornam ao local do assentamento identificados como sem terra. A presença do filho em mais um momento de fazimento expressa-se como um crivo, esses lugares onde as forças se encontram e onde não é possível observar sobreterminação na relação entre indivíduo e sociedade (ELIAS, 2006). Isso se intensifica com os próprios argumentos de Valdivino fazendo referência à chegada ao projeto de assentamento:

*O meu filho mais velho, esse moreno, um primo dele chamou ele, o filho do meu irmão Jorge e ele pegou. Ele já estava com mais de vinte anos, uns vinte e seis ou vinte oito anos, aí ele disse para mim: pai eu vou tentar né? Eram dois alqueires de terras e a gente pensava que eram dados aí ele veio. Eu disse para ele: você já é responsável é gente da família que está te chamando então você vê o que você faz. Quando ele chegou aqui o homem não assinava para ele porque ele era solteiro, mas tem pessoa solteira que foi assinada, aí ele me chamou e eu assinei e era obrigado vir também. (Valdivino Ferreira de Almeida, Córrego São João, maio de 2011<sup>42</sup>)*

---

<sup>42</sup> No processo de composição das “caixas” no INCRA, as famílias deveriam ser classificadas segundo as seguintes referências: Tamanho da Família (TF); Força de Trabalho (FT); Idade do Candidato (IC); Tempo de Atividade Agrícola (TAA); Renda Média Familiar (RMF); Mora no

Wanderlei Faustino de Almeida, filho mais velho de Valdivino Ferreira de Almeida, ao se projetar movimenta o jeito de ser no processo de produção de sua pessoa e, ao mesmo tempo, faz distender a presença Cabiúna na composição da história das famílias no lugar onde pesquisa. Como o pai na produção do **sistema**, Wanderlei se arrisca na produção do tempo onde ele também se compõe. É preciso se lançar em constante fazimento, se dar a composição, para sustentar o pertencimento.

Os três casos são expressões colocadas frente às tensões interpostas nas relações locais. De que forma o projeto de assentamento pautado na perspectiva individualista é capaz de conter as forças que são deslocadas nestes três casos? É evidente que a tentativa de conversão do trabalho individualizado das famílias em lotes é incapaz de nos por em contato com as formas como nossos interlocutores se produzem num mundo em constante processo de produção. É necessário pensar que as intervenções estatais se modificam para entrarem em relação com as realidades locais, ao mesmo tempo em que também somos levados a concordar que, para que elas sejam aplicadas, dependem de outras conversões, as convenções desenvolvidas a partir de constante processo de fazimento. Se a política não é oferecida de forma diferente, as tensões no local a tornam diferente. Seguindo esse percurso também somos levados a pensar sobre um outro aspecto do drama constante, aquelas relações produtivas planejadas para o envolvimento dos nossos interlocutores em outras relações de mercado que estão carregadas de **coisas** e **marcas** que constantemente estão extrapolando, excedendo, passando, cruzando os planos estabelecidos. A partir desta perspectiva a cartografia do Governo se torna insustentável não resistindo ao movimento de nossos interlocutores e suas territorialidades.

---

Município (MM); Moradia no Imóvel (MI); Tempo de Residência (TR).  
Ver também: Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária –  
Relatório de Famílias Classificadas.

## Capítulo IV

### O “sistema” das dádivas locais e as tensões interpostas pelas políticas estatais

*Eu não sei disso não, até hoje eu sigo meus ensinamentos. Eu tenho uma fruteira lá encima [pomar por ele plantado no alto do lote] e tenho laranja, mexerica, pocam... Eu vou em Mimoso agora dia... para receber, eu vou levar para três casas. Lá estão as pessoas que a gente faz negócio, os parentes, outras pessoas que a gente conhece eu sempre levo e não vendo não então, quer dizer que eu ainda tenho aquele sistema, eu nunca largo é da minha natureza. Já levei muita banana da terra daqui, lá no auto da Bocaina (antiga fazenda com esse nome) já levei umas quatro mudas de banana da terra daqui, levei de bicicleta para gente que a gente considera e estão velhos e a deles já acabou há tempos né? Então quando eu morava lá fora eu levava bananas para eles bastante, porque eu estava pertinho do morro e lá eu estou fazendo uma casa, já tem uns dois anos, mas tive que parar porque tive uma doença e depois as crianças quiseram fazer uma casa maior aqui, mais espaçosa, uma casa de nove por nove. Então eu levei lá naquele alto lá, mas não cobro não e também são gente antiga né e antes deu colher laranja aqui eu apanhava lá com eles, nunca fiquei sem fruta aqui todo ano tinha fruta. Eu tento passar esse sistema para meus filhos, já tenho dois que já passaram dos trinta anos e os outros dois já estão se aproximando então é com eles, eu não sei como eles serão nas casas deles mas eu tenho uma casada e ela já está agindo assim. (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011)*

A noção de sistema assim tal como se nos apresenta, desde nossos interlocutores, expressa os elementos do tempo de composição, do qual seguimos falando. Expressando esse tempo de composições, o

sistema surge também como uma máquina, uma tentativa de fazer passar, que se refere às histórias das coisas, das almas das coisas, assim, nenhuma interpretação pode nos restringir aos momentos de troca ou qualquer outros momento que se refira a uma ideia de mercado onde as coisas, sem alma, circulam através de outros equivalentes universais, o sistema é de outra potência. Também o sistema não se refere exclusivamente ao jeito de ser de nossos interlocutores, passa na noção de sistema local o enfrentamento, a luta que nos permite pensar sobre os planos em que os eventos estão se desenvolvendo e por isso precisamos seguir a noção de sistema em sua intensidade.

A concepção de sistema apresentada por Valdivino reflete relações que se distendem no tempo, condição necessária na formação das identidades sociais apresentadas desde o local da pesquisa. O sistema, quando se refere à troca, não se submete à produção de um grupo restrito, as forças que sustentam as trocas são diversas<sup>43</sup>:

*Lá estão as pessoas que a gente faz negócio, os parentes, outras pessoas que a gente conhece eu sempre levo e não vendo não então, quer dizer que eu ainda tenho aquele sistema, eu nunca largo é da minha natureza. (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011).*

A diversidade se nos apresenta também nas informações sobre os contextos em que se processam as dádivas, assim, não podemos deixar de pensar sobre esses processos de interação. Ainda, desde o ponto de vista de Valdivino, o que se troca está relacionado à composição, os elementos de sua produção da sua “natureza”. O que se apresenta como dádiva se constitui nas relações de trabalho, na produção de conhecimento transmitido desde as primeiras gerações, nas relações de afinidade e parentesco. Esse assunto, não está desvinculado dos efeitos do que já chamamos de quilombismo no primeiro capítulo, é claro, a partir de Abdias do Nascimento e da ideia de Campo Negro, mas destacamos aqui na perspectiva de nossos interlocutores a diversidade como elemento fundamental para o entendimento do que

---

<sup>43</sup> É fundamental não perder de vista que a ideia de diferença acompanha também a complexidade de coisas, que movimentam o que se troca: o conhecimento na produção de alimentos, o próprio fato de ser alimento, capacidade de provar a competência no cultivo, a história dos locais de produção etc.

eles chamam de sistema, que se articula também com a noção de “literatura menor”. Assim, o discurso local pede diálogo com a interpretação que Martins (2008) faz sobre o dom. Este autor defende haver no dom uma “teoria da reciprocidade aberta e flexível”, possibilidade que nos permite acompanhar o desenvolvimento dos interesses postos na complexidade das ações sociais. Seguindo essa perspectiva, a da diversidade, estamos prontos para entender, por exemplo, a fruteira como lugar de produção do conhecimento e de identidades. A fruteira reúne histórias do desenvolvimento de trocas antigas<sup>44</sup>, através dela é possível se relacionar com eventos vividos pelas famílias é a isso que se refere o senhor Valdivino quando fala das dádivas que relacionam as pessoas da serra da Bocaina: “*Então eu levei lá naquele alto lá, mas não cobro não e também são gente antiga né e antes deu colher laranja aqui eu apanhava lá com eles, nunca fiquei sem fruta aqui todo ano tinha fruta*”. Nesse momento ele está fazendo referência ao tempo que sua família teve que viver acampada aguardando os procedimentos do INCRA na aquisição das terras para o assentamento<sup>45</sup>. Outrossim através da relação com a produção dos alimentos, se processa também o respeito, o reconhecimento e a solidariedade e isso fica claro na necessidade de levar mudas de bananas para os mais velhos que agora já não tem mais bananeiras, mas são **considerados**. E se nesse momento estão recebendo é porque na interpretação de Valdivino eles produziram através de eventos passados o direito de receber. A relação com os antigos da serra da Bocaina vai marcar diferenças em relação aos outros com quem se estabelece relações de troca, assim, devemos passar por essas diferenças, para então alcançarmos o que se entende por **sistema**, nos argumentos do senhor Valdivino.

Vimos que no mesmo discurso Valdivino relaciona três grupos diferentes: “*as pessoas que a gente faz negócio*”, “*os parentes*” e “*outras pessoas que a gente conhece*”. No terceiro grupo de pessoas – “*as pessoas que a gente conhece*”, e aqui não nos iludimos pensando que as trocas se restringem a três grupos apenas e que ela – a troca – apenas se efetiva de um jeito, já dissemos que um dos objetivos da

---

<sup>44</sup> Também relativo a noção de Lugar de Memória (NORA, 1993).

<sup>45</sup> Já nos chamou a atenção Gastaldo (2008: 150) para a centralidade da noção de *situação* nos estudos apresentados pela Escola de Chicago, a qual é relacionada ao trabalho de Erving Goffman e ao interacionismo forças importante na análise que Martins (2008) apresenta sobre o dom.

dádiva é demonstrar a gratidão e o reconhecimento do que eles fizeram no passado, se reconhece também a vinculação histórica, simbólica e subjetiva com o que se doa “já levei umas quatro mudas de banana da terra, daqui”. A informação de Valdivino acerca das mudas de bananeiras, não deve nos prender apenas aos elementos materiais em jogo, assim, nos fazendo pensar sobre o paradigma do dom apresentado desde Mauss: “o espírito da coisa” (MAUSS, 2003:161), que também não deve nos restringir apenas ao sentido dado na relação de troca, no contexto em que ela se nos apresenta. Nesse sentido recorreremos à análise de B. Karsenti citado por Alain Caillé sobre o que seria a dádiva a partir da ideia de símbolo: “traduções individuais da presença do grupo por um lado, e das necessidades diretas de cada um e de todos, de suas personalidades, de suas inter-relações, por outro”. (CAILLÉ, 1998: 04).

No primeiro caso - “as pessoas que a gente faz negócio”, Valdivino através da doação enxerta “o negócio” com outras marcas. Ao levar dádivas às relações de negócio o que quer Valdivino? Segundo nosso interlocutor, a doação de frutas a parceiros de negócios corresponde a decisão de oferecer “um agrado”, mais um gesto “insignificante”. Esse ato singelo, um agrado, excede as relações comerciais, ao mesmo tempo, impondo a elas marcas que são: a presença da pessoa de Valdivino, a história de seu lugar, e representa, portanto, o tempo de constituição das identidades sociais e das histórias das coisas. No mesmo percurso, a leveza de um “agrado/dádiva” fere as normas das percepções mercadológicas hegemônicas<sup>46</sup>. Retomaremos esse ponto ao tratarmos das diferenças presentes nas percepções dos nossos interlocutores e mais especificamente nas tensões entre a perspectiva técnica sobre a organização do assentamento, frente os planos burocráticos das ações disputadas, expressas nos dispositivos referidos nesse trabalho. Através do agrado podemos estabelecer desde os argumentos de Valdivino, o que Alain Caillé não quer deixar passar silenciado na obra de Marcel Mauss; “símbolos ligam as relações que travam entre si com um conjunto ao mesmo tempo determinado e aberto de relações entre objetos, pessoas e ações. São relações de relações, que ligam quando se ligam.” (CAILLÉ, 2000:231). Aqui vale fazer referência ao fato de que a dádiva, neste caso as mudas, representam também as relações com os fenômenos naturais, assim, ao fazer

---

<sup>46</sup> Nesse movimento também se insere a tensão já referida por Polany (1980) entre as ideias de mercado e as relações sociais.

referência à terra fria e a Serra da Bocaina, Valdivino nos traz elementos do fluxo histórico, assim, as mudas de bananeiras recuperam um tempo referente às regiões mais frias também localizadas no mesmo Município de Mimoso do Sul, o que tem haver com desterritorialização/territorializações.

Esse tempo que se repete não se refere apenas aos acontecimentos conhecidos, se refere também aos eventos presentes mas não sustentados em uma novidade absoluta/desconectada, o tempo que se repete trata também daquilo que não havia sido percebido. Assim, ao processar dádivas, nossos interlocutores vão – e vamos com eles – em busca do tempo perdido, algo que nunca passa. A partir daí podemos dizer que “um agrado” é muito mais:

Em outros termos, no princípio da ação generosa, do dom inicial de uma série de trocas, não existe a intenção consciente (calculista ou não) de um indivíduo isolado, mas essa disposição do habitus que é a generosidade, e que tende, sem intenção explícita e expressa, à conservação ou ao aumento do capital simbólico. (BOURDIEU, 1996:9)

Novamente ressoa aqui a noção de “literatura menor” através da noção de agrado. Ao fazer ressoar a noção de “literatura menor”, as ações dos interlocutores no sistema se torna um ato político, uma – conforme também já dissemos – “luta por resistência”. As histórias sociais das coisas produzem redes de relações, as quais – por exemplo – nos permite pensar de que maneira o dispositivo

Uma outra pista para o entendimento dos argumentos de Valdivino, nos é dado por Antônia: “Foi um favor que Deus mandou.” (Antônia Estácio da Silva (86), entorno do assentamento união - junho de 2011). O dom é para nossos interlocutores movimentado por forças divinas, um favor mandado por Deus que impõe aos contemplados a necessidade de retribuir. O Deus se manifesta nas histórias das pessoas, como algo que se adquire no saber fazer, no aprendizado é um Deus que se produz nas ações de homens e mulheres. Outrossim, o argumento sobre o fato de ser uma dádiva divina, nos remete novamente a duas características fundamentais do dom que são a obrigação de fazer e o controle exercido para que efetivamente seja feito. O Deus que doa é o mesmo Deus que vai observar a realização das novas doações, afinal quem é que vai querer contrariar normas em estreita ligação com o

divino? Sobre essa presença do divino confirma Pedro Estácio, filho da senhora Antônia:

*Quando tem alguma pessoa na família que está doente e não pode trabalhar aí eles levam no conselho da Igreja [Católica Apostólica Romana], reúne e essas pessoas vão trabalhar e quem vai trabalhar não cobra nada e ainda leva o almoço e o material de trabalho e vai trabalhar. Esse mutirão já é antigo, nós trouxemos para cá, sempre teve. (Pedro Estácio da Silva, entorno do assentamento união - junho de 2011)*

É na assembleia eclesial que a família do **necessitado** realiza o pedido, na casa de Deus diante da irmandade religiosa. Por outro lado Pedro argumenta que a dádiva do dia de serviço – trabalho **de graça** em favor de alguém/**mutirão** é algo antigo, está no tempo. Por outro lado **a graça** implica em merecimento e, ao mesmo tempo, em necessidade de pagar. O Deus doa não a um outro Deus, mas a espíritos inferiores, pessoas necessitadas, as quais deveriam justificar o recebimento da graça que se processa inicialmente através da marca da verticalidade (Tarot, 2008:486). O recebimento se impõe através de um desafio: o dever de provar o merecimento. Outro aspecto que também deve ser destacado é que a graça é um ensinamento, algo que se desenvolve e se arrisca no plano das relações. São, nas experiências cotidianas, campos de prova, que nossos interlocutores também se constituem no exercício de sacralização e têm a experiência com Deus. É neste sentido que se mistura a interpretação que eles fazem deles e da produção das coisas. Sentido que nossos interlocutores estão buscando também, mesmo que seja nas relações com os parceiros de negócio, realizar o que Bourdieu assim expressa:

A economia do dom, ao contrário da economia do “toma lá, dá cá”, baseia-se em uma denegação do econômico (em sentido estrito), em uma recusa da lógica da maximização do lucro econômico, isto é, do espírito de cálculo e da busca exclusiva do interesse material (por oposição ao simbólico), que está inscrito na objetividade das instituições e nas disposições. Ela se organiza visando a acumulação do capital simbólico (como capital de

reconhecimento, honra, nobreza etc.), que se efetua, sobretudo, através da transmutação do capital econômico realizada pela alquimia das trocas simbólicas (trocas de dons, de palavras, de desafios e réplicas, de mulheres etc.), e que só é acessível a agentes com disposições adaptadas à lógica do “desinteresse” (disposições que podem encontrar sua realização no “sacrifício supremo”, aquele que consiste em “dar a própria vida”, em preferir a morte à desonra — “é melhor morrer do que...” — ou, no contexto do Estado moderno, em “morrer pela pátria”). (BOURDIEU, 1996:11)

É importante pensar que o dom não se refere exclusivamente aos planos comunitários, para isso trouxemos três eventos em que se realizam o dom, tirando assim a possibilidade de aprisionamento das coisas – inclusive das pessoas – nas jaulas do exotismo e do primitivismo. Outrossim, conforme os autores citados aqui interpretam o simbolismo em Mauss, é preciso não perder de vista que as próprias coisas trocadas estão transbordando significados, não nos permitindo pensar – por exemplo – em estados segregacionistas em que se separam das coisas seus espíritos, operação também praticada nas políticas de patrimonialização.

Não devemos esquecer também que a riqueza carregada no dom, não é maior do que as possibilidades presentes em sua realização, ou seja, é necessário levarmos a sério o tempo em que as ações se dão. Levando a sério é que recorremos mais uma vez aos argumentos de Antônia para ali contarmos com as noções de risco, incerteza, expectativa, insegurança onde se nos apresenta o tempo das relações com as coisas:

*Eu estava aqui só pensando: ele não pode trabalhar está com a clavícula quebrada, será que não vai aparecer ninguém para ajudar ele não? Num dia desse veio a mãe de um colega nosso e falou assim: ha! dona Antônia vamos juntar um dia e vamos dá um mutirão para ele e não vamos cobrar nada! Aí eu falei com ele e fiquei muito alegre eu estava com vontade de trabalhar também, mas não posso escorar em uma das pernas mas se for colocar um café na mão, meu Deus do Céu! (Antônia Estácio da Silva*

(86), entorno do assentamento união - junho de 2011)

Nos argumentos de Antônia Estácio nossos interlocutores locais se nos apresentam como presença, ou seja, em constante fazimento, em relações. No mesmo percurso, o próprio mundo com o qual se relacionam continua em construção, assim, nem eles e nem o mundo são coisas dadas, prontas e estando em constante fazimentos vão resistir inclusive a morte. Para não correremos riscos desnecessários é importante lembrar, conforme o percurso aqui seguido, que a sustentação fenomenal referida não exclui o fato de que nossos interlocutores também se constituem através do “capital simbólico”. Sem desconsiderarmos as marcas com as quais se identificam, apenas destacamos o fato de tudo está submetido ao tempo – onde se corre riscos, onde se disputa, se relaciona, se repete e se cria – nesse sentido é que nossos interlocutores se produzem. Aí é – por exemplo – que se tornam cabiúna, pessoas da terra fria; aí que se produz um dia de mutirão, conforme assevera Antônia Estácio, através das obrigações e da busca por liberdade, por outras composições.

Não podemos esquecer que no caso da troca de dia de serviço e do mutirão, nos colocamos novamente diante da necessidade de pensarmos sobre a coisa trocada e a composição que gera a obrigação de retribuir. Nesse sentido a oportunidade é potente para observamos aí uma das marcas da concepção de simbolismo em Mauss destacada nas interpretações do M.A.U.S.S., ou seja, nestas relações não há possibilidade de se pensar em representação e realidade de formas separadas. Nos exemplos mencionados nos argumentos de Antônia, as coisas trocadas estão carregadas de forças, forças vinculadas à relação com o sagrado, e diante dos olhos do grupo as coisas trocadas estão claramente submetidas às três características apontadas na análise do dom: dar, receber e retribuir. Mas não podemos deixar de lembrar também que o fluxo das coisas doadas não se dá longe do tempo das articulações de forças, das relações de poder. E pensando assim vale fazer referência a mais uma interpretação de Valdivino sobre esse assunto:

*Lá o negócio era bicho feio. Éramos quatro irmãos eu, o Jorge, o Josias e o Luciano sendo que esse era rapaz pequeno eu tinha vinte e um anos e o Josias tinha dezoito. Antigamente com*

*dezessete dezoito anos era homem mesmo. Fomos para lá e ao invés dele botar a gente para capinar a nossa lavoura, nós fomos para turma lá ele disse: vocês vão para turma, vão me ajudando ali e vão tocando a lavoura de vocês. Aí eu mais o Josias partimos para lá, depois ele pediu mais os outros dois aí eu falei não tem como, como é que vamos tocar a lavoura assim. Ficamos três anos trabalhando assim porque ele gostava demais de papai e a gente não era tão ignorante assim, a gente reclamava, mas não é de brigar não é. (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011)*

Valdivino faz aqui referência à forma como os interesses do proprietário da terra se articulam com os interesses de sua família, o que para ele não significou ganho de potência para forças relacionadas. Na genealogia dessa articulação de forças aparece uma relação de compadrio. O pai de Valdivino se desloca para uma nova situação de trabalho a partir do convite do proprietário, que também era padrinho do pai dele:

*Depois eu fui para o Aristides Malfatti ali eu bati forte eu fiz uma coisa e era uma turma onde trabalhava mais de cinquenta homens, nós tínhamos mudado para lá há pouco tempo e ele era padrinho de papai ele quem ofereceu a colocação para a gente mudar para o lado de Belo Monte. (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011).*

O acordo pela realização do trabalho se desenvolve a partir da relação de compadrio também relacionada ao que se apresenta entre o senhor de terras e um trabalhador. Essa relação nos remete – é claro – ao significado do termo hierarquia no sentido apresentado por Dumont (1992), quando considera a hierarquia como uma necessidade lógica do ordenamento do social, desenvolvendo aí a capacidade de englobar as desigualdades sem soterrar as relações de distinção e de oposição dando a elas outros tratamentos. Por isso o argumento sobre o sistema como plano de ideias e de valores onde princípios fixos presidiriam o agenciamento de “elementos” fluídos e flutuantes. Nesse sentido não faltaria ao esforço englobante a necessidade de se apresentar de forma

**dissimulada** através do vínculo entre o padrinho e a família do afilhado e a partir dessa dissimulação se tem a organização das forças que vão gerar produtividade, compromisso e dívida. Mas a dissimulação não possui capacidade de fazer parar o tempo onde os personagens atuam e se percebem. Desse jeito, a possibilidade de mudanças é sempre constante, as surpresas sempre fazem parte do jogo.

Marcos Lanna (2009) destaca que o trabalho realizado pelo afilhado se aproxima da graça como retribuição. “O afilhado é, ao mesmo tempo, um sujeito que dá e um objeto que circula” (Lanna, 2009:08). Na análise deste autor, esse “duplo carácter” o leva ao estruturalismo lévistaussiano e a partir daí a uma percepção do simbólico que o permite pensar no afilhado como um valor simbólico e um veículo de valor. Assim, também constituído pelos aspectos sacrificiais apresentados no dom, que se apresentam na análise do autor na identificação do trabalho como elemento sacrificial relativo à necessidade de retribuir, “algo com certo conteúdo sagrado, que se aproxima da graça como modo de retribuição”. Ainda com referência às ambiguidades do que se coloca à troca, não exagero em fazer referência ao trabalho de Karl Marx (1982) em relação ao duplo caráter da mercadoria: valor de uso e valor de troca. Nessa análise, Marx considera que a única mercadoria capaz de produzir mais valor é a força de trabalho, algo sobre o qual se dispense o esforço na tentativa de tentar silenciar e que se refere tanto ao processo de produção de mercadorias quanto a sua circulação.

Mas há nos argumentos de Valdivino, conforme já asseveramos, algo que pretende ultrapassar uma ideia de complementariedade na relação entre padrinho e afilhado, ou seja, a **reação** de Valdivino nos faz pensar que, em sua percepção – o que divergiria e conflitaria com os interesses do padrinho/patrão – houve uma distorção na recepção que o padrinho dá ao trabalho/dom realizado pela família de seu pai. Na revolta dos Cabiúna somos levados a pensar que a exploração do dom/trabalho dentro de um esquema que incorpora outros instrumentos – o encarregado, o armazém e outras dívidas – promovem sua própria derrocada no momento em que se desenvolve o esforço de utilização dessa mercadoria, também tratada como dádiva, capaz de produzir mais valor. Pelo exposto antes é fácil ver que não sigo aqui neste trabalho a mesma perspectiva estruturalista, entretanto não desconsidero na interpretação de Marcos Lanna os aspectos sacrificiais e a produção da dívida. Nos desloquemos em direção à interpretação

que os sujeitos fazem de como o relacionamento de forças os permitem buscar saídas, formas de escapar, não perdendo a imagem do fluxo.

### **Caçador de mim**

Seguindo Marcel Mauss e estudando a figura do compadrio como fundamento da vida comunal, destacamos nos argumentos impostos às relações de trocas a distensão política do dom, ou seja, a dádiva nunca é completamente retribuída e – ao mesmo tempo – coloca o seu recebedor em posição inferior, com a obrigação de retribuir. É exatamente isso que destacamos nos argumentos de Valdivino, quando justifica o motivo de terem ficado cerca de três anos na colocação “oferecida por Aristides Malfatti”. Para nosso interlocutor ficou claro que não somente o convite apresentado pelo proprietário a seu pai, mas transversalmente todas as relações que ele estabeleceu com a família Cabiúna durante o tempo da “colocação”, se deu através das distensões dos planos transversalizados pelos movimentos das dádivas. Uma das marcas da interpretação de movimento se nos apresenta, no momento em que Valdivino destaca como referência fundamental dos acontecimentos, o fato de Aristides Malfatti – o proprietário – estar vinculado ao seu pai através do batismo: “ele era padrinho de papai”. Essa situação, compadrio, marca o desenvolvimento não permitindo que, novamente, os eventos pudessem ser tratados sem referência às dívidas de gratidão, distante das relações pessoais: “só ficamos lá porque ele gostava demais de papai”. Outrossim, é no reconhecimento da violência imposta à relação, na tentativa de mais exploração a partir do que se abre através das dádivas pelo padrinho é que Valdivino se refere ao plano de mobilização. Mas o reconhecimento das regras do jogo e as possibilidades de enfrentá-las são apresentadas em circunstâncias determinadas, no caso vivido pela família Cabiúna e nos apresentado por Valdivino, o plano de fuga se “revela” na percepção da especialização da burocracia, quando os procedimentos intermediários são apresentados às relações postas no trânsito das dádivas:

*O Aristide é o dono, você é o encarregado e eu sou o trabalhador três vou apanhar dinheiro com seu fulano, quatro, o dia que de um erro nós vamos ficar caçando onde está o erro e nunca*

*vamos achar. Para me pagar não precisa o Aristide, você pode me pagar e pra que eu vou lá na venda receber se ele nem me conhece e nem me viu trabalhar? Quem pode provar que eu trabalhei é você que é o encarregado. Nós somos doze irmãos e eu sou abaixo da minha irmã mais velha. Falei para ele que eu não iria e **comigo não tem bonito e feio não, comigo existe o certo e o errado** [destaque meu]. Depois disso nós mudamos para a terra fria e lá ficamos mais uns dez anos e depois viemos para cá e aqui estamos há doze anos, então escravidão acabou para mim há uns doze anos. (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011).*

Se destaca nos argumentos de Valdivino a necessidade de se obedecer a regra. A regra aqui é o teste constante que se faz a partir daquilo que se é, uma interpretação a partir do processo de composição da pessoa do que se lhe apresenta. Nesse sentido é que, ao relacionar as estratégias do padrinho de seu pai ao jeito de ser de sua família, Valdivino toma uma posição que repercutirá no movimento desenvolvido por outras famílias consequentemente se referindo a outras relações, a outros planos também vinculados, composição dos lugares e das pessoas. No mesmo contexto de distensões das relações questionadas pelo jeito de ser da família Cabiúna vai se abrir uma nova possibilidade para o desenvolvimento de outras territorializações, e é neste momento que o deslocamento nos aponta para o lugar chamado Pontões, o que também está relacionado com a noção de fluxo com a qual estamos trabalhando e que, por exemplo, aparece no discurso de Luis Carlos quando perguntado sobre o que levou sua família até a Fazenda Palestina, “a caça por melhora”.

*Ilustração 14: Os pontões comentados por Valdivino, Arquivo pessoal Silvinho Nazzari em 2011.*



Na fotografia acima os Pontões que é um dos símbolos do Município de Mimoso do Sul/SC inclusive explorado nos projetos de patrimonialização, aparece nos discursos dos nossos interlocutores locais como composição, composição articulada à caça por melhora o que por sua vez também se articula ao procedimentos de desterritorialização territorialização que falamos. Outro aspecto que este trabalho vais destacar a partir das composições que apontamos, e que nelas é possível acessar referências do tempo que se desenvolve no fluxo produzido por nossos interlocutores, o qual reivindica – sempre – as histórias das relações sociais das coisas e pessoas. Nas referências que o mencionado tempo dos fluxos nos faz seguir não é permito separar em noções como paisagem cultural e paisagem natural<sup>47</sup>, o que a

<sup>47</sup> A **paisagem** é um conceito que se refere a tudo o que podemos perceber utilizando os nossos cinco sentidos [...] Portanto, todo o ambiente terrestre pode ser considerado como uma paisagem: o caos do centro de uma grande cidade, o espaço de uma fazenda ou a área de um bosque.

vida está criando em seus atos de resistência. Outrossim, se há em Mimoso do Sul os Pontos que pode ser patrimonializado, não é dele que trata o fluxo de nossos interlocutores é de uma outra coisas que está passado, a resistência e é por isso que os pontões nos discursos de nossos interlocutores se refere ao transito de escravos, que produziam no local as possibilidades de roubar o café transportado pelos tropeiros, iludindo-os com o desface de que o lugar era assombrado. O que há nessas montanhas que confundem e desorganiza os sentidos? Resistência.

Em consideração aos dados produzidos por minha pesquisa, é oportuno comentar que nos documentos de registro de nascimento estudados para este trabalho pude verificar que desde os anos próximos ao fim da escravidão até a geração dos meus interlocutores – nascidos desde a década de 1920 – era comum que os avós paternos ou maternos aparecessem como padrinhos preferenciais. A partir dos argumentos das pessoas entrevistadas na pesquisa e segundo análise nos documentos é possível argumentar também que a escolha dos padrinhos avós também está vinculada à localização dos mesmos nos territórios por eles ocupados, ou seja, os avós localizados mais próximos do neto teriam a tendência de serem considerados os preferenciais, desta forma a escolha relacionada aos avós se articula aos contextos vinculados à localidade.

A família de Valdivino quis seguir as referências tradicionais, no entanto por parecer da autoridade religiosa – acatado

---

Em razão da abrangência desse termo, comumente ele é dividido em dois tipos principais: as **paisagens naturais** e as **paisagens culturais**. As **paisagens naturais** são as expressões dos elementos da natureza que não se modificam ou que foram pouco alterados pelo ser humano, como o espaço de uma floresta virgem ou o topo de uma montanha. Em algumas definições, esse conceito também abrange regiões naturais consideradas inóspitas, ou seja, que não apresentam condições para a manutenção da vida do homem, como uma área de um deserto. As **paisagens culturais**. - também chamadas de **paisagens antrópicas** – são as expressões das atividades humanas. Elas constroem-se a partir da utilização e transformação dos elementos da natureza pelas atividades realizadas pelo homem. Portanto, todas as edificações artificialmente construídas, bem como as intervenções não naturais sobre o espaço constituem paisagens culturais, como o espaço de uma cidade ou o campo de produção agrícola. (BRASILESCOLA – consultado em junho de 2014).

pela família de nosso interlocutor – Valdivino não pode ser padrinho de seu primeiro neto. Segundo ele, foi o padre que disse que “o padrinho é um segundo pai, e para exercer tal função deve ter condições”. Valdivino, quando foi avô pela primeira vez, tinha mais de 50 anos e estava acometido de algumas doenças, “já tinha ácido úrico, já não estava bem da vista, então aceitei o que o padre disse”. Além das questões relacionadas à saúde, Valdivino, quando do nascimento de seu primeiro neto, já estava separado de sua esposa, situação que muito provavelmente deve ter influenciado muito na exclusão dele da função de padrinho.

Para continuarmos nos dados sobre parentesco relativo às dádivas para uma compreensão do sistema segundo os argumentos locais, vale trazermos mais uma referência ao evento de compadrio comentado por nosso interlocutor, para que observemos ali a presença do tempo que, na repetição, produz a diferença – a possibilidade de enfrentamento e escape. Não obstante, as preferências na escolha de padrinhos, conforme o destacado nos argumentos de Valdivino Cabiúna, encontramos nas memórias casos em que os patrões aparecem como padrinhos, situações que chamam ao diálogo os argumentos sobre o compadrio e as políticas das dádivas através de situações em que as tensões podem se tornar mais evidentes.

Seguindo Valdivino e os outros interlocutores – conforme análise anterior - vemos que é justamente no momento em que se firma a relação Padrinho/dono na especialização dos meios de produção, quando as dívidas sacrificiais são relacionadas às figuras do encarregado e do representante do armazém – no esforço para alienação do trabalho – é justamente aí que vai ser criado o contexto para potencialização das dívidas e ao mesmo tempo vai colocar o desenvolvimento das dádivas em risco. A leitura que Valdivino faz dessas relações de forças, que objetivavam promover a distensão das dívidas entre padrinho, afilhado e familiares do afilhado na empresa, na constituição das figuras do encarregado e do gerente do armazém, é a nossa nave. Outrossim, é exatamente nas percepções desses procedimentos que a primeira dádiva pode ser questionada e a partir daí ser estabelecido o plano de fuga, um plano que depois poderia ser acessado por outros, conforme Valdivino nos relata ter acontecido:

*Mas antes de sairmos de lá, depois dessa conversa que tivemos com ele, o senhor Aristide, ele passou a nos pagar, aí o dinheiro veio*

*dobradinho certinho. Rapaz, cinquenta e oito homens que trabalhavam gente muito boa inclusive gente desse pessoal do Zelão na época os irmãos dele trabalhavam lá com a gente, então nesse meio tempo fervia os outros foram cobrar do administrador e ele empurrou para o Aristide, Ai todo mundo virou fera: seu fulano se o senhor não pagar nós também vamos [destaque nosso]. Ah! Rapaz, todo sábado todo mundo com o seu dinheiro dobrado dentro do papel. Aquela eu fiz, essa foi a única coisa que eu fiz com o fazendeiro e serviu para todo mundo. Tudo isso aconteceu na Fazenda Birajara, que era da fazenda dos parentes do Aristides Malfatti, na estrada que sobe para São Pedro na curva já era propriedade deles. (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011)*

Vale fazer referência ao fato de que o processo descrito por Valdivino também está relacionado às análises de Marx (1844), quando trata da noção de alienação. A partir do relacionamento dos argumentos de Valdivino com os trabalhos de Marx podemos ver nas intensidades geradas que nosso interlocutor local também trata do que Marx – também com referência a Hegel – identifica como “negação da negação”, ou seja, o reconhecimento da alienação nas estratégias estabelecidas pelo padrinho/patrão nas relações de trabalho. Esta questão se apresenta constantemente no caso do dispositivo patrimonialização que atinge a região da pesquisa, a ponto das políticas públicas não reconhecerem as famílias como produtoras e produzidas, portanto diretamente vinculadas à história das coisas e do lugar onde se opera o dispositivo e onde se faz política, inclusive, através das ações do Estado brasileiro.

Nos rastros de nosso interlocutor podemos dizer sim que as dádivas produzem aliança, tanto nos conflitos de interesses formando, inclusive, articulações e projetos, quanto nos planos de fuga, ou seja, os argumentos de Valdivino não nos levam apenas à composição das relações entre padrinho/patrão e afilhado/empregado, mas nos colocam também no tempo das composições internas aos próprios interesses. Assim, ao mesmo tempo em que as dádivas podem produzir condições para o aparecimento das figuras de encarregado e dono do armazém, elas podem produzir também o acordo de interesse das famílias

contratadas numa relação direta com vistas à produção de dinheiro. “*Aí todo mundo virou fera: seu fulano se o senhor não pagar nós também vamos*”. Valdivino aqui reconhece que as ações de sua família, atingem – mesmo sem planejar – as ações de outras famílias e as relações que estas famílias estabeleceram no local, onde se reconhece as estratégias do padrinho/patrão. Pondo em outros termos podemos dizer que sociação não exclui conflito ou o contrário, conforme nos propõe Simmel (2006). Neste sentido, a produção de aliança não pode ser entendida apenas numa visão de complementariedade entre padrinho/patrão e afilhado/empregado, a produção nos leva também ao que escapa a ela própria, já que as categorias estão repetindo mundos que não deixam de se constituir. Obviamente que ao falarmos desses deslocamentos de forças e sobre a forma “desorganizada” que as ações da família Cabiúna, ao enfrentar as distensões das dádivas, encontram outras relações no local, entramos em contato direto com a noção de rizoma defendida por Deleuze e Guatarri (2000):

Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muitos diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc.,..., colocando em jogo não somente regime de signos diferentes, mas também estatuto de estado de coisas. Os agenciamentos coletivos de enunciação funcionam, com efeito, diretamente nos agenciamentos maquínicos, e não se pode estabelecer um corte radical entre os regimes de signos e seus objetos. (DELEUZE & GUATTARI, 2000:15)

Assim, a repercussão da experiência da família Cabiúna nas relações locais também pode ser entendida como um movimento rizomático. Embora Valdivino não tenha planejado, o enfrentamento na relação padrinho/patrão e afilhado/empregado intensifica outras forças, deslocando movimentos inesperados, os quais também permitirão produzir novas desterritorializações e reterritorializações. Não é possível deixar de comentar que a expressão **virar fera** está relacionada a uma situação de perigo a uma tensão: “*Depois eu fui para o Aristide Malfatti ali eu bati forte, eu fiz uma coisa e era uma turma onde trabalhava mais de cinquenta homens*”. Mesmo aqueles que não ouviram Valdivino

no momento da fala, no desenvolvimento das expressões corporais – da performance, compreende que estamos falando de um processo de descontinuidade e de crise, o que nos remete – necessariamente – aos estudos sobre processos sociais. Valdivino nos chama atenção para o fato de que, desde o início, o caso se desenvolve numa experiência dramática. É através da interpretação de nosso interlocutor que alcançamos as artimanhas postas nos interesses do padrinho de seu pai “(...) e fala para ele porque há muito tempo ele não vem aqui (...)”, assim, na perspectiva de Valdivino, a decisão de trabalhar nas terras do padrinho significa participar de uma experiência dramática: “*Lá o negócio era bicho feio*”. Nesse sentido, **virar fera** corresponde a uma situação de crise, dramática e dessa forma “*Iluminando o teatro da vida cotidiana*”. (Dawsey in Lucas, 2005:23).

Ainda com referência às noções de drama nas experiências cotidianas e mais especificamente com relação à sociação e conflito vale dizer que a experiência de Valdivino e das outras famílias em Mimoso do Sul estão relacionadas aos estudos desenvolvidos por James Scott (1990), onde se produz o conceito de “*formas cotidianas de resistência*”. De qualquer modo, com o que concorda Scott, os argumentos de Valdivino Cabiúna tratam de um processo de resistência, que se desloca na socialização, ou seja, **virar fera** é um processo produzido nas experiências cotidianas, que não necessariamente dependem de um projeto de organização coletiva prévio, o que não quer dizer que ele - **virar fera** - esteja dissociado dos interesses coletivos e dos processos de constituição e disputas destes é também uma “literatura menor”, uma luta por resistência. Por esse percurso, mais uma vez, fica clara a referência que Valdivino faz sobre a experiência vivida por sua família, desde sempre, articulada à uma relação de dádiva – o compadrio, e os vínculos com o posicionamento das outras famílias, muito bem representado no processo de **virar fera**.

### **Resistir é necessário**

Mantendo-nos atentos ao diálogo de James Scott com Valdivino poderíamos dizer que nosso interlocutor, ao conversar comigo, estaria falando do drama desde uma “transcrição oculta - de fora do palco”, e é na interpretação que ele faz das experiências que viveu que alcançamos o tempo onde foram produzidos os acontecimentos, o drama. Entretanto se o tempo vivido por nosso

interlocutor é sentido como uma experiência dramática, não podemos deixar de asseverar que a recuperação dessa experiência dramática, também se dá através do drama que se constitui na “transcrição oculta” e que alcançamos de várias formas, entre elas por sermos profissionais envolvidos num certo Intersubjetivismo (GEERTZ, 1997) ou por sermos afetados numa experiência relativa ao Teatro do Oprimido (inventado por Augusto Boal na década de 1960), experiências que querem confundir sempre as tensões: dentro/fora, nós/eles/outros.

Nesse percurso, dos afetos produzidos pela interpretação de Valdivino, que percebemos também a tensão entre as “transcrições públicas” e “transcrições ocultas”, caminho que vai do drama ao drama. Contanto para mim, Valdivino Cabiúna faz questão de marcar que a afronta aos interesses do proprietário e dos intermediários não se deu a partir de um projeto articulado, a partir de negociações entre os meeiros e diaristas. Entretanto reconhece que tal afronta serviu a todos os envolvidos. Mesmo que Valdivino não tenha planejado, sua performance só se torna possível quando se constitui com o material coletivo, ou seja, num plano em que o movimento permite disjunções e conexões com outros planos, afinal ele fala das relações sociais de trabalho, da injustiça, da disputa de coisas que interessam a coletividade, e por conta do uso que faz – da forma que faz – de símbolos e signos relativos ao uso comum, se constitui no drama como uma referência. Obviamente que as referências, o que permite dar sentido à performance e afetar as pessoas, não exclui os interesses pessoais – Valdivino está lutando por seu interesse e pelo interesse de sua família – como o palco onde as ações se desenvolvem e diz respeito ao processo de produção coletiva vai movimentar e se articular a outros interesses, assim, constituindo um dos pontos de encontro e choque daquilo que produz não somente os “profissionais” e os “profanos”, mas suas condições de existência (Bourdieu 2006).

Retornando os dados sobre parentesco apresentados a partir da pesquisa, trago agora novas imagens do lugar onde estive com os interlocutores, do lugar onde encontrei as condições para falar e na forma como falo. Antes das imagens, vale comentar que, no campo e no exercício de acompanhar o processo de produção realizado pelos próprios sujeitos locais, em virtude das delimitações apresentadas ao meu trabalho, destaco algumas das interpretações produzidas a partir das informações coletadas. Nesse sentido é que me refiro aqui a um exercício vinculado ao processo de constituição histórica da própria cartografia e do trabalho de campo em antropologia (GOMES, 2004).

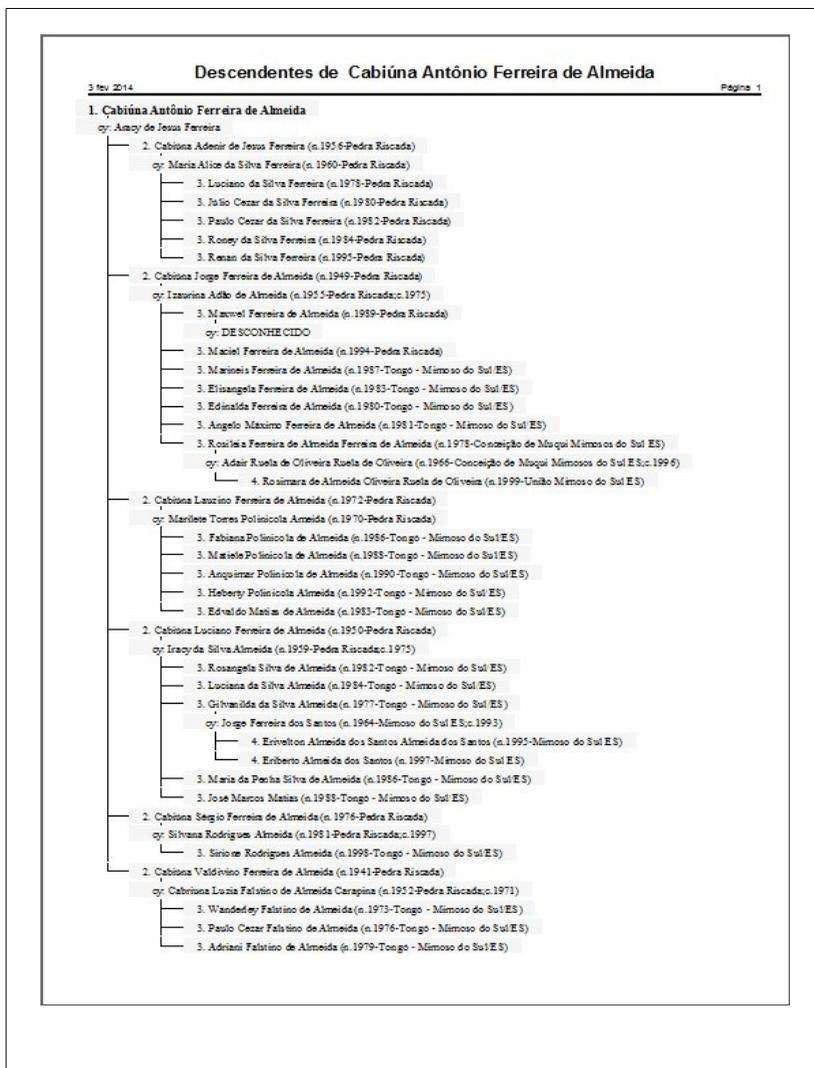
Outrossim, não posso deixar de comentar que os efeitos relativos à produção de desenhos no trabalho de campo também estão vinculadas ao acompanhamento que realizo das atividades desenvolvidas pelo *Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia* no Estado de Santa Catarina. Nesse percurso é importante destacar que, a princípio, busquei considerar através das imagens cartográficas, como faço com os discursos, a “auto-cartografia”. Conforme disse, infelizmente os esforços do campo não foram suficientes para que pudessem ser produzidas essas “auto-cartografias”. As imagens produzidas aqui - seguindo uma das alegorias de Platão - são figuras de terceira categorias, ou seja, imagens que tratam da representação sobre o que as pessoas fazem no local da pesquisa. Nesse sentido as imagens que apresentarei a seguir estão relacionadas a uma maneira que utilizo para apresentar dados da pesquisa realizada, esforço desenvolvido por mim e por meus colegas Ítalo e Lucina a partir das informações que coletei e através dos instrumentos disponibilizados pelos programas de informática.

As imagens abaixo apresentam os descendentes Cabiúnas moradores do Assentamento União, ou seja, aqueles que para o senhor Valdivino são da família e aqueles que pelo casamento se tornaram parentes. Dentro da realização do **sistema** - que é como fala Valdivino, um jeito de ser, de gostar das pessoas e ser querido para além da morte – se constituir através do tempo no reconhecimento pela família, pelos parentes, pelos conhecidos e os outros na capacidade de produzir a novidade na repetição. Os efeitos desses fazimentos históricos podem ser reconhecidos nas territorialidades, nos espaços sociais produzidos no jeito de ser de suas heroínas e de seus heróis. A partir desse percurso vale comentar que a disposição das cores sem mistura, a imagem de espaços sem contato é uma interpretação para facilitar o acesso ao entendimento do fluxo que aqui não é captado, é claro, na forma como ele se processa. O desenho é algo para pensar e como tal tem a pretensão de ultrapassar os traços registrados no papel.

No primeiro desenho que segue, produzido a partir das entrevistas e das consultas nas “caixas” do INCRA, a distensão das famílias Cabiúna no Assentamento. Vale dizer que todos os Cabiúnas relacionados estão na região historicamente conhecida por Córrego São João, região que aparece nos relatos de alguns dos interlocutores como local onde se realizava o Caxambu. De acordo com o que foi dito pelas pessoas entrevistadas, inclusive o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul, os lotes são distribuídos às

famílias assentadas mediante sorteio, entretanto, também dito pelos entrevistados, em “alguns casos” há troca de lotes. Em alguns casos as trocas são justificadas pela “tipo de terreno e os interesses das famílias em produzir os tipos de culturas”. No caso das famílias Cabiúnas está claro que a composição no Córrego São João está passando outros interesses, interesses que estão relacionados – por exemplo – ao argumento de Valdivino Ferreira de Almeida, quando me relatou sobre como sua família chegou nas articulações com o projeto de assentamento, ou seja, no lançamento articulado de dois primos Cabiúnas. Assim, na composição Cabiúna no assentamento está também relacionada aos interesses de parentes, o que está se expressando na configuração que se nos apresenta no Córrego São João.

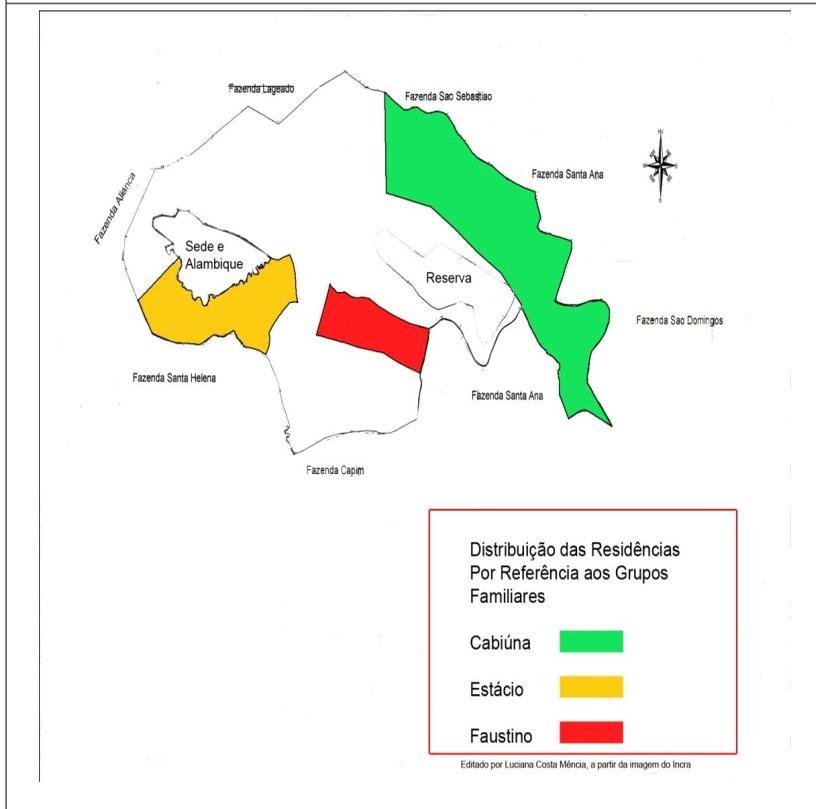
Na imagem que segue a expressão das famílias Cabiúna, um registro de algumas das famílias que se compõem novamente e agora atravessando o dispositivo Reforma Agrária, bem como o Patrimonialização. Essa segunda imagem é necessária emente um registro precário produzido para dá a noção de como os grupos iniciam os procedimentos de territorialização/desterritorialização nos dispositivos. É uma imagem precária também porque os fluxos, as composições não permitem a menor possibilidade de constituição de unidades separadas, eles estão no tempo das composições, eles são multiplicidades em composição.



Os dados relacionados nessa primeira fotografia correspondem, aos representantes Cabiúna no assentamento União. A partir dessa informação podemos plotar na fotografia apresentada pelo INCRA, o registro do processo de ocupação que nossos interlocutores efetivam na realização da burocracia do Estado. Na imagem veremos também o registro de outras duas famílias que estão relacionadas às

histórias que eles contam sobre a presença que se faz através da história, configuração que nos argumentos de José Luiz participa do processo de composição da noção por ele usada de **parentagem danada**. No quinto capítulo retornaremos à produção de imagens a partir das interpretações que faço dos argumentos locais e no momento tentarei uma nova aproximação do que estou pensando sobre o processo de fazimento das pessoas e coisas, por ora destacamos o movimento local a partir das tensões interpostas ali.

*Ilustração 16: distribuição das famílias no assentamento União*



*Aqui no assentamento tem uma porção de primos e outros parentes: tem o Luciano dos Santos que é meu cunhado, Sebastião Jorge Luis da Silva que é meu irmão, Pedro Luis da Silva irmão, Antônio Lavorão que o irmão é meu Genro, Jorge cabelo que está no lugar de primo, Valdivino, Valdivino Moraes, Cabiúna, que são primos da mulher então são meus também. Aqui tem uma parentagem danada né, muitos conhecidos. Sim e os padrinhos são daqui também. Entre a gente, parentes e padrinhos, nós trocamos dias de*

*serviço, emprestamos dinheiro... A gente se ajuda né? (José Luis da Silva, Assentamento União, maio de 2011)*

O terceiro caso em que se aplica as dádivas, “entre parentes”, nos dará mais velocidade ao encontro do que é o **sistema** nos argumentos dos interlocutores. Nesse sentido é necessário entendermos as especificidades apresentadas por eles na sustentação do que é ser parente e ser da família.

*Tem um outro Galacho que também se casou com a irmã de papai que se chamava João Farias Galacho e esse era claro de olhos azuis, mas ele era meu tio porque se casou com a irmã de meu pai. Muitas pessoas falam assim: se você é filho da irmã do meu pai, você não é meu parente porque meu parente é aquele que se casou com alguém da minha família. Eu tenho meus irmãos morando aqui, os filhos deles não são meus parentes eles são minha família. Aqui então nós temos umas dez casas da minha família: sobrinhos irmãos, sobrinhas tudo morando aqui dentro. Só aqui do lado é eu, Jorge e Lauzina. O Jorge tem outros filhos casados aqui, mas eu só tenho uma filha casada. Cada um tem um bocado aí e somando tudo eu acho que temos umas dez famílias. (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011).*

Vejam que a definição de família apresentada por José Luiz está compreendida na de parente. Primos, genros, cunhados, primos da esposa constituem no assentamento “uma parentagem danada”. Nos argumentos de Valdivino, “essa parentagem danada” é formada pela diferenciação e pela composição daqueles que são da família com aqueles que são parentes. Assim, para este interlocutor, tais diferenças estão muito bem delimitadas; a noção de família corresponde a consanguinidade, mesmo quando atravessada pelas relações matrimoniais, enquanto parentes são aqueles que se juntam à família através dessas relações de casamento. Uma primeira articulação nas duas interpretações diferentes é que as noções de família aqui estão vinculadas a ideia de composição. No argumento de José Luiz essa ideia

de composição aparece intensificada a ponto de não buscar referências na consanguinidade para sua explicação, tanto é que a cunhada e o irmão são postos no mesmo discurso sobre o assunto. Em Valdivino já há a explicitação da composição a partir de um progenitor: *Tem um outro Galacho que também se casou com a irmã de papai que se chamava João Farias Galacho e esse era claro de olhos azuis, mas ele era meu tio porque se casou com a irmã de meu pai*". Mas é importante levarmos a sério o argumento de que não se pode pensar um sistema sociocultural a partir da noção de unidades biológicas (SOUZA, 2006:285). Ao mesmo tempo não é possível operar com um conceito de natureza ou biológico que não esteja impregnado pelas relações humanas, ou seja, a natureza aqui não é aquela – por exemplo - operada no dispositivo e por um certo determinismo na definição da política ambiental também expressa em seus dispositivos, que insistem em tratar natureza e humanidade como unidades absolutamente diferentes e genéricas originadas em mundos diversos entre si sempre em conexões conflituosas. Aqui é o caso de considerarmos o rigor na análise de Strathern (1999) quando diferencia o uso do conceito de aliança em Radcliffe-Brown da maneira como ele é utilizado por Lévi-Strauss. No trabalho do primeiro o conceito trata de relações que podem ser positivas ou negativas entre entidades, sendo as relações algo que carrega uma força de coesão, como se estivessem buscando uma conjugação. A noção de aliança aparece de forma diferente no trabalho de Lévi-Strauss, onde aliança se refere ao encadeamento de relações e relações que produzem entidades. Fazendo vibrar as duas interpretações através de Strathern e com referência ao que nos apresentam nossos interlocutores locais poderíamos dizer que, **no nosso caso**, existem forças que atuam constantemente buscando a composição sem deixar de produzir tensões e distensões, como no caso da luta entre Valdivino e o padrinho de seu pai e a repercussão dessa ação, sem planejamento, que conjuga com o movimento das outras famílias que trabalhavam na mesma fazenda. Também observamos em nosso trabalho que a noção de relações de composições é uma condição, já que, no processo de composição local, o que está em jogo é a multiplicidade.

A noção de coisas que são produzidas nas relações e que também são pensadas nas relações recorrentemente aparece nos argumentos de Valdivino Ferreira de Almeida, quando fala sobre relações matrimoniais:

*Antigamente as pessoas diziam se a moça casa e tem que pegar a firma do homem então quer dizer que ela enfraqueceu, porque ela ficou com um nome só do pai dela e pegou o outro do marido, então os filhos têm que pegar completamente do marido para eles ficarem forte. (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011).*

Através desses argumentos podemos dizer que as relações de parentesco locais são possibilidades de perda e ganho de forças. Nesse sentido, em consideração ao argumento acima e destacado a partir de Strathern, também podemos dizer que a ideia de relacionamento dos nossos interlocutores imbricada, articula a noção de força, assim, desde os argumentos locais, família e parentesco também estão ligados à noção de relacionamento de forças, tal como estamos entendendo desde o primeiro capítulo desta tese. Estes relacionamentos de forças, também as relações de parentesco e afinidade, estão no tempo e deste modo – dependendo das composições – podem perder ou ganhar potência.

A intensidade dos deslocamentos chama atenção para outro dado. Há um comportamento que se repete na formação do masculino, os homens se deslocam na **caça por melhora** por melhora desde cedo: *“Na verdade eram os homens que mudavam, eles é que iam caçar melhora.”* (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011). Nesses deslocamentos no fluxo também as composições matrimônios se constituíam, não me foi possível produzir dados suficientes para uma discussão mais aprofundada que me permita falar sobre regras nas relações de parentesco. Entretanto a noção de **caça por melhora** se constitui na articulação do processo de produção da masculinidade e nessas articulações, no fluxo, que as conjunções matrimoniais também são produzidas: *Quando havia casamento as mulheres acompanhavam os maridos, porque o rapaz quando casava tinha que procurar uma colocação para ele e levava a moça com ele casou.* (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011).

No discurso de José Luiz fica bastante claro que a resposta está diretamente vinculada à relação nós/eles também conectada a um sentimento de pertencimento que vai informar sobre um nós daqui *“Aqui tem uma parentagem danada né, muitos conhecidos”*. Na especialização que faz Valdivino o sentido de pertencimento a um nós

também se nos apresenta, dessa vez, na composição formada por grupos diferentes – familiares, parentes e considerados. Também nos dois casos os argumentos nos levam para além do território do assentamento, nos dando a noção de que o que está sendo falado atravessa o território do assentamento e tem a ver com territorialidades. Portanto o nós não se restringe apenas ao plano interno ao assentamento, ele está se distendendo na relação tempo espaço para além das fronteiras do Projeto de Reforma Agrária.

### **Jeito de ser**

O tempo que se distende para além das cercas das fazendas e dos assentamentos, ao mesmo tempo em que constitui as pessoas e as relações num mundo sempre em configuração é também um tempo arriscado, um tempo que pode distanciar as pessoas e os parentes. Sobre os riscos desse tempo comenta Valdivino, quando novamente se refere aos parentes e ao **sistema**:

*Meu sistema de ser é gostar de você, gostar de mim e de outras pessoas. Não quero saber o que você é, só quero saber que você é querido por sua família e que se você morrer eles vão ficar triste... imagina se for conhecido. Eu nasci na Pedra Riscada e vivi minha vida toda aqui e essa união vai se acabando, hoje em dia os parentes vivem cada um para seu lado e nem sabem se são parentes mesmo. (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011).*

Nesta referência ao **sistema**, Valdivino nos coloca num campo de contradições bem interessante. O **sistema** é um jeito de ser que depende da capacidade de reconhecer nas pessoas, suas conexões com as coletividades. Afinal a presença é uma conexão com a família que precisa ser reconhecida socialmente, inclusive depois da morte. Se o percurso para reconhecer e saber se uma pessoa é querida nos é oferecido nos argumentos de Valdivino, precisamos saber agora o que torna uma pessoa querida, ou dizendo de outra forma: o que constitui

uma pessoa **querida**, no plano em que se movem nossos interlocutores, naquilo que foi contado pela pesquisa.

Os efeitos do sistema sobre a pessoa não permite à noção de ser querido um esteticismo desencarnado. Gostar de si e gostar de outras pessoas é um reconhecimento que se nos apresenta na experiência, que necessariamente está vinculada aos processos de socialização e conflito e conforme já dissemos, também tem a ver com os estudos de Simmel. É nesse sentido que Valdivino vai argumentar que é necessário saber se a pessoa é querida pela família, teste que não se restringe à vida no presente e se processa, inclusive, após a morte e nas distensões da memória: “(...) *só quero saber que você é querido por sua família e que se você morrer eles vão ficar triste... imagina se for conhecido [ser reconhecido]*”. Estes argumentos de Valdivino Ferreira de Almeida nos remetem também às “lutas por reconhecimento” (HONNETH, 2003), na medida em que tanto nossos interlocutores quanto Axel Honneth estão discutindo a intersubjetividade também como conflito. Chocando-se – por exemplo - com Habermas, o qual busca as bases da teoria crítica a partir do estudo da intersubjetividade com vistas à identificação de características universais, Honneth e os argumentos de Valdivino tratam a interação a partir do conflito considerando o reconhecimento na luta.

No assentamento União há cerca de cinquenta e seis famílias. Deste número, mais de dez são representantes da **família** do senhor Valdivino – Ferreira de Almeida. Além desse grupo, no mesmo Assentamento União, nos outros três assentamentos do Município e nas cercanias desses assentamentos estão os parentes e outros **considerados**, como aqueles referidos na dádiva das mudas de banana da terra. Ainda sobre esse assunto (**família, parentes e considerados**), vale retomarmos aqui o ponto no qual comentamos sobre a noção das relações matrimoniais como relacionamento e possibilidade de perda ou ganho de força já que segundo nossos interlocutores o distanciamento da família através do matrimônio representa um risco, uma perda de força quando o membro da família é uma mulher. Outrossim, no mesmo argumento, a possibilidade de aquisição de mais força aparece aos filhos, que incorporam o nome produzido na relação matrimonial e nesse sentido vale voltarmos aos argumentos de Valdivino supramencionado para uma nova distensão:

*Antigamente as pessoas diziam se a moça casa e tem que pegar a firma do homem então quer dizer*

*que ela enfraqueceu, porque ele ficou com um nome só do pai dela e pegou o outro do marido, então os filhos tem que pegar completamente do marido para eles ficarem forte. Antigamente as filhas não eram herdeiras, o pessoal não para pra ver e as vezes fica confuso mas as mulheres não eram herdeiras de primeira. (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011)*

Um ponto importante nesse diálogo com Valdivino já se nos apresenta na incapacidade de encontrarmos aí uma possibilidade de tratarmos a mulher nas jaulas restritivas do mercado dos homens. Igualmente, Valdivino reconhece que, no plano das relações, o casamento impõe à pessoa da mulher, assim à família e à comunidade, um risco, o qual repercute também na relação com a família do marido. Nesse sentido, o risco é tratado como possibilidade de perda de força. Ainda, para que a mulher não seja submetida como mercadoria às relações de trocas entre os homens, é necessário não permitir que - mesmo nos argumentos - a pessoa seja despoticizada. Para tanto, para pensarmos a mulher nas maneiras como se movem a partir da potência dos argumentos locais, vale chamar Antônia Estácio novamente:

*Quem era parteira era a minha mãe a Maria e lembro da tia Benta que era irmã do meu pai, mas era a minha mãe que ficava com os filhos todinhos quem precisasse podia ir com Deus, que ela ficava com todos eles. Minha mãe cuidava de todos e salvava todo mundo, não precisava de médico nem nada e o nome dela era Maria Francisca Estácio os esposos das vizinhas iam buscar ela e ela ia e os bebezinhos já iam nascendo com Deus. Meus filhos nasceram tudo com ela, eu tive sete: seis meninos e uma menina graças a Deus. Minha mãe benzia também, mas o remédio quando precisava a gente ia no médico. (Antônia Estácio da Silva (86), entorno do Assentamento União - junho de 2011)*

Uma mulher que assim se constitui, inclusive como produtora de pessoas, não se submete à comunicação entre os homens,

como uma mercadoria em trocas restritas (ARRIPE, 1984). Maria Francisca Estácio era, segundo Valdivino Cabiúna, “a mãe de todos, a cuidadeira”. Assim, ao falarmos da mulher no contexto da pesquisa precisamos pensar nos processos em que elas se constituem. Tal processo de constituição, ainda considerando a imagem projetada por Antônia, é reconhecido nas articulações estabelecidas nas experiências cotidianas. Assim, a noção de constituição não perde os significados postos nas relações sociais, ou seja, é também uma invenção que, para ter amparo, precisa ser recepcionada ou rechaçada, pelos sujeitos que produzem e as fazem repercutir, o que nos leva à percepção das especificidades:

*Antigamente não tinha esse negócio de hospital o que tinha era parteira mesmo e ela não era parteira, ela era cuidadeira: você é casado e tem a sua esposa aí nasce uma criança aí você chama ela e aí ela vem lava roupa, cozinha e faz tudo para você, assim, ela era mãe de todo mundo ela era Estácio. (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011)*

Essa imagem de uma das mulheres do local nos remete necessariamente às relações que produzem as pessoas, a partir daí temos uma referência do contexto em que se processam as relações matrimoniais, por exemplo, o que significa casar com uma mulher da família de Maria Francisca Estácio? A esta pergunta a mesma Arripe (1984:57) responderia dizendo que, nas relações matrimoniais, as mulheres não são nem o objetivo e menos ainda objetos das trocas. A partir de então a autora reforça sua conexão com o M.A.U.S.S. ao afirmar também que a mulher [o homem e as outras presenças também] é um signo de valor social. Referências desses signos estão sempre presente nos argumentos de nossos interlocutores e é a partir deles que vemos distender os argumentos de Zelão, por exemplo, quando nos fala que no Assentamento União há uma “parentagem danada”. Parentes são também aqueles que estão vinculados ao tempo da cuidadeira, da parteira, ao tempo da “mãe de todos”. Não podemos deixar de pensar que é exatamente sobre isso que Valdivino está falando quando diz, que nas relações de casamento, as mulheres se relacionam com o risco de perda de força. A noção de força entre nossos interlocutores, por sua vez, nos empurra também à interpretação que Strathern (2010) faz sobre

o conceito de estética na possibilidade de comparação de “porcos e celulares”. A questão ali, e entre nossos interlocutores, é que diferente dos telefones - que querem nos convencer pelo que trazem na aparência - o que se coloca em jogo é a relação com o tempo “a vida social das coisas”, na afirmação dos valores ancestrais é o reconhecimento da capacidade das pessoas e de todo o grupo. Assim, novamente diferente dos celulares, as coisas – objetos, pessoas, jeito de ser, de fazer... - as forças são constituídas no fluxo das experiências cotidianas:

*Nossa mãe! Naquele tempo você via mulher suja mesmo! As mulheres não ganhavam o mesmo valor [forma de tratamento apresentada ao trabalho da mulher] dos homens não, o delas era a metade do homem. O pessoal do meu pai era bom para trabalhar, eles eram normais. Mas a família da minha mãe era anormal, trabalhavam demais... Deus me livre, aquele pessoal trabalhava demais eram uma máquina. Minha mãe o dia quando amanhecia já tinha café feito, a criação tratada... A mãe da gente não tinha esse negócio de esperar o dia amanhecer não, quando o dia amanhecia o café já estava feito o café era de garapa naquele tempo, depois é que veio açúcar. Nove horas já tinha que está com o almoço feito, os que ia pra roça levavam e os que iam comer em casa caminham e já iam pegar na enxada e já ia pra roça. Minha mãe trabalhava muito e criou doze filhos e na matéria de trabalhar minha mãe foi um gigante”. (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011)*

Vejam que a explicação da ideia de máquina está referida à noção de conexão, ou articulação. Quando o interlocutor diz que a mãe era uma máquina, ela era assim porque tinha a capacidade não só de se produzir, como também de **fazer os outros** e os fazê-los produzir, assim, o que destacamos nessas características maquinicas são suas capacidades de conectar, de produzir graxa, de azeitar elementos que se sobressaem também na cuidadeira, conforme comentamos e que aqui ganham uma nova expressão novamente nos levando ao barroco - a mãe se desenvolve na relação com os outros, na família - em sua imagem de querer dobrar ao infinito através do movimento buscando

sempre novas composições: *Minha mãe trabalhava muito e criou doze filhos e na matéria de trabalhar minha mãe foi um gigante*". Nessa repetição um dado importante que novamente nos põe em contato com Strathern, quando em seus estudos sobre gênero nos chama a atenção para o fato de que essa noção não é fixa<sup>48</sup>. O argumento de a *mãe foi um gigante na matéria de trabalhar*, produz a interpretação de um ser em movimento e que no movimento pode se converter em feminino e/ou masculino. No mesmo argumento, o masculino se desloca para um certo jeito de fazer, como o feminino também se produz no fazimento da família, na relação: *"Mas a família da minha mãe era anormal, trabalhavam demais..."*

As atividades de trabalho no tempo de nossos interlocutores embora exigissem das mulheres e das crianças por várias vezes uma participação em conjunto com os homens, algumas atividades eram desenvolvidas a partir de certas divisões: **"Tinha as roças e tinha as lavouras** de café. Aquele que era tropeiro era tropeiro, aquele que era carreiro era carreiro, quem era campeiro era campeiro e eu era o administrador." (Amaro Gonçalves, Mimoso do Sul, agosto de 2010). Entretanto é importante pensar que toda essa especialização, essa estrutura maquina, correspondia a organização da empresa do fazendeiro dono da terra – aí se nos apresenta um panorama nos argumentos do administrador. O que é preciso observar são as articulações, as relações das famílias com os lugares na sustentação do panorama apresentado. Nesse sentido a roça ganha força aparecendo como o espaço de produção das pessoas num tempo a partir do qual as coisas ganham sentido e onde a presença da mulher, novamente, não pode ser silenciada. Assim, a especialização não pode esconder os detalhes das experiências cotidianas:

*Naquela época as famílias tinham muitos filhos, tinha um compadre que tinha 11 filhos e todos haviam nascido lá na Palestina [hoje Assentamento Palestina]. As mulheres criavam porco, limpavam terreiro, cuidavam das galinhas,*

---

<sup>48</sup> "Assim, a noção do que é masculino ou feminino não é estável, é estabelecida por relações sociais, ou pelo contexto particular etc. Interessei-me por gênero exatamente por ver todos os diferentes contextos nos quais as ideias do que era masculino e o que era feminino se confrontavam umas com as outras". (ESTRATHERN in SIMONI et al, 2010: 7).

*ficavam perto da casa... Antigamente as famílias tinham uma boa convivência, quando um colhia milho demais e o outro colhia arroz demais eles trocavam entre eles. (Amaro Gonçalves, Mimoso do Sul, agosto de 2010)*

O discurso do ex-administrador ao se referir ao processo de especialização, trata da divisão social do trabalho com base no gênero. Entretanto nesse processo de especialização podemos observar, no que ele não consegue reter, que na criação de unidades – trabalho do homem as especialidades - se produz e se distende a composição. Assim, no mesmo discurso podemos observar estratégias que não só prejudicariam a imagem da mulher sujeito, como também pretendem silenciar a importância dessa presença feminina/mistura em suas composições, um esforço bastante conhecido de tentar prender a mulher ao campo doméstico – a uma especialização pelo sexo e em comparação e complementação ao homem, aparecendo nesta perspectiva como um lugar de menor valor. Nós não podemos deixar de pensar que, em primeiro lugar, esse campo doméstico tem participação fundamental no processo de produção das pessoas e das outras coisas, inclusive é lá que se encontra a roça e o que nela se faz. Outro detalhe importante que atravessa a perspectiva do administrador é o fato de que as famílias dos tropeiros, por exemplo, trabalhavam na roça e nas lavouras de café. Vale comentar também o fato de que os contratos de trabalho na lavoura também eram feitos com as mulheres, já que um mesmo colono não podia assumir mais de um contrato, assim, em vários casos numa mesma família um contrato era feito com o homem e o outro contrato era feito com a mulher. Sobre isso comentou o ex-administrador na fazenda Belmonte que várias famílias assumiam dois contratos: um para a produção do café geralmente assinado pelo homem e o da produção de banana que era assinado pela mulher. Por outro lado, ao enxertarmos o discurso estratégico com os argumentos de nossos interlocutores observamos aí uma outra noção de gênero sendo construída:

*As mães arrumavam as marmitas mesmo e os filhos iam carregar para casa dos vizinhos, para cada um o presente porque quando eles matavam também eles davam a nós e a gente lembrava se eles comiam, a gente estava comendo também. Eu trabalhava na roça e mamãe tirava eu da*

*roça para repartir o capado e repartia quase tudo [risos] mas agora é um custo para alisar um porquinho, hoje em dia é óleo de soja, mas eu gosto é de gordura mesmo. (Antônia Estácio da Silva (86), entorno do Assentamento União - junho de 2011)*

A dificuldade para “alisar um porquinho” também está relacionada à produção das roças, já que, tradicionalmente, a produção dos porcos e dos outros animais depende daquilo que se produz lá:

*Nós tratávamos os porcos todos com as coisas da roça: mandioca, inhame rosa cozido, baça de taioba, folha de taioba, mamão maduro, banana, chuchu, abóbora essas coisas assim é tudo comida de porcos milhos... (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011).*

Seguindo os argumentos e redescobrimo o tempo na presença dos processos de constituição das coisas, destacamos também a partir de Antônia a referência à parte de uma processo ritual em que o porco é um outro elemento articulador. Na história das famílias entrevistadas o porco é uma reserva de segurança, além de ser uma fonte de alimento pronto a socorrer em casos de necessidades. Ele – o porco – aparece como equivalente apresentado em diversas situações de troca. Nos argumentos de Antônio, relativo aos aspectos rituais, vale comentar que o trabalho de matar o porco, apesar de algumas exceções comentadas, apresentava os homens como os responsáveis. Após ser morto, **o trabalho com o porco** se torna um evento feminino que passa pela separação das partes do animal, os cuidados e preparos da carne, a produção de linguiças até a distribuição: “*Nós matávamos o porco muito cedo e quando estava amanhecendo ele já estava na cozinha para as mulheres separarem as carnes, colocar no varal em cima da fumaça para conservar*”. Conversando com o senhor Valdivino, registrei que uma de suas críticas ao projeto de assentamento se direciona exatamente para esse assunto: a impossibilidade de criar porcos. Segundo me contou vários fatores prejudicam o que para ele é algo fundamental: a necessidade de utilizar a maior parte do lote na produção de café, as

condições do terreno que impôs a sua família uma área pequena para construção da casa e pouco espaço para criação de animais, o fato de várias áreas terem sido indicadas como de preservação permanente. Mas com todas as dificuldades ele não deixou de comentar que:

*Antigamente todo mundo tinha porco e quem não tinha comprava porque o porco era a coisa mais importante que a gente tinha na lavoura. A gente as vezes dividia uma banda de porco com o vizinho e achava que estava dividindo muita coisa, mas todo mundo tinha porco e quando matava dividia também, a gente dava a eles e eles davam a gente sem pedir porque a gente matou já estava certo. Mesmo quem não tinha condição de criar porco comprava para engordar. (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011).*

Vejam que uma das respostas ao ser querido está diretamente ligada à capacidade de participar das relações. A participação, não distante das tensões, impõe às pessoas a necessidade de reconhecer o jogo e saber jogar, assim, ter condições de participar das relações de troca. Para tanto, poder produzir os elementos das trocas é uma das marcas indicativas de ser querido. Nesse contexto, de produção de coisas e pessoas, é que aparecem os porcos e as roças. Aqui vale destacarmos uma imagem que nos dá a noção de como as coisas e as pessoas estão relacionadas, não necessariamente para gerar complementariedades, mas também para gerar tensões e entendimentos:

*Nessa fase de 1970 eu estava ganhando mil reais por dia e o meu patrão vendia um litro de querosene pelo mesmo valor, em outra palavra, um dia por um litro de querosene e isso não era escravidão? Hoje o pessoal ganha trinta reais a diária e acha pouco. O querosene deve está uns três reais o litro então você ganha trinta reais o dia, hoje é possível comprar em um dia de trabalho dez litros e quando eu trabalhava só comprava um. Um quilo de tocinho era um e oitocentos, quer dizer que com dois dias de trabalho me sobravam duzentos, assim, trabalhava dois dias para comer um quilo de*

*toicinho e eu quero te falar sobre a diferença. Porque quando o patrão me vendia esse um quilo de toicinho por um mil e oitocentos e o litro de querosene por um mil, ele passou para Apiacá na época, esse um litro que ele vendia por mil ele passou a vender por quatrocentos, então eu pagava ele cá na roça duas vezes e meio certinho num litro tinha como ir à frente? O toicinho ele foi vender por seiscentos então ele fazia no toicinho três vezes mais então pobre ia onde? (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011).*

Essa imagem se refere também à repercussão do patrão atravessador, que sobre o trânsito de mercadorias e serviços se estabelece através da dívida. Sobre isso, a dívida relacionada à produção de patrimônio, onde o armazém se destaca, tratamos no capítulo anterior, também considerando a forma como as coisas e as pessoas estão relacionadas. Nesse momento recorreremos à imagem desde Valdivino para, através da maneira como o toicinho aparece nas constituições de compromissos, reforçarmos a importância da produção das roças, da criação de animas e da produção de gênero, já que nessas atividades cotidianas também estão diretamente ligadas às relações de dádivas e tratam no plano das relações o que se entendia sobre o que estava sendo trocado, bem como se produzia as coisas trocadas. Pensando também nesses detalhes, retomemos mais um pouco o destaque que damos na produção das famílias, parentes e considerados em relação à produção de gênero.

Na perspectiva da senhora Antônia, não há uma segregação da mulher no campo doméstico, isso porque não existe ali território separado. O espaço doméstico só tem sentido se estiver relacionado às territorialidades que o atravessam. A própria Antônia se faz na relação trabalho com os homens ao mesmo tempo em que transita na distribuição das dádivas, e nesse mesmo percurso a “mamãe” é que aparece com a responsabilidade de administrar essas forças que também constituem as relações sociais. Mas não podemos pensar que a dádiva, mistura de coisas e pessoas no simbólico, é inventada a partir dos pedaços de porcos a serem distribuídos. Desde antes do **alisamento do porquinho** já está em processo a composição do plano, do jogo: “Poder-se-ia falar de *common miscognition* para designar esse jogo no qual todos sabem – e não querem saber – que todos sabem – e não querem

saber – a verdade da troca.”(BOURDIEU, 1996:02). Nesse sentido, no contexto da pesquisa, falar da mulher e do homem em seus tempos significa falar também da máquina produtiva, e isso necessariamente nos leva, por exemplo, à noção de roça. Tanto a ideia de máquinas produtivas, quanto a ideia de roça estão vinculadas à noção de relacionamento de forças e ao que nele escapa:

*Ali onde se criavam os porquinhos, onde se criavam as galinhas, as hortaliças era ali que a gente se salvava pois se a gente dependesse só da lavoura de café, a gente estava afundado. Tinha que ter coisas para a gente comer, se a gente não tivesse tinha que comprar com o fazendeiro e o fazendeiro não respeitava pelo comércio. Cada colono tinha sua roça branca e as coisas que a gente tinha lá a gente trocava, quando não tinha, com os outros: trocava porco magro por porco gordo. Nessas roças brancas era assim: se eu colhia alguma coisa eu tinha que dá para o patrão, porque nós não podíamos ir direto para o comércio. O paiol do Aristide Malfatti pegava quase cem carros de milho e rato não entrava nele, por que tinha um sistema no pé, de zinco que cercava os esteios [performance demonstrando como era feito a máquina] e a escada que ficava lá ele colocava no chão e pronto, porque o rato só entra a noite já que de dia tem porco, cachorro, gato no terreiro e aí ele não entra. (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011).*

Aqui já podemos destacar que o fazimento do jeito ser de nossos interlocutores está sempre ligado às possibilidades de produção de força, assim, que seus argumentos estão sempre retomando esse percurso.

*Ninguém usava óleo, era só banha, só gordura de porco. Minha mãe trazia a comida da gente e colocava uma concha de gordura na nossa comida e dizia que era para dar a força. Hoje em dia só tem gente ruim, naqueles dias não.* (Arlindo Guedes dos Santos (92), Mimoso do Sul, 2011).

A memória de Arlindo não deixa de assinalar diferenças, o toicinho e gordura em sua época era algo de muito valor e não eram todas as famílias que podiam desfrutar desse expediente de adicionar ao prato de comida, uma “concha de gordura”. Sem perder o desenvolvimento dessas diferenças nas articulações chamo a atenção para o fato de que a prática de sua mãe também é explicada como uma forma de produção de força, força que se articula ao processo de produção de pessoas e – nele – há a afirmação de valores. A partir desse tempo recuperado vale voltarmos ao ponto no argumento de Valdivino onde também aparece o comentário sobre a possibilidade de “perda de força”, ali vemos que a referência à possibilidade de perda é relacionada ao movimento de dispersão, ao fluxo a partir de uma situação em que a produção moral diz da conduta das pessoas em relação aos ensinamentos e na necessidade de submissão a eles:

*Eu não sei o que está acontecendo, mas tem aquele negócio da Torre de Babel né, quando na valentia deles queriam ganhar Jesus, não sei se você acredita né, aí Jesus fez eles ficarem com a língua desentendendo um do outro aí não entenderam mais o trabalho aí a torre não foi a frente, Jesus tinha que dá um corte neles e ele não queria matar ninguém aí então ele dominou eles para não entender uma língua do outro, a torre foi subindo aí quando um pedia uma coisa o outro não sabia o que ele havia pedido e foi que a torre não foi a frente. Tá vendo, então as vezes - quem lê as escrituras vê, porque as vezes... Então não sei por que Deus deixou assim também, os pessoas com o passar dos tempos irem se separando né?*

(Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011).

A dispersão coloca em risco o exercício do **sistema**, mas como na possibilidade da perda de forças pelas uniões matrimoniais também podem se constituir em potencialização das territorialidades reforçando o próprio sistema quando alcança outros planos nos quais outras forças são conquistadas. A **brincadeira do divino**, quando “permite” o deslocamento, exige o esforço em recuperar forças pela aplicação do território onde devem se constituir, assim, vale asseverar sobre o fato de que a filha mais nova de Valdivino hoje, após o casamento, mora no núcleo urbano de Mimoso do Sul, situação que faz Valdivino levar à cidade o seu jeito de ser relativo à família e aos parentes.

### **A torre que cai**

No caminho que tomamos, levados por nossos interlocutores, não nos sobra outra possibilidade que não a de pensarmos que as trocas entre parentes e famílias querem afirmar o sistema, que é - conforme diz Valdivino - um jeito de ser e gostar de si mesmo, das pessoas e da vida. Por outro lado eles estão tratando dos contextos onde as coisas não param de acontecer, e nesse momento como arremessados à procedimentos de composições, ou dizendo de outra forma, aos Planos de composição:

Um plano de composição é uma zona de distribuição de elementos diferenciais heterogêneos intensos e ativos, ressoando em consistência singular, mas sem se reduzir a uma 'unidade'. Todo objeto estético envolve em sua construção a ativação de mais de um plano de composição. (LEPECKI, 2010:13)

Vale fazer referência ao fato de que estamos falando também de territórios onde se apresentam processos históricos de judicialização. Assim, é importante comentar também que compõem a história do conceito de roça os argumentos que, desde a eminência do fim da escravidão legal, pretenderam potencializar os domínios dos fazendeiros, através da “regularização” do trabalho através do

estabelecimento dos contratos. Nesse sentido recuperando o tempo em suas distensões, comento que já nas primeiras propostas de contrato de trabalho entre os proprietários e os colonos, diaristas e/ou meeiros se pretendeu alcançar as roças com os mecanismos de controle. Como imagem desse tempo, destacamos dois artigos de uma das propostas de contrato de trabalho apresenta ainda em 1889:

Art. 23º O colono que contratar-se em serviços a jornal, fora da fazenda, salvo de acordo com o proprietário que pode não ter na fazenda serviço para aquela ocasião, sofrerá a multa de 2\$000 a 5\$000 [dois mil reis e cinco mil reis] diários, repetidos tantos quantos dias estiver trabalhando fora da fazenda;

Art. 24º O colono poderá dispor dos cereais que lhe sobrem para seu sustento, como milho, feijão, arroz e tudo o mais que colher sendo, porém, preferido o proprietário, pelo preço corrente na ocasião. (Jornal O constitucional, 1889:02)

Já comentamos nos dois primeiros capítulos sobre o expediente utilizado pelos escravos e pelos indígenas sobre o cultivo de roças e circulação de produtos a partir desses fluxos, inclusive tratamos desse assunto ao pensarmos o termo **campo negro** apresentado pelo historiador Flávio Gomes estabelecendo neste momento uma relação com o conceito de campo em Bourdieu e o próprio conceito de quilombismo a partir do professor Abdias do Nascimento. Vimos naquele momento que os conceitos dialogam a partir das referências históricas dos indígenas e dos escravos nas lutas por liberdade, nessas referências históricas destacamos o fato de haver uma preocupação muito grande - por parte dos fazendeiros, políticos e outros agentes de controle - com o expediente dos escravos fugidos e dos libertos cultivarem “pequenas roças acoitados por fazendeiros”, atividade reconhecida nas reclamações como perigosas. Nesse sentido ao olharmos a proposta de contrato de trabalho, substituto da escravidão, nos dois artigos acima citados imediatamente recuperamos esse tempo histórico e a partir dele podemos pensar sobre a necessidade de controlar o trânsito dos trabalhadores. Outrossim, a necessidade de controle também é direcionada para as roças vigiadas pelos fazendeiros.

Os esforços dos fazendeiros em controlar as roças não exclui dela, sua expressão estética defendida nos argumentos de nossos interlocutores. A roça aqui se nos apresenta como um modo de vida as vezes em oposição ao meio urbano: “A rua também, não posso dizer que a rua está ruim não, tá boa mas a roça para gente e para mim foi um refúgio”. (Maria Creusa Carvalho Dias – 52, Fazenda Palestina 2010). A roça refúgio é o lugar das relações de gênero, da produção das pessoas. Nesse sentido a imagem da roça em suas conexões na produção do sistema sempre foi um campo de tensão.

Obviamente não apenas os processos de produção das forças, suas invenções (FOUCAULT, 2005) alcançam as relações de gênero. Não existe aqui uma mulher que se constitua em um tempo isolado, e muito menos afastada das tensões que produzem os lugares, as coisas, as pessoas, inclusive os homens (MOTTA, 2002). Nesse sentido, é seguindo as histórias dos conceitos, das categorias locais que podemos nos aproximar das invenções. Vimos assim que os procedimentos de perda de forças nas relações matrimoniais podem ser recuperados na primeira geração. Nos casos observados em Mimoso do Sul, um olhar sobre os significados dados aos conceitos de família, parentes e considerados nos põe em relação – por exemplo - com a interpretação que Bourdieu faz sobre as práticas matrimônias do campesinato do Béarn e em outros momentos onde se desenvolve sua interpretação sobre o conceito de *habitus*. Nessa articulação conseguimos observar nossos interlocutores locais em suas lutas por liberdade. A princípio as relações matrimoniais constituiriam aí uma aporia – encruzilhada que leva à perda de forças - e como tal exigem deles o esforço em romper barreiras, reinventar novos caminhos de enfrentamento e de escape, novamente as rachaduras compondo no tempo com o que movimenta as coisas, inclusive o patrimônio. Aqui se nos apresenta uma nova pista sobre o que quer Valdivino quando enxerta dádivas nas relações com as pessoas com quem se faz negócios. Nesse sentido a dádiva estaria enfrentando qualquer possibilidade de submissão das relações que a constitui e os sentidos dados à troca nos termos da lógica formal que, por sua vez, estaria submetida às estruturas previamente determinadas. Nos sentidos que nossos interlocutores nos apresentam, a dádiva faz passar e assim acontece porque está relacionada à descoberta de Marcel Mauss distendida nos trabalhos também apresentados através do Movimento Anti-utilitarista das Ciências Sociais, principalmente ao tratar a noção de símbolo conforme dito antes e aqui repetindo:

[...] símbolos ligam as relações que travam entre si com um conjunto ao mesmo tempo determinado e aberto de relações entre objetos, pessoas e ações. São relações de relações, que ligam quando se ligam. (CAILLÉ, 2000:231)

E no entanto “também os Deuses estão presentes”, na central hidrelétrica às margens do Reno, nas partículas subatômicas, nos tênis Adidas tanto quanto nos velhos tamancos de madeira talhados à mão, na agricultura industrializada tanto quanto nas velhas paisagens, no cálculo comercial tanto quanto nos versos despedaçantes de Hölderlin. (LATOURE, 1994: 65)

Articulando nossa investida com os termos que trata Latour (1994), as dádivas, enxertando mercado, se apresentariam como exemplo das possibilidades de colocação da oposição famosa: nós/eles. Nesse sentido, nas ações de nossos interlocutores, porque não param de pensar, “os híbridos” estariam resistindo a sua proliferação, enquanto que “nós”, pelo caminho contrário – por não pensarmos “os híbridos” - estaríamos só permitindo-os passar (LATOURE, 1994:17). Esse autor distende o argumento afirmando que o projeto da modernidade, na busca pela operação da separação do que é natureza daquilo que é social, ao mesmo tempo em que reinterpretava a presença de Deus, contraditoriamente haveria deixado passar as misturas. A falha no projeto moderno permite a circulação de uma infinidade de misturas, misturas tratadas como problemas pois colocam em risco o mencionado projeto:

Digamos então que os modernos quebraram. Sua Constituição podia absorver alguns contra-exemplos, algumas exceções, até mesmo alimentava-se disto; mas tornou-se impotente quanto as exceções proliferam, quando o terceiro estado das coisas e o terceiro mundo se misturam para invadir em massa todas as suas assembleias. (LATOURE, 1994:54)

Os riscos impostos aos “modernos” se nos apresenta exatamente em campos de batalhas, em contextos interétnicos, assim, para não nos perdermos em bifurcações enganosas retomemos diretamente o clássico em sua eterna juventude. Quero dizer aqui que o projeto nos apresentado por nossos interlocutores, não perde aspectos subversivos adquiridos historicamente conforme temos dito. Nesse sentido o que está passando, “os monstros”, “os híbridos” se referem a um contexto de disputa, situações conectadas àquelas também tratadas através dos trabalhos de FREDRIK BARTH quando considera as relações entre cultura e etnicidade:

Pensar a etnicidade em relação a um grupo e sua cultura é como tentar bater palmas com uma mão só. O contraste entre “nós” e os “outros” está inscrito na organização da etnicidade: uma alteridade dos demais que está explicitamente relacionada à asserção de diferenças culturais. (BARTH, 1995 in Antropolítica, 2005:16)

Todos os esforços em tentar purificar, mais uma tentativa de enfrentar as passagens, são denunciados nos corpos locais e para essa ideia fazer efeito no percurso dessa tese é necessário trazer um outro texto de nossos interlocutores, texto onde o diálogo com os argumentos de Latour sobre os híbridos e mais especificamente com Barth vai aparecer de forma ainda mais clara, argumento que se apresenta em uma das interpretações da operação das ações do Estado a partir dos instrumentos técnicos aplicados aos assentados:

*Hoje em dia o técnico [contratado pelo convênio INCRA/AGROPLAN] ensina que não dê nada a ninguém, o técnico - tá vendo? Então vem e coloca isso aqui acabando de separar o pessoal e eles não estão vendo isso. Se você apanhar um troço e dá a alguém ele não quer e não leva, só leva se você fizer preço se você não fizer ele não quer. Isso começou desde o ano passado, eles fizeram esses estudos aí o pessoal está ensinado só piora, desligando o pessoal cada vez mais e eles falam: [reproduzindo a fala do técnico] pode ser seu vizinho, pode ser seu parente se você não vender você não vai a frente e se eles oferecerem também não aceita, compra porque você tem que*

*ter o que é seu ele tem que ter o que é dele.*  
(Valdivino Ferreira de Almeida- 72, Córrego São João, maio de 2011)

Corro o risco de dizer aqui que nossos interlocutores estão fazendo uma nova sinfonia e produzindo novas ressonâncias nas articulações dos argumentos de Latur e Barth, na medida em que a noção de passagem de híbridos expressa aqui os deslocamentos nas afirmações dos grupos étnicos e nesse sentido podemos ir além surpreendido pela beleza de se pensar a etnicidade também como movimento estético, como expressão dos monstros, daquilo que em determinadas momentos não são pensados. Obviamente que os monstros expressados, os movimentos das etnicidades podem ser objetos de compostos de relacionamento de forças, existem políticas públicas que tentam alcançar o movimento desses tais monstros expressados e isso faz parte também das agendas deles, conforme observamos nas lutas das Comunidades de Quilombos, dos Povos Indígenas e de tantos Outros Povos identificados como Tradicionais. Esse percurso poderá recolocar nos interlocutores em outros cenários de batalhas, entretanto precisamos nos deter aos limites da tese e nele o que destacamos são as tensões que se interpõe na realização dos dispositivos e as lutas que possibilitam às passagens das vidas.

Desde o interesse do INCRA, “mais produtividade”, a passagem do **sistema** é observada em comparação com a organização que ele, o INCRA em seus procedimentos, se esforça em estabelecer. Nesse sentido na política pública a organização local é vista positivamente, quando ela pode ser articulada aos interesses do Estado – conforme o caso do recrutamento efetivado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mimoso do Sul, referendado pelo composto de relacionamento de forças Reforma Agrária. Quando não se submete às ações do Estado as marcas locais são vistas como impeditivos devendo ser reconstituídas a partir daí, os procedimentos de purificação. Nessa hora do conflito vemos operar os procedimentos que se sustentam na forma de organização em que a política pública define:

*Não. A educação vale muito. Hoje não é só produzir, o agricultor tem que produzir mais ele tem que ter o talão de produtor. Muitos têm o conhecimento cultural que muitos apreenderam e sabem na prática melhor do que a gente, mas na*

*maioria é na educação que... Quer seja numa palestra, quer seja a própria organização da associação porque cada assentamento desse tem uma associação, tem um presidente, tem uma diretoria e quando é um grupo que a gente vê que tem um grau de instrução mais adiantado, a gente vê que eles saem na frente e até a orientação técnica a gente vê que eles assimilam melhor então faz a diferença (grifo meu). Outra coisa que a gente observa é que quando a família trabalha junto a gente vê que aquele grupo também se destaca, porque família é uma coisa mesmo de berço né? Então quando você pega uma família que você vê que a própria família trabalha ali em conjunto, por exemplo a minha própria família. Eu sou de uma família de lá de São José das Torres, eu até a idade de vinte e seis anos eu trabalhava e quem via o dinheiro era meu pai, pois meus irmãos começaram a casar e aí começa mudar um pouco isso. Tem algumas famílias que dentro do lote eles dividem: daqui para lá é do meu filho, daqui para cá e meu... Eles dividem, a gente sabe que não pode, mais eles dentro dos lotes tem algumas divisões. Sempre quando trabalham juntos a tendência de crescer é sempre maior. Nós realizamos relatórios e encaminhamos à empresa (AGROPLAN) e ela encaminha ao INCRA. (Cristiano de Oliveira, técnico INCRA/AGROPLAN no Assentamento União – maio de 2011)*

Vejam que aqui o efeito torre de babel não é um **teste de Deus**. Trata-se aí da intervenção clara do Estado na tentativa de se exercitar como dispositivo. Há na presença estatal descrita por Valdivino a intenção de: rompendo os vínculos locais tradicionais, promover um compromisso individualizado com cada família, ou seja, o Estado quer que cada família se apresente como unidade dissociada de seus contextos históricos locais, o que em parte explica o tratamento que é dado na política de reforma agrária ao conceito sem-terra, o qual se caracteriza pela ausência de referências a contextos específicos, sendo exatamente a ausência elemento fundamental para constituição da personalidade sem-terra. Consequentemente, se refere ao espanto

anunciado por Luis Carlos da Silva quando do processo inicial de ocupação – colocação das lonas – na fazenda Palestina.

*Ilustração 17: Novos acampamento próximo da fazenda Independência, enquadrada nos procedimentos do Estado para realização da Reforma Agrária.*



A estrada, as barracas, o mato, as bananeiras... composição de imagens de um tempo fluido, produtos de uma conversão no transito das famílias em Mimoso do Sul. Não podemos deixar de pensar em Marx (2002) sobre a repetição da história, às vezes como tragédia, às vezes como farsa. É difícil, a partir dessa imagem, não irmos às favelas, às senzalas, a luta nas histórias que se repetem. E é a partir dessa ressonância temporal que enfrentamos o discurso que produz o Estado no local. Nesse sentido é que podemos falar que o discurso do técnico contratado através de um convênio realizado pelo INCRA, também revela um plano estratégico em que o Estado desenvolve sua pretensão em realizar o projeto referido nos argumentos de Valdivino Ferreira de Almeida, quando tratou da experiência de sua família a partir do vínculo

de compadrio envolvendo as relações padrinho/patrão e afilhado/empregado. Nesse sentido o Estado teria a pretensão de assumir compromissos que não estariam dispostos nas relações de mercado:

O Estado tenta assumir as trocas de dádiva deixadas de lado pelo mercado. Assumirá um conjunto de relações de serviço entre as pessoas (serviço às crianças, aos idosos, aos doentes...), não gratuitamente, mas através da máquina estatal e seus profissionais e empregados. Ou seja, pagamos a certo número de indivíduos para trabalhar em serviços que outrora eram feitos gratuitamente. A questão-chave de tudo isso é que ninguém cria compromisso com o outro, ninguém corre risco de se afeiçoar à pessoa a quem se presta serviço e não se corre risco de estabelecer um vínculo afetivo. Ao contrário, o objetivo do Estado é libertar-se dos vínculos sociais. (SUSIN e FLACH, 2006:188/189)

É exatamente essa disposição estratégica que movimenta o discurso dos técnicos contratados pelo Estado para assessorar os assentados. Conforme dito também por Valdivino, A burocracia do estado condena a troca e as doações entre os assentados argumentando que o certo é vender. Nessa perspectiva o Estado estaria condenando a dívida entre os locais pretendendo ser o controlador e o único parceiro das relações de troca, mas sempre se impondo a partir das grades do clientelismo e do assistencialismo. A substituição das trocas pelas relações de compra e venda são tratadas como a possibilidade de êxito para os assentados, assim o Estado se tornaria o único parceiro das dádivas e sempre na posição de doador e credor na distribuição de benefícios, ao mesmo tempo oferece o mercado como espaço de liberdade. A liberdade seria o desenvolvimento das relações de compra e venda, num fluxo onde as mercadorias estariam despersonalizadas, sem “mana”. Dessa forma, sem considerar os aspectos simbólicos, sem considerar o que constituem as coisas e as pessoas, o Estado pretende impor um plano de liberdade:

As relações de mercado e Estado nos libertam da relação do dom e submetem-nos à lei da produção de bens e à produção de serviços, para libertar-nos

de qualquer vínculo social e para termos mais dinheiro com a venda e o consumo. O pensamento que vigora é que, quanto mais rico e mais dinheiro eu tiver, mais livre de qualquer vínculo estarei. (SUSIN e FLACH, 2006:188-189)

O homem sem vínculo, livre no mercado, é um projeto que depende da quebra do **sistema**, do distanciamento das relações locais, consequentemente da perda de forças. Nesse sentido há um assujeitamento na despersonalização, para que se realize uma “nova” vinculação às relações de produção e a venda e o consumo. O esforço dessa intervenção estatal se baseia numa noção de contradição inexistente, o dom não nega a existência do mercado, nele não há uma luta contra a existência deste. Conforme posto nos argumentos de Valdivino desde o início deste capítulo, o jeito de ser local se realiza também nas relações comerciais, assim, a luta se estabelece não por conta do mercado, mas pela tentativa de subtração das relações pessoais efetivadas no dom, pela tentativa de promoção da perda de forças. Nessa intervenção Estatal, não interessa saber de que mundo saiu as bananeiras, as galinhas, as mudas de bananas. O que importa nessa perspectiva é a capacidade de se fazer mais dinheiro. No **sistema** o que se coloca em jogo é o fazimento, a relação entre pessoas e entre pessoas e coisas. Nossa caminhada até nos remete novamente a questão maussiana e estando novamente nela convidamos Godelier à dança a partir das análises que ele faz dos argumentos de Mauss:

Tudo vai e vem, como se houvesse troca permanente de uma matéria espiritual compreendendo coisas e homens, entre os clãs e os indivíduos, repartidos entre as categorias, os sexos e as gerações. Descobrimos que o vínculo através das coisas é vínculo d'alma pois a própria coisa tem uma alma, é da alma. (MAUSS in GODELIER, 2001:22)

Godelier segue o percurso sugerido pelo próprio Mauss e nos chama a atenção para um possível ponto de vista Maussiano, ou seja, o que confere o caráter universal do Dom? O que explica a obrigação de dar, de receber, aceitar e de retribuir? “As coisas prolongavam as pessoas, e as pessoas se identificavam com as coisas que possuíam e que trocavam” (GODELIER, 2001:22). A distensão dos

aspectos espirituais nas matérias - as coisas que possuem alma. É exatamente este aspecto que será visto por Lévi-Strauss como um ponto fraco definido nos estudos de Mauss e algo superado pela explicação estruturalista. Para Godelier é necessário ver mais de perto, a princípio porque as pessoas se sentem obrigadas a dar, é aí neste momento que, segundo Godelier, Mauss é remetido ao conceito de *potlatch*?

Godelier destaca o caráter duplo no ato de doar: doar está ligado à solidariedade e superioridade. Quem dá partilha o que tem e também o que é com um outro, e ao dar evoca a obrigação de retribuir, impõe uma situação de inferioridade a quem recebe. Na doação, portanto, há dois movimento no mesmo ato, ao mesmo tempo em que aproxima as pessoas pela solidariedade, pode distanciar pelo estabelecimento de uma hierarquia social. Para nosso autor, dos dois caracteres, o que mais se destaca é aquele referente às distancias sociais, já que a sociedade se caracteriza pela disputa, pela contradição. Por outro lado Godelier vai marcar que para o ato de doar ser verdadeiramente um dom, ele deve ser entendido como um ato voluntário e pessoal. Neste momento Godelier vai trazer à discussão uma nova comparação entre as sociedades analisadas por Mauss e as sociedades Ocidentais do final do século XX. Enquanto nas sociedades estudadas por Mauss há uma exacerbação do dom e das trocas morais e de valores - não exclusivamente, é claro - nas sociedades ocidentais se destacam os aspectos da economia de mercado e do lucro, também não exclusivamente. Seguindo o trabalho de Mauss, Godelier vai assinalar o que seria o enigma do dom. Aqui se observa o cumprimento das proposições estabelecidas pelo Tio Durkheim e que serão o objeto central da crítica de Lévi-Strauss sobre o trabalho do sobrinho Mauss. A explicação da existência das forças nas coisas são retiradas da explicação das categorias apresentadas pelos próprios nativos, neste caso a categoria de *hau*. “Há nas coisas uma força que as faz circular e voltar para seu dono”. (GODELIER, 2001:28)

Outra referência importante comentada pelo senhor Valdivino Ferreira de Almeida, é que a força também se refere aos efeitos históricos das relações com o lugar. A família de Valdivino é também a família Cabiúna. Os Cabiúna originalmente, segundo os relatos locais e as informações coletadas nos documentos sobre a região da pesquisa, são aqueles que, no deslocamento e invenção do lugar – deslocamento principalmente desde de Minas Gerais a partir da segunda metade do século XIX - são os especialistas no trabalho com a madeira: “*Conforme eu falei os Cabiúna não eram muito de trabalhar com a*

*enxada, eles eram mais de trabalhar com a madeira, construir casas, fazer objetos, armas e todas as miudezas”.* (Valdivino - 72, Córrego São João, junho de 2011). No relato sobre a história da categoria Cabiúna, contrariando o dispositivo patrimonialização na política pública, Valdivino nos leva ao saber fazer, à produção do lugar, ao movimento das coisas e à relação:

*Então os cabiúna foram mais por profissão [momento em que eu peguei um peixe - mandi]. Então os cabiúna eram os fazedores de fazenda, casas, curral, moveis e eram os mateiros. Na construção das casas eles usavam serra, serrote, chor, pião, formão... Antigamente metro era uma régua. Na construção das casas antigamente eles começavam fincando os esteios e depois eles começaram a fazer o pé direito, mas antigamente o esteio era fincado no chão. Aí ficavam os esteios no chão e faziam aqueles encaixamentos e depois vinha os baldrames e aí atravessava os barrotes para ter como pregar os assoalhos. Depois vinha as paredes todas com levantamento de ripas de pau a pique e lá encima levantava a trava e da trava para cima fazia levantando e eram tapadas com a tabuinhas, cortávamos uma árvore bem grossa e depois cortávamos toras de cinquenta centímetros e colocávamos elas em pé colocávamos um facão no corte e batíamos com uma malha de vinte quilos ou mais e batia nos facões e aí ele fundava na tora e as casas e as fazendas eram cobertas com aquilo. Então antigamente eles perguntavam: tem cabiúna por aqui? e aí eles já ficavam sabendo que tinha gente que sabia trabalhar com a madeira. Meu avô era carapina porque ele fazia casa, porque no início não havia casas nessa região então eles é que eram chamados para fazer, mas depois eles começaram a trabalhar nas lavouras também. Os fazendeiros iam derrubando as matas fazendo as casas e as pessoas iam chegando. Antigamente as casas eram todas feitas a braço mesmo, não tinha maquinário não. (Valdivino Ferreira de Almeida-72, Córrego São João, maio de 2011)*

Nos argumentos de Valdivino Cabiúna é impossível contar a história de sua família fora dos processos de constituição do lugar. Do mesmo modo, o lugar é inventado nas relações em que as famílias estão se constituindo. O Cabiúna mateiro é um conhecedor das madeiras, sabe quais são as árvores que devem ser cortadas, quando devem ser cortadas e como, ao mesmo tempo, ele compõe as informações sobre o processo de chegada dos primeiros africanos, descendentes e senhores de escravos nesse lugar onde já existiam os indígenas. Os Carapinas, outros especialistas na relação com a madeira, chegam também para dar início ao processo de construção dos instrumentos necessários aos procedimentos de ocupação.

### **Onde há fumaça, há... café**

Tenho insistido no argumento de que as categorias têm história porque é na tensão em que elas são criadas que as possibilidades de sentidos são tratadas. Assim, é que nesse lugar preparado para produção do café no século XIX, território já frequentado por indígenas – sendo os Puri os mais apresentados através de registros históricos e na memória de nossos interlocutores sobre o lugar, que destacamos para tratar da presença. A noção de presença aqui está diretamente referida a esse processo de constituição das pessoas, no mesmo tempo em que as coisas/mundo se constitui. Nesse sentido retornamos a um ponto importante do sistema, o jeito de ser como algo que não está pronto e nunca vai ficar; é algo que constantemente deve ser testado e é algo que constantemente deve ser reconhecido, necessário que as pessoas gostem da presença mesmo depois da morte.

A presença que se desenvolve no tempo em que é constantemente redescoberta em sua constante repetição, produz em seus testes, marcas. As marcas desse constante e infinito fazimento, não nos permite pensar em distensões simplificadas e nelas as perspectivas, conforme já dito, que pretendem separar elementos materiais das pessoas que os constituem e das formas como eles fazem. Ainda sobre esse tempo é importante destacar que o encontro no tempo, não apenas um reencontro das experiências passadas, a redescoberta do tempo se dá a partir dos testes cotidianos, assim, a memória é um expediente que não permite nossos interlocutores virarem as costas para o futuro. Há sempre algo que está para acontecer e essa percepção se apresenta relacionando

sempre um tempo que se torna novo através da repetição. É exatamente nesse movimento que iremos perceber as marcas, o fazimento.

<p><i>Ilustração 18: Movimento de ocupação desde após a escravidão.</i></p>	<p><i>Ilustração 19: Movimento de ocupação desde após a escravidão.</i></p>
	

*Nós sabíamos escolher a madeira na mata, uma madeira que tivesse a suficiência para durar, retirávamos a madeira escolhida da mata com a força dos braços e depois trabalhávamos nela. Isso acontecia no início dos nossos trabalhos aqui na área, mas isso hoje já não acontece mais. Os cafés eram plantados de morro a cima faziam as covinhas e plantavam o café. Hoje a muda é feita na sacola e antigamente não existia o plástico, alumínio é coisa nova porque na roça o que existia era o ferro. (Valdivino Ferreira de Almeida- 72, Córrego São João, maio de 2011)*

Essa percepção do tempo através da mistura, desconsiderando qualquer possibilidade de aprisionamento das pessoas e as coisas no passado ou num futuro sem conexão, entra em conflito também com as intervenções que tratam o presente deslocado num passado onde a origem se nos apresenta pela negação, nesses casos o

que se tenta é silenciar a multiplicidade que constitui tudo, para que se produza então o processo de homogeneização. Assim, quando o Estado Brasileiro, através de suas políticas públicas, pretende tratar nossos interlocutores – por exemplo – a partir da negação daquilo que os constitui, o referido processo de fazimento, tratando-os como sem-terra/sem vínculos, constituídos pela carência, pela necessidade, sempre inferiorizado, ele desantropomorfiza tentando homogeneizar o que nunca será uno. Contraditoriamente, ao produzir um dispositivo a partir de uma ideia de origem fundada na negação, o Estado cria um sujeito, mas um sujeito do direito (Rifiotis, 2006). Nesse sentido nossos interlocutores não são encontrados em seus processos de articulações históricas, em seus planos concretos. Nas contradições do Estado, os sujeitos perdem suas capacidades de agir. Por isso também que os **sem-terra** são estranhados por Luis na fazenda Palestina e por nós nesse trabalho, porque eles são configurados na política de Estado a partir da infantilização e vitimização (Rifiotis, 2006:239).

A produção dos sem-terra na política de Estado não pode suportar toda multiplicidade que se desenvolve nas distensões do **sistema**, nem mesmo ele - Estado - é capaz de suportar as marcas produzidas por ele - **sistema** e é nesse sentido que a burocracia do Estado vive sempre amparada pela ideia de dívida. Mas a ideia de dívida na perspectiva do Estado não se confunde com os sinais das dívidas apontadas desde a perspectivas de nossos interlocutores. No caso dos nossos interlocutores tudo se liga à capacidade de realização do jeito de ser, que conforme já dissemos está vinculada à noção de tempo que é ao mesmo tempo a possibilidade de redescobrimto e produção da novidade, já que está diretamente ligado ao que é determinado e aberto. A dívida na burocratização do Estado pretende sempre ser capaz de uma especialização, no controle das passagens dos híbridos, situação que já referimos no discurso dos administrador da fazenda Palestina e no discurso do agente técnico contratado pelo INCRA, que ao defender o Assentamento na ação do Estado, interpreta as resistências locais com dificuldade, como erro.

Já que não “interessa” à racionalização do Estado as especificidades locais ela acaba deixando passar ou silencia coisas, mas o que passa possui suas próprias forças e na experiência cotidiana é sempre possível reaparições, novas articulações e fugas. Essas reaparições também surgem nos procedimentos de territorializações. Nesse caso vale apresentarmos agora uma imagem desde os argumentos

de nossos interlocutores, onde mais uma vez vemos como interesses se articulam:

*Aqui tinha um raizeiro chamado Sanção, meu pai trabalho com ele e com o capitão Ascano um tirador de remédio da flora. Ai papai já conhecia a flora, já conhecia muito remédio ai papai trabalhou um seis anos com ele e foi ai que papai pegou mais conhecimento, com Sanção com o pai dele que morava lá para as bandas do Javari. Eles vinham buscar remédio aqui embaixo ó [apontando para frente da casa dele] na limeira. Cruz eles andavam por aqui tudo, por dentro dessas matas aqui. Esse Sanção tem um filho no Rio de Janeiro lá para as bandas da Venda das Pedras que é conhecido por velho Sanção. O Capitão Rufino e o Capitão Ascano eram contratados para buscar os raizeiros e esses remédios iam para os laboratórios no Rio de Janeiro eles arrancavam a raiz, tomavam o nome da raiz toda, do cipó e cada um ia nos sacos separados. Meu pai fez muitas garrafadas papai curava anemia no sangue, quem tem anemia no sangue é curado com a salsa parrai, a suma rosa e a quina cruzeiro. (Sebastião Gorni - 71, Córrego São João, maio de 2011)*

As articulações dessa imagem que entre outras coisas relaciona os conhecimentos locais ao desenvolvimento de uma farmacopeia mercadológica que liga territórios e territorialidades em redes incomensuráveis numa simples leitura, nesse sentido para entendermos as repercussões desses argumentos teríamos que ampliar nosso acompanhamento das histórias das categorias, tratando agora do conceito de raizeiro no discurso de nossos interlocutores e na produção dos espaços locais, mas os compromissos com o tempo dessa tese não nos permitirá realizar este esforço nesse trabalho. Por outro lado não podemos deixar de asseverar que a noção de raizeiro é uma das marcas importante no processo de constituição de territorialidades locais e dos espaço, novamente afirmando a presença de nossos interlocutores nos mundos que os configuram e que eles constituem. Nessa discussão sobre o **sistema**, vale comentar que esse argumento sobre os raizeiros também está conectado ao fluxo desenvolvido pelas histórias das famílias.

Voltemos agora a um aspecto importante do **sistema** que é uma das coisas desinteressantes ao processo de especialização e burocratização do estado, assim não nos perdendo dos campos de antagonismos. Recuperemos aqui mais uma imagem produzida por Valdivino nesse contexto de produção de conhecimento:

*Porque as pessoas falam a lua nova é forte! Não ela não é forte porque o neném quando nasce nem sai do lugar, não é isso? Uma borboleta quando sai do ovo, também não sai do lugar. Quando uma cobra muda o coró você pode apanhar ela com mão, porque ela se transformou em nova ela mudou a roupa e até os olhos dela mudam e ela fica numa moleza que a gente pode pegar ela com mão aí as pessoas falam que a lua nova é forte, mas ela não é. Então ela está forte na crescente e na cheia. Mas eu andei pesquisando e no dia certo da lua não dá pescada, tem que ser um dia antes ou um dia depois porque no dia certo dela parece que as coisas ficam inúteis, eu tenho testado muito isso. Eu comecei a pescar e as pessoas viviam me dizendo: para pegar pial tem que ser linha cem, mas qual é o peixe que arreventa linha cem? O pial pega até com linha vinte, mas o segredo da pescaria é a paciência. O peixe se você botar a vara assim ô de ponta pra baixo, o peixe já leva ela para baixo e se o pial pegar e levar para baixo, você já perdeu ele. Se você quiser pegar pial você bota ela, a vara, assim ó, no seu rumo. (Valdivino Ferreira de Almeida - 72, Córrego São João, maio de 2011)*

Com esses dados retomamos os argumentos de Valdivino sobre o casamento e as possibilidades de perda de forças que com o nascimento dos filhos, abre um novo plano, que poderá permitir a recuperação das forças perdidas com o casamento. No plano das relações matrimônias, perda de forças está relacionada à aproximação da mulher da família de seu marido, e conseqüentemente, o distanciamento da família de seus pais. Ainda no caso do matrimônio a força é recuperada quando a criança recebe o nome do avô, ao mesmo tempo, a recuperação está relacionada à reaproximação das convivências ameaçadas. Considerando que o processo de desapropriação depende do

jeito de ser dos filhos, o exercício é sempre referido e envolve coletivos. Esses argumentos acerca das forças como articulação presente no jeito de ser se repete quando a questão envolve forças da natureza, nesse caso, não basta ser lua, cobra ou borboleta, não está dado, é na existência que a força se produz. A questão da pesca do pial não está na escolha dos instrumentos certos, mas se nos apresenta na forma como com eles nos relacionamos, nos movimentos dos nossos corpos quando se põe em relação com o rio, com o vento e com o próprio pial, o qual também está em movimento.

## Capítulo V

### Políticas de patrimonialização e os riscos do jogo

Desobstrução – Acaba de ser desobstruída em Pompéia uma casa, “tosca” cujas paredes reproduzem cenas dos costumes populares. São bebedores ou jogadores sentados em bancos de madeira ou em pé “Vamos suche” diz um jogador a um dado “não são três, são dois” diz outro. De outro lado dois homens entram em rixa, um terceiro, o dono da taberna talvez, puxando um deles pela sua túnica diz-lhes: “vão bater-se fora”. Na parede exterior lê-se esta exortação a um eleitor: “Bladios, elege Priscus edil. “Nas ladrilhas do assoalho vê-se estas palavras: Lucum gaudium”. O lucro é a alegria no peristilo, a mão de um menino provavelmente, porque os caracteres são muito baixos, traçou duas vezes as letras do alfabeto. Um discípulo estudioso ou orgulhoso de sua ciência, devia ser este pequeno Pompeiano”. (Jornal Espírito Santense, 1882:02)

A obra apresentada no jornal sob o título sugestivo de desobstrução nos chama a atenção pela preocupação do colunista em produzir movimento, fazer como que o monumento recupere o tempo. Nesse sentido, para ir em busca do tempo, a matéria do jornal se refere aos costumes populares para nos apresentar cenas do cotidiano marcadas na arquitetura, o movimento produzido pela interpretação em 1882 de uma casa toscana não nos permite pensar no lugar sem indagarmos sobre os domínios que nele foram produzidos, assim, para produção intersubjetiva inferida pela expressão desobstruída também se compõe com a noção de estética apresentada por Strathern, a qual nos referimos no segundo capítulo, ou seja, um movimento estético que fala sobre a beleza da vida social das coisas.

Tomamos esse movimento como impulso inicial deste capítulo onde trataremos da política de patrimonialização aplicada no local da pesquisa. Vamos em busca do enfrentamento de um novo relacionamento de forças, sem deixar de observar na análise do dispositivo - naquilo que se compõe – o que o enfraquece, que dele escapa. Nesse sentido a imagem produzida na interpretação da obra

desobstruída desenvolve a noção de que há um movimento estético que trata da vida social das coisas reapareceram nesse momento da análise, reapareceram transformadas por serem diferentes das expressões locais e desta feita, não trataremos essas referências como lentes com as quais nos aproximaremos das especificidades observadas no local da pesquisa, novamente chamamos a atenção para o fato que as referências utilizadas, o que nos remete aos contextos não são os conceitos, mas os planos de composições com os quais eles se enfrentam. Nesse sentido o que mais nos interessa na imagem produzida em 1882 de um equipamento realizado na antiga Pompéia é a forma como se torna possível processar um movimento que, indo à busca do tempo, pode falar sobre os modos de usar e do jeito de ser a ponto de já não conseguirmos mais pensar sobre a obra tratando-a a partir de um sisma, uma operação estratégica onde elementos materiais se sustentam sozinhos separados das forças que os compõe e dessa forma, podendo ser usado para legitimar uma perspectiva elitizada sobre as coisas e ao mesmo tempo produzir silêncio sobre a história, sobre a composição de coisas e sobre as pessoas. Desobstrução é também um tipo de intervenção que permite o contato com o tempo onde as coisas estão em movimento, assim, fazendo jorrar elementos num novo contexto fazendo-nos pensar sobre outras articulações.

*Ilustração 21: Armazém em Feliz Destino, Mimoso do Sul/ES, 2011.*



Vimos no terceiro capítulo que o **sistema**<sup>49</sup> cruza planos de constituição de pessoas e coisas. Em seu tempo o **sistema** expressa, aqui me permitindo intensificar a noção de símbolo que se desenvolve a partir dos trabalhos vinculados ao M.A.U.S.S.<sup>50</sup>, “[...] presença do grupo por um lado, necessidades diretas de cada um e de todos, de suas personalidades, de suas inter-relações, por outro”. (Caillé, 1998:04). Assim, como expressão de fazimentos, o **sistema** não consegue se desenvolver sem enfrentar os riscos. Percebemos aí que é elemento da composição do jeito de ser que se arrisca a noção de que é necessário reconhecimento e reconhecimentos não somente do que diz respeito aos interesses daquele que faz vibrar as forças do sistema, mas das articulações que afetam a todos. É nesse sentido que se deseja que o jeito de ser, seja reconhecido para além da morte das pessoas. Tudo isso nos remete ao “paradigma do dom”, essa ideia de símbolo que afetou

<sup>49</sup> O noção de sistema quando destacada em negrito se refere ao jeito como nossos interlocutores a sustenta, ou seja, um invenção local.

<sup>50</sup> *Mouvement anti-utilitariste das les sciences sociales.*

Mauss e que o M.A.U.S.S., conforme temos dito faz ressoar. Ao mesmo tempo essa ideia de constante fazimento, que produz a composição de pessoas e coisas e que envolve o reconhecimento não deixa de nos chamar a atenção para os elementos estéticos já referidos por Marilyn Strathern desde os seus trabalhos em Papua-Nova Guiné, isto porque para essa autora o conceito de estética presente nos eventos de troca no seu tempo de pesquisa modifica a noção européia que trata o reconhecimento à apreciação da beleza, pela noção – desde os eventos Papua-Nova Guiné - de que a apreciação deve ser de uma forma adequada, desta forma relacionando a subjetividade ao ato capaz de fazer pensar sobre a vida das coisas (Strathern *in* Susin e outras, 2010:03).

As mudas de bananeiras doadas também por Valdivino Ferreira de Almeida, as doações de dias de serviços produzidas no local da pesquisa, os porcos e os outros elementos da **roça branca**<sup>51</sup> e tudo o mais que se compõe ali, da mesma forma descrita por Strathern desenvolve na expressão estética o deslocamento em busca do tempo de fazimento das “coisas”, inclusive das pessoas, não nos permitindo mais falar fora das noções da composição de multiplicidades e desde essa percepção não nos permitindo aceitar, por exemplo, a constituição de uma operação que produza o cisma entre o material e o imaterial, conforme se nos apresenta nos procedimentos de patrimonialização no local da pesquisa. Desde as intensidades dos encontros promovidos aqui, tanto as “coisas” em circulações observadas por Strathern, quanto aquelas em circulação no fluxo das famílias na região de Mimoso do Sul/ES, intensificam também a noção de que as “coisas têm espírito” e que a expressão nos fluxos é necessariamente da “vida social dessas coisas”. Por outro lado também falamos neste trabalho, na produção de dispositivos capazes de projetar situações em que é possível haver uma apropriação pela dissociação daquilo que configura sua existência junto. Há uma especialização em processo no local da pesquisa, que tem permitido produzir bens materiais e salvaguardá-los desconsiderando suas vidas sociais e seus fluxos, operação que permite tratar inclusive coisas e pessoas em rivalidade disparando a máquina de classificação.

Quanto ao casarão, antiga sede da fazenda Palestina, nota-se o abandono da estrutura. **O**

---

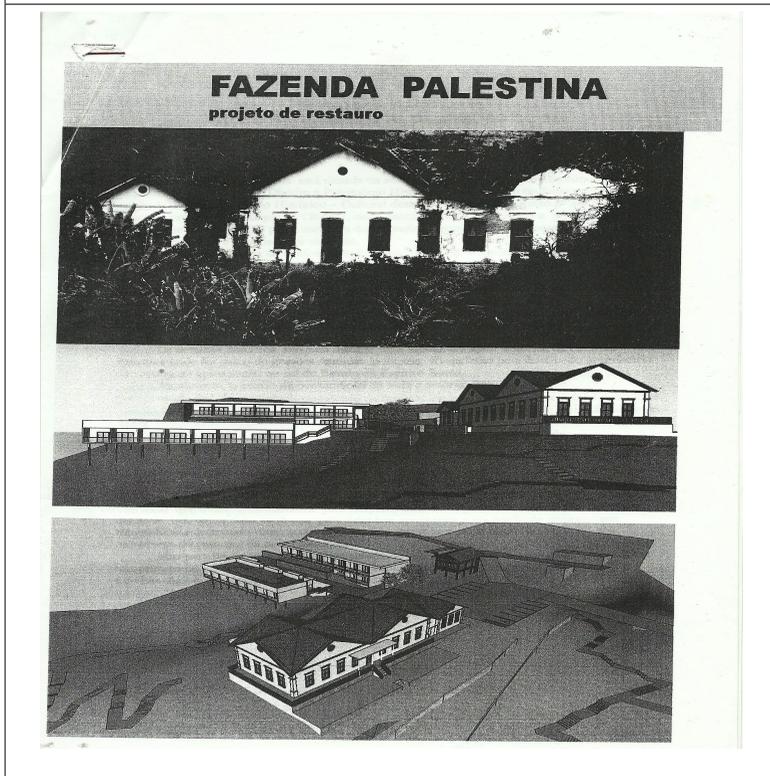
<sup>51</sup> Segundo nossos interlocutores é aquilo que é produzido além das lavouras de café.

**local tem sido alvo frequente de vândalos** [grifo meu] que saquearam várias peças constituintes da construção, como madeiras do telhado, móveis, lustres, entre outros objetos. O presidente da associação [dos assentados], Célio, nos informou que solicitou recursos para tal obra, bem como os de conservação e manutenção, está tendo dificuldades. Uma solução para questão parece ser o aproveitamento parcial das estruturas para obtenção de renda para o assentamento. Algumas delas são passíveis de leilão, como lustres remanescentes, por exemplo. Vale acrescentar que, na área do PA, permanecem estruturas históricas da antiga fazenda, como um cemitério, construído por volta do início do século XIX, e estruturas semelhantes a uma antiga senzala (moradia de escravos) no quintal do casarão. (PA Palestina SR-20 ES. 54340.090188/2006-68)

Em maio de 2010 a Prefeitura de Mimoso do Sul publica o Decreto n.º 34 de 2010 tombando os imóveis referidos pelo técnico do INCRA. Verifica-se imediatamente nesses posicionamentos, uma interpretação dos bens patrimoniais deslocados e em rivalidade com as ações das famílias assentadas pelo Projeto de Reforma Agrária. Não é menos evidente a forma como o Decreto de tombamento municipal também surge como um instrumento de reação da Prefeitura diante do movimento das famílias relacionadas ao processo de assentamento. Nesse sentido é que o Decreto Municipal se articula com o discurso dos técnicos do INCRA, um discurso que identifica o medo da perda, a presença de vândalos contra os quais deve ser aplicado o dispositivo da patrimonialização, dessa vez estabelecendo a ameaça e a punição através do decreto como mecanismos de manutenção do bem tombado. O dispositivo produz verdades no afastamento da história das pessoas, das coisas que as mesmas histórias produziram, na subtração da vida social das coisas. A partir dos cismas promovidos pela operação da patrimonialização é possível planejar uma política de utilização do patrimonializado, utilização produtiva com vistas ao desenvolvimento de uma outra política, uma outra articulação; dessa vez patrimonialização se conjuga com turismo. Na sustentação dessa relação, as referências históricas utilizadas pelos profissionais da patrimonialização acabam privilegiando a presença dos senhores de

escravos e os esforços desses na produção do café. Ao mesmo tempo em que pretende produzir silêncio sobre a vida social das coisas e, conseqüentemente, sobre a presença das pessoas, a operação do dispositivo produz um patrimônio elitista o qual não se põe em rivalidade com a Reforma Agrária, posto que esta também se faz pela negação das relações, conforme já dissemos, na repercussão da noção de sem-terra. Outro aspecto denunciado por nossos interlocutores locais é o que diz respeito às tensões relativas ao processo de produção do patrimônio e aquilo que também o mantém de pé, ou seja, o histórico de usos.

*Ilustração 10: Projeto de restauro dos bens patrimonializados no assentamento Palestina, Decreto municipal n.º 34/2010.*



O desenho acima representa no processo de patrimonialização a vinculação que a noção de bem tombado estabelece com a noção de turismo que os especialistas querem defender. Nessa perspectiva é que se vende a vinculação da presença das elites aos modernos usos turísticos, assim, se torna necessário desvincular a presença das famílias agora assentadas da história social das coisas. Concomitantemente a patrimonialização pretende inventar novos vínculos na articulação com o turismo cultural, quando oferece aos “sem-terra” assentados a possibilidade de articulações de seus interesses com a realização do turismo e os procedimentos de preservação do bem.

Está passando na sequência de imagens apresentadas no projeto de restauro, uma formulação que pretende fazer coincidir na articulação entre turismo e patrimônio a repercussão da ordenação assimétrica que aparece nos primeiros projetos de construção dos bens tombados, a distensão de forças relacionadas à empresa escravocrata tornando possível aos turistas o reconhecimento dos universais da patrimonialização, ao mesmo tempo permitindo se relacionar sem constrangimentos e repercussões históricas, com os representantes das famílias diretamente vinculadas aos processos de produção do lugar.

### **Na crise: as passagens**

Voltemos a um evento apresentado no terceiro capítulo e que repercute também no quarto capítulo da tese, a tensão promovida a partir da articulação das presenças do padrinho/patrão e da presença do afilhado/empregado. Lembramos que na narração de Valdivino sobre o caso em que sua família foi trabalhar na fazenda do padrinho de seu pai, onde ele diz que “bateu forte [...]” e “[...] dominei ele um pouco.” A relação que se estabelece tem na dádiva um ponto importantíssimo, ou seja, recebendo a graça do batizado o pai de Valdivino se sente vinculado, em dívida com o padrinho: “Ficamos três anos trabalhando assim porque ele gostava demais de papai e a gente não era tão ignorante assim né?”. Vemos também que na relação, o patrão se pretende apropriar da capacidade de fazer do afilhado, e consequentemente de toda sua família. Vimos ainda que a experiência cotidiana marcada pela dívida é atravessada pela recusa, a negação, o que se relaciona para além da relação inicial, com a possibilidade de “virar fera”. Esse processo que já indicamos tem a ver com “formas de resistência”, não nos permite pensar na separação entre as tensões intersubjetivas e as ações políticas, daí já nos referimos a noção de “lutas por reconhecimento”. Mas o retorno agora é para no plano das produções de subjetividades, observamos como o relacionamento de forças na patrimonialização é operado através da produção de sentidos e ao mesmo tempo como se produz as possibilidades de escape nos contextos onde são realizados esses dispositivos. Na relação de poder imposta através da dádiva, já vimos também os envolvidos na relação - não só os que dão e recebem, mas os grupos que observam/participam também - reconhecem a necessidade de dar, receber e retribuir. A vontade de cada um reconhece a necessidade de participação no jogo.

Junior (2004) diz que J. Butler (1997): “[...] sugere que qualquer subjetividade que se oponha à violência, inclusive à violência contra si, é sempre efeito de uma violência prévia sem a qual ela não poderia ter surgido” (JUNIOR, 2004:26). Valdivino Ferreira de Almeida nos fala do processo em que a **vontade** de servir ao padrinho/patrão acontece e quando diante das situações de crise ela se mantém, mas nosso interlocutor não deixa de fazer referência ao momento em que a **vontade** se torna resistência e que repercute na **transformação em fera**.

Os argumentos de nosso interlocutor local sobre o processo de transformação em fera, conforme já dissemos em outros capítulos, nos remete necessariamente às noções de “territorialização” e “desterritorialização”, **quantias insignificantes**, “quilombismo”, “campo negro”, **caçar por melhora** e a realização do **jeito de ser**. Nesse sentido não podemos deixar de fazer novamente referência aos estudos de James Scott e mais especificamente a noção de “transcrição pública”, já que a **transformação em fera** é uma dessas coisas que estão passando pelas rachaduras e tratam desses planos em que, nossos interlocutores, lutam em batalhas abertas permitindo compor suas performances com outras, impedindo que seus gestos sejam submetidos às jaulas do esteticismo desencarnado. A transformação em fera, necessariamente, produz e faz repercutir intensidades incontroláveis, daí talvez, a dificuldade de observá-las facilmente em vários projetos políticos.

Essa resistência à continuação do domínio da vontade que se dobra nas relações de poder produzindo sobre a própria pessoa a consciência do dever, funciona como motivação do movimento, algo que vai empurrar Valdivino Ferreira de Almeida para o fluxo e para novas territorializações. Nesse sentido acontece o que o mesmo Junior (2004) vai chamar de resistência ao modelo identitário, no caso apresentado por nossos interlocutores locais, algo que se funda na relação padrinho/patrão e afilhado/empregado que o antigo proprietário queria esticar. Tal resistência está relacionada às “práticas subjetivas de singularidades”, o que também vimos aparecer quando observamos as tensões interpostas localmente diante do processo de realização dos assentamentos. Mas **os homens feras** se deslocam novamente em busca de novas composições mas o deslocamento é de um corpo marcado, um corpo que possui histórias e é sobre isso que Abramo Nazzari está nos dizendo quando fala sobre o armazém e sobre o que escapa ou se pretender silenciar na patrimonialização. Nesse sentido, ao tratarmos da patrimonialização como dispositivo, devemos estar atentos aos

procedimentos de composição nos quais as pessoas do lugar onde o dispositivo é aplicado estão metidas. Se nos mantivermos atentos aos encontros desses processos de composição veremos no patrimônio uma expressão desses tempos, veremos o patrimônio como expressão das tensões vividas socialmente.

Nesse diapasão falemos desde as rachaduras, retornando ao que constitui a fotografia. A primeira imagem colada nesse capítulo é a de um armazém. Em julho de 2011 retornei a esse armazém com dois moradores de Mimoso que estão vinculados ao processo histórico de ocupação: Abramo Nazzari e Gari. O segundo é dono de uma das pousadas de Mimoso, lugar onde me hospedei várias vezes. Além de fornecer hospedagem, o senhor Gaer me oferecia a oportunidade de me aproximar dos meus interlocutores e de me deslocar para alguns lugares em seu automóvel. O primeiro morador, Abramo Nazzari, têm 81 anos e é filho de Sílvio Nazzari um dos representantes das famílias Italianas que chegaram na Região de Mimoso do Sul logo após o fim da escravidão<sup>52</sup>. Abramo argumenta como veremos mais tarde, que sempre preferiu estar junto das famílias que trabalhavam como meeiras, diaristas ou colonos que segundo ele era a forma de aprender o que ele mais gostava: Folia de Reis, o futebol, o Caxambu, o trabalho, a caça... Para efeito dessa pesquisa, o fato de Abramo ter vivido nesse meio, conforme confirmaram as outras pessoas que entrevistei, o fez um importante interlocutor.

*Eu pilava o café e quando eu ia conversar com ele, ele puxava o livro e o meu café estava no livro, mas esse livro é dele e ele não é o comprador porque que está no livro? ele já vendeu lá pelo preço que era melhor para ele e para mim ele botou o preço que ele quis. O preço baixinho que ganhava dele, com as coisas caras que eu comprava... Ele levava o nosso arroz porque nós plantávamos muito arroz, milho, o feijão não era pouco, muito café [...] Aqui na Bucânia se você for conversar com o João, ele é um negão muito esperto um amigão muito antigo da gente, eles são uma classe muito fechada*

---

<sup>52</sup> O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Projeto Imigrante) registra a chegada de representantes da família Nazzari chegando no Estado em julho de 1895, com destino ao rio Itabapoana.

*comparando com você assim eles são mais fechados, porque o pessoal fala muito de preto, mas preto mesmo é aquele que o cabelo nem cresce, você conhece até o formato dele porque nós somos mulatos, mulatos mais fechados a diferença é que uns são mais abertos e outros são mais fechados, mas tudo é a mesma coisa, então ele é mais escurinho mas a família dele é toda misturada tem mais claro mais fechados também e ele se chama João Rodrigues e ele estava falando no outro dia lá: É seu Zé Armindo, o senhor deu mesmo muita sorte porque esse ano o senhor não ficou devendo nada, só não sobrou. O homem trabalhava o ano todo e a família trabalhava o ano todo e porque não saldava?* (Valdivino, Córrego São João, maio de 2011)

O armazém da primeira imagem fica perto do local onde existia o antigo campo de futebol do time Feliz Destino, hoje interditado por conta dos interesses dos novos donos da fazenda, que tem o mesmo nome do time de futebol. O time de Futebol Feliz Destino, no período da pesquisa, estava sob a responsabilidade de um dos representantes da família Faustino, família que também se faz presente no Assentamento União para além das relações matrimoniais com a família Estácio. Diante do Armazém, agora em ruínas, seu Abramo respirou fundo e disse: *"quando criança e depois jovem vi muitos homens saírem daqui bêbados, mas também vi muita gente ser enganada nas contas dos donos do armazém, porque elas [as contas] nunca acabavam."* Os donos dos armazéns sempre arranjavam um jeito de manter uma dívida que obrigava os trabalhadores a sempre se manterem presos aos seus serviços. A partir dessa dívida que se instaura no processo de transição no fim da escravidão, inclusive com o estabelecimento de dispositivos na composição dos contratos de parceria e de meia, conforme já vimos no segundo capítulo, nossos interlocutores locais novamente questionam as noções de liberdade vinculadas ao movimento que consagram o treze de maio de 1888. Por outro lado, a máquina armazém se constitui em elemento fundamental no esforço em manter “os libertos” vinculados aos “novos territórios”. Não é demais comentar que os dispositivos criados através da “libertação dos escravos” inclusive os referentes ao trabalho de parceria e colonização dos libertos, eram **firmados e controlados** na relação entre os proprietários e os interessados. O caso

enfrentado pela família Valdivino Ferreira de Almeida é um exemplo da forma como esses acordos eram produzidos, administrados, bem como enfrentados. Dentro desse contexto é que se localiza o que nossos interlocutores estão destacando através do contato com o monumento, ou seja, a função do armazém se distende também na necessidade de controlar, converter fluxos, amolecer corpos com aguardente, produzir encontros no futebol e potencializar dívidas. A tal desobstrução em Pompéia também trata disso, quando nos permite pensar numa conexão absurda com o que está passando, quando as pessoas jogam, tanto a noção de desobstrução quanto os argumentos de nossos interlocutores sobre o armazém, não se deixam dominar na patrimonialização.

Diante do monumento que se transforma a partir dos argumentos sobre o armazém, Abramo e Gaer me fazem remeter para um tempo onde a composição monumental se expressa, e nessa composição os afetos nos relacionam às forças que se colocam em jogo que insistem em passar. Obviamente que isso se refere também aos argumentos de Strathern acerca de uma estética que envolve a circulação da vida das coisas, assunto já referido nos capítulos anteriores. Outrossim, nossos interlocutores locais parecem querer enxertar os argumentos de Strathern chamando nossa atenção para os conflitos desenvolvidos na política de uso histórico do patrimônio, onde a noção de estética aqui é necessariamente composta pelas tensões e conflitos. Assim, entre o que se compõe está presente também as tensões relativas ao funcionamento daquilo que foi monumentalizado. É isso que reclamam nossos interlocutores, ou seja, é impossível não pensar nos usos, nas relações que definem historicamente o bem. Nesse percurso nossos interlocutores locais parecem recuperar e arguir também sobre os sentidos da própria história do conceito de patrimônio, que em sua origem latina, *patrimonium*, dizia sobre a terra onde vivia o grupo familiar a qual não podia ser vendida e nem partilhada (Almeida et. al., 2013:16). No caminho apresentado pelos argumentos locais, a noção de patrimônio se refere não apenas à história de uma determinada família, mas também aos planos em que as famílias se compõem, as relações de forças. Nessa perspectiva, se torna insustentável uma noção de patrimônio que sustente um elitismo na supervalorização dos interesses das famílias donas do bem tombado. A estética das coisas aqui se refere à intersubjetividades, mas sem descartar também o fato de que os conflitos reeditam formas reivindicadas de direitos não reconhecidos como tal, assim, o contato com a vida social das coisas necessariamente se distendem através dos conflitos.

A patrimonialização pretende supervalorizar a ideia de que o bem e sua história coincidem exclusivamente com a história de uma família, que se desenvolveria fora do tempo das composições e dos conflitos, quando na verdade, inquirindo também sobre os usos, ao pensarmos os procedimentos de produção da patrimonialização nos relacionamento de forças, temos contato com um tempo que não acaba e não se submete ao desenvolvimento exclusivo da história elitizada. Outra noção sobre patrimônio que aparece aqui e é a noção que foi utilizada por Max Weber para falar sobre dominação, sendo que esta seria a capacidade de alguém fazer com que outros realizem suas vontades, aceitando a realização dessas vontades como realização de suas próprias<sup>53</sup>. Essa capacidade de fazer coincidir na realização da vontade do outro a sua própria, esse encontro de vontades, não escapa à história do lugar onde se patrimonializa, assim, novamente, podemos pensar no patrimônio também como lugar onde as forças se compõem e se enfrentam, tempo que se expõe claramente nos argumentos de nossos interlocutores. Vejam que o movimento nos empurra para longe do cisma entre o material e imaterial, já que não podemos pensar mais nas coisas sem vontade, sem forças, sem intenções, “sem espírito”. Então retomemos os argumentos de um dos moradores do assentamento União:

*Porque quando o patrão me vendia esse um quilo de toicinho por um mil e oitocentos e o litro de querosene por um mil, ele passou para Apiacá na época esse um litro que ele vendia por mil ele passou a vender por quatrocentos, então eu pagava ele cá na roça duas vezes e meio certinho num litro. Tinha como ir a frente? O toicinho ele foi vender por seiscentos então ele fazia no toicinho três vezes, mas então pobre ia onde? Eu pilava o café e quando eu ia conversar com ele, ele puxava o livro e o meu café estava no livro, mas esse livro é dele e ele não é o comprador porque que está no livro? ele já vendeu lá pelo preço que era melhor para ele e para mim ele botou o preço que ele quis. O preço baixinho que ganhava dele, com as coisas caras que eu comprava... Ele levava o nosso arroz porque nós*

---

<sup>53</sup> Ver também WEBER, Max. *Três Tipos Puros de Poder Legítimo*. WWW.LUSOSOFIA.NET, consultado em janeiro de 2014).

*plantávamos muito arroz, milho o feijão era pouco, muito café (...) Cinquenta e poucas famílias trabalhando dava muita gente não é? Ele ao invés de pagar, mandava a conta que todo mundo ganhou para a venda e quando a gente chegava lá esse Ênio falava assim: ô dinheiro ele não mandou não, mas a conta de vocês está aqui e ele mandou servir vocês no que precisar, mas o dinheiro que ele mandou para cá não dá nada para vocês, só dá para cortar cabelo e o que mais que eu tiver aqui e mais nada. Era escravizado ou não era? (Valdivino Ferreira de Almeida, Córrego São João, maio de 2011)*

O argumento através dessas imagens dá conta da história dos equipamentos produzidos também através dos campos de disputas, história que se observa a partir das relações. Ao nos aproximarmos das relações nos permitimos observar que os equipamentos também são constituídos a partir das necessidades de usos, das disponibilidades dos materiais para construção, da sua funcionalidade e que se referem às noções de habitar e lugar. Nesse sentido, um olhar para o equipamento construído nos remeterá sempre às questões anteriormente assinaladas, e é esse o aspecto que quero ressaltar na informação cedida por Abramo. O armazém em Feliz Destino era muito mais do que uma obra acabada e determinada por um discurso arquitetônico limitado numa noção do material. O armazém foi criado para se relacionar com fluxos: de mercadorias, de pessoas, da natureza, de saberes, numa clara vinculação com o modelo de produção onde se destaca o café. Entretanto o armazém era também - inclusive segundo a emoção dos entrevistados - um espaço de encontro de trabalhadores, jogadores de futebol, torcedores, representantes de Folia de Reis e outros eventos lúdicos e litúrgicos. Um espaço construído para recepção, passagem e constrangimento de fluxos não se submete a qualquer política de patrimonialização. Ele se constitui nos mais variados encontros, e aqui já não falo só com o armazém, falo também com o casarão, com o discurso dos técnicos do INCRA e da Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul.

## Há vida nas coisas

Nas articulações produzidas pela ação do INCRA e pela Prefeitura de Mimoso do Sul no processo de patrimonialização, não somente as pessoas podem ser transformadas em “vândalos” – ameaça, como também se pretendem defender uma outra perspectiva de reinterpretação do tempo histórico. Na patrimonialização, a Prefeitura reivindica uma transformação do processo de escravidão em algo positivo capaz de produzir jóias e outros tipos de riquezas. Afinal, o bem também é patrimonializado porque foi produzido por escravos, escravos que na mesma perspectiva desaparecem no processo de libertação e também por isso não têm nada a ver com as histórias das famílias que estão sendo assentadas no mesmo lugar da patrimonialização. Outrossim, através do dispositivo, a mesma Prefeitura de Mimoso do Sul consagra uma nova apropriação de parte do território em disputa:

Art. 1º. Fica tombado, em caráter definitivo, para preservação permanente, sob a responsabilidade do município, o imóvel denominado “Fazenda Palestina”, localizada no Distrito Sede deste Município, Rodovia Mimoso do Sul X Santo Antônio de Muqui, constituindo-se doravante como Patrimônio Histórico Cultural deste Município. (Decreto nº 34/2010 – Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul).

Vejam que a escravidão continua produzindo valor e criando novos meios para intervenção, fazendo o poder público responsável/proprietário cuidador de uma herança que na propaganda é “de todos”. Mas o que o dispositivo dispensa ou não consegue relacionar não se torna apenas passado patrimonializável, os processos de composição não produz apenas assentamentos estatais e políticas de patrimonialização, há lutas por liberdade, por novas composições e as pessoas podem, inclusive, **virar feras**, conforme dissemos também no início deste capítulo. Para o estado as pessoas querem terras então lhes oferece sem terra e assentamentos, depois pedem mais então surgem “vândalos” e patrimonialização. Nesse sentido retomamos o discurso de Valdivino Ferreira de Almeida apresentado no terceiro capítulo sobre o **sistema**, o desejo ser lembrado rompendo todas as barreiras inclusive da morte, assim, que é necessário está em constante fazimento, querer ser

lembrado sem que para isso tenha que se submeter às configurações dos relacionamentos de forças, fazimento de jeitos de ser necessário à realizações dos dispositivos, mas que não restam acabados neles e estão sempre escapando, decompondo para novas composições. Assim se escapa ao processo de libertação de 1888; se escapa as experiências de contratos de meia, de parceria e de serviços de diaristas; escapa também da produção da Reforma Agrária e escapa novamente ao processo de patrimonialização. Mas o que está escapando, já que em todas referências apresentadas encontramos nossos interlocutores? Quando o relacionamento de forças se configura, por questão de hábito, são destacadas as relações binárias de identidade colonial: escravo/senhora, trabalhador/patrão, sem-terra/estado, material/imaterial, mas o fato é que pelo hábito somos levados a um vício, ou seja, pensamos as coisas a partir dessas relações de identidades quando, na verdade, cada ser dessas composições não são só diferentes, eles são também multiplicidade. É por isso que apontamos a perspectiva de Maria Dias como algo diferente, porque nela vemos o reconhecimento da composição como algo que reconhece essa multiplicidade. As figuras que ela faz surgir, por exemplo, a figura da mãe de seu pai, é então um composto que sempre nos empurra para multiplicidade: *“A mãe dele viveu a escravidão e foi pegada no laço, num lugar chamado Santa Rosa que só tinha mata e só tinha índios dentro do mato: pessoas com cabelos cumpridos, com barba cumpridas e pele vermelha.”* Essa multiplicidade em composição vai se distendendo na produção de seu pai, que se movimenta através das painéis de barro - “coisas do mato”, da orelha furada e “pau orelha”. As coisas que passam escapam às relações de identidade e por isso estão sempre presentes, estão sempre acontecendo.

*He! Broca danada! Naquela época nós saíamos com a Folia de Reis e eu até tenho um retrato dela, mas esse pessoal meu é um caso sério. Uma vez nós saímos com a folia de Reis: eu, Aristides, Alvino Mineiro que é parente da mulher de Aristides, Antônio Merce que não era parente, mas andava sempre juntos e era uma turma, filhos do Feliciano que moravam em Jacarepaguá mas já morreram todos. Ai nós fomos cantar numa casa que ficava lá para banda da Fazenda Themosphoras, eles abriram a porta para gente entrar e ai nós entramos e cantamos, ai desabou um chuveiro e o palhaço não pode entrar, ai o*

*palhaço correu e entrou no paiol e nós ficamos ali. A chuva não parava aí o dono da casa deixou a gente ficar e aí nós dormimos na sala da casa. Quando amanheceu o dia que nós saímos da casa apareceu uma porca com leitão e aí ninguém saiu lá fora porque todo mundo estava com medo. A noite tinha uma caminha pequena aí Alvinho Vieira, meu Deus, uma caminha de criança desse tamanho e ele disse: vou dormir nessa cama mesmo aí a confusão estava armada. No dia do encontro das folias a gente tirava o retrato... A folia sai no dia vinte e cinco de Natal e vai até o dia de Reis e o encontro das folias era assim: eu saía com a minha para um lado e você com sua para outro aí lá na caminhada as folias se encontravam pelo caminho, mas muitos ficavam com medo do encontro porque não sabiam cantar muito e perdiam aí então não entrava, era interessante. Eu lembro que na época eu era molequinho e quase não tinha vaca de leite e teve um dia que eu vinha subindo a serra eles vinham descendo aí eu ia passando na beira do barranco, aí um tatu estava na beira do barranco e o cachorro latindo e cercando ele, então eu peguei ele pelo rabo, mas eu não podia levar o tatu então eu fiquei pensando e daí a pouco veio o Dema: ô Dema toma esse tatu e pode levar ele. (Abramo Nazzari, Mimoso do Sul, 2011)*

O jornal *Espírito Santense*<sup>54</sup> de 1871 comenta, através da coluna *Costumes Populares*, sobre o Dia de Reis fora da Corte. O tema desenvolvido pelos foliões repete, para lembrar a todos a visita, segundo narram os cristãos, dos Reis Magos à gruta de Belém. Embora seja um evento que acontece em vários momentos do ano, o período mais comum é aquele compreendido entre os dias 25 de dezembro a sete de janeiro: “Uns e outros guiados pela estrela da folia encaminham-se não só às fazendas dos ricos, como também às palhoças dos pobres”. (Jornal Espírito Santense, 1871:03). A presença dos foliões várias vezes é feita durante a noite e na madrugada através de um desafio: quando os foliões são recebidos e ganham “esmolas” o dono da casa é homenageado,

<sup>54</sup> Biblioteca Nacional Digital Brasil, Hemeroteca Digital Brasileira. Memoria.bn.br – Jornal Espírito Santense.

quando o dono da casa não recebe a folia, ele é apupado. A aceitação implica em receber os foliões, que entram na casa com a bandeira da folia. Na compensação por terem sido recebido com a “esmola”, que também pode ser um café da manhã, um almoço, um jantar, os foliões se apresentam e são avaliados em seus despenhos. Um outro aspecto do desafio também foi comentado por Abramo, que se dá no encontro das folias. No momento do encontro os versos são direcionados aos representantes das folias, que devem saber responder e quando isso não acontece uma das folias vence. Alguns mestres de Folia de Reis ficam durante todo ano registrando e memorizado os cantos, que depois são testados nos ensaios com seus foliões. O palhaço é uma figura importante na organização do evento, ele tenta prejudicar a visita dos Reis Magos que deixaram seus reinos e foram seguir a estrela para prestar homenagens ao “Reis dos Reis”. Sendo a presença do “mal”, o palhaço não entra nas casas que recebem as bandeiras das folias ficando sempre na rua, nos terreiros fora da casa. Vejam que o palhaço é uma ameaça que compõe a folia, ele é integrante da comitiva que transita em busca de “esmolas”, tratado cada casa como a gruta de Belém. Nesse sentido a folia de Reis expressa uma noção de ética referente ao que nos sugere Agamben, o bem e o mal não são coisas apartadas que produzem identidades pela oposição se expressando em tempos exclusivos e diferentes:

A verdade não pode manifestar-se a si própria sem manifestar o falso, que no entanto não é separado dela e expulso para outro lugar; pelo contrário, segundo o significado etimológico do verbo *patefacere*, que significa 'abrir' e está ligado a *spatium*, a verdade só se manifesta dando lugar à não-verdade, isto é, como ter-lugar do falso, como exposição da sua íntima impropriedade. (AGAMBEN, 1993:18)

Não podemos deixar de pensar que essa operação produzida na folia de Reis, colocando dentro das casas - seja nas grandes fazendas ou nas palhoças desde a realização da escravidão legal - “populares”, pessoas conhecidas transformadas em Reis e representantes do mal, criava uma oportunidade para que os desafios representados no movimento folião, também se transformassem numa possibilidade de explicitação e tratamento de questões relativas às

experiências cotidianas, ou seja, não podemos deixar de pensar nos processos de composição que relacionavam a performance como algo produzido e desempenhado em lugares determinados. Aqui retomamos mais uma vez a figura do palhaço. Como componente da folia o palhaço impõe medo, mas sua função, a princípio, é de proteger o Menino Jesus dos soldados de Herodes, símbolo do “mal”, mas esses que agora distraem com suas palhaçadas com o objetivo de proteger o Deus Menino são os mesmos que antes serviam a Herodes como soldados antes de se arrependerem (PAULINO, 2008:14). Entretanto sua performance e a própria folia causa medo às crianças e aos adultos:

*Até hoje é assim todo ano vem uma folia aqui em casa, eles chegam de noite começam a bater e a gente acorda, eles entram com a bandeira colocam aqui em casa e começam a cantar lá na rua, a gente só não deixa eles dançarem aqui dentro então eles dançam lá na rua. Aquilo não é coisa de Deus não, aquilo é do bicho ruim. Todo ano no vinte e cinco de dezembro elas saem aqui e ficam andando até o dia seis de janeiro. São doze, treze pessoas com instrumentos, caixa e as coisas todinhas. (Arlindo Guedes dos Santos, Mimoso do Sul, 2011)*

Vejam como a realização da Folia de Reis executa um caráter ambíguo na interpretação de um dos moradores do local. Conforme já dissemos nos capítulos anteriores Arlindo Guedes dos Santos representa uma das primeiras famílias de proprietários que saíram de Portugal para ocupar o local. Nosso interlocutor não deixa de mencionar que a presença das Folias de Reis em sua casa se faz desde há tempos, entretanto esta presença se faz obedecendo critérios diferentes daqueles apresentados por Abramo. Enquanto Abramo comentava que o palhaço não podia entrar nas casas, Arlindo assevera que em sua casa entrava somente a bandeira da folia e que o movimento acontecia na rua, que aqui pode ser o quintal da propriedade ou mesmo a estrada. O medo se faz presente nos argumentos de nossos dois interlocutores, o medo como dispositivo para no primeiro caso impedir a entrada do palhaço e, no segundo caso, aceitar a visita da folia e permitir apenas a presença da bandeira dentro da casa. Une pela diferença as duas interpretações o fato de que não obstante a Folia de Reis ser uma manifestação da religiosidade popular, impor medo aos moradores locais, assim, ao

mesmo tempo uma reprodução de um evento bíblico dos cristãos, a visita dos Reis Magos ao Menino Jesus, pode ser também interpretada como algo “*do bicho ruim*”. Podemos dizer que, na interpretação de nossos interlocutores locais, não só o palhaço, como a própria folia exerce sobre todos certa ambiguidade. é mais um dos “híbridos”. Ainda com relação ao tal plano das diferenças, é importante considerar também o fato de que Abramo fala desde a “palhoça”, no lugar dos foliões e quando trata da experiência que “põe o palhaço para fora da casa”, a casa também é a palhoça. Já Arlindo fala desde a “fazenda”, e quando fala da experiência que permite estar na casa somente a bandeira, também é de uma casa de fazendeiro em Mimoso do Sul que ele está falando. Assim, o entendimento do medo deve considerar essas especificidades. Desde os olhos de Arlindo a produção do medo se expressa quando os foliões, pessoas que ele conhece e que em alguns momentos trabalhavam e transitavam por suas propriedades, ao interpretarem a visita dos Reis Magos ao Menino Jesus - visita escondida de Herodes – composição de uma série de símbolos, uma territorialização. O medo então é da forma como as coisas são compostas através da folia. Aqui retorna a figura do palhaço, que mesmo tendo sido convertido ao cristianismo e desempenhar uma ação boa - iludir as forças de Herodes para proteger a Sagrada Família e os Reis Magos - seu desempenho remete constantemente ao que se coloca desde antes da conversão, o fato de ser soldado representante do mal, algo que se revela na eficácia da performance e torna o palhaço uma pessoa não confiável. O palhaço e a Folia de Reis, tal como nos apresentam nossos interlocutores, ressoam nos argumentos de Agamben sobre uma certa noção de ética: “A ética só começa no lugar preciso em que o bem se revela como uma apreensão do mal e em que o autêntico e o próprio revelam ter o inautêntico e o impróprio como conteúdos exclusivos.” (AGANBEM, 1993:18).

### **O palhaço sem rosto**

Pode ser que o medo de criança ainda se faça presente em Arlindo, mas não devemos desconsiderar o fato de que esse medo está relacionado também à produção do movimento relativo aos símbolos articulados na realização da folia. Também não devemos deixar de pensar que a forma como os populares se relacionam com os símbolos religiosos na folia está imbricado na produção do medo e da necessidade

de distanciamento dele, conforme comenta Paulino (2008). Ao mesmo tempo se refere a uma certa noção de bricolagem, na qual nem as maneiras produzidas desde da idade média na Europa, os exercícios africanos e os movimentos indígenas estão distante, ou seja, não excluimos aqui o que se discute a partir dos estudos sobre o catolicismo popular (MAGNANI, 1974). Entretanto vale asseverar que não é esse o percurso que seguiremos, ou seja, essa não é mais uma pesquisa que pretende tratar desse tema. A “nossa” Folia de Reis, surge aqui como mais uma expressão do intenso processo de composição no qual se envolvem nossos interlocutores. Assim, ela – a folia – se nos apresenta na tentativa que realizamos de acompanharmos o contexto que se produz a patrimonialização, pensando a partir do que está em jogo, quais as forças que estão se relacionando nas especificidades locais.

Ainda sobre o palhaço observamos que tanto nos argumentos desde à palhoça, quando nos argumentos desde a fazenda, ele – o palhaço – na visita fica do lado de fora, no terreiro. Desta forma é processado um cisma, uma separação mesmo quando se sabe que o palhaço, a princípio, é um convertido e que tem como função a realização do bem. Sobre a ambiguidade do palhaço e da folia, se aplica a separação numa tentativa clara de tentar, conseqüentemente, separar o bem do mal. Esse expediente filtro contraria a noção de bem e mal apresentada até aqui, na qual os dois estão imbricados e onde a caracterização se observa a partir do movimento o que é fundamental na Folia de Reis. Ao colocar a bandeira dentro e o palhaço fora, se produz uma dificuldade na percepção do fato de que o bem e o mal não se expressam apartados, o palhaço que precisa proteger o divino só consegue se efetivar produzindo o medo, representando o mal, sendo confundida a sua presença com a do envidado pelo diabo. A própria realização da Folia, nos sugere o jogo, pois a participação do dono da casa é fundamental, posto que sem ele não há visita, assim, a resposta ao pedido dos foliões. A licença para serem recebidos se dá através de um momento de tensão importante que se vincula à capacidade e disposição em receber dando “esmola”, o interesse em ser bem visto nas relações locais como aquele que abre a casa para folia e sabe gratificar ao mesmo tempo em se desenvolve o campo de avaliação do desempenho dos Foliões. Outrossim, ainda na tensão, a negativa do dono da casa pode levar à produção do mal, quando os esforços são direcionados para o escárnio do dono da casa, tarefa que também cabe à Folia de Reis, quem a princípio deve executar a tarefa de anunciar e proteger a presença do divino.

Quantas vezes à noite não somos despertados pela visita dos Reis, que ao som das violas nos saúdam assim:

“O’ de casa, nobre gente,  
Acordai e ouvires,  
Que da parte do Oriente  
São chegados os três Reis.”

Esta cantiga é repetida em coro até que o dono da casa levante-se, e abrindo a porta ou a janela de, (quando devia receber) a oferta aos reis, a qual em retribuição eles cantam:

“Deus vos pague a bela esmola  
Que destes com alegria:  
O reino do céu vos veja  
Ao pé da Virgem Maria.”

Se para não se incomodar, o dono da casa não levanta-se, é apupado assim:

“Esta casa fede a breu,  
Aqui mora algum Judeu;  
Se não é o dono dela,  
É algum parente seu.”

Ou:

“Este verso que cantei  
Vou agora descansar:  
Este barba de farelo  
Nada tem para nos dá.” (Jornal Espírito Santense, 1871:03).

Não posso deixar de fazer aqui uma referência, mesmo que seja mais rápida do que a necessária, ao fato de que, nas tensões apresentadas na Folia de Reis, também passam o contexto de perseguição aos judeus desenvolvido desde os planos europeus e também realizados no Brasil e nas Américas. Assim, entre os aspectos da ambiguidade presente na Folia de Reis também se nos apresenta às referências aos Judeus, assunto bastante enfrentado pela historiadora Maria Luiza Tucci<sup>55</sup> Carneiro, em vários trabalhos.

Os argumentos apresentados nos permitem fazer alguns comentários. As máscaras da folia em Mimoso do Sul, conforme já escreveu Lévi-Strauss (1979) em outros planos, estão relacionadas às tensões específicas de onde não se exclui os interesses econômicos e

<sup>55</sup> Ver também CARNEIRO (2003).

sociais. Nesse sentido, por estar em composição através da multiplicidade de elementos em tensão a Folia de Reis, se refere também ao **sistema** nos argumentos locais conforme expressado aqui, também através do terceiro capítulo. A folia de Reis se desenvolve através de desafios, de jogos onde se brinca com a incerteza. Obviamente o período de preparação para realização da Folia de Reis: a confecção das fantasias, a formação do grupo e seu treinamento, o aprendizado das canções e gestos, mais o período que a Folia se desenvolve – de 25 de dezembro a seis de janeiro – não são suficientes para entendermos as marcas do complexo processo de composição de nossos interlocutores e as maneiras como esse complexo processo de composição antes dito também expressa os lugares. Os deslocamentos da folia se nos apresentam em planos que incluem outras composições e outros tempos, também estão relacionados há outros tempos – eles têm história - e também ressoam em outras composições sob as quais também é operada a patrimonialização no local, senão vejamos.

O processo de patrimonialização na fazenda Palestina e na Fazenda União, hoje assentamentos com o mesmo nome, também foi produzido a partir de informações que pretendem justificar o interesse na produção e circulação de mercadorias fora do tempo, fazendo o imóvel ser convertido em algo de relevância cultural elitizada. Desta forma foram produzidas justificativas por técnicos vinculados ao poder público municipal. Em um dos textos que acompanha o decreto de tombamento dos imóveis referente a Fazenda União é feita menção ao processo de ocupação da região vinculando-o ao deslocamento de personalidades políticas desde Minas Gerais também por conta dos efeitos da Revolução Liberal de 1842<sup>56</sup> naquele lugar. Nessa justificativa técnica é feita referência ao nome de Pedro Ferreira da Silva como sendo um dos primeiros “ilustres” mineiros a fazer parte do referido deslocamento em direção ao local onde estão estabelecidos os assentamentos, onde foi construída a Fazenda Mimoso. Não pretendemos seguir aqui o mesmo caminho, ou seja, buscar legitimar a patrimonialização a partir da presença das elites locais, mas não podemos deixar de observar que naquilo que constitui as elites há

---

<sup>56</sup> Sambemos que a Revolução Liberal foi uma série de mobilizações, inclusive vinculada a identidade de pacificador de Duque de Caxias, também articuladas pelo partido liberal que lutava contra a acensão do partido conservador em suas articulações com o imperador.

referência a presença de nossos interlocutores é, por exemplo, o que nos aparece quando analisamos os documentos de época:

Fugio do Cap. Pedro Ferreira da Silva, morador na fazenda do Mimoso em o distrito de Itabapoana, o escravo Raimundo, crioulo, de cor fula idade 38 a 40 anos, robusto, estatura regular, rosto redondo, testa grande, tendo uma cicatriz por cima de uma sobrancelha, olhos grandes, barba serrada, anda sempre ligeiro, e balanceando o corpo, falla grosso, e bem, trabalha de carpinteiro, e oleiro [destaque meu]. Quem o aprehender e levar a casa seo senhor na fazenda acima, será gratificado com a quantia que se annuncia (sic.) [200\$000 – duzentos mil réis]. (Jornal O Estandarte, 1868:04)

A identidade do fazendeiro se faz na produção com os escravos e o fazendeiro referido, conforme havíamos dito constar nas justificativas técnicas municipais de Mimosos do Sul, vem das referências utilizadas para falar e justificar o bem patrimonializado. Entretanto, na justificativa pela supervalorização da presença dos senhores de escravos, o fazendeiro é composto pela vinculação ao movimento Revolucionário Liberal, pelo espírito empreendedor e heroico estando nesse momento apartado das relações com a escravidão e com Raimundo que trabalhava de **carpinteiro, e oleiro**. A justificativa técnica para patrimonialização é uma máquina de lavar roupa cheia de sabão, com capacidade de produzir uma imagem de fazendeiro que heroicamente produz um monumento que merece ser salvaguardado por representar em sua pureza algo de valor histórico e cultural. Ao mesmo tempo em que a máquina de lavar dos técnicos da patrimonialização produz a relação entre o fazendeiro e o bem de relevância histórica e cultural, ela faz desaparecer Raimundos, que agora são reencontrados nas tensões impostas pela capoeira e pela ressonância dos argumentos dos nossos interlocutores, inclusive os Cabiúnas, do modo que somos apresentados - no terceiro capítulo - em seus processos de fazimentos. Nesse sentido a apreciação estética de nossos interlocutores sobre as operações maquinicas desenvolvidas no local da pesquisa, nos permite pensar sobre a vida social das coisas, e pensando, fazemos ressoar pérolas, como o discurso sobre a presença escrava destacada antes, escavadas no tempo que redescobrimos. Os argumentos apresentados

por nossos interlocutores tem a força que sacode o tapete pondo no ar não somente o que estava debaixo, mas aquilo que se encontrava nas dobras da superfície.

Ora, é esse fluxo de sentidos e imagens que o objeto dispersa no mundo que é capaz de veicular aspectos singulares das reminiscências do sujeito devaneante, pelas ações de rememorar vivências passadas e experimentar a tensão entre esquecimentos e lembranças, a partir do contato com a materialidade da coisa e os sentidos possíveis que ela encerra consigo. Uma perspectiva bachelardiana, tanto no que remete a uma “poética” das coisas existentes na espacialidade do lugar quanto a uma dialética da duração (Bachelard, 1988a), aponta para o fato de que a memória, e seu caráter elástico e fabulatório, impregna as coisas e está preñe de simbolismos, quando articulada a uma fenomenologia do objeto imerso no vivido. (SILVEIRA et, al, 2005:38)

Em planos diferentes, as forças expressadas nos noticiários sobre a fuga de escravos, as interpretações desde 1882 sobre as desobstruções em Pompéia, o desenvolvimento da Folia de Reis e a patrimonialização promovem acesso ao que constantemente está escapando, o que se expressa nas composições. Assim as expressões das composições sempre estão falando mais, elas nunca se contém numa dada interpretação, na desobstrução da casa pompeiana somos arremetidos ao tempo dos jogos populares daquele lugar, do mesmo modo, no movimento repetido das Folias de Reis, em seus desafios e no processo de patrimonialização. É no movimento que essas coisas produzem, nas tensões que enfrentam quando somos arremessados é aí que elas nos dizem mais sobre o que está em jogo e quando isso acontece podemos ver, por exemplo, que na competência da Folia de Reis, as casas, o imóvel patrimonializado em Mimoso do Sul frequentado por bandeiras da Folia, por castigos corporais, na exploração do trabalho relações sustentadas pelas tensões, o palhaço quando se produz em seus desempenhos faz conexão com os Raimundos e dessa forma, também por terem sido oleiros e carpinteiros – os Raimundos e vários palhaços se mantêm presentes nas histórias dos

casarões, das senzalas, dos cemitérios, dos alambiques e de todas as coisas patrimonializadas - é só sacudir o tapete e passar pelas rachaduras. Seguindo nesse percurso podemos dizer que o movimento da Folia de Reis atualiza as histórias das coisas patrimonializadas e mais do que isso, nos remete pela composição que produz ao tempo em que as coisas são produzidas. Mas há nas referências algo que na minha interpretação as conecta, e é o se lançar ao desafio da constituição, algo que por sua vez também se conecta – conforme já asseveramos – ao processo de fazimento de nossos interlocutores, os seus jeitos de ser. Nesse sentido a senzala da fazenda palestina ou o casarão da fazenda União, não podem ser pensados como estruturas que o tempo da elitização tenha produzido, não podem ser reconhecidos excluindo as tensões de suas histórias, as quais ressoam no movimento de cada folião, na experiência cotidiana das pessoas que hoje vivem nos assentamentos desses lugares onde são processadas as patrimonializações. Outrossim, o esforço na patrimonialização pretende tratar as coisas pela universalização imediata, ou seja, a relevância do patrimônio não deve questionar sobre suas especificidades locais, mas deve ser remetida sempre às referências nacionais, mas já vimos como esse esforço se revela impotente, quando **as coisas começam a falar**, como na apreciação estética sobre o armazém, nos argumentos de nossos interlocutores, quando tomam a cena o palhaço e os “vândalos”.

Mas não quero que meus argumentos sejam capturados pela interpretação de alguém que reclama por terem sido abandonados, ou seja, não quero com tudo isso dizer que falta aos dispositivos considerar a plenitude do jeito de ser de nossos interlocutores para a eficácia de suas distensões. Não clamo aqui por uma política capaz de patrimonializar o que dela escapa. O que se verifica aqui é que o jeito de ser de nossos interlocutores escapa aos dispositivos, e escapa porque efetivamente se compõe como resistência, atos de resistência produzidos nas tensões interpostas localmente (Deleuze, 1987). É nesse sentido que a interpretação que fazemos dos argumentos de Maria Dias sobre a presença de seu pai se difere dos projetos de formação nacionais crivados pelo ideal da mestiçagem, ao contrário em Maria Dias, em Valdivino Almeida, em Antônia Estácio e em Abramo Nazzari o que trasborda é a composição e os atos de resistência. Nesse sentido o silenciamento da presença de nossos interlocutores na política de patrimonialização é mais do que incompetência, assim, reflete – naquilo que escapa – outros aspectos dos conflitos.

Aqui não seria exagero comentar que a experiência de ter sentido os interlocutores reproduzindo o armazém, me colocou diretamente em contato com a definição que Deleuze e Guattari (2008) apresentam das relações entre o desenvolvimento dos conceitos e a noção de plano de imanência:

Os conceitos filosóficos são totalidades fragmentárias que não se ajustam umas as outras, já que suas bordas não coincidem. Eles nascem de lances de dados, não compõem um quebra-cabeças. E, todavia, eles ressoam, e a filosofia que os cria apresenta sempre um todo poderoso, não fragmentado, mesmo se permanece aberto: Uno-  
Todo ilimitado, omnitudo que os compreende a todos num só e mesmo plano. É uma mesa, um platô, uma taça. E um plano de consistência ou, mais exatamente, o plano de imanência dos conceitos, o planômeno. Os conceitos e o plano são estritamente correlativos, mas nem por isso devem ser confundidos. O plano de imanência não é um conceito, nem o conceito de todos os conceitos. Se estes fossem confundíveis, nada impediria os conceitos de se unificarem, ou de tornarem-se universais e de perderem sua singularidade, mas também nada impediria o plano de perder sua abertura. A filosofia é um construtivismo, e o construtivismo tem dois aspectos complementares, que diferem em natureza: criar conceitos e traçar um plano. Os conceitos são como as vagas múltiplas que se erguem e que se abaixam, mas o plano de imanência é a vaga única que os enrola e os desenrola. O plano envolve movimentos infinitos que o percorrem e retornam, mas os conceitos são velocidades infinitas de movimentos finitos, que percorrem cada vez somente seus próprios componentes. De Epicuro a Espinosa (o prodigioso livro V...), de Espinosa a Michaux, o problema do pensamento é a velocidade infinita, mas esta precisa de um meio que se mova em si mesmo infinitamente, o plano, o vazio, o horizonte. É necessário a elasticidade do conceito, mas também a fluidez do meio. É necessário os

dois para compor "os seres lentos" que nós somos.  
(Deleuze e Guattari, 2008:47)

O texto de Deleuze busca composição com a forma como me relaciono com as informações produzidas através da pesquisa. A noção de dispositivo surge como um pretexto, uma provocação ao pensamento naquilo que a define: relacionamento de força<sup>57</sup>. Não trato a noção de dispositivo como uma lente, algo que intermediaria minha relação com o lugar. Ao contrário, a pesquisa é que me remete à noção de dispositivo conforme comenta Turner (2008:19-20). Outrossim, a noção de **sistema, caça por melhora** e os fazimentos dos jeitos de ser locais ressoam na noção de dispositivo, mas não como representantes da pesquisa, mas sim porque são produções da história do local da pesquisa, se referem aos movimentos de nossos interlocutores.

A referência a Deleuze e Guattari tem a ver com a forma como a noção de armazém nos faz pensar sobre como nossos interlocutores se encontram em seus mundos. Assim, a noção de **armazém** se constitui numa energia que conecta uma série de eventos e nessas conexões ela nos faz novamente experimentar novas aberturas, posições que tratam de assuntos e temas diferentes, mas que em suas diferenças se abrem a nós. Nesse sentido apesar de sermos "seres lentos", podemos fazer contato com os planos onde os mundos de nossos interlocutores locais estão sendo expressos. O armazém de Abramo fala de um mundo que se refere ao mundo de Valdivino, mundos de onde aparecem as coisas que pretendem que sejam patrimonializadas, a despeito das composições desses mundos. A ideia de que o armazém é um lugar de fluxo, de articulação, chegou a mim nas entrevistas com Valdivino, na experiência vivida diante da obra e na interpretação que dela faz Abramo. Nesse sentido é que podemos ir através e para além das rachaduras e também nos relacionarmos com aquilo que por elas passam. Assim, o **armazém** é para este trabalho um veículo, e as rachaduras uma passagem. Quando nos referirmos ao armazém falamos da patrimonialização focalizando os equipamentos alcançados pelas políticas públicas nos assentamentos e em alguns casos

---

<sup>57</sup> Essa ideia é uma resposta a forma como o lugar da pesquisa me afeta, uma resposta e uma sugestão que me abre uma possibilidade de intervenção e vale a pena comentar que alcanço essa noção a partir dos comentários do Professor Rifiotis sobre a maneira como relatei minhas primeiras experiências de trabalho de campo.

aqueles que foram excluídos junto com o afastamento das ações das famílias estudadas, mesmo estando estas e aqueles relacionados aos territórios dos assentamentos.

### **Patrimônio para turistas**

Nos referimos antes ao fato de que patrimonialização em Mimoso do Sul se articula com uma certa noção de turismo, essa referência precisa ser melhor explicitada, assim, precisamos retomar os dados produzidos na pesquisa. Em 2004 o município de Mimoso do Sul foi alcançado pelo Projeto *Inventário da Oferta Turística de Mimoso do Sul - IOTMS*, uma parceria entre O SEBRAE, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES e órgãos ligados à Prefeitura Municipal de Mimosos do Sul. Consagrando o que sugere a articulação dos entes representados no projeto e a definição do objetivo proposto:

O Inventário da Oferta Turística será a metodologia usada para registrar o conjunto de atrativos equipamentos, serviços e infraestrutura disponíveis em cada núcleo, a fim de otimizar os atrativos naturais e culturais **como produto turístico** (grifo meu), obedecendo às características originais e a capacidade de ocupação destes núcleos. (IOTMS, 2005:08)

O projeto de Inventário não esconde o fato de que ele fez operar uma semiótica com o objetivo de transformar elementos do lugar em produtos turísticos de interesse geral, um projeto de domínio e poder relacionado ao interesse econômico determinado desde fora. Nessa semiótica predatória do lugar e dos espaços sociais, para não cairmos aqui no posicionamento clássico que opõe seres humanos e natureza, foram gramaticalizados à revelia das territorializações processadas pelas famílias assentadas que também produzem os lugares. O contexto mimosense das duas últimas décadas nos remete à análise feita por Choay (2001) sobre a relação entre vandalismo e conservação. Segundo este autor o conceito de vandalismo relativo ao patrimônio comporta alguns sentidos, sentidos esses que devem alargar o conceito a ponto de não deixar escapar as sinistras lapidações executadas em favor de

interesses mesquinhos não necessariamente vinculados aos posseiros, aos pobres, meeiros, diaristas e outros que não fazem parte dos grupos ricos. No caso da análise desenvolvida por Choay o termo vandalismo surge no contexto da defesa do Patrimônio como meio de defesa da formação do projeto nacional, e o termo não se restringe à definição do comportamento das “classes perigosas” (Guimarães, 1982), mas se refere também a outros, é assim que o movimento revolucionário se apropria dos bens controlados pelo clero, imigrados e da monarquia. No caso estudado nesta pesquisa o termo vandalismo, cunhado em relação à defesa do patrimônio no contexto da Revolução Francesa, segue o movimento daqueles que o Estado trata como clientes da Reforma Agrária. Outro destaque o qual nos coloca diretamente em contato com a mencionada articulação entre patrimônio e turismo é a produção de valor, a afirmação da ideia de patrimônio como produto cultural.

Destaca-se no projeto do Governo Brasileiro apresentado em 2004, o qual repercute no exercício efetivado em Mimoso do Sul, uma ideia de valorização dos bens existentes no território nacional, criando a partir daí uma série de produtos com capacidade de serem relacionados aos projetos de geração de renda nas mais diferentes localidades. Todo esforço apresentado a Mimoso do Sul, se desenvolve desde a década de 1960 quando o Estado Brasileiro põe em prática a ideia de inventariação turística, algo que surge no Brasil como reprodução de experiências internacionais<sup>58</sup>. A caça ao produto cultural brasileiro chega em Mimoso Sul desenvolvendo essa noção de produto cultural com sendo algo capaz de gerar recursos financeiros atraindo visitantes. Nesse sentido a intenção, o objetivo principal era convencer visitantes sobre a relevância dos bens locais na composição do patrimônio cultural nacional, ou seja, desde uma perspectiva generalizante, as especificidades locais deveriam ser apresentadas como expressão de uma totalidade. Para conquistar esse objetivo, o convencimentos de visitantes sobre a relevância dos bens locais na relação com o patrimônio cultural nacional, a política do Governo Federal se apóia também numa definição de **valor turístico**, protocolo oficial:

O valor turístico é o conjunto da produção humana material e imaterial, individual e coletiva, fruto de

---

<sup>58</sup> BRASIL. Ministério do Turismo. Estratégia de Gestão do Inventário da Oferta Turística, 2004, p. 9.

relações sociais historicamente estabelecidas por uma comunidade em sua localidade, as quais são capazes de gerar um sistema organizado que agregue um conjunto de bens e serviços – como informação, transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, eventos, fatores climáticos e geográficos (in natura), e os elementos da infraestrutura geral e específica. Esse conjunto tem por unidade a força de atração que mobiliza o deslocamento e a permanência nessa localidade de pessoas residentes em espaços sociais distintos, chancelando seu valor e estabelecendo uma nova relação social: a hospitalidade. Por ser essa a dinâmica, requer que a sua sustentabilidade seja investigada no processo de valorização. (LEMOS, 2005 in Projeto Inventário da Oferta Turística, 2006:10)

Nesse momento a citação parece se deslocar da experiência produzida em Mimoso do Sul e ao mesmo tempo esse deslocamento também parece tornar a citação um elemento estranho a própria prática de Governo, já que a produção local e suas histórias ganham sentidos nacionais e internacionais quando suas produções, no caso dos tombamentos em Mimoso do Sul, se referem à presença das elites, no silenciamento e conversão das relação que nossos interlocutores efetivam com o lugar. A noção de valor turístico, defendida no documento do Ministério do Turismo, não reaparece no processo de elitização do patrimônio apresentado em Mimoso do Sul. Na patrimonialização analisada, os bens não são tratados como “conjunto da produção humana material e imaterial, individual e coletiva, fruto de relações sociais historicamente estabelecidas por uma comunidade em sua localidade”, conforme visto nos argumentos da justificativa histórica do Decreto Municipal de Tombamento, os bens representam a produção da presença das famílias das elites locais, por outro lado – o que coincide com o dispositivo Reforma Agrária – a representação da história das elites surge através do silenciamento de outras presenças, presenças que só aparecem nos dispositivos como “vândalos” e/ou sem-terra. Outrossim, os argumentos citados pelo Governo Federal compõe apenas um discurso propositivo feito para orientar pesquisadores que decidam se vincular à proposta do Ministério do Turismo. Desde a empiria do local da pesquisa, o lugar dos clientes nos Assentamentos na

articulação dos projetos de patrimonialização do Município com a Reforma Agrária não recepciona nossos interlocutores locais como membros e ativos dessa comunidade sob a qual sugere a noção de valor turístico, desde os acontecimentos o lugar de nossos interlocutores nos dispositivos é assim definido:

No entanto quando o INCRA junto ao FETAES desapropriaram a fazenda e assentavam mais de 30 famílias na propriedade citada [Fazenda União], não houve resistência e sim muito apoio do povo e administradores públicos e políticos de Mimoso. Tanto a Secretaria de Estado de Cultura de Mimoso como o INCRA, a Associação de Moradores da União e a Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul vendo a depredação do Casarão e da Usina, que tiveram tanta importância no passado, começaram a estudar a possibilidade de resgate, restauro e utilidade para um espaço de geração de emprego, lazer, um ponto de encontro turístico para esta área do Sul Capixaba. E com isto resultou na elaboração de um projeto: - Hotel Fazenda. Para atendimento, tranquilidade e beleza para turistas e empreendedores que utilizam espaços para habitar ou reunir com outros para multiplicar novas possibilidades. - Museu da Cachaça e do café – oferecer conhecimentos sobre a economia no século XIX e XX na Fazenda União dando ênfase no processo de fabricação da cachaça no alambique e como no café: colheita, pelagem, secagem e outros procedimentos que turistas urbanos e alunos não tiveram oportunidade de conhecer – Clube dos Assentados – Áreas de lazer para os turistas e como também para moradores da região, que vivem na lida, mas com o direito de usufruir daquilo que por suas mãos organizam e preservam [...] Atualmente, a Fazenda da União é um monumento tombado como Patrimônio Histórico – Cultural de Mimoso do Sul [destaque meu] sob o Decreto n.º 35/2010, de acordo com a Lei Municipal n.º 1266/97 onde a sede da Fazenda e a Usina de Aguardente e Açúcar, ambos construídos por mão de obra escrava no século XIX [destaque meu]. (Parecer

Técnico Elaborado pela Secretária Municipal de Cultura de Mimoso do Sul, 2010)

A patrimonialização em Mimoso do Sul exemplifica esse processo de conversão das coisas, criando um novo selo e fazendo circular uma outra coisa, algo que se torna monumento tombado representando a história das elites como expressão do patrimônio cultural de um lugar. Há, portanto, uma relação de identidade que na conversão das coisas conecta casarões e fazendas à produção da identidade nacional. O valor turístico, contraditoriamente, se refere a supervalorização de uma perspectiva, a que se refere ao tempo exclusivo das elites locais e a coisa transformada em monumento e depois em patrimônio – nessa perspectiva – deve remeter não as tensões do tempo que se redescobre, o tempo conectado pelos argumentos de nossos interlocutores locais, a noção de tempo na patrimonialização é outra, é de um tempo sem tensões, o tempo dos heróis proprietários dos meios de produção, desse jeito, as coisas que a definição de **valor turístico** desde as ações de patrimonialização nos apresenta dependem sempre de uma conexão orientada, também no caso de Mimoso elas devem ganhar sentidos quando vinculadas ao mercado turístico. Nessa perspectiva é possível fazer coincidir interesses de sem-terra e museus, patrimônio e turismo, o local e o universal tudo num plano sem rugas. É preciso buscar um tempo que não se deixa seduzir pela gramaticização, um tempo onde as coisas em movimento e em tensões podem escapar das produções de identidades.

A operação da patrimonialização ressoa também nas análises de MARCUSE (1982) em *O Homem Unidimensional* quando nos chamou a atenção para o fato de que, nas “sociedades industriais”, a comunicação teria sempre a tendência de se desviar do “desenvolvimento genuíno dos significados” (Op.cit. 1985:95). Nesse mesmo trabalho Marcuse nos chama a atenção para o fato de que em situações de perigo, aqui o risco de outra interpretação e relação com o a coisa patrimonializada, torna-se mais fácil converter interesses particulares em interesses de todos os **homens sensatos**: “As necessidades políticas da sociedade se tornam necessidades e aspirações individuais, sua satisfação promove os negócios e a comunidade, e o conjunto parece constituir a própria personificação da razão”. (Op.cit. 1985: 13). Considerando essa perspectiva, a patrimonialização também se nos apresenta como sendo uma forma de desvio a ser seguido por todos, para relação com as coisas as quais, submetidas à produção de

identidades em favor do bem patrimonializado, estariam sempre tentando nos desviar do jeito de ser local, das tensões de fazimentos. A patrimonialização é mais um projeto de retilinearização de cursos, correlativa às mesmas forças que sustentam os casos em que se produz a retilinearização de cursos d'água, sub a justificativa de que é necessário drenar o terreno para produção de pastos. Diante destes fatos “a busca por melhora” relativa ao fluxo de nossos interlocutores se torna cada vez mais necessária, ou seja, é imperativo se lançar em busca da melhora e escapar a esses processos que em nome da produtividades e das riquezas querem sempre converter os outros – pessoas, coisas, coisas personalizadas, pessoas coisificadas e coisas/pessoas - em respostas aos próprios interesses.

Outra pista por onde eles estão escapando nos é apresentado também quando observamos que as coisas também são compostas de almas, conforme apresentou Mauss (1974) tratado em Silveira (SILVEIRA et, al, 2005) também através da interpretação simbólica em Bachelard. Se a patrimonialização pretende produzir uma identidade entre o local e o geral especializando as coisas, as tornando patrimônio e produtos culturais é verdade também que ela não consegue vencer a batalha e é por isso, que o processo de tombamento precisa de suporte técnico e instrumentos de repressão, conforme consagrado no próprio Decreto de Tombamento: “Os danos e ameaças causados ao referido imóvel, por atos praticados por terceiros, sujeitarão aos infratores às penas previstas na legislação específica, sem prejuízo do pagamento da indenização correspondente”. (Art. 4 do Decreto de Tombamento nº 35/2010, Município de Mimoso do Sul/ES). As coisas transformadas em patrimônio cultural nas ações do Estado também marcam suas identidades pelos vínculos que estabelecem nas operações do mesmo Estado, assim, os danos causados ao bem patrimonializado chamam a criminalização, a repressão e a produção de dinheiro através das multas, repercutindo novas tensões e novas tentativas de apropriações. Na patrimonialização, portanto, a noção de retilinearização de cursos pautada no desenvolvimento de verdades universalizadas pretendem sustentar uma identidade absoluta capaz de tornar significativa a experiência de qualquer um com o bem patrimonializado, daí as possibilidades de apresentação de padrões turísticos nacionais e internacionais. Outra questão importante a ser destacada na patrimonialização é que ela não se prende ao tratamento da composição das coisas e sim das relações, mas não qualquer relação. A patrimonialização “constrói” coisas e pessoas a partir de uma

perspectiva que as direciona para defesa do vínculo à produção de riqueza pela lógica mercadológica e a supervalorização da presença das elites. Outrossim a patrimonialização se prende mesmo ao interesse na função que cada unidade pode desempenhar na realização do turismo, na produção e concentração de riquezas.

### **Uma outra dívida**

No quarto capítulo vimos como a noção de sistema apresentada por nossos interlocutores se movimenta através das tensões interpostas a partir do assessoramento técnico dos contratados pelo INCRA, o qual, segundo nossos interlocutores, ataca a possibilidade de fazimento fora dos cânones das relações de mercado. Naquele momento a noção de sistema surge como uma necessidade de realização do jeito de ser afrontado pelas ações do Estado. Outrossim, as tensões diante dos procedimentos desenvolvidos na realização dos dispositivos e a forma como nossos interlocutores as enfrentam, nos remetem – estamos com eles – à relação com um tempo redescoberto e é nesse momento que, inclusive, vemos distender os significados de outras tensões como as que vimos no capítulo dois a partir da drama padrinho/patrão e afilhado/meeiro, diarista e parceiro. Nos eventos recuperados pelos argumentos de nossos interlocutores locais pudemos observar a composição do ser: na não aceitação de uma conversão do corpo limitada à apropriação de suas forças em direção ao projeto de acumulação de riqueza, luta contra a gramaticização dos sentidos no esforço de produzir relações de exploração direcionadas, também “na mercadoria que produz valor” - distensão da dívida; na tensão que gera a territorialização, desterritorialização e reterritorialização – “na busca pela melhora”. Considerando que estamos falando de contextos que coincidem ou colidem com a produção do jeito de ser de nossos interlocutores precisamos indagar um pouco mais sobre como tudo isso se dá, quando há patrimonialização, novamente precisamos saber o que está em jogo.

Se os homens tivessem de comunicar-se sempre e por qualquer coisa, não haveria mais, propriamente, política, mas unicamente troca e conflito, sinais e respostas; mas, porque os homens têm, acima de tudo, de comunicar-se uma

pura comunicabilidade (isto é, a linguagem), então, a política surge como o vazio comunicativo em que o rosto humano emerge como tal. É desse espaço vazio que políticos e mediocratas ocupam-se de assegurar-se o controle, mantendo separado em uma esfera que lhes garante a inapropriabilidade e impedindo que a comunicatividade mesma venha à luz. Isso significa que a análise marxiana seja integrada no sentido de que o capitalismo (ou qualquer outro nome que se queira dar ao processo que hoje domina a história mundial) não era votado apenas à expropriação da atividade produtiva, mas também, e sobretudo, à alienação da própria linguagem, da própria natureza comunicativa do homem. (AGAMBEN, 2011:s/n)

Os argumentos de Valdivino Ferreira de Almeida ressoam frente a essa projeção de Giorgio Agambem. Lembramos que Valdivino Ferreira de Almeida já reclamava aqui da forma como os procedimentos técnicos/políticos do INCRA e da própria associação foram postos também tendo como objetivo esforços em separar as pessoas e religá-las através do mercado e dos projetos, tanto é assim que o próprio discurso técnico contratado pelo Estado pretende definir um perfil de cliente de suas ações no assentamento: “hoje o agricultor não é só morar, ele tem que conhecer os políticos do município, ele tem que conhecer o vereador, o Secretário de agricultura e quem vem de fora às vezes fica perdido”. (Cristiano de Oliveira, Mimoso dos Sul, maio de 2011). Vejam como novamente a noção de produção de identidade aparece nas interpretações dos procedimentos do Estado. O próprio técnico assevera que a família deve estar conectada às relações de forças locais, como condição até para produção da “boa agricultura”. Na patrimonialização novamente a tensão se nos apresenta, posto que ela também pretende fazer circular mercadorias, ou seja, os bens patrimonializados sem deixar de lado na circulação os próprios assentados, mas não em suas conexões próprias e históricas e sim a partir daquelas que ela produz. Nesse sentido é que os projetos relativos à patrimonialização visam o estabelecimento de uma nova conexão, colocando os assentados como responsáveis e herdeiros dos bens referentes às histórias das elites.

No percurso desenvolvido não seria possível tratar desse assunto sem fazer referência ao trabalho de Mombelli (2009). Aqui

destacamos a análise crítica desenvolvida pela autora sobre o já mencionado processo de patrimonialização:

As políticas voltadas à preservação cultural nas comunidades remanescentes de quilombos têm sido transformadas em ações institucionais com interesses políticos e associadas à promoção de atividades turísticas locais. Isso ocorreu com a Invernada dos Negros quando foi realizado o tombamento do cemitério da corredeira – localizado no núcleo da comunidade, por meio do decreto municipal em abril de 2003. Sem desmerecer a necessidade e a importância de políticas de tombamento nestas comunidades, o ato transformou-se em uma ação burocratizada de um órgão público do que um passo efetivo de uma política de preservação para o bem cultural em questão. Neste caso, a ação significou a identificação e delimitação física de uma área de aproximadamente 900 metros quadrados, em meio a uma plantação de pinus e eucalipto, sem considerar o seu entorno e as práticas relacionadas com o local, como por exemplo, os carreiros ou aceros como são denominados localmente como caminhos de acesso utilizados pelos moradores para a visitação do cemitério. Soma-se a isto, o fato da área tombada do cemitério não comportar mais sepultamentos do que os já realizados. A maioria deles tem sido feito no cemitério municipal São João, em Campos Novos. (MOMBELLI, 2009: 200-201)

Raquel Mombelli observa que além do processo de tombamento pinçar um campo santo de um território quilombola em processo de demarcação, ou seja, desconsiderando as composições que o referido cemitério estabelece com os quilombolas e com outros lugares reconhecidos localmente, a transformação do lugar sagrado em mercadoria turística também se produziu rendendo homenagem à história das elites, ação ratificada quando os profissionais do tombamento dão ao cemitério o nome de um dos inimigos históricos da comunidade, representante direto das famílias escravocratas na região:

Na entrada do cemitério uma placa de bronze em um pedestal de pedra traz um texto em homenagem ao advogado Henrique Rupp, responsável pelo processo de Ação de Divisão das terras da Invernada dos Negros, que tem como um dos principais desdobramentos a fragmentação das áreas de uso comum, inclusive a área do cemitério. (Op.cit., 2009:201)

Nesse processo de resignificação anuído pelo IPHAN, o cemitério mercadoria turística é salvaguardado como representante dos signos da escravidão a partir da perspectiva das elites, ação que perpetua a presença dos senhores de escravos em território quilombola, assim, gramaticizando um símbolo num novo contexto desconsiderando a perspectiva local que se afirma pela luta e resistência contra a própria escravidão. Na patrimonialização estudada por Mombelli no Território Quilombola de Invernada dos Negros, o sagrado se transforma em artefatos arqueológicos, inclusive os restos mortais dos ancestrais da comunidade, relíquias que passam a interessar aos consumidores de mercadorias turísticas. Outrossim, para a comunidade, o campo sagrado continua sendo um lugar seu, assim como dele ela é. Esses processos de recomposições que não cessam confrontam os interesses da patrimonialização se ligando às formas de resistência expressas pelos comunitários. No caso da Comunidade Quilombola de Invernada dos Negros, observou Mombelli, a manutenção das visitas processadas pelos descendentes daqueles que ali foram enterrados e que estão vinculados ao processo de escravidão, se desenvolve num tempo onde questões para além da patrimonialização são colocadas:

Sua família faz ‘visitação’ ao cemitério em ocasiões especiais e observam em meio a tantos outros túmulos, brotar pequenas mudas de araucária. Olham fixamente as mudas e se perguntam: seriam essas manifestações dos ancestrais impedindo o avanço do pinus? (Op.cit., 2009:202)

Nos argumentos dos interlocutores há tensões que escapam ao processo de patrimonialização. Uma dessas tensões destacada pela autora também por conta de seu interesse de pesquisa e a forma como pensa o fazer antropológico, diz respeito ao processo de disputa

territorial. O fato de que os ancestrais estão se expressando na composição com mudas de araucárias mexe com esse contexto de disputa, onde os *pinus* representam uma situação de ameaça, assim, os argumentos locais não deixam de tratar do tempo e do conflito. Relativo a esse plano de acontecimentos observados por Mombelli se nos apresenta um fato me apresentado por Sílvio Nazzari (Silvinho), sobrinho de Abramo Nazzari, quando conversávamos sobre o cemitério da Fazenda Independência em Mimoso do Sul, onde nossos interlocutores também se compõe. Disse-me Silvinho que certa vez apareceu um homem negro em Mimoso do Sul com uma mala grande e quando indagado disse que estava indo para a Fazenda Independência. Na Fazenda Independência esse homem procurou o cemitério e lá sepultou os restos mortais de uma pessoa e quando foi perguntado sobre o evento respondeu: “É meu parente que morreu no Rio de Janeiro e agora eu estou enterrando aqui, onde estão nossos ancestrais”. Esses eventos tratam de um tempo onde no processo de composição é possível ver sinais nas araucárias, nos *pinus*, nos territórios sagrados, sinais na tensão porque a araucária – símbolo ancestral – se nos apresenta em contexto de conflito, de luta, de resistência:

Tenho sublinhado ainda que os “patrimônios culturais” seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias crucias, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc. Nesse sentido, tenho sugerido a possibilidade de pensar o patrimônio em termos etnográficos, analisando-o como um “fato social total”, seguindo a rica noção de Marcel Mauss (2003, p. 185-318), e desnaturalizando seus usos nos modernos “discursos do patrimônio cultural”. (GONÇALVES, 2005: 16/17)

Vemos que o expediente denunciado por Mombelli através de sua tese de doutorado é o que trata de um processo de expropriação no território quilombola, ou seja, na patrimonialização, o campo santo se torna uma mercadoria representativa da história da elite escravocrata e tal observação nos é apresentada quando a antropóloga considera a

tentativa de silenciar outras composições, conforme demonstrado a partir do argumento local sobre a presença ancestral na tensão entre araucárias e pinus, que já sabemos está ligado às disputas territoriais locais. Ao mesmo tempo, Mombelli nos permite pensar sobre algo que é repetitivo na política de patrimonialização, que é o vínculo constante do patrimônio a uma noção de propriedade e de herança. Novamente a noção de que a patrimonialização se constitui a partir de uma gramática, referência que tem como força operativa a capacidade de promover experiências significativas, daí a possibilidade de transformação de campos santos, por exemplo, em mercadorias determinadas por interesses e sejam eles arqueológicos, históricos, arquitetônicos, políticos e comerciais. Mas essas mercadorias transformadas na patrimonialização, também são coisas com história e isso, também observamos imediatamente quando contatamos com o ponto de vista local, ou seja, um campo santo pode expressar a presença ancestral através de araucárias. Mas essas expressões que se referem a um tempo que não se perde se dá também no campo das tensões das ambiguidades e não se permitem perder as rugas, suas multiplicidades.

Já havíamos anunciado nos capítulos anteriores a importância de se pensar que as coisas possuem alma e sobre isso falamos considerando argumentos das pesquisas antropológicas que relacionam os trabalhos de Mauss sobre a dádiva, quando também destacamos a noção de símbolo desenvolvida nos trabalhos vinculados ao Movimento Anti-utilitarista das Ciências Sociais. Ao atravessarmos pelas rachaduras do armazém na companhia de nossos interlocutores locais, nos metemos num plano de acontecimentos, onde a patrimonialização se constitui em mais um dispositivo, mas que em seu relacionamento de força não consegue impedir os escapes das forças locais em recomposição. Alguém pensará que o que falta então é uma patrimonialização que faça coincidir o processo de elitização com o processo de composição pensado pelos interlocutores locais. Impossível porque as duas perspectivas estão inseridas nas lutas que elas se constituem. Nesse sentido o armazém, os casarões, as senzalas, os cemitérios, os pontões, poderão ser, e estão sendo mesmo, patrimonializados, mas isso não se dará em outros movimentos – os das composições de nossos interlocutores – pois estes expressaram outras coisas, ou seja, não a penas o fluxo da circulação de mercadorias. Entretanto não podemos cair em outro erro comum, que é o de acreditar que os movimentos diferentes se nos apresentam em campos diferentes e que por conta disso estariam constituindo mundos diferentes: sistemas

de mercadorias versus um sistema de dádivas locais, a realização da patrimonialização de um lado e o jeito de ser de nossos interlocutores de outro lado. Neste trabalho falo de campos de batalhas onde as coisas se chocam por estarem sendo compostas e escapando num mesmo plano e é nele que a diferença se produz. Nesse sentido que podemos pensar sobre o que significa para o senhor Valdivino Ferreira de Almeida realizar o **sistema**, e como vimos realizar o sistema é um desafio, um enfrentamento, lançar “uma coisa insignificante” dentro da disputa e não um projeto a parte num sistema fechado.

Outro aspecto que escapa ao processo de patrimonialização é que as mudas de bananeira de Valdivino Ferreira de Almeida, as outras frutas de seu pomar, o dia de serviço e os porcos se deslocam carregados pelas forças de seus processos de composição, enquanto os bens patrimonializados<sup>59</sup> representam uma certa perspectiva: a vitória nas histórias das elites. No mesmo plano de acontecimentos enquanto nossos interlocutores fazem circular relações sociais (STRATHERN, 2006:133), na patrimonialização as coisas ganham valor quando representam identidades com um mercado de bens culturais, e no caso dos bens patrimonializados em Mimoso do Sul, as mercadorias devem chegar ao mercado carregadas apenas com a alma das elites, ao mesmo tempo em que se pretende fazer com que nossos interlocutores também convertam suas relações com as coisas patrimonializadas através da exploração dos projetos turísticos, para tanto é necessário esquecer o que foi um casarão, uma senzala e o que é um cemitério para viver a patrimonialização<sup>60</sup>. Assim, quando alguém se desloca do Rio de Janeiro

---

<sup>59</sup> No texto *O patrimônio como categoria de pensamento* Gonçalves (2003: 21/29) chama a atenção utilizando uma oposição entre sociedades modernas e sociedades não-modernas, para o fato que nas primeiras sociedades a categoria patrimonialização não necessariamente articulam a noção de patrimônio com a ideia de reter bens e acumular, assinalando que nas segundas: “É uma categoria individualizada, seja como patrimônio e financeiro, seja como patrimônio cultural seja como patrimônio genético etc.” (Op. Cit.: 23). Embora não trabalhe em meu texto na perspectiva que estabeleça uma comparação entre modernos e não modernos, já que trato do processo de composição e conflito. Entretanto considero nesse trabalho, em situações de conflito, as diferenças em que a utilização da noção de patrimônio nos leva e, mais especificamente, as tensões na patrimonialização das coisas produzidas no local da pesquisa.

<sup>60</sup> Obviamente não deixo de considerar na composição dessa crítica, os

carregando os restos mortais de seu parente para enterrá-lo junto dos seus ancestrais, ele está fugindo ao processo de patrimonialização, lutando contra mais uma tentativa de aprisionamento enquanto realiza um jeito de ser. Ainda sobre este assunto, faço referência a Peixoto (2002), quando argumenta sobre o conceito de histeria do patrimônio, referindo-se ao:

[...] confronto entre um patrimônio mais oficial e elitista e um patrimônio de objetos vulgares ligados ao cotidiano. Mas também num confronto entre um patrimônio feito de construções vernaculares monumentalizadas, marcado por uma antiguidade prestigiada, e um patrimônio constituído pelos testemunhos mais recentes da atividade humana; revela-se, finalmente, no confronto entre o caráter material dos artefatos patrimônios e um patrimônio intangível, ligado às mentalidades, às representações e ao saber fazer.” (PEIXOTO, 2002:05)

Nesse percurso é que podemos dizer que as famílias, nos processos de aplicação da Reforma Agrária, estão tomando posse de um espaço que está sendo “patrimonializado”, deslocando os efeitos, inclusive imateriais, para um outro soterramento e esquecimento nas políticas públicas. Podemos argumentar que a aplicação do modelo adotado pelo INCRA novamente silencia significados produzidos por sujeitos históricos<sup>61</sup>. De outro modo, o que seria patrimonializar monumentos produzidos desde a escravidão, não reconhecendo os processos de territorializações desempenhados pelos sujeitos em composição nesse mesmo processo histórico que dá vida aos monumentos. Considerando que, no modelo aplicado pelo INCRA, os

---

trabalhos realizados através da Associação Brasileira de Antropologia – ABA, também divulgados através do livro *Antropologia Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*.

<sup>61</sup> Ver também sobre esse tema – o sisma entre patrimônio cultural tangível e intangível – o trabalho de Regina Abreu Chagas no Livro *Memória e patrimônio*. Neste trabalho a autora não deixa de considerar os efeitos da patrimonialização a partir da interpretação dos Artigos 215 e 216 da Constituição Federal e da aprovação do Decreto 3.551, de 4 de agosto ambos pretendendo enfrentar o sisma referido e também descortinando possibilidades para o enfrentamento da elitização do patrimônio.

instrumentos de investigação não são nem mesmo aqueles dispensados às comunidades remanescentes de quilombos ou às comunidades negras tradicionais ou aos grupos étnicos e considerando ainda que a maioria das famílias assentadas esteja vinculada à região, quais são as consequências do não reconhecimento dos processos de composição das pessoas, das coisas, das relações sociais e das famílias assentadas na região? Neste sentido, a política de reforma agrária pode estar produzindo, também em Mimoso do Sul, um processo de marginalização. O movimento do Estado também é ambíguo, ao mesmo tempo em que pretende incluir através da distribuição de lotes e da patrimonialização, silencia os processos de territorializações étnicas vivenciados pelas famílias. Também compõe esse processo de marginalização nas ações do Estado o fato de algumas famílias entrevistadas não poderem relacionar seus filhos nos cadastros do INCRA, como é o caso do casal Creusa e Carlos que têm dois filhos presos e não constam no cadastro das famílias contempladas, ou seja, para o INCRA a família se compõe sem a presença dos parentes penalizados.

Para ganharmos intensidade nesse projeto, retomo a citação inicial desse subitem pela tensão desenvolvida entre tangível e intangível, também expressa na patrimonialização. Quero argumentar que nesse processo de patrimonialização são subtraídas as almas das coisas, especificamente as almas referentes às famílias negras. Quando me refiro à alma, estou dizendo de algo que é significado pelos sujeitos locais. Neste sentido, concordo com o argumento de Godelier (2001) que, ao se referir à potencialidade dos significados de *Mana* interpretado por Mauss (2003), afirma não ser possível separar o imaginário do simbólico, nem estabelecer uma sobredeterminação do simbólico. De um lado, a patrimonialização funciona como dispositivo, porque também se torna um instrumento de poder num contexto de disputa e exclusão. De outro modo, a mesma patrimonialização deve ser interpretada diante da desantropomorfização, na medida em que a promoção do silêncio dos significados e a afirmação de um certo contexto se apresenta a partir da retirada das almas das coisas, operação esta que não entende o mundo, os seres e os entes como acontecimento que ganham sentido na relação (HEIDEGGER, 1988)

[Risos] *Sim já ouvi falar, eles iam para Santana, seu Bastião Custódio contava para nós porque o pai dele foi escravo na Independência. A Santana*

*era fazenda mais velha que existia antigamente e lá eles começaram a trabalhar como diaristas, como colonos. Ele falava para gente que o pai dele dizia que na Independência era obrigado e na Santana era vontade livre. Na escravidão a comida dos escravos era canjiquinha e feijão e eles não podia comer mais nada não. Os descendentes dos Custódios ainda moram ali, perto daquele acampamento que fica na frente da Independência, eles receberam aquelas terras ainda na escravidão, os que moram lá são netos dos escravos, entrando ali você vai encontrar todos os parentes dos Custódio, as netas as filhas tudo mais velhas do que eu. Eles receberam aquelas terras dos Monteiros. O Monteiro comprou a fazenda para acabar com a escravidão e o Monteiro comprou a fazenda do José Gonçalves. Esse Monteiro vendeu uma fazenda em Ubá - pra cima de Muriaé e veio para Independência comprando mil e duzentos alqueires de terra e essa terra podia ser deles porque na Lei era deles e foram eles que abriram isso, comendo angu e canjiquinha com feijão. Na Fazenda Recreio, não é todos os dias, mas tem dia que você vê uma montoeira de conversa e não vê ninguém é igual a Cascata e lá desmancharam um quartinho por conta disso. No Recreio tem um quarto também que ninguém entra. Essas fazendas foram todas feitas por escravos, são entulho (também conhecida como pau a pique) braúna e ipê, pau pra toda vida! Meu pai falava que antigamente as madeiras recebiam muito oxigênio e então elas quase não brocavam. Então os madeireiros iam fazer uma fazenda, marcavam a lua e botavam os escravos para tirar aquelas madeiras, passando a lua cheia três dias pode tirar a madeira e antes de fazer o quarto para nova tem que parar de tirar a madeira e como a gente, agora nós não temos mais aquela geração forte né? Pelo o que a gente come, todos afetados por gasolina nós não recebemos mais aquele ar bom como nós recebíamos não. (Sebastião Gormni – Salu, córrego São João, 2011)*

*Ilustração 22: Imagem do imóvel patrimonializado no Assentamento União, 2011.*



A experiência do armazém com Abramo e Gaer criaram condições para que eu possa pensar no quanto está imbricado os argumentos de Gornni sobre o mundo que se constrói no mesmo tempo em que se desenvolvem as pessoas na região da pesquisa. Nesse sentido é impossível olhar para o casarão patrimonializado e simplesmente ser informado sobre um circuito nacional e internacional onde circulem mercadorias. Tal relação entre o que se pensa quando se trata do que se efetiva no local da pesquisa, com a história de nossos interlocutores nos arrebatam e, por sua vez, torna evidente o fato de que os próprios monumentos “são relações sociais” e de que neles se compõe a presença dos ancestrais de nossos interlocutores brotando, como já nos apresentou Mombelli, em mudas de araucárias nos Quilombos de Invernada dos Negros, ou nas marcas de sangue nas paredes da Palestina ou nas vozes ouvidas mesmo quando as paredes são demolidas

conforme relato de nossos interlocutores em Mimosos do Sul: “Na fazenda Palestina o senhor Luiz contou uma história que o homem se matou lá dentro e depois limpou o sangue, mas hoje você chega lá e o sangue está do mesmo jeito, você acredita nisso?” (Senhora Maria Creusa Carvalho Dias (52 anos) – Assentamento Palestina, 2011). Isso nos remete aos argumentos apresentados por Eduardo Viveiros de Castro (2002) acerca da forma como os antropólogos tratam os argumentos de seus interlocutores, nesses eventos em que se quer testar o fazer antropológico nos campos de produção da verdade científica. Mas não precisamos ir junto com Viveiros de Castro e novamente entrarmos na discussão se o homem limpou mesmo a sangue, ou se nossos interlocutores estão dizendo a verdade ou não, ou se devemos buscar um campo de prova fora do contexto para testar os argumentos locais. O que deve nos interessar aqui é apenas a pergunta transformada para o nosso contexto, o contexto da pesquisa em Mimoso do Sul: o que vale uma parede com sangue que não pode ser limpo? Nesse sentido podemos dizer que o valor dessa marca é a presença de um tempo que não para de se repetir, tempo que impõe – novamente – à história social das coisas.

Novamente nossos interlocutores passam pelas rachaduras, novamente atravessam as portas dos casarões com as bandeiras, os cantos, os movimentos produzidos na realização das Folias de Reis, embora se insista na tentativa de produzir mercadorias na polarização, na produção da patrimonialização pelo sisma entre material e imaterial e pela elitização no esforço da conversão da presença em sem-terra e em patrimônio. Desenvolve-se uma tensão na forma como os dispositivos pretendem tratar nossos interlocutores em Mimoso do Sul. Ao pensarmos sobre os argumentos postos, vemos o esforço em estabelecer uma continuidade entre o que se deu ainda na escravidão, com os interesses que se distendem e se nos apresenta na atualidade. Assim é que o dispositivo parece depender de um esforço de atualização. Por outro lado, e na tensão que se interpõe, nossos interlocutores se deslocam através de forças “liminares<sup>62</sup>”. Nesse sentido é interessante

---

<sup>62</sup> “[...] então no meio, entre e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes e convenções cerimoniais. Seus atributos ambíguos e indeterminados exprimem-se por uma rica variedade de símbolos, naquelas várias sociedades que ritualizam as transições sociais e culturais. Assim, a liminaridade é frequentemente comparada à morte, ao estar no útero, à invisibilidade, à escuridão, à bissexualidade, as

retomarmos um dos argumentos apresentados por Valdivino Ferreira de Almeida que também está diretamente ligado ao tempo da liminaridade:

*O pessoal antigamente era acostumado com a vida e não contava dificuldade não, a gente hoje é que conta dificuldade. O pai do meu avô veio de fora caçar melhora só que não acharam e o que fazia o pessoal mudar era caçar melhora. Alguns largavam a família para mudar de Estado e de setor para caçar melhora e lá não encontravam então as vezes voltavam ou [...] Então lá encontravam outra mulher e ficavam, a outra família ficava perdida, então o que fez as famílias se espelharem foram as dificuldades. Na verdade eram os homens que mudavam, eles é que iam caçar melhora. O pai do meu avô veio de Minas, mas ele largou uma família lá em Minas e depois ele saiu daqui e voltou para Minas e lá ele morreu em Minas. Quando ele veio para cá ele trouxe esses filhos: tio Laurentino, tio Zé, tio Aprígio [Aparício], tia Luzia tudo eu conheci e quando meu bisavô envelheceu ele quis voltar para Minas para ver a família que tinha ficado lá, mas aí ele teve aquela doença uma tal de bexiga, que nós chamamos catapora né. Ele ia daqui para Minas a pé, ia baldeando para num lugar trabalhava um pouco depois seguia de novo, mas ele morreu antes de chegar lá. Antes tinha aquela história que a pessoa morreu e um falava para o outro e ele foi para Minas, mas morreu antes de chegar na Cidade dele e ele queria ver o pessoal dele que havia deixado lá em Minas, mas ele morreu antes. (Valdivino Ferreira de Almeida, córrego São João, 2011)*

A noção de caçar melhora presente nos argumentos de nossos interlocutores locais, se refere aos diferentes contextos em que eles tiveram que realizar suas composições. Assim, essa noção também expressa a necessidade de escapar, o desejo de caçar - ***o que fazia o pessoal mudar era caçar melhora***. As forças que os empurram à caça se distendem em vários contextos, as histórias das distensões desses

---

regiões selvagens e a um eclipse do sol e da lua. (TURNER, 1974: 117).

contextos diz da presença de nossos interlocutores. Vinculado a esse assunto a literatura etnográfica já nos informou também quando da divulgação dos trabalhos de Pierre Clastres (1974). Segundo Clastres, os Tupi-Guarani lutam pela realização do Múltiplo contra a efetivação do Um. Tal batalha é vista por Clastres na consideração de que o Um sem o Múltiplo representaria o mal e uma das expressões do mal, a central em estudo, seria a constituição do poder político desvinculado da realização cotidiana, ao seja, a centralidade no Estado. Nesse sentido é que os Tupi-Guarani nos apresentam a busca por uma terra sem males, como mais uma batalha contra o Um, contra o Estado.

Podemos pensar, conforme me disse certa vez uma das lideranças Guarani M'bia na Terra Indígena Morro dos Cavalos em Santa Catarina, que a busca pela terra sem males não é uma projeção para um lugar específico seja ele depois dos mares ou em outro ponto, mas se refere também a luta contra ao que ameaça a realização do múltiplo, nesse sentido a terra sem males se expressa, como necessidade, na forma como se vive, como se luta pela produção da existência: “É esse o pensamento selvagem que quase cega por tanta luz, nos diz que o lugar de nascimento do Mal, da fonte da infelicidade, é o Um”. Clastres (2004:24). Assim, a batalha contra o Mal – o que envolve também a necessidade de deslocamentos – se processa nos esforços para produção do ser e das coisas. Quando a luta Guarani se refere a realização do Múltiplo e também se expressa não necessariamente num ponto de chegada – uma terra sem mal é também a necessidade de processar um jeito de ser – lutar contra o mal - faz ressoar o que vemos expressar nas lutas dos interlocutores locais em Mimoso do Sul/ES.

A partir do que ressoa em Mimosos do Sul e em relação à interpretação Guarani feita por Clastres e pelo próprio Guarani de Morro dos Cavalos/SC podemos diz o seguinte. A luta na realização do jeito de ser em Mimoso já não se dá contra um Estado que se apresenta como o Um, ali o Estado se decompõe nos dispositivos produzidos, ou seja, em Mimoso do Sul a luta se processa contra a composição do relacionamento de forças. A luta de resistência para que a vida passe já não é a luta contra o Um, nem mesmo o Estado é assim, o ser do Estado, já uma composição, não se processa conforme uma unidade já dada. A resistência se dá na configuração dos dispositivos.

Os procedimentos do INCRA, quando tratam nossos interlocutores como através das transformações dos vínculos locais - sem terra – **separação**; entrando nos acampamentos: “aí o presidente do sindicato disse para mim: vá lá e monta uma barraca” – **crise**; na

integração, quando as famílias são tratadas como assentadas – **reintegração**; operando mecanismos similares, na patrimonialização onde nossos interlocutores são afastados de suas territorialidades do tempo em que as coisas e eles são produzidos – **separação**; quando a partir da separação passam a ameaçar os bens delimitados nos interesses elitistas, o que os leva a serem tratados como ameaça e como vândalos conforme, inclusive, os decretos municipais sobre a responsabilidade e penalização – **crise**; quando finalmente são encaixados, por serem assentados e ex-sem-terra, ao processo administrativo dos bens patrimonializados – **reintegração**, a ponto de na patrimonialização a pergunta sobre os bens visitados remeterem para uma gramática universal e não para a história das relações sociais constituídas localmente. Ao mesmo tempo essa capacidade de compor, presente no deslocamento histórico de nossos interlocutores, nos faz pensar que tal deslocamento se refere a esse constante fazimento, que é também um histórico de tensões e de conflitos, uma distensão limiar. Referente ao mesmo fluxo observamos quando nossos interlocutores locais se referem à **caça por melhora** a relacionando aos efeitos das relações de gênero, às questões demográficas e ao processo de territorializações, expressões que Valdivino Ferreira de Almeida também vincula à interpretação dos efeitos bíblicos cristãos:

*Eu não sei o que está acontecendo, mas tem aquele negócio da Torre de Babel né, quando na valentia deles queriam ganhar Jesus, não sei se você acredita né, aí Jesus fez eles ficarem com a língua desentendendo um do outro aí não entenderam mais o trabalho aí a torre não foi a frente, Jesus tinha que dá um corte neles e ele não queria matar ninguém aí então ele dominou eles para não entender uma língua do outro, a torre foi subindo aí quando um pedia uma coisa o outro não sabia o que ele havia pedido e foi que a torre não foi a frente. Tá vendo, então as vezes - quem lê as escrituras vê, porque as vezes... Então não sei por que Deus deixou assim também, os pessoas com o passar dos tempos irem se separando né? (Valdivino Ferreira de Almeida, córrego São João, 2011)*

Muito bem, mas tanto os Guarani M'bia em vários lugares da América quanto nossos interlocutores em Mimoso do Sul não buscam realizar seus jeitos de ser num plano homogeneizado, sendo o que são – compondo-se em seus tempos – realizam suas especificidades e é assim que as percebemos, como uma necessidade. Os Guarani buscam acessar a terra perfeita (Yvyju-mirí), através do jeito de ser Guarani, nossos interlocutores caçam melhora não de qualquer jeito e as especificidades por eles produzidas, conforme temos dito, não restam silenciadas nos dispositivos e através das tensões buscam formas de escapar. Tanto a aplicação da Reforma Agrária quanto a realização da patrimonialização em Mimoso do Sul são realizadas prescindindo da observação dos movimentos que constituem os seres: tanto nossos interlocutores, quanto os mundos onde eles compõe e são compostos. Os dispositivos **produzem** pessoas e mundos com os quais fazem políticas geram estatísticas, aplicam recursos, elegem candidatos, etc. Entretanto não conseguem dar conta de tudo e o que escapa permanece produzindo novidade em novas composições em novas tensões.

Os dispositivos mexem com coisas que tem suas histórias de composição e mesmo quando eles, os dispositivos, almejam um plano sem rugas, mesmo quando eles precisam se desenvolver pisando sob corpos silenciados, eles expressam também rachaduras, suas contradições. O tempo produz rachaduras e pequenas passagem nas quais a vida se desloca e é preciso vê-la em composição; e é exatamente esse lugar de onde se vê o que passa - o lugar da técnica/política, o lugar da ciência, o lugar da filosofia... -, aí que nos colocamos pois a forma como essas passagens expressam a vida em composição que os dispositivos pretendem fazer curvar a vida, ao mesmo tempo o se colocar em contato com as rachaduras será sempre uma questão de necessidade, uma batalha em planos onde a vida está sendo ameaçada e onde ela produz suas resistências. Aqui uma diferença importante: não é que o dispositivo não trate da composição, já sabemos que ele é um relacionamento de forças, porém um relacionamento de forças interessando em gerar coisas como mercadorias, controle, produtividade, privilégios. Já a vida que escapa qual no engajamento, busca composições diferentes, a diferença na circulação de mudas de bananeiras, situação na qual se envolve Valdivino Ferreira de Almeida e seus parentes, conhecidos e outros com quem faz negócio.

## Considerações Finais

Desde o primeiro capítulo apresentei o argumento de que, desde o movimento histórico de transição no fim da escravidão, os os interlocutores do trabalho e seus ancestrais – tratados à época como escravos, Pury e Botocudos – eram percebidos como perigosos transitando nos sertões, nas matas e nos quilombos; aliados nas ações de combate aos outros inimigos como os indígenas, na formação das tropas, principalmente as de pedestres nos lugares de mais baixa patente; como necessários na produção das condições materiais de existência e na empresa imperial portuguesa sem, em todos os casos, deixarem de serem também ambíguos e perigosos. Esses aspectos e tantos outros marcam a presença dessas pessoas como elementos liminares, bem como seus processos de composição e decomposição.

Uma das referências importantes apresentada através dos capítulos é que, desde o período de transição no final da escravidão, a composição das categorias utilizadas no estabelecimentos dos dispositivos dependem das ambiguidades, dos sentidos liminares, dos jogos de pouca luz da necessidade de produzir cismas entre as pessoas e as coisas. Nesse sentido é que fizemos a questão, por exemplo, de destacar o fato de que a noção de colonos, operada inclusive no dispositivo Reforma Agrária, se compõe através do fluxo dos escravos e dos indígenas, e que esses fluxos formam, desde sempre, as identidades projetadas localmente, embora isso não seja tratado de forma explícita nos dispositivos realizando, assim, uma estratégia necessária na produção dos sujeitos do dispositivo inclusive o meio ambiente, a natureza, os casarões e as senzalas tornados patrimônio. No mesmo percurso podemos afirmar que a categoria diarista também segue a mesma genealogia, ou seja, ela é algo intensificado em momentos de crise, iminência e fim da escravidão, e também tem as suas repercussões históricas nos mesmos fluxos e composições que envolvem e escapam os quilombolas, os escravizados e os indígenas. Esses dados, por exemplo, podem servir às discussões sobre a aplicação dos interesses e direitos étnicos inclusive os indígenas e quilombolas no lugar da pesquisa, outros planos abertos e já transitado por alguns pesquisadores, como é o caso – por exemplo – de Osvaldo Martins de Oliveira. No que diz respeito aos interesses quilombolas os esforços que produzi aqui pedem articulação e diálogo com esses estudos e vale comentar o fato de que no mesmo Estado do Espírito Santo O dispositivo reforma agrária tem sido utilizado em outros vários lugares, o que nos leva a

necessidade de refletir sobre esse modelo aplicado em várias configurações sociais, apontando os trabalhos desenvolvidos pelo INCRA como um excelente campo de testes.

Além desses aspectos mencionados, contribuíram para a composição das imagens liminares, as ações diretas que principalmente intentavam manter a concentração das riquezas produzidas nas mãos dos proprietários das terras, terras que, conforme vimos, não foram redistribuídas aos antigos escravos. Nesse percurso destacamos, entre os expedientes apresentados, as tentativas de controle sobre as famílias, através dos contratos de colonização que pretenderam reterritorializar, desterritorializando, também através das alforrias condicionadas, na composição de novos personagens, que no sul do Estado do Espírito Santo também estão vinculados à presença indígena - figuras que passam a ser identificadas como colonos nacionais. Esse esforço na territorialização dos “colonos nacionais” se desenvolve no mesmo tempo em que se intensifica o trânsito de pessoas, daí na configuração dos contratos, além dos argumentos morais estabelecidos na noção de dívida instaurada pelas alforrias condicionadas, os dispositivos jurídicos com vista a manter preso às propriedades e, conseqüentemente, a produção desses colonos nacionais. Nesse percurso vimos que os movimentos de desterritorialização não cessaram inclusive comentamos sobre as reclamações dos fazendeiros sobre o deslocamentos de vários escravos das antigas fazendas, como foi o caso da propriedade de Matheus Vieira Machado o qual levou o assunto aos jornais para reclamar do que para ele foi um “comportamento abusivo” de seus vizinhos, os quais recebiam em suas propriedades para o trabalho pessoas que haviam sido escravizadas na sua fazenda. Esse fluxo se refere e se articula, conforme asseveramos, ao transito de indígenas e “fugidos” pelos sertões, às práticas efetivadas por escravizados e fugidos de cultivar pequenos sítios ou outras fazendas, compondo com os proprietários os quais nas denúncias eram identificados por seus colegas fazendeiros como “coniventes das ilegalidades” e praticantes de um “mal” pior do que a realização dos quilombos, inimigos da ordem estabelecida em favor deles, proprietários.

Nesse percurso é que somos surpreendidos pela beleza da noção de **campo negro**, desenvolvida por Flávio Gomes quando observa em suas pesquisas a impossibilidade de tratar a noção de quilombos como um isolado social. Esse historiador se relaciona aos pesquisadores que, acompanhando os trânsitos dos escravos, me permitiram entender ainda mais a noção de composição, entender como

– por exemplo – Affonso, escravizado na mesma fazenda União, que agora é assentamento, pode viver tanto tempo fugido, ou seja, como pode ser possível um escravizado se deslocar num plano de acontecimentos resistindo inclusive a gramática que nos jornais identificava os “fugidos” por marcas no corpo, jeito de andar, de falar, pelas habilidades no trabalho, o jeito de olhar, etc. Assim, fomos remetidos a várias articulações e não deixamos de reconhecê-las – nossas articulações – são distensões de outras já havidas e nesse sentido nossa caminhada recebia fôlego, como quando nos encontramos com o noção de **quilombismo** de Nascimento (2002) nos fazendo referência ao movimento histórico que articula todos essas batalhas, tudo isso, é claro, devemos à gentileza de nossos interlocutores que abriram mais do que suas casas para nos receber, pessoas que me deixaram à vontade em seus tempos, em suas sensações, em suas histórias nas quais embarcamos. Imagens desses fluxos acessamos a partir dos discursos de alguns de nossos interlocutores locais, que – por exemplo - comentaram sobre a grande quantidade de pessoas transitando pelas fazendas, o que se relacionava à presença dos **diaristas**, presença que não para de repercutir inclusive aparecendo no composto de relacionamento de forças estabelecido nos argumentos da Reforma Agrária no local e na convenção em “sem terra”. Entendemos a partir daí os significados, as intensidades da **caça de melhora**, bem como o argumento filosófico de que todo o conceito tem história.

Intentamos demonstrar elementos desses movimentos de distensões liminares nos quais nossos interlocutores seguem batalhando para que a vida possa passar. Nesse esforço destacamos maneiras em que a composição dos relacionamentos de forças não são suficientes para que a vida reste presa nas jaulas das coisas indesejáveis. Também apontamos que entre, as estratégias desenvolvidas nos dispositivos, há esforços em desterritorializar nossos interlocutores de suas histórias e, conseqüentemente, fazer cessar os vínculos desterritorializando também os próprios lugares produzidos no mesmo tempo histórico de composição de nossos interlocutores. Nessa análise também observamos que, para a realização dos dispositivos, há também um esforço em territorializar os mundos e as pessoas, assim que encontramos as distensões dos significados de sem-terra, assentamento e patrimonialização. Para suas existências os dispositivos precisam desenvolver novas técnicas de controle e produzir a existência de novos mundos, aí que vimos que para a produção dos “sem-terra” é necessário desconsiderar o movimento das coisas, é necessário aceitar tudo como

dado *a priori*. Ao olharmos a produção do sujeito sem terra na realização do dispositivo Reforma Agrária observamos também como os próprios mundos são produzidos nesses relacionamentos de forças.

O mundo repartido em coisas dadas *a priori*, desde o início é enfrentado por nossos interlocutores. Há planos de luta que não desenvolvem um tempo linear, no mesmo percurso os eventos vão buscando conexões fazendo ressoar vários outros planos, os quais também não são projetados *a priori*, por que expressão a vida que está passando. As tensões repercutidas me fizeram pensar na desantropomorfização, como possibilidade de analisar mecanismo de separação das coisas das pessoas dos mundos, pela destituição de sentidos para afirmação de outros. A partir dessa noção reconheci na presença dos interlocutores locais a constituição da noção de composição, que só pode ser acessada quando se compreende as referidas estratégias presentes nos relacionamentos de forças, nas práticas. Nesse sentido é que a desantropomorfização passa a ser tratada como uma possibilidade de ver as coisas, inclusive as pessoas, em processo de composição, daí a necessidade de ser sempre remetido ao processo de composição não se prendendo às separações à histórias das origens.

O projeto de Reforma Agrária como **dispositivo** intenta fazer os corpos produzirem mercadorias para, assim, se constituírem no mercado a partir, é claro, do pagamento da dívida que contraíram com o Estado, Estado que também está se constituindo nas composições que o faz presente, ou seja, nas organizações e desorganizações dos relacionamentos de força. Relacionamentos que querem sempre mais, querem que as pessoas desejem mas não qualquer coisa pretendem articular os desejos ao mercado, ao assujeitamento e para tanto acionam suas burocracias concomitante ao esforço de silenciar o que é diferente, o que causa prejuízo à proposta. Essa decomposição se torna uma das condições para o estabelecimento de novos relacionamentos de forças, como é o caso da patrimonialização, que trata o lugar como algo que arrisca a história da presença das elites, daí a necessidade de proteger os bens materiais que fazem referência à essa presença, que não pode se constituir sem considerar a existência da ameaça. Dessa forma recorre – outra vez – aos dispositivos legais para identificar os vândalos e desenvolver formas de controlá-los. Nesse mesmo movimento observamos no projeto que articula a patrimonialização e a reforma agrária aplicada localmente, um aspecto muito interessante quando os assentados são indicados para trabalhar no projeto que articula a política

de patrimonialização com o turismo, ou seja, se existe a figura dos vândalos, para que ela não se confunda com a presença dos sem-terra tornados assentados é necessário um novo assujeitamento que comprometa e controle as pessoas, para que elas não atravessem o limite das ameaças, daí a conexão entre sem-terra – assentados e patrimonialização contra as ameaças inclusive do vandalismo.

Por outro lado, conforme já demonstramos antes e com a articulação em Agamben (1993), a manifestação de algo traz em si o esforço de se livrar de algumas coisas, e quando isso acontece, o inesperado, o escroto, aquilo que se quer esconder também aparece, e nessa hora há sempre a possibilidade de novas forças, novas composições, daí a necessidade de se colocar nas experiências cotidianas e ali percebermos as coisas que estão escapando e como elas estão conseguindo isso. Outrossim, não podemos deixar de pensar que as coisas efetivamente possuem alma e que os relacionamentos de força pretendem, mas não conseguem, fazê-las parar de passar ou convertê-las em direção à certas concepções de mercado ou de produtividade. Nesse sentido é que asseveramos que as estratégias dos dispositivos estudados pela pesquisa quando pretendem a transformação das pessoas pela estrutura mercadológica, falham – por exemplo - diante da resistência de Valdivino Ferreira de Almeida, seus parentes e vizinhos através da teimosia em realizar o **sistema**. Os projetos burocráticos nos dispositivos não suportam essa resistência e nessa hora, somos remetidos novamente ao escape de estruturas como padrinho/patrão/afilhado/empregado é, novamente, o tempo que se abre para que possamos ver resistência e repensar sobre tudo.

A partir desses argumentos locais revimos outros planos de acontecimentos apresentados nos trabalhos de outros autores e aí percebemos como esses contextos ressoam, desta forma é que podemos ver passar no **sistema**, segundo os interlocutores locais, algo relativo a noção de estética em Strathern quando ela afirma que a beleza nas sociedades melanésias também depende da realização da “capacidade adequada de apreciação”. Sugerimos nesse percurso que essas articulações também nos remetem às questões apresentadas por Marx, quando da discussão sobre o “duplo caráter da mercadoria”, ou seja, a relação entre valor de uso e valor de troca, percurso que nos leva à outras surpresas, inclusive referentes aos contextos e posicionamento dos autores que apresentamos nesse trabalho, mas que não foram tratados nesta tese nas distensões que exigem ficando assim para outros encontros. Não obstante as possibilidades que esse trabalho pode ter

apontado e não tratado, entendo que não deixamos de destacar também que o estudo de Marcel Mauss tem uma centralidade em nosso esforço e que a noção de que “as coisas tem alma”, desde as interpretações do Movimento Anti-utilitarista das Ciências Sociais, nos remete necessariamente aos planos de acontecimentos e à outras possibilidades de composições.

A abertura e o acesso ao tempo dos acontecimentos, das rachaduras se nos apresenta no movimento de composição, ou seja, não há uma estratégia que determine o presente não obstante o fato de que o trânsito reflete a composição de algumas referências já produzidas. Trouxemos exemplos como aquele quando dona Antônia Estácio nos conta o caso em que um de seus netos, por ter sofrido um acidente de moto - fato muito comum na região da pesquisa - se viu impossibilitado de cuidar da lavoura de café que havia assumido em outra propriedade. No momento em que o acidente os afeta, também se intensifica o incerto e nessa hora vem à referência, algo que “Deus lhes deu” e que na igreja católica eles vão articular à **oferta de dia de serviço**. O fato de terem aplicado a possibilidade de enfrentamento da crise estabelecida com o acidente, não significou que já era certo que isso viesse a acontecer, tanto que nossa interlocutora, a avó, se surpreende com a solução, ou seja, quando se decide aplicar a referência, uma outra incerteza se segue, será que o neto, ela, sua família e toda comunidade merecem a aplicação disso que é dado por Deus? Outrossim, o fato da expectativa e do risco ter sido instaurado nos mostra também que quando o neto se lança para fora e em nova composição, por mais que ele tenha as referências no vivido, é sempre uma possibilidade, uma incerteza.

Para encerrar retomemos alguns argumentos de Valdivino Ferreira de Almeida, quando comenta sobre a roça. Segundo este nosso interlocutor, o milho deve ser plantado em setembro - esta é a referência. Entretanto, no geral, as pessoas aguardam o “ronco das trovoadas”, um sinal que indica a chegada da chuva. Mas às vezes a intensidade das trovoadas enganam e quando a chuva chega é bem pouquinho. Tem gente que se fia muito nas trovoadas e acaba perdendo setembro para plantar o milho, porque fica esperando as chuvas, mas segundo Valdivino, “se a pessoa é plantadora de milho mesmo, ela tem que plantar em setembro”. Veja que plantar o milho não é algo que se faça sem referência, sem composições com a natureza e com o tempo dos testes. Outrossim as possibilidades de composição não se fecham nas referências, conforme vimos antes, nos argumentos do mesmo Valdivino, é necessário testar. E mais que isso, é necessário se lançar ao

risco, daí os argumentos de que se a pessoa é mesmo plantadora de milho, ela deve correr todos os riscos presentes em setembro, ou dizendo de outro jeito, ela deve correr todos os riscos da composição com setembro.

Assim é que nossos interlocutores estão recusando na composição a noção de que as coisas e eles estão dados. Eles reconhecem a necessidade de um constante reconstituir, e quando fazem isso se abrem à composição em mundos que também estão em constante recomposição, perspectiva que vai de encontro com as projeções dos dispositivos já que estas tratam as pessoas e as coisas como dadas: os “sem-terra”, os vândalos, os colonos, os diaristas, o patrimônio, o heroísmo dos desbravadores, etc. Ao contrário, nos argumentos locais, é necessário se lançar, por isso é que os sobrinhos de José Luiz Estácio assumem lavouras para além do território do assentamento, desenvolvendo algo que é feito pelo pai, Pedro Estácio, quando mesmo morando no entorno do assentamento contrata lavoura com o cunhado, Luciano Faustino, para produção de café dentro do território do assentamento num movimento que, ao mesmo tempo, recupera eventos passados, como aqueles referentes ao deslocamento de Valdivino Ferreira de Almeida na época de seu casamento e como aqueles que estão sendo praticado pelo filho de Valdivino Ferreira de Almeida com o tio, quando vão buscar através de contrato de trabalho em outro município, novas formas de composição, campos de teste para afirmação do jeito de ser, outras formas de fazer a vida passar.

Esse fluxo interminável produz uma das imagens do tempo no local, o que – conforme já dissemos antes – nos permite pensar sobre o processo histórico de ocupação local e em vários eventos onde os representantes das famílias com as quais estudamos estão se constituindo, assim, a partir das tensões e distensões desses fluxos, eles recuperam um tempo que nunca passa. Esse tempo que se recupera não é um tempo sem conflitos e sem tensões, continua sendo o tempo das composições conforme as imagens produzidas sobre a composição de Trajano Carvalho nos argumentos de sua neta e filha já citados e aqui repetido:

*A mãe dele viveu a escravidão e foi pegada no laço, num lugar chamado Santa Rosa que só tinha mata e só tinha índios dentro do mato: pessoas com cabelos compridos, com barba compridas e*

*pele vermelha. (Maria Dias (72), Mimoso do Sul, setembro de 2010).*

Conforme já nos disse a musica de Paulinho Moska anteriormente apresentada esses não gritos em luta por resistência repetindo, repetindo até ficar diferente, até uma nova composição. Nesse sentido é que através dos argumentos produzidos na pesquisa podemos afirmar que a vida continua passando, mesmo em contextos onde são operados os dispositivos, os projetos de “desenvolvimento”, que tentam instaurar o controle. Do mesmo modo é através dos argumentos dos interlocutores, que podemos ver ressoar outros planos de composições, e nesse percurso apontamos possibilidades de ver a vida passar nas tensões e distensões que se interpõem.

Consideramos com os argumentos da pesquisa que levando a sério os argumentos de nossos interlocutores locais e as composições onde eles se distendem é equivocado pensá-los como “sem-terra”, como sujeitos produzidos para e na realização do dispositivo Reforma Agrária. Com a pesquisa pensamos ser possível asseverar que o deslocamento e concentração das ações nas ações desse dispositivo distancia nossos interlocutores do acesso ao que historicamente eles e seus antepassados tem produzido – os lugares e as coisas e todos com alma. Do mesmo jeito podemos comentar que a patrimonialização se constitui em novos prejuízos, quando não reconhece a vida em suas potências e quando se afunda na superfície das referências elitizadas. Conforme já observamos também através do trabalho de Raquel Mombelli já citado é necessário ver “araucária crescendo nas catacumbas” e nelas as expressões ancestrais, o tempo que nunca passa e não passa porque possui a capacidade de sempre se tornar diferente toda vez que se repete.

## Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*. Editorial Presença. Lisboa Portugal. 1993.

\_\_\_\_\_. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. - 2. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de sítio).

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Socer*. O Poder Soberano e a Vida Nua I, tra. Henrique Burigo, 2 ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 (*Homo Sacer - IL Potere Savrano e la nuda vita*).

AGAMBEN, Giorgio. O Rosto – Posted By Editoria On 3 de junho de 2011 @ 23:01 in Filosofia e Política. Tradução de Murilo Duarte Costa Corrêa. - Centro de Estudos Claudio Ulpiano – <http://caludioulpiano.org.br>

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Quilombos, terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: *Terras Tradicionalmente Ocupadas*. Manaus, PPGSCA-UFAM, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; DOURADO, Sheilla Borges e MARIN, Rosa Elizabethe Acevedo. Patrimônio Cultural: Identidades Coletivas e Reivindicações. Manaus: UEA Edições: PPGSA/PPGAS-UFAM, 2013.

\_\_\_\_\_ TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS –

*PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS*. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS Publicação semestral da ANPUR Volume 6, número 1, maio de 2004.

ALMEIDA, Marcos Farias de. Extermínio Seletivo e Limpeza Social em Duque de Caxias: a sociedade brasileira e os indesejáveis.

ANDRADE, Oswald de. O Manifesto antropofágico. In TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda Europeia e modernismo brasileiro: Apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

Antropolítica : Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. — n. 1 (2. sem. 95). — Niterói : EDUFF, 1995.

Aquivo Público do Estado do Espírito Santo [www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br) visitado em 26/06/2013 – Insurreição de Queimados e Projeto Imigrante.

ARANTES, Antônio Augusto (org.). Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio Cultural. São Paulo. Brasiliense. 1984.

ARENDT, H. 1990. *Origem do Totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras.

ARRIPE, Marie-Laure: *Contribuição à une critique de l'échange des femmes*. MAUSS N° 10: *Mouvement Anti-Utilitariste dans les*

*Sciences Sociales. 1984: 53/67.*

AUGUSTO, Acácio. *Judicialização da vida ou sobrevivida?* Mnemosine Vol.5, nº 1, p. 11-22 (2009).

BARCELLOS, Daisy Macedo de. *Família e Ascensão Social de Negros em Porto*. Alegre. Tese (doutorado) – Programa de pós-graduação em Antropologia Social –. Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

BARROS, José d' Assunção. 2005. *Igualdade, desigualdade e diferença: em torno de três nossos*. *Análise Social* Vol. XL (175). 345-366.

BHABHA, HOMI K. *O local da cultura*. Belo Horizonte, Editora UFMG. 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Marginália: algumas notas adicionais sobre o dom*. *MANA* 2(2):7-20, 1996.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 9.ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BUFFON, José Antônio de. *O café e a urbanização do Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1992.

CABRAL, J. P. 1996. *A DIFUSÃO DO LIMIAR: margens, hegemonia e contradição na antropologia contemporânea*. São Paulo. Mana.

CAILLÉ, Alain. *Antropologia do DOM*. Rio de Janeiro. Vozes 2000.

CAILLÉ, Alain. *Dom e Simbolismo*. Paris, Revista do MAUSS N.º 12. 2000. pp. 211-253.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. *O patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira*. Dados, vol. 46, num. 1. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro Brasil. 2003: 153-193.

CARDOSO, Ruth C. L. (Organizadora). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro Paz e Terra. 1986.

CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. 8ª edição. São Paulo: Editora 34, 1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Veneno da Serpente. Reflexões sobre o Anti-semitismo no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 2003 (Coleção Khronos, 21).

CASANOVA, Marco. 2002. *Linguagem do conhecimento apropriativo*. Rio de Janeiro, Natureza Humana 4(2):315-339, jul.-dez.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O nativo relativo. MANA 8(1): 113-148, 2002.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Sobre antropologia hoje: Te(I)mas para discussão*. Rio de Janeiro, Museu Nacional – UFRJ. 1994.

\_\_\_\_\_. *A natureza em pessoa: sobre outras práticas de conhecimento*. Encontro “visões do rio Babel. Conversas sobre o futuro do rio negro”. Instituto Socioambiental e a Fundação Vitória Amazônica. Manaus de 22 a 25 de maio de 2007.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, Editora da UNESP, 2001.

CHAGAS, Regina Abreu Mario (org.). *Memória e Patrimônio: ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade Contra o Estado*. Tradução Theo Santiago. SABOTAGEM.REVOLT.ORG, 2004.

Comissão Pastoral da Terra: *Conflitos no Campo, dados 2006 - release dados*.

CONDE, Bruno Santos. *Senhores de fé e escravos: a escravidão nas fazendas jesuíticas do Espírito Santo*. Curitiba. 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. 2009.

CORRÊA, M. *AS ILUSÕES DA LIBERDADE: A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. 1982.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. 2007. *Indivíduo e Sociedade: Sobre a teoria de personalidade em Georg Lukacs*. Alagoas, EDUFAL.

COSTA, J. B. de A. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos*. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 1999.

DA MATTA, R. *A Casa & a Rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DELEUZE, G. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro. 1988.

DELEUZE, Gilles. Foucault. Lisboa: Veja. 1987.

DELEUZE, G e GUATTARI, Felix. *KAFKA: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro, Imago Editora LTDA. 1977.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Coleção TRANS, Editora 34.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. *Mil platôs (volume I)*. São Paulo: editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_ O que é o ato de criação?. Conferência proferida no “*Mardis de la Fondation*” em 1987. Tradução e Legendas Rodrigo Lucheta. Centro de Estudos Cláudio Ulpiano. Rio de Janeiro. 2014.

DELEUZE, Gelles. *?Que és un dispositivo?* In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, pp.155-161. Tradução de

Wanderson Flor do Nascimento.

\_\_\_\_\_ 1995. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 2.*  
Rio de Janeiro: Ed. 34.

DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. “Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu”. Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 39), s.d. (trad. por Sônia Pereira da Silva, 1966).

DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações.* São Paulo: EDUSP. 1992.

ELIAS, Norbet. *Os alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos XIX e XX.* ZAHAR, Rio de Janeiro. 1997.

ELLISON, Ralph. O homem invisível. São Paulo Marco Zero: 1990.

FAÉ, Rogério. 2004. *A genealogia em Foucault.* Maringá. Psicologia em Estudo, v.9, n.3, p.409-416, set./dez.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Espírito Santo - FETAES.

FERREIRA, Guilherme Pires. *O FENÔMENO DO MUNDO EM HEIDEGGER.* “Existência e Arte”- Revista Eletrônica do Grupo

FILHO, Aderval Costa. Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro-mineiro. Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

FILHO, Manuel Ferreira Lima et. al. Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia – Goiânia. Nova Letra. 2007.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro. Editora Nau 2005.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FUNARI, P.P.A. *Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil*.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Porto, 41, ½, 2001, 23-32.  
Fundação Cultural Palmares: Certidões das Comunidades de Remanescentes de Quilombos. 2008, pp: 18/19.

GASTALDO, Édison. *Goffman e as relações de Poder na vida Cotidiana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol. 23 nº . 68.

GEERTZ, Clifford. O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis/RJ. Editora Vozes. 2001.

GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rios de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (Séc. XVII-XIX)*. Universidade de Campinas. Campinas, 1997.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. *Velhos Mapas, Novas Leituras: Revisitando a História da Cartografia*. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n.º 16, pp. 67-79. 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônio*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n.23, p. 15-36, jan/jun 2005.

GYROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo, editora 34. 2001.

GUATTARI, E e ROLNIK, S. 1996 *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.

GUIMARÃES, A. P. *As classes perigosas*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HAESBAERT, Rogério e BRUCE, Glauco. *A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari*

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à*

multiterritorialidade. <http://w3.msh.univ-tlse2.fr/cdp/documents>.  
Porto Alegre, 2004.

Hall, Stuart (2003), *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed.  
Rio de Janeiro: DP&A Editora.

HARTUNG, Miriam. Saberes reversos, ou o difícil diálogo entre saberes “tradicionais” e poderes estatais: o processo de identificação e delimitação do território da comunidade negra Invernada Paiol de Telha (Paraná, Brasil).  
[www.ram2009.unsam.edu.ar](http://www.ram2009.unsam.edu.ar)

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes, 2006. 598 p.

HOFBAUER, A. 2006. *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo, UNESP.

HOLLOWAY, Thomas. 1995. *Jornal do Brasil*/30 de julho Rio de Janeiro.

INGOLD, Tim. Sobre a distinção entre evolução e história. *Revista ANTROPOLÍTICA*, Niterói, n. 20, p. 11-16, 1. sem. 2006.

JUNIOR, Carlos Augusto Peixoto. *Sujeição e singularidade nos processos de subjetivação*. *Agora*, v. VII, n.º 1 jan/jul, 2004: 23-38.

LABALE, Alejandro G. *Bóia-Fria ou Bóia-Quente?: Diaristas negros de Itaporanga - SC in Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade*

e Territorialidade. Org. Ilka Boaventura Leite. Letras Contemporâneas. Florianópolis/SC, 1996.

LADEIRA, Maria Inês. *MBYA TEKOA*: o nosso lugar. São Paulo em Perspectiva, 3(4): 56-61, out./dez. 1989.

LANNA, Marcos. *A estrutura sacrificial do compadrinho*: uma ontologia da desigualdade? Ciências Sociais Unisinos. ISSN (Versão impressa): 1519-7050, periodicos@unisinos.br Universidade do Vale dos Sinos Brasil. 2009.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Ensaio de Antropologia Simétrica. Coleção TRAS. Editora 34. 1994.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. Revista Estudos Femininos, Nº. 16, (p. 965-977) Florianópolis, 2008.

LEITE, I. B. s/d. *Humanidades Insurgentes*: conflitos e criminalização dos quilombos. Santa Catarina. Departamento de Antropologia/NUER/UFSC.

\_\_\_\_\_. Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade. Santa Catarina. Letras Contemporâneas. 1996.

LEPECKI, André. *Ações e Conexões*. Rumos. 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A via das máscaras*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

LÉVI-SATRUSS, *Claude*. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro. Cosac & Naify. 1974.

LÖWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. *Estud. Av.* Vol. 16, n.º 45. São Paulo. Mai./Ago. 2002, pp. 199-206.

LUCAS, Maria Elizabete; organizadora. *ANTROPOLOGIA E PERFORMANCE*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, Ano 11, nº 24, julho/dez. 2005.

LUKÁCS, G. *Estética 2*: México: Grijalbo, 1965.

MAGNANI, José G. Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARINATO, Francieli Aparecida. *Nações e civilização no Brasil: os índios Botocudos e o discurso de pacificação no primeiro reinado*. *Dimensões* v.21, 2008. PPGHIS-UFES.

MARTINS DE OLIVEIRA, Osvaldo. *Comunidades Quilombolas no Estado do Espírito Santo: conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural*. *Ruris / Volume 5, Número 2 / Setembro 2011*.

MARTINS DE OLIVEIRA, Osvaldo de. *Herdeiros de Adão e Aprendizizes de Pretos Velhos: Identidade, território e referência cultural do Quilombo de Monte Alegre*. Eixo Temático 16 – Estudos Sobre Quilombos e Laudos Antropológicos. UFES, s/d.

MARTINS, Paulo Henrique. *De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. - Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais: Itinerários do Dom.* Revista Brasileira de Ciências Sociais, fevereiro, año/vol.23, número 066 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo, Brasil. 2008 pp. 105-130.

MARTINS, Robson Luís Machado. 1997. *Os caminhos da liberdade: abolicionismo, escravos e senhores na província do Espírito Santo 1884-1888.*

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, Livro 1, Volume 1. São Paulo. Difel, 1982.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo. Boitempo, 2004.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte (1851/1852)*. Fonte digital: Néelson Jahr Garcia, [www.jahr.org](http://www.jahr.org)

\_\_\_\_\_ 1986. *O 18 Brumário e Cartas a Kulemann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MATTOS, Izabel Missagia. *Formas e Fluxos dos Maxakali nas fronteiras do leste: a aldeia do Capitão Tomé (1750-1800)*. Ifch/Unicamp/ihb, consultado em 2012.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/Edusp, 1974. v. 2.

MAUSS, Marcel. Esboço de uma teoria geral da magia. Edições 70. 2000.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac & Naif. 2002.

MEMORIA.BN.BR hdb periódicos – Fundação Biblioteca Nacional.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Projeto Inventário da Oferta Turística: Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Brasília, 2006.

MOMBELLI, Raquel. Visagens e profecias: ecos da territorialidade quilombola. Florianópolis, PPGAS/UFSC. 2009.

MOORE, B. 1987. *Injustiça*: as bases sociais da obediência e da revolta. Rio de Janeiro, Brasiliense.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Faces da Liberdade Máscaras do Cativo. Experiências de Liberdade e Escravidão, Percebidas Através das Cartas de Alforria – Porto Alegre (1858-1888). Porto Alegre. Coleção História 12. EDIPUCRS. 1996.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Entre as vilas e os sertões: transitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840)*. Revista *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2011.

\_\_\_\_\_ *A guerra contra os índios botocudos e a formação de quilombos no Espírito Santo*. Revista *Afro-Asia*. 2010, n.º 41, 57-

83.

MOTTA, Flávia de Mattos – *Gênero e Reciprocidade: Uma Ilha no Sul do Brasil*, 2002. Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Prof<sup>ª</sup> Dra. Guita Grin Debert.

NASCIMENTO, Abdias do. *O QUILOMBISMO*, 2<sup>a</sup> ed. (Brasília/Rio: Fundação Cultural Palmares/OR Editora, 2002).

NERI, Renato Aquino. *As três faces da organização social da comunidade negra rural de Agreste: parentesco, casamento e compadrinho*. IICA/NEAD. 2004.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sertanejo que venderam contratos de trabalho sem remuneração ou escravidão dissimulada? Revista Afro-Ásia*. (1997), 239-250.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo, n.º 10, P. 7-28, dez. 1993.

NOVAES, Maria Stella de. *A escravidão e abolição no Espírito Santo*. Vitória: prêmio literário e científico da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1963.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombos: Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro, Editora FGV. 2002, p. 13-42.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*. 1998, vol.4, n.1, p. 47-77.

PAULINO, Rogério Lopes da Silva. *As mascaras dos palhaços da folia de reis: imagens e ações do mal no catolicismo popular brasileiro*. Porto Seguro, Bahia. 2008.

PAES, Maria Tereza Duarte. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais - um olhar geográfico. Universidade Estadual de Campinas. 2009.

PANIS, Marcelo. *O patrimônio cultural e as e as novas territorialidades turísticas em comunidades rurais: uma realidade emergente no distrito de Rincão da Cruz - Município de Pelotas/RS*. Universidade Federal de Pelotas/RS. 2007.

ELLEJERO, Eduardo. *Dos dispositivos de poder ao agenciamento da resistência*. Revista Eletrônica de de Jornalismo Científico. Com Ciência - SBPC/Labor. 2010.

PEREIRO, X. (2006): "*Patrimônio Cultural: O casamento entre patrimônio e cultura*", em ADRA n.º 2. revista dos sócios do Museu do Povo Galego, pp. 23-41.

PEIXOTO, Paulo (2002), "Os meios rurais e a descoberta do património", Oficina do Centro de Estudos Sociais 175. (NECCURB). Coimbra.

POLANI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campos, 1980.

Relatório – José Camillo F. Rebello – Custodio J. F. Martins – 17 set. 1884. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – Biblioteca Digital – 2000.

REIS, Maria José et al. *Ruptura e continuidade com o passado: bens patrimoniais e turismo em duas cidades realocizadas Cuadernos de Antropología Social N° 21*, pp. 71-89, 2005 © FFyL - UBA - ISSN: 0327-3776. 2005

RODRIGUES, N. 1939. *As Coletividades Anormais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. *Os africanos no Brasil*. 4A ed., São Paulo, Nacional, 1977.

RIFIOTIS, Theophilos. *Direitos humanos: Sujeito de direitos e direitos do sujeito*. A História de João e Maria. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. 2006.

SAINT-HILAIRE, August de. *Segunda Viagem ao Interior do Brasil: Espírito Santo*. Brasiliana Eletrônica. 1936.

SAMARA, Eny de Mesquita. A família negra no Brasil. Rev. hist. n.120/São Paulo/jul.1989

SAHLINS, M. 1990 [1987] *Ilhas de história*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_. *Esperando Foucault, ainda*. Rio de Janeiro, COSACNAINFY. 2004.

SCHEIDER, Sérgio; SCHIMITT, Cláudia Job. *O uso do método comparativo nas ciências sociais*. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SCOTT, J. *Dominação and the Arts of Resitance: Hidden Transcripts*. New Haven and London: Yale University Press. 1990.

SCOTT, James C. *Formas cotidianas da resistência camponesa*. Campina Grande. Raízes, Vol. 21, n.o 01, jan. – jun. /2002.

SETTE, D.M. E TARIFA, J.R. *A produção do espaço e problemática ambiental em Rondonópolis*. Consultado em [www.cibergeo.org](http://www.cibergeo.org) . 2004

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu et, al. *Por uma antropologia do objeto documental: entre a alma nas coisas e a coisificação do objeto*. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun 2005

SILVA, René Marc da C. *Identidade, Territorialidade e Futuro das Comunidades rurais negras no Brasil*. Rev. Jur., Brasília, v. 8, n. 80, p. 31-46, Ago./set., 2006.

SLENES Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1999.

SIMMEL, Georg, *O conflito como sociação*. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 10, n. 30, pp. 568-573. ISSN 1676-8965.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

SIMONI, A. T & CARDOSO, G. R. & OLIVEIRA, L. P. & BULAMAH. R. C. *Porcos e celulares: uma conversa com Marilyn Strathern sobre antropologia e arte*. Apresentação de Magda Ribeiro e Luisa Pessoa de Oliveira. Tradução de Alessandra Tráldi Simoni e Guilherme Ramos Cardoso. IN: Proa - Revista de Antropologia e Arte [on-line]. ano 02, vol. 01, n.02, nov. 2010.

SODRÉ, Muniz. *O Terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis. Vozes. 1988.

SOUZA, Eloisio Moulin de *et al.* 2008. *O Homem e o Pós-Estruturalismo Foucaultiano: implicações nos estudos organizacionais*. O&S – v.15 – n.47 – Outubro/Dezembro.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia*. Editora da UNICAMP, Campinas – São Paulo, 2006.

SUSIN, Luis Carlos e FLACH, José Loinir. *O paradigma do Dom*. Rev. Trim. Porto Alegre v. 36 N° 151 Mar. 2006 p. 179-208.

TURNER, V. *Betwixt end Between*. O período liminar nos “ritos de passagem”. In Floresta de símbolos: Aspectos do ritual Ndembu. Niterói. Eduff, 2005 [1964]

TAROT, Camille. *Don et Grâce, une famille à recomposer?* La Découverte/Revue du Mauss. 2008/2 – n° 32: pages 469 à 494.

TURNER, Victor. Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana. Tradução de Fabiano Morais. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2008.

TURNER, Victor. *O processo Ritual: Estruturas e Antiestruras*. Tradução Nancy Campi de Castro. Editora Vozes. Petrópolis, 1974.

Universidade Federal de São João Del-Rei - Ano III - Número III – janeiro a dezembro de 2007.

Turner, Victor. Os ritos de passagem. Petrópolis: Vozes, 2009.

Visconti, Luchino. *Morte em Veneza* (filme). 1971.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, 1982. Guanabara Koogan.

WEBER, M. *Sobre a teoria das ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1974.

WOORTMANN, Klaas e WOORTAMANN, Ellen F. Monoparentalidade e Chefia Feminina: Conceito, Contextos e

Circunstâncias. [Www.abep.nepo.unicamp.br](http://www.abep.nepo.unicamp.br). 2002. Consultado em 2013.



Silviana e Souza, Bratu, cargo Lino da Silva, 1000000	1000000
João Manoel de Aguiar, cargo Coutinho, José Bratu, Foz de São, da Silva, Jura dos de Almeida, Tompão Virgílio Leite, Joaquim Antonio Ochs, um annuário a dos mil reis cada um (10), 1000000	1000000
Schastig, José de Almeida, João Marcelino de Castro, João Martins de Souza, Jacyntho Martins de Souza, João Teixeira da Silveira Dutra, José Waldemar Pereira, José Domingos dos Santos, João Góes da Rocha, Luiz Augusto Pinheiro, Luiz Castilho de Souza Brás, Albino Francisco de Azevedo, Francisco Dutra de Moraes, José Marques de Moraes, Silvano de Oliveira Mello e José Bernardino Tito Brandão, a cinco mil reis cada um (10), 40000	40000
João Joaquim Jacintho da Silva, cargo Lino da Silva, 750000	750000
Honório Virgílio Lourenço, Alcides de Lourenço, Nicolau Wanderlei Lima, Leandro Rodrigues de Moraes, Francisco Martins Pacheco, Manoel José de Mello, João José Fimenes e Sebastião Marcelino, a dois mil reis cada um (10), 18000	18000
Manoel Gomes de Nascimento, 18000	18000
Lista a cargo do Sr. Antonio José de Azevedo (Candidato), 238000	238000
Lista a cargo do Sr. Jacintho de Silva (Candidato), 238000	238000
João Jacintho de Silva e Francisco Cavallero Ribas, a dois mil reis cada um (10), 208000	208000
Manoel Jacintho da Silva, 58000	58000
Sebastião da Costa Matta, Francisco Jacyntho da Silva e João Pereira Dutra, a dois mil reis cada um (10), 35000	35000
Lista a cargo do Sr. Joaquim Rêgo e Antonio José de A. Pinto (Candidato do Muro), 348000	348000
Antonio José de Almeida, Paulo Joaquim José de Almeida Ramos, Bernardino José de Almeida e Manoel José de Almeida, a cinco mil reis cada um (4), 208000	208000
Augusto Alexandre de Azevedo, 80000	80000
Francisco R. de A. Nunes, Carlos Job, Francisco T. de Araújo e dois mil reis cada um (10), 68000	68000
Manoel Pereira Lacerda, 40000	40000
Total, 240738000	240738000

(Continua)

**RETRATOS**  
 Committidos ao respectavel publico que no presente mto de eleição se vai ao fim do mes de Março.  
 Cachoeiro 28 de Março de 1887  
 O secretario, Joaquim Lopes.

**Vendo**  
 Resguardado ao seu artigo 16 do Correo, no fatal numero 18 de 27 de Março, tendo a diadema que se vendeu temporaria para lhe garantir, em formal de mandado, e o hexagrama em Aguardo a quem se previu de vir a ser o seu dono, com o seu valor.  
 Os jornais senaatos que avalliam se se proffundito.  
 O Secretario.

**Servico Postal**  
**Agencia de Santo Eduardo**  
**ECLAAREAMENTO**  
**AO PUBLICO**  
 O abate aqui, sendo facultado que mudo a tabella das dias em que entra a parcia e Estafeta d'esta agencia para o Cachoeiro de Itapemirim, sendo d'esta data por diante em os dias seguintes:  
 Despaacha para o Cachoeiro de Itapemirim nos 9 horae da manhã, e eccetera as muitas vindas d'agencia a cada tres ou sabadoes.  
 Continua porca a despaacha as correspondencias e as sabados para S. Pedro de Alcantara de Itapemirim, e despaacha diariamente pela Estafeta de Foz de Lacerda, e tambem recebe as vindas pela mesma estafeta.  
 Para que atengam attenção ignorancia mandamos publicar esta impressa.  
**Agencia de correios de Santo Eduardo, em 11 de Março de 1887.**

*Alcino Luiz da Silva*  
 O Aboado.

**REUNIAO A CONTABILIDADE DA LITRA COM O VENDEDOR**  
 PUBLICADA NO CACHOIRANO N. 111  
 Esta convenção teria um ponto de ergua, se as libras d'esta especie tivessem ganhado mais, como era de costume em outros tempos, sempre ganhavam, porém desde que o partido conservador assim ao poder tornou mais pesadas, uma se declarou em ganho, porém, por isso torna se a sua convenção, ainda applicavel a de hontem convenção.  
 Quanto a politica da pessoa que falla pode ser positiva, como dizem as libras d'esta especie, porém não para assim para as antigas e novas ligaduras, e mesmo elle não quer ter sigillo de libras americanas, com fallas e perigos, e que o melhor d'ellas não ha muito ja se achou no banco, quando de réo por mutador e no preito.

**Declaração**  
 Herculeano Martins de Carvalho e sua mulher Anna Joaquina de Amorim Carvalho, declaram que por estarem no prazo de licença de duas de 15 annos de idade, por se receberem alguns beneficios, por isso, em gratidão aos mesmos, despendem as avercias de mesma natureza, e licenças logo conta com as mesmas licenças, e se compragado, por pedido dos paes da mulher.  
 Vendo, 13 de Março de 1887

**EMITIAS**

O Dr. Pedro Carvalho de Moraes, Juiz de Direito da Comarca de Itapemirim da Provincia do Rio de Janeiro, na forma da lei etc.  
 FAZ saber que na sessão ultima do jury foram mandados por não serem apresentados oculos legal em 608000 cada um, os senhores jurados:  
 Manoel Joaquim Cabral de Mello, Joaquim Moreira da Foz, Manoel Joaquim Fernandes de Azevedo, Walden Vieira da Cunha, Manoel Torrado de Mello, Manoel José da Silveira Martins, José Joaquim Rodrigues.  
 E para que chegou ao cumprimento do mesmo annuário, para o preito que se publico pela imprensa, e aquelles que não justificaram no prazo de cinco dias os seus factos, foram definitivamente multados.  
 Cachoeiro de Itapemirim, 20 de Março de 1887.  
 Eu Francisco Fernandes da Silva Juiz, Escrevo do Juri escrevi.  
*Pedro Carvalho de Moraes.*

**ANNUNCIOS**  
 ADYPRADO  
 O DIABOLINO JOAO YASCO CASRAL, FILHO AVOLVO ao TITULO de FANTASMA DE TIA, PERRIA, NO CIVIL, COMARCA DO RIO DE JANEIRO.

**COMISSARIO E EXPORTADOR DE CAFE QUALQUER OUTRO GENERO J. C. GUMARAES JUNIOR**  
**CORREIO, CAIXA N. 904**  
**RIO DE JANEIRO**  
 REPRESENTANTE INTERESSADO **ALGUEM XAVIER**

Vendo-se a fazenda denominada e BREGHEO e situada no lado do Norte do Rio Itapemirim, tendo 575 braças de frente sendo 275 braças e um legoa de fundos, e o excedente com meia legoa; e algumas plantações de café e bico pastaria para creoulador, e finalmente uma ottima casa de sobrado, esplendida fazenda, lida no centro da mesma fazenda. Os pretendentes podem entender-se em Santo Antonio do Rio Novo, em Custodio Gomes Novo ou João Alves de Mello.

**+**

**D. Henriqueta Rios de Souza, accusa filhos e genros, e residem a todos os annos de seu fundo e sempre lembrado espouso, que e sogro e Capitão Francisco de Souza Monteiro, adm de assistencia a missa que por sua alma sera recada na Capella de N. S. dos Passos, nesta Villa, segunda feira, 11 de corrente as 8 horas da manhã.**

**+**

**AGRADECIMENTO**  
 D. Henriqueta Rios de Souza, accusa filhos e genros agradados e conhecidos a todas as pessoas que a ella se rendero merced de seu sempre chorado espouso, para e sogro, Capitão Francisco de Souza Monteiro.  
 Monte Libano, 5 de Abril de 1887.

**+**

**ALUGA-SE** um ottima propriedade de Santo Antonio do Rio Novo, uma boa casa de charrada de telha, propria para negocio, com todos os utensilios pertencentes, e um lance para alugar, para ver e tratar com o mandante Custodio Gomes Novo ou João Alves de Mello.  
**Preço do aluguel o que convencionar.**

**ATTENÇÃO**  
 Desappareceu na noite de 22 do corrente mez na fazenda do Ovidio de Noris, um burro preto de tamanho regular sendo a seguinte marca (D) em um dos quartos e pertencente ao abaixo assignado.  
 Suppõe-se ter sido levado por algum ladrao.  
 Quem encontrar o dito animal e leve-o a fazenda do Ovidio de Sul, por licença do Sr. Major Pinheiro, ou entregar ao abaixo assignado, por este assignado.

**CORREIO**, 26 de Janeiro 1887  
 Francisco Dias da Silva Pinheiro.

**CIRCO**  
**ANGLO BRAZILEIRO**  
**Companhia Equestre Commistion**  
 Director e proprietario **JOAO GOMES RIBEIRO**  
 De passagem para o Norte offerece ao respectavel publico d'esta villa uma pequena serie de espectaculos.  
**DIAS ULTIMAS**  
**REPRESENTAÇÕES**  
 Sabbado 9 e Domingo 10 do corrente.  
 O encerramento.  
 João Gomes Ribeiro.  
 P. P. - Contador e secretario (Cachoeiro de Itapemirim) - P. Espirito Santo.

**MANCHADA**





ORGÃO CONSERVADOR

JORNAL POLITICO, AGRICOLA E COMMERCIAL

Epitapho-Santo-Cachoero de Tapemirim, quinta-feira, 4 de Novembro de 1886

Assinaturas annua e semestral... Os pagamentos são feitos adiantados.

ANNO II... Subscricao a Rua de S. João... No se cobrão as signaturas por 2 meses de um anno.

NOTICIARIO

Prisão de cárcere... O delegado de polícia desta terra, Sr. Carlos Bernardes de Almeida, admoestrou que se arrebatasse da fazenda de S. Mateus...

Edital... No edital publicado no ultimo numero do jornal desta terra...

Assembleia Provincial... Foram apresentados ao dia 21 de novembro...

Politico... A respeito da reforma da legislação...

POLITICO

EVA

G. VERGA

Quem tem a palavra... Tinha-se um corral, lá se disse que havia um coelho de oitão...

Edital... No edital publicado no ultimo numero do jornal desta terra...

Assembleia Provincial... Foram apresentados ao dia 21 de novembro...

Politico... A respeito da reforma da legislação...

Quem tem a palavra... Tinha-se um corral, lá se disse que havia um coelho de oitão...

Estadística Civil... Nesta villa de S. Mateus do Tapemirim...

Edital... No edital publicado no ultimo numero do jornal desta terra...

Politico... A respeito da reforma da legislação...

Quem tem a palavra... Tinha-se um corral, lá se disse que havia um coelho de oitão...

Edital... No edital publicado no ultimo numero do jornal desta terra...

Assembleia Provincial... Foram apresentados ao dia 21 de novembro...

Politico... A respeito da reforma da legislação...

Quem tem a palavra... Tinha-se um corral, lá se disse que havia um coelho de oitão...

de reunião das ingredients, que en-  
tra em sua composição, o **Caju-  
rebecha** tem-se mostrado efficaç em  
todas as estados morbidas, que são  
modificados em sua expressão normal  
por qualquer vicio do sangue. Assim  
em varias affecções pulmonares, nas  
cardiacas, nas das vias do ventre,  
nos incómodos cerebraes, sempre  
que resistem aos meios ordinarios, e  
que o medico suspeita existirem orga-  
nismo um elemento perturbador, que  
com elle se tem identificado, e que

ocorre ao **Caju-rebecha**, suas pro-  
priedades são, pelo contrario das mais  
brilhantes resultades, e que bem da  
humanidade devem todas as praticas  
proceder do mesmo modo, porque seu  
succespo deve ser curar os pacientes  
que a elle recorrem.

UNICO DEPOSITO  
80  
**Cachoeira de Itapemirim**  
PHARMACIA — NOVATA

**EDITAIS**

**Libertos sexagenarios**

O Dr. Pedro Carvalho de Moraes, Juiz do Orphanato de Tejo Termo do Cachu-  
eiro do Itapemirim, por Decreto Imperial, etc. etc. — FAZ SABER que o  
presente edital vem e delle dizem publicamente que, em observancia ao  
Aviso do Ministerio da Justiça de 24 de Maio do corrente anno, para cumprimento  
das disposições do art. 11 do § 4 do Decreto n. 0217 de 14 de Novembro de  
1885 expedido para occupação da lei n. 0270 de 28 de Setembro do mesmo  
anno, os libertos actualmente mais de 60 annos, contados da data do aban-  
donamento pela collectoria, são mais sujeitos a servicos em indemnização de  
alforria, qualquer que seja o tempo em que os saidos prestados e pelo pre-  
sente são intimados desde já os seus ex-soldados para apresentarem neste  
dia, até ao dia em que se possa conhecer e receber, que os libertos sendo ao  
caso de cuidar da propria subsistencia, e a quem devesse os ex-soldados fornecer  
os recursos indispensaveis, nos termos da lei, acham pois de si não terem em  
nada dentro a tudo, porque detem de apresentar os ditas libertos lias serem  
cominadas as de § 3 do artigo acima referido.

NUM.	NOME DOS LIBERTOS	NOME DOS EX-SOLDADOS
1	Felicidade	Francisco Ignacio de Carvalho
2	Nicolão	Dionantônio Lopes de Oliveira
3	Tobias	Francisco Ignacio de Almeida
4	Rita	Cesario Vieira da Silva
5	Vicente	João Vieira Machado de Freitas
6	José	Elycio Pinheiro de Sousa Werneck
7	Felizardo	João Pinheiro de Sousa Werneck
8	Jonas	
9	Francisco	Herculano de Felício Augusto de Lacerda
10	Afrânio	
11	Benedicto	Manoel Gomes Pereira de Moraes
12	Claudianus	Maria Beatriz de Jesus
13	Barbara	Domingos Antonio Gonçalves
14	Jerônimo	Maria Beatriz de Jesus
15	Augusto	Luiz Cavallio de Carvalho
16	Salvador	Antonio José Carvalho
17	Thi-go	Ignacio Ribeiro da Silva Castro
18	Raphaël	Maria Candida de Silve Castro
19	Casiano	Herculano de Jesus de Aguiar Vallim
20	Falpaes	
21	Tito	Francisco Gonçalves da Aguiar
22	Antonio	Francisco Alves Carneiro
23	Antonio	Dr. Joaquim Antonio de Oliveira Seabra
24	Silvano	Joaquim Vieira Machado da Couba
25	Tito	
26	Vicente	
27	Luiz	Luiz Lourenço Vieira da Cunha
28	Salvador	Anna Francisca Claudina
29	Rita	Manoel Fernandes Moura
30	Francisco	Orphão Cesar
31	Amazico	Minervina Ramos Vieira
32	Francisco	Padre Joaquim Rodrigues de Fonseca Leitão
33	Antônio	Antônio Ferrera da Silva
34	João	" " " " " "
35	João	" " " " " "
36	Miguel	" " " " " "
37	Falhão	Carlos Augusto May

E para constar a todos os interessados mandou passar o presente que  
está affixado e publicado pela imprensa. Dado, passado e por mim assignado  
neste villa de S. Pedro do Rio Grande do Itapemirim, aos 25 de Setembro  
de 1886. E eu Joaquim Jorge da Silva Queiroz, secretario (que o escrevi). — *Pedro Carvalho de Moraes.*

**ANNUNCIOS**

**DE PROFUNDIS**  
D. Maria do Carmo Monteiro  
Nogueira da Gama

Uma de **invenção flanda** mandou  
colocar na **Feira de Matão** desta  
cidade as **10 horas do dia 9 de Outu-  
bro** para esse **dia** e **horario**  
e **horario** se **confirma** **gratua**  
e **confirma** **gratua** **gratua**

100000  
O abaixo assignado gratifica com a  
quantia acima a quem prender o  
ladrão que se fugir — Passado do Monte Li-  
bano — seu escrivão Benedicto de 22 an-  
nos de idade, mais ou menos, estatura

**REMEDIOS QUE CURAM SEM DIETA**  
**SEM MODIFICAÇÕES DE COSTUMES**



**LIQ. ANTI-REUMATICO**  
14 Rua V. do Rio Branco  
RIO DE JANEIRO

**Específico preparado pelo PHARMACIUTOLOGO**  
**EUGENIO M. DE HOLLANDA**  
**Approvado pela Junta de Higiene da corte e Repu- blica Argentina**

**SALSA, CAJADA E MANACA** — cura todas as moléstias de pelle, matinha agudas ou chronicas e todas as affecções da crigica exthibitica.

**PILULAS DE VELAMINA** — combatem aspiroses de ventre, são depurativas e reguladoras.

**ELIXIR DE AMBRIBINA** — restitue os dyapepticos, facilita a digestão e promove a dejecção de bilis.

**VINHO DE ANNANAZ FERRO GINOSO QUINA** — para os chlo- róticos, anemicos, debolis a lymphoma tetorctica, reumaticos ou hydro- pnicos e leucemicos.

**XAROPÉ DE FLORES DE ARO- RIZ E MUTAMBA** — muito recom- endado nos bronchites, tuberculoses e nas toses agudas ou chronicas.

**ODONTINA** — cura instantanea- mente as dores de dentes rebolles.

**PILULAS ANTI-PELOGICAS.**

**RELOJOARIA DE CONFIANÇA**  
**JOAQUIM VIEIRA DA MOTA**

Chama attenção dos seus amigos e freguezes que continúa sempre na sua **OFFICINA DE RELOJEOIRO**, do lado do Norte d'esta Villa, proximo a passagem, onde espera a protecção dos mesmos amigos, garantindo os seus trabalhos e com modicidade em preços. No mesmo estabelecimento compra-se:

**OURO**  
**PRATA E**  
**RELÓGIOS VELHOS:**  
**CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.**

**PREPARADAS COM A PERRHRINA, QUINA E JAROSINA** — cura radica- mente as febras intermittentes, res- tantes e promidas.

**VINHO DE JURUBEBA SIMPLES E TAMBER FERUGINOSO, PREPARA- DOS EM VINHO DE CAJU** — efficaç nas inflamações do figado e bazo, agud- as ou chronicas.

**INJECCAO VEGETAL DE SAMBA- HYRA E COPALHYDA** — cura radica- mente as blenorrias agudas ou chronicas.

**POMADA ANTI-HERPETICA** — comba- te a coecite dos dactylos e empigens em tres dias.

**LINIMENTO ANTI-RHUMATICO** — cura as dores reumaticas, erysip- elas e tumores.

**SABONETES DE MUTAMBA E AN- DRYDRIA PERNILADAS E ALI- DADIA SUIPEROS** — excellentes nas enfermidades hepaticas, manetas e ulceras da pelle.

**MOLHO MARITIMO** — preparado com os succos da planta manguita: é um bom excitante do appetite.

**UNICO DEPOSITO**  
**PHARMACIA NOVATA**

**ADVOCADO**  
O Dr. Joaquim Brios de Amorim, tendo fixado sua residencia na Ci- dade da Victoria, Capital desta Provincia, al abrio escrivania de Advocacia, encarregado-se de todo o que se relaciona com a sua profissão.

**COMPANHIA DE GYMNASICA DE FRANCISCO FALHAÇO**

Está nesta villa, onde preten- de dar varias espectaculos e espera a conjuvao do publico amador.

O programma é deslumbrante em que serão apresentados novos e assombrosos trabalhos.

**OS PREÇOS DO COSTUME.**



## O CACHOEIRANO

por ter apresentado ideias do movimento que condemnado a beber catorze!

E a historia, essa grande mestra da vida, que consegue atravessar incólume todos os seculos reconhecendo todos os aspectos da nos provas inumeras desta nossa asserção.

Voltemos, porém, aos terribes tormentos que os christãos soffreram das queles vandalos que sob a capa de imperador occultavam uma multidão sem limites e uma ambição desbragada.

Pois, portanto o reinado de Augusto seer considerado como a terceira e a mais importante epocha da historia universal.

A primeira foi a criação do mundo a segunda o delivrio, e a terceira foi a appareção de Deus sobre a terra, a destruição da idolatria e a salvagão de todos os povos, regenerados pelo sangue de Christo e chamados por sua morte e por sua resurreição ao conhecimento do verdadeiro Deus.

O reinado de Tibério foi favoravel ao Christianismo; e de Nero celebraram-se pelas maiores perseguções occidenales por aquelle que depois de haver commettido tantos crimes manchou-se com o sangue impuro do mais nefando matricido.

E quando o seo desvariado deitou fogo á cidade de Roma; incendio que indagado os romanos que ainda possavam os monumentos do passado glorioso da nação e reverenciavam os templos, a sacrosas da religião de Nírma. Néro, o artista das monstruosidades, foi accusado pela voz publica de ter posto em scena aquella selvagem parodia da destruição de Híon.

(Continúa.)

## INFORMATORIAES

## Rio Branco

## A' PATRIA

Para que esse pranto? um outro filho Não poderá ainda succedi-lo? Por que chorar, oh Patria? já que luto Quêdo o campo é tão vasto e os rebentos Vivosos promettem doses fructos!

Não te arranques caballos, deira ao tempo Apogar essa lingua que entristece; Dilacera teu nobre coração!

Mas me, teu mais filho e não deves Desesperada ficar por falta de um Que roubar invésse a morto veio!

Eu contemplo lastimo a falta d'elle, De c'raço do verbo e do silencio, Diquele que fallando conseguia A seu bem tudo quanto precavias;

Sua voz era doce, amena e grave, Pedindo impugnação a força de razão, A logica, a allegoria e o acompanhavo, Imigens um trilha; amava a Patria!

Foi um filho amoroso, só cindava D'engrandecete, oh Patria, no estrano; Nessa terra distante sua fama Perdurarão os louros que colhia Vinda cheio de agra deposita;

Aos pés d'aquella que lhe dera o berço, Da Patria sacra que allora vanto Por quem a vida sem peso daria!

Perdeste o filho que mais caro te era? Perdeste o P' soffrimento e o polpa? Perdeste quando precisavas d'elle, Perdeste o seu luto quando sua luzes Illuminando a concórdia idea De reformar te assisturias leis Podes-tachado, arrestando tudo; Dar a gratidão, felicidade e gloria!

Socor o pranto, porém não chores, Patria! Pois do Empyrio virá balano a isto Que, inspirando nos mais filhos a memoria, P' quem elle tanto que foi, traza tambem O desejo de ser como elle grande, Amor illimitado pelas glorias De terra que elle amou, onde nasceu E que ainda lá mesmo o interessa!

Oscurolo que resta á mái tranzida Quando a fonte da Farca a fere a alma, E do filho á canção um coroa Depositar da saudades; e depois, Voltando os olhos aquelles que ficaram, Pedir-lhes que o imitam; e tranquilla E cheia de esperanças no futuro Descansada ficar até a sua ter-pranto!

17 de Novembro de 1880.

CARLOS MACIEL.

## Agradecimento

Os abaixo firmados, possuidos de sincera gratidão pelos fervidos e generosos applausos, com que foram acolhidos na noite de 17 de actual, e pelas ovacoes, com que foram victoriados na representação, que fizeram subir á scena nessa mesma noite, vem por meio deste jornal prestar a todos os Srs. espectadores de então seus fervorosos agradecimentos; bem assim entre tanto fazem ao Ilm. Sr. João de Loyola e Silva pelo seu valente e bem elaborado discurso em prol dos mesmos, animando-a a contribuir a exhibir suas representações, e encorajando os Srs. espectadores a não deixarem morrer em principio tão útil, e ameno divertimento. Cachoeiro, 5 de Janeiro de 1881.

ANTONIO JOAQUIM DA SILVA.  
EMILIO DOMINGOS GOMES DE ALMEIDA.  
JOSÉ PARRERA DUARTE DE SANT'ANNA.  
JOÃO LOURENÇO DE AZEVEDO COSTA.  
ARTHUR NEBRAS P. DO ROSARIO.  
FEMO MAYERE DE MILANO.  
ANTONIO DE SOUZA LEXO.  
NICOLAU TOLENTINO P. GONCALVES.

## DECLARAÇÕES

O abaixo assignado faz scientes ao publico que de hoje em diante assignar-se-ha João Hermano de Almeida Amorim.

Cachoeiro de Itapemirim, 4 de Janeiro de 1881. — João Antonio de Almeida Amorim.

Joaquim Vicente de Souza, prove a todas as pessoas de seu conhecimento, que não fazem transação alguma com o seu ex-agregado Francisco careense, de uma pequena roça de milho e mandioca, que o mesmo tem nas suas terras; visto que o mencionado Francisco careense á seu devedor.

Itabira, 4 de Janeiro de 1881. — Joaquim Monte de Souza.

## ANNUNCIOS

Carvalho, Gama & Machado, negociantes estabelecidos com lojas e armazens de café em ambos os lados desta villa, participam aos seus frequentes amigos e ao povo em geral, que em seus estabelecimentos encontrarão tudo que ha de bom e moderno.

Francisco Marques de C. Braga prove a seus amigos e frequentes que hee comento ferrebrá, um completo sortimento de fendas, roupas feitas, calçados, ferragens, armarios, louças, couros, artigos, medallas, chapéus, etc., que tudo vendem por preços commodaes a partir de 25 de Março, nesta villa.

## PADARIA DAS FAMILIAS

LUZ DO NORTE  
Rua do Moreira, esquina do porto da passagem.

Francisco Fernandes da Costa, proprietario deste estabelecimento, participa ao publico e especialmente a seus frequentes, que no mesmo seo estabelecimento achar-se-hão todos os dias e verdadeiros pães franceses, rosas haca, ditas secacas, biscoitos etc.; tudo preparado com acido e limpa.



Fez no dia 2 do corrente mez de Janeiro, do Capitão Bento José da Rocha, o escravo Afonso, crioulo, 21 annos de idade mais ou menos, catador regular, com bastante cabelo na cabeça e principando a ter barba no queixo, olhos muito vivos, dentes perfallos, pé pequeno, costuma intitular-se livre; gratifica-se bem a quem o prender e levar a seu senhor, na favela — União —, ou entregar nesta villa ao Sr. João Marques de Carvalho Braga ou ao Sr. Gerardo Maia.



Desapareceram a 21 do proximo passado mez de Dezembro, dos prantos do Sr. Manoel da Cunha e Silva, nesta villa, uma besta vermelha, grossa, principando a carniar, de altura regular, tem as orelhas um pouco calidas e nas cruces falta de cabellos de uma psalutra já antiga. Quem della des noticia, ou levar a Manoel Augusto Luis, á rua Vinte e Cinco de Março, será gratificado.

3-2  
Typ. do CACHOEIRANO — Officina de Itapemirim, provincia do Espirito Santo.



# O CONSTITUCIONAL

## ORGÃO CONSERVADOR

JORNAL POLITICO, AGRICOLA E COMMERCIAL  
PUBLICA-SE ÀS TERÇAS-FEIRAS.

<p>O CONSTITUCIONAL — Publicação Semanal  <b>ANO II</b>      N. 32</p>	<p><b>Esprito-Santo Cachoeira de Itapomirim, Terça-feira, 3 de Maio de 1887.</b></p> <p>Os artigos que sejam ou não publicados, não serão restituídos.</p>	<p><b>Assinatura annual 1887</b>      Annuaire por Italia 100 réis.      Esprito-Santo — De 24 de Maio de 1887.      Os pagamentos são feitos adiantados.      N. 32</p>
--	--	--

### O CONSTITUCIONAL

CACHOEIRA, 3 DE MAIO DE 1887.  
**A DEGRADAÇÃO DA IMPRENSA.**  
 O tempo de abandonar-se embora momentaneamente a attitude calma e prudente que temos mantido ante os desorganismos da imprensa orgão imparcial desta villa.

O nosso silencio agora que os excessos daquelle jornal chegaram ao seu termo, produzido no conceito do publico senado, honroso e critico a degraçação do *Cachoeirano*, pôde ser mal interpretado.

A imprensa, poderosa valvula do progresso social, para produzir beneficios resultados e ser respeitada pela opinião publica, tem, como obrigação rigorosa, de se exigir a mais do decoro e da moralidade.

O jornalista, que se desvia d'isto de ver p'ncipalmente, não merece consideração alguma.

E' por isso que, como um dos representantes da imprensa, d'este municipio, não querendo que se deprenda do nosso silencio approvação aos desmandos do *Cachoeirano*, formulando-lhe o nosso protesto contra o restabelecimento da imprensa por aquelle jornal.

Em nome da moralidade offendida e do municipio injuriado em seus creditos de civilidade e illustrado lavrando a mais formal condemnação no procedimento impudico e vilmente covarde do *Cachoeirano*.

Manipulando as regras mais elementares, que constituem a veracidade imparcial, seriedade e moralidade, o *Cachoeirano* tem-se tornado objecto de justa e geral indignação.

A linguagem desbeirada, impropria de gente que se presen, allia e desmoralizado por tudo quanto ha de mais sagrado.

A honra das familias e o respeito aos mortos são calçados ao pé.

A calunnia, a mentira, o insulto baixo, o grosseiro e os grossejos equivoocos tem tudo certo n'aquelle jornal.

Si tivesse a vontade de produzir uma prova de quanto avancamos muito seriamos que apresentar-lhe poria não é necessario demonstrarmos o nosso aserto, porque os documentos que nos suppõem são conhecidos do publico senado e critico, que tem acompanhado a phaze actual do *Cachoeirano*.

Tanto é isto verdade que, manifestando e tratamos a sua reprovação

lando e tratamos a sua reprovação aos desorganismos daquelle jornal, grande numero de lavradores e particulares do Vento, Itapomima e Castello, entre os quaes, o Sr. General Ferreira da Silva, tem retirado d'elle as suas assignaturas. Não pôde haver nullo mais expressivo e eloquente de desagrado.

E' uma justiça e merecida repressão contra a desmoralização dos costumes que o *Cachoeirano* procura implantar. Não tratamos a direção d'aquelle jornal esta confiada ao Sr. Dr. José Feliciano Horta de Araújo, que já teve o honro de nos recusar, que já occorreu o cargo de presidente de este municipio!!

Confessamos que não esperavamos que a direção do Sr. Dr. Horta de Araújo produzisse o resultado que estamos vendo.

O Sr. Dr. Horta de Araújo, que nos quatro ventos se gurguja como prezando antes de tudo a moralidade, tem no entretanto ao cumprimento da missão que se propoz realizar, olvidado o culto de seu idolo.

Que tal gloria!!

Que não jamais, vindo o *Cachoeirano* entregue a direção do Sr. Dr. Horta de Araújo, que aspira a honra de na Camara Vitalicia representar esta Provincia, poderia supor que aquelle jornal nos offereceria o respeitavel patrocínio de seus ollos de todos?

O actual redactor do *Cachoeirano* não tem correspondido á confiança, que em sua pessoa depositou o seu amigo, proprietario d'aquelle jornal; porquisto, tendo-lhe inscripto em seu frontispicio a declaração de ser um orgão imparcial, o Sr. Dr. Horta de Araújo tem acutilado d'aquelle folha para dar expansão á seus odios partidarios e pessoais. Em vez de ser um jornal imparcial como se propozem o declara, sua primeira pagina, o *Cachoeirano* depois da entrada do Sr. Dr. Horta de Araújo para a sua redacção transdemonstrando em orgão de despotismo, de insultos e de oppresão systematica e parcialidade tudo quanto não demonstra a integridade de seu redactor.

D'esta maneira concorre elle para o deslealdade da folha, que dirige e abusa da honra de seu amigo, Sr. José Feliciano e Silva, que com rara coragem assumo perante o publico toda a responsabilidade do que S. S. edita no *Cachoeirano*.

Repetimos: estamos longe de pre-

ver que seria esse o fructo da direção do Sr. Dr. Horta de Araújo, pois, como S. S., aspira a viver-se no conceito dos seus cidadãos, não emprega para alcançar esse fim os meios de que S. S. se tem servido.

Não é procedimento louvavel, nem merecedor de applausos perseguir até ao humil homem nos quaes em villa se acham o voto e a mais modesta dignidade para usar contra elles, que já não podem mais defender-se, de graças perdidas e de todo gesto improprio de quem vive em sociedade civilizada.

Desde a mais remota antiguidade não se presta respeito e veneração aos mortos, havendo até povos que dedicavam colto aos manados dos que deixavam de existir.

E' tratamento indignissimo a attenção que a quem já não pôde mais defender-se. A injuria, o insulto, o grangio tirados á um morto revolvam ao espirito o mais embaesico.

Pois bem: o *Cachoeirano* com uma insustentabilidade, digna de melhor causa, não tem respeitado a memoria do nosso illustre corregedor, capitão Souza Monteiro, esquecendo-se, ou propozionalmente, como que, querendo experimentar a sensibilidade filial do seu corregedor, Dr. Manoel Letes de Novas Mello, cujos filios são netos do finado que os estimamos!!

A nós, como á sua familia, só nos cumpre dar ao despois tres mizerias, porquanto, aqelles factos só reflectem reflectem contra seus actores.

O capitão Souza Monteiro já está julgado pelos honros de critico, que pôde a honra e conceito que do municipio ha de ser o *Cachoeirano*!!

A sua memoria é até sempre venerada e recordada por todos aquelles se prezam de possuir sentimentos nos brios.

Não era nosso intuito entrar na especulacão, que fizessem, porquanto não nos importamos com ajuizo suscitado do *Cachoeirano*, porém referendamos, como o fizessem ao procedimento do actual redactor d'aquelle jornal, recedamos do nosso prezado corregedor, que, mesmo depois de morto, não tem sido poupado por elle, e não nos podemos conter a nossa indignação.

Serviu-se formal processo e reprovação ao *Cachoeirano* em sua illustria. Não desceremos em discutir com este jornal no terreno em que se collocou, as palavras da victoria d'ella já he o mesmo.

Nenhum dos caracteres, que tem sido assignados á aquella folha, pretensão de nossa defesa, elle está acima de qualquer suspeita e nenhuma importancia dá a opinião que á seu respeito tem emitido o *Cachoeirano*.

O conceito dos honros de bem e a estima da população senada e critica são o seu apangio.

Continuando sua senda hegeliana á *Cachoeirano*, fide á sua missão, constituição e socapa orgão de um partido, que não tem elementos para manter uma imprensa, muito embora, para illudir aos incautos se declare imparcial, não seremos nós que lhe dignarmos n'este terreno a palma da victoria.

Toda a gloria d'ella rochaba sobre o seu redactor, Dr. Horta de Araújo, e seu proprietario, Sr. João de Lencina e Silva, este ultimo, porque esboço com o seu nome que aqui se applicado ao seu jornal.

E' basta, porque não estamos dispostos a travar polemica com o *Cachoeirano*, pois si o quizessemos abandonar no terreno inglorio em que vai trilhando muito seriamos a contrapelo que não agradaria ao seu redactor.

### UM APPELLO.

Transcrevemos de *Alfala da Victoria* o seguinte artigo:

«A villa e a segurança individual dos nossos amigos do 2.º districto da provincia tem d'esta a reclamação, que ora dirigimos á S. Ex.ª o Sr. Presidente da provincia, no sentido de providenciar um tempo contra o desenfrenamento brutal de uma politica anormal, que ali se vai estabelecendo sobres os elementos de desordem e anarchia.

O nosso amigo Dr. Vasco Cabral Lencina, que dignamente exerce o cargo de promotor publico, já foi agredido por assassinos, que lhe diram golpes de revolver, e ainda agora vive exposto á toda a sorte de provocações de individuos influencias para a pratica de actos criminosos.

O estimavel cidadão actual juiz municipal d'aquelle termo, não tem elementos de segurança, que o desmencem na distribuição exacta e imparcial da justiça.

E cada qual dei de facto de si sonado atterrados, que se podem á cada instante realizar por falta de garantias de ordem.

As cadenas chieas de criminosos abastam o sercão das purgas, porque se não se acham detentados, de modo que

MANCHADA













O CONSTITUCIONAL

A PEDIDOS

As publicas

Damos logo publicidade aos nomes dos distintos cavalleiros que concorrem para a subscricao da obra...

O BARRAHO

Jos Antonio Couto, Barahol.

Herdeiros de Vicente Luiz da Silva.

Sto convidado todos os herdeiros do Vicente Luiz da Silva, que concorreram ao abito...

Castelinho, 30 de Setembro de 1888.

Jos Theodoro Ribeiro de Paiva.

O Hereditario (\*)

O sr notario da jornal republicano do Cochicho de Itapemirim...

Atentados como alguns republicanos de logo, e em servia, como alguns republicanos...

Itapemirim, 8 de Setembro de 1888.

UA CONSERVADOR.

Por falta de tempo nao se achou na attenção...

AO PUBLICO

Jos Theodoro Ribeiro de Paiva, previne ao publico que sua cunhada D. Joanna Custodia Ferreira de Paiva...

Port. Avizos de Souza Coutinho.

AVISO

O sr diretor da directoria da Sociedade de Mantenedoras da Colônia 13 de Maio...

Port. Avizos de Souza Coutinho.

AVISO

Port. Avizos de Souza Coutinho.

COMPANHIA DE NAVEGACAO E ESTRADA DE FERRO

ESPIRITO SANTO DE CARAVELLAS

AVISO

Esta companhia, continuando no empenho de ser util a lavoura e ao commercio da zona...

Estes preços d'ho direito ao sacco para o transporte do café

CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM, 30 de Setembro de 1888.

LIBIANO LIMA, GREGO DO TRAPASSO.

EDITAIS

EDITAL

José Alvarez de Souza Coutinho, Chefe de policia comissario de disciplinação de policia no municipio do Cachoeiro de Itapemirim...

AVISO

O sr diretor da directoria da Sociedade de Mantenedoras da Colônia 13 de Maio...

Port. Avizos de Souza Coutinho.

AVISO

Port. Avizos de Souza Coutinho.

CHARADAS

ENIGMA

Um son de um fillo e de um e um fillo / Para que avito meo fillo e de um fillo / E de um fillo e de um fillo...

CHARADA ORIGINAL

Não poder ser suado. / Não podeser ser suado. / Não podeser ser suado...

ANNUNCIOS

24000 por dia e comida

Para a familia da - Serra - na frequencia do - Alagoas - 3 kilometros da Estação...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

Alina fazes todas as vantagens a qualis e colono actual ou futuro...

O CONSTITUCIONAL

EDITAIS

O Doutor Pedro Corvelho de Moraes Jais Municipal desse termo do Cedeiro de Irapuama de Provincia do Espirito Santo por nomeação na forma da lei de...

Faz saber aos que o presente edital vierm ou de la viram noticia que as publicações das applicações tiveram os seguintes despochos: Jorge Nat. de Barros & c. Provas lidas e a result legal.

Antonio José de Alvega Ferraz; item Dominge e José Soares; item Joaquim Maia do Marão; item Paulo Celso da Rocha; prova legal.

Antonio José de Alvega Ferraz; item Henrique Wambley; item Cesar Augusto da Silva; prova ou requerimento legal.

José Maria da Silva; item Antonio José de Alvega Ferraz; item Francisco Rodrigues de Silva; item Castello Moraes Fragoso; item Dr. Elmano M. da Silva; item Dr. Germano Gomes Fimendentes; prova ou requerimento legal e a residência em provincia onde que elle se encontre.

Dr. Bilegno Viana de Castro; item Antonio José Ramos; prova e lida legal.

Hygino Gomes de Azevedo; item Dr. de Brancato Paulo Bonaldi; item Pedro Antonio Charnier; e prova que e cunctas lidas e a result legal.

Dr. André de Almeda; item Dr. José Celedino dos Santos; prova e result legal.

Raizal de Martins; prova que e cunctas lidas e a result legal.

Affonso de Corvelho e Besoula e firma e lida e a result legal e completa e prova e result legal.

Luiz Brito de Espirito Santo; prova que suble e a result legal e a result legal.

José Esteves de Paula; prova e lida legal e a result legal.

Na forma do art. 1.º do Decreto n.º 7 de Outubro de 1882.

Na forma do art. 1.º do Decreto n.º 7 de Outubro de 1882.

Na forma do art. 1.º do Decreto n.º 7 de Outubro de 1882.

Na forma do art. 1.º do Decreto n.º 7 de Outubro de 1882.

Na forma do art. 1.º do Decreto n.º 7 de Outubro de 1882.

Na forma do art. 1.º do Decreto n.º 7 de Outubro de 1882.

Na forma do art. 1.º do Decreto n.º 7 de Outubro de 1882.

Na forma do art. 1.º do Decreto n.º 7 de Outubro de 1882.

Na forma do art. 1.º do Decreto n.º 7 de Outubro de 1882.

Eu João Vieira do Nascimento, escriptario da Commissão do crederi. Cachoiro de Irapuama, 15 de Setembro de 1882. José Alvarez da Souza Corinho.

AVISOS

De ordem da directoria da Sociedade de Beneficencia da Colonia 13 de Maio, convito pelo presente aos sen. prepositarios de terminos deste municipio, e que desmarquem seus proprios, em esta fecha, com todas as especificações que se valem o resultado devendo as mesmas propostas ser apresentadas, a mais anterior, dentro do prazo de 30 dias, que commença a correr de hoje e terminará a 20 de Outubro.

Nessa data, ás 6 horas da tarde, a ser aberta todas as propostas em presença dos promotores, que assignem o comprovar; depois do que se publicará qual a proposta preferida. Secretaria da Sociedade Beneficencia da Colonia 17 de Maio, em 30 de Setembro de 1888.

O R. MANTENHO

Lydia Moreira de Albuquerque

UM POLCO DE TUDO

— Simplesmente vai receber uma conta a qual que lhe devia o Neves, o tal que já morreu.

— Chegado a casa fizemos entrar padre interior, onde o Neves jura laudavelmente.

— Veio mais uma vez pedir-lhe alguma coisa por conta do seu debruto.

— Ha dois annos que o senhor não dá vislento.

— Impassivel Sr. Simplicio Estava pensando emmittido, está a passado emmittido.

— O que o Pais um homem nesses condições passa a fazer como o senhor, que está passando um excellento negocio?

— E verdade. Foi obrigado a matar-lhe.

— Ha dois annos que o senhor não dá vislento.

— Proprietario cético — Molham-se as terras por sua sombra e as grandes ladeiras pelos buracos.

— Na sexta-feira da Paizão.

— Não se lembra mais a mais nesses dias que estão em cima do apertor e como?

— Não li pouca coisa tolo do que? Não sabe que hoje e dia de jejum? Diz a mais repellido. Nosso Senhor vai te castigar. Não.

— Hei! Elle não me viu, porque hoje está morto.

— Todos esses lozores — bem o vieste, Não conseguiria deantar a respeito do me narch a esse lozore de terra. Das ao volver dos olhos tradistado...

— Lala bem que estudado o meu affecto Não conseguiria deantar a respeito do me narch a esse lozore de terra. Das ao volver dos olhos tradistado...

— Meu padre dizia, Olinda Respondendo ao confessor E que se crever a quatro. Mas a nenhum tempo amar.

— E pole enganar a todos Bem que seco, lhe cause abito Ali, sempre, inda no ceito Gomo dos Aquem do Filho.

— Não, confessa torpeza. Lhe dá o lido, impactante. Ha mais um que foi a Londres E outro que está doente...

— Se assim vai lhe torna o padre Era mais breve dizer. Nemora e tod o o vizeo. E tá todos que estão para morrer.

ANNUNCIOS

2\$000 por dia e comida

Para a fazenda da — Serra — a 3 leguas da — Alegre — 3 kilometros da Estação, pertencente a viva e orphão de Manoel Ribeiro de Paiva, creanças e de trabalhos, que quer tirar apanhar etc.

Pagose aquella quantia a qual que apagar 6 alqueires, o crecente se indmittará a mesma proposta.

Atenta faces todas as vantagens a qualquer colono nacional ou estrangeiro que queira alisar de, de tempo e com o estipulado nos privilegios officiaes para introdução de immigrants, que quer estabelecer officios para progredida de colonização, quer pelas vantagens offerecidas em S. Paulo, que em Minas e residente de folhetos impressos officiaes e abaixo assignado reputa de real saber para actualidade de um estabelecimento crente desde da lei de 13 de Maio.

Pasuada da Serra, 5 de Outubro de 1888. — José Theodoro Ribeiro de Paiva.

Herdeiros de Vicente Luiz da Silva.

São convocados todos os herdeiros de Vicente Luiz da Silva, que congeneria no abito assignado de ser promotor de a assumo, no inventario do finado a vir receber seus formos de partilhas.

O finado a vir receber seus formos de partilhas.

Naquelle estado em poder da inventariante D. Anna Maria de Amor Divino e Silva, que não pode continuar a responsabilidade por elles, sendo o prazo de 15 dias a contar da publicação deste.

O dito abaixo assignado na qual que publica esta declaração, da por que ha muito achava o inventario esboçado, ja por que a dita D. Anna pelo seu estado veludissimo, não pode tomar conta dos bens sem ventura, em conservação dependa cuidado superior em foras daquela suprida sentença, que eis sentença, por cumprimento de saute restitua de conta de Moraes.

Cachoiro, 30 de Setembro de 1888. João Vasco Cabral Filho.

Continuação da lista dos subscritores do obito de credito em favor da viva e fillos do Deceombargador Duarte.

Agostinho Ayres de Silva... 5.000 Antonio J. Gonçalves... 5.000 Wan Leppe... 5.000 J. A. de Sousa Corinho... 5.000 Nominato P. da Silva... 5.000 Uma anuoniam... 5.000 M. J. Ferreira da Carvalho... 4.000 Viriato P. de Sousa Werneck... 3.000 Joaquim Pereira Pennello... 1.000 Antonio M. Desmi Torresano... 1.000 Arthur N. da Silva... 5.000 Um anuoniam... 3.000 João F. de Araripe... 2.000 Annana P. de Almeida... 2.000

Quantia publicada... 123.000 Total... 173.000

O BACHAROL. JOSÉ ANTONIO GOMBO HAVALLA.

MUITA ATENÇÃO. ATENÇÃO! ATENÇÃO!

Luiz Antonio Corcho, chama a attenção dos seus naturaes freguezes para o SEU NOVO E VARIADO SORTIMENTO de fazendas, roupas feitas, ornamentos, que tudo sendo por precissimo realidades, de modo, que não se podem privar de BOAS ROUPAS, PANNOS excellentes, MUBINS, PLANELLAS, CASERMIHAS, ALGODÕES, CHARLES DE LA E CASMIHRA E CALÇAPÓS.

A sua attenção de GANHAR POLCO PARA VENDER MUITO.

PHARMACIA OURO-PRETANA DOS PHARMACEUTICOS Julio Cesar Monteiro Nogueira da Gama José Joaquim Vieira da Rocha

Neste estabelecimento clinico pharmaceutico, montado a bem satisfazer qualquer prescrição medica, encontram-se todos os preparadros nacionaes e estrangeiros. Garantimos a pureza dos medicamentos de nossa pharmacia, assim como a promptidão e modicidade nos preços.

N. B. — Não vendemos substancias toxicas sem prescriptio medica. S. PEDRO DE ALCANTARA DE ITHAHOANA. (2-10)







O CONSTITUCIONAL

4

AVISOS

Appello á caridade publica

A directoria da Sociedade Mactense de Beneficencia publica...

Espera a mesma directoria que se apanhe...

Cachoeiro, 5 de Novembro de 1888.

Auxilio á Colonia Orphanologica

Rogo á todas as pessoas, que me dispuserem...

Cachoeiro, 5 de Novembro de 1888.

Pinto Carvalho de Moraes.

SOCIEDADE M. DA C. 13 DE MAIO

Tudo a directoria desta sociedade resolveu transferir...

Secretaria da Sociedade Mactense da C. 13 de Maio...

13 de Novembro de 1888.

LEDO MARIANO ALBUQUERQUE

Sociedade benfiteante dos dez mil

O bacharel, José A. Coelho Ramalho, encarregado de agenciar...

Se não possivel a unica sociedade em que se gannha...

Colonia Orphanologica

De ordem da directoria fazo publico que em sessao de 1 de Outubro...

VILLA

1.º Convocado

D. Anna Silveira de Souza, D. Joana Paula das Dóres...

2.º Convocado

Dr. José Alves de Sousa Coutinho, Dr. Eugenio Pires d'Amorim...

Benvenuto Horra de Araujo, Dr. Antonio Gomes Aguiar...

Comendado Domingos Vicente Gurgelives de Sousa...

ALGAR

Vicente de Aguiar Paiva, Luiz Arvides Nicastro...

CATALAO

José Joaquim da Fonseca, Augusto Augusto de Moraes...

ITABOANA

Nominato Ferreira da Silva, Dr. Jozé Baptista Monteiro de Miranda Ribeiro...

MUQUI

Coronel José Platinheiro de Souza Werneck, Antonio Carlos de Miranda Jordao...

CARTELLO

Carlos Augusto d'Assumpcao, Antonio José Goncalves...

VILLA DE ITAPERANGIM

Vicente José Nogueira, Vigario Giuseppe Gilotti...

Ernesto Meado Junior.

Lylio Mariano d'Albuquerque.

EDITAIS

EDITAL

De ordem do Dr. Juiz de Orphanocidio se faz publico...

Joaquim Jorge de Silva Quintana

ANUNCIOS

PHARMACIA OURO-PRETANA

PHARMACEUTICOS Julio Cesar Monteiro Nogueira da Gama e José Joaquim Vieira da Rocha

Neste estabelecimento clinico pharmaceutico, montado a lem scilicet qualquer prescricao medica...

N. B. - Não vendemos substancias toxicas sem prescricao medica...

HOTEL FANZERES 42 RUA MUNICIPAL 42 ITAPEMIRIM

BARBEIRO E CABELLEIREIRO AMARO GONCALVES

TABLELA (NA OFFICINA) (PORA DA OFFICINA) Pentear o cabelo, Aparar a barba, Fazer a ...

CACHEIRO DE ITAPERANGIM

BACALARA J. VASCO GABRAL FILHO AVOGADO Rua 25 de Março

PRECISA-SE de uma boa conferencia pagase 500-000 por cada de estavel...

LEGIVEL



O CONSTITUCIONAL

2

**Contrato para cultura agrícola.** — No nosso numero de hoje damos publicamente a forma que nos parece mais proficua de contratos entre colheitas e proprietarios agricolas (fazendeiros).

No intuito de proporcionar para que a lavoura possa auferir lucros de seus produtos, terrenos e colheitas, bem como que segun igualmente repartidos e acionados o direito de immigrar, ou lido, obtemos a formula que julgamos mais legal. Encontramos, pois, as interessadas e lido, em lugar competente a falta de bases claras e precisas em 24 artigos.

**Alfred Krupp.** — O sr. J. George Dupont, representante da colônia fabrica das manganês do Sr. Alfred Krupp de morter, sem agonia.

O nosso chef., o Sr. Alfred Krupp acaba de morrer, sem agonia.

Esta noticia foi transmittida pelo telegrapho que nos liga a velle Europa, deve ter sido grande impressão no mundo industrial, porque o nome de Krupp era achado ligado aos mais nobres e comprehensivos da sciencia e das artes.

Krupp é um dos individualistas mais salubres do mundo. Nas suas ideias e fortunas as mactas; no trabalho e brio e honestidade o modelo da industria. Nunca operou, e lido, em dez vezes mil milhões.

A vida de Alfred Krupp é o que fustigava; assimillado a um desseo contínuo que se manifestava em todas as coisas e em todos os actos de sua vida, como se fosse um fio de seda que se estendesse de um extremo a outro.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

AGRICULTURA

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

SÃO JERÓNIMOS

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.

SÃO JERÓNIMOS

De infancia a velhice, Krupp não se desviou de seu trabalho, e lido, em dez vezes mil milhões.



Augmento de consumo 60 %.  
 Huije em dia o consumo das cinco primeiras mencionadas é de mais 26 % que em 1878, elevando-se, portanto, a 86 %, o augmento demonstrado na tabela.  
 O consumo total em 1881 foi de 414,578 toneladas, contra 294,483 em 1855.

(Continúa)

NOTICIARIO

**Assassinato.** — Cartas recollidas de Habapputa nos dão a tristissima noticia de haver sido assassinado por escravos o nosso infeliz amigo capta Antonio Gomes da Silveira e Souza de ter sido fofido gravissimo na mesma occasião o Sr. Manoel Gomes da Silveira e Souza.

Os assassinos chamam-se Dionisio e Clemente e ainda não puderam ser presos.  
 Sabido e assensado e estimado que aquellos seus escravos achavam-se em um quintal próximo a fazenda da Boa Esperança, dirigiram-se para o matto com o fim de prendel-os, inda aquelle com um guarda-chuva, e d'usmarraes, um levando uma espingarda e outro com uma garuchua, ambos vestidos com um manto tempo carregados, acompanhados por um escravo encarregado que ia metter o fuzil no quintal.

Al' chegando, recusando-se os escravos a entregarem-o, o Sr. Manoel Gomes da Silveira e Souza tomou a espingarda do camarada e deu um tiro para o lado julgando servir para amedrontal-os; elles, porém, travaram armados de fuzes.

O camarada que ficara sem a espingarda fugio; e que estava com a garuchua, desfez-se contra os assassinos mas fallou fogo e trabou fugio.

O Sr. Manoel Gomes, gravemente ferido, cahio e fugio-se morto. O infeliz capitão Antonio Gomes só se desarmou de fuzes por alguma tempo como o chapéo de sol, mas foi afinal victima, tendo sido seu cadaver encontrado todo humido e com o cranio esmagalhado de dois golpes de foice.

Accrescenta o nosso informante:

« Assim accia um peffico lavrador, homem indifferente, levando a sua mulher disse que até não chegara que se entregasse os escravos, nem mesmo quando occorreu, ante-tanto, ella chorava e supplicava que que estivesse em casa (e não se ouvia os gritos no meio do conflicto) que fossem acudir a sua marido, e não se deu conta do que se passava ».

**Ceridões.** — Conta-se que ha muitos annos que no dia 19, quando correm diversos cavallos da que o lupagem.

**Recallio e roubo.** — Escravos de Habapputa que no dia 1º do corrente foi incumbido a collida e a captiva da fazenda da Prata do proprietario da vivia e heredeiro do fidei commisso—coronel Manoel Gomes da Silveira e Souza.

Este attentado foi commettido pelos mesmos escravos autores do barbaro assassinato a que acabamos de nos referir

**o Bostello do Real.** — (Quilómetros o seu 3º anno de existencia este noticioso e bom jornal da cidade da Biggema, Minas.)  
 Regozijemo-nos com o collegio por mais e sua victoria para impugnação do paiz.

**Avanços.** — Recobemos pela primeira vez *O Inculcador de Rituais* e *As suas litteras* realdas agradecidas e promettemos corresponder com a nossa visita.

**Phenomeno.** — Diz a *Tribuna do Norte*:

A 12º principio da semana que findou, em casa do Sr. José Pedro Carmona, appareceu um interessante phenomeno.

Uma cabra deia a luz, não podendo dizer se a em a dois cabritinhos, porque as partes pastelares não deo dous individuos perfectamente desenvolvidos, mas legados por um só osso e tendo uma cabeça e com um só thorax de cuja extremidade partem os dous corpos com dous ventres distinctos e bem organizados.

Tem dois pernas, sendo as duas em cada uma das partes posteriores do osso: duas na parte anterior, na posição natural, e duas partindo das duas espaldas, e voltadas para cima.

O monstro tinha communs os orgaos reproductivos, o estomago e a esphingia, e o duplo dos digestivos e genitales.

A cabeça, que é de tamanho natural, apresenta o fuzilto regularmente desenvolvido, mas a parte posterior apresenta duas pequenas orelhas como as que nos uma cavidade, onde existe um olho relativamente grande.

**Machos vo engal.** — Lá se na *Provincia de S. Paulo*:

« Estamem um maré de novidades astronómicas.

O illustado cavalheiro Sr. G. N. Morton, veio honrar a nossa escriptura e nos fez notar o apparecimento que se chama *Mancha no sol*.

Ha effectivamente sobre o disco do sol, do lado do sul o preto do perimetro, uma grande mancha preta, distinctamente visivel e com a completa nitidez de um buraco. Quando o sol está perto do horizonte aquella mancha, que é uma lacuna ou brecha na atmosphera de sol, segundo o espirito recente, pode ser vista a olho nu.

Durante o dia, quando o sol está mais alto no céu, o phenomeno só pode ser observado com um vidro enfumado.

Alem da grande mancha nitidamente appareavel, vian-se honrentes e fadas mais dás, porém com difficuldade.

A visibilidade daquela mancha pode durar ainda por uns 10 ou 12 dias, calculado-se com as condições da rotaçáo do sol.

**NOTICIAS DIVERSAS**  
 — O Sr. Antonio Lopes de Mendonça distincto viajante portuguez tentou explorar o Amazonas, tem o intuito de ali depurar com alguma coisa nova, que possa augmentar os subsidios das descobertas.

— A assembleia provincial do Pará foi appropada pelo povo por

causa da discussáo havia sobre a eguissáo de uma linha de bondes para a capital.

— A constituição da Portugal ve-se reformada na proiza remittido das camaras.

— Arabi, revolucionario do Egipto, que está sendo processado ve-se defendido por advogados inglezes.

« Os seus inimigos foram os de sua nacionalidade! »

Consta que Arabi tem pupéis commoventes da má fé do salto.

— O Imperador da China adm de obstar a continuacáo da secção que deslova o seu castelo impoerito foz-se seu melhor occhio no templo do Deus das chaves e nevoas.

A um chegou a commoção a entrar uma chuva abominável e feroz.

Servirá para o Ceará?

« Nos Pocos de Caldas houve um tempo de terra, que muito se deslocou os seus habitantes, sem dás ter-se a lamentar.

— O rei da Sécia soffeu um attentado contra a sua existencia. O assassino disparou-lhe um tiro de pistola á poucos passos de distancia.

A balala o attingiu e feriu-se. Não é de caracter politico essa tentativa.

— Fallou o bey de Tunis.

EXTERIOR

Correspondencia europea.

Paris, sado 2 de Setembro de 1880.

A França paga suas dividas aos honrosos illustres que trabalharam para a gloria, e o engrandecimento do seu paiz.

Hoje inauguram-se duas estacoes. Outra ou bronze, e o mar-mar, eram o appaio dos conquistadores da guerra, hoje, collocam os conquistadores da paz.

E' justo. As conquistas pacificas são as unicas verdadeiramente duradouras.

A memoria de Moliers ha de ser recebido á memoria do Luiz XIV. Isto porém não justifica de modo algum a municipalidade de Gien que derribou do seu pedestal a estatua de Real e estatu de Louis XIV.

A historia, é sempre a historia. Mas que commoção a mesma semana, duas occasias seguidas a duas cidades modestas, e a estatua do orgulloso monarcha derribada!

Hoje no Loiret, Chastillon-sur-Loire e mais Beaugency em Artois, foi acollida Lakanal.

No estado de no meio da antiguidade a gloria de honrosos illustres, Lakanal que foi antes o primeiro propagador do ensino fidei e Bouquier que engracou a sciencia e a industria, com imprecisões descobertas.

A respeito da estatua de Luiz XIV, abita de por ordem do comissario municipal de Caen, consta que o Sr. Delafosse deputado de Caen vai dirigir uma interpellacáo ao governo.

De Russia chegam-nos cerca de cinco mil jnduz expulso pelo movimento anarchico. Uma commissão philantropica e presidida pelo barão de Rothchild occupam

se seriamente destes pobres proscripções. Mas uma vez (como disse Jefferson) a França, é a patria daquelle que não tem mais patria.

O barão Marquis de Hirsch mandou distribuir a quantia de um milhão, a dez mil emigrados israelitas expulsos da Russia.

O Sr. Maniz o eminente director das bellas-arts acabou de receber um singular pedido. Trata-se nem mais nem menos da descoberta de thesouros consideraveis enterrados nas catacumbas do S. Denis.

Depois de langas conferencias o director das bellas-arts acabou por aquiescer ao pedido. E' a Sr. X, muito versada na historia da lingua de media, e em archologia, que dirige esta singularissima exploracáo.

« Ella pretende ter um meio seguro para descobrir as minas de ouro, e prata, sem contar as pedras preciosas, e os thesouros escondidos nos subterraneos da basilica dos reis de França por occasião da revolução de 89 ».

O Sr. Maniz autorizando as escavações encarregou o director dos domínios publicos, e os archaelogos da cidade, para examinar e legar em que devem ser praticados. Talla os trabalhos correm por conta da Sr. X, que depositou como cangão uma certa somma na testamentaria.

As escavações já commogaram; a Sr. X, munda do um instrumento de castella, para examinar um pequeno tubo, que encerra uma substancia qualquer, dirige em pesadas e tristes.

Este instrumento segundo diz a Sr. X, inclina-se por si mesmo para a logar onde se acha o ouro, e a prata. E' juncto do subterraneo das sepulturas, e nos que se encontram estes trabalhos.

O princip. Halim, filho do Haliim Pacha, tio do vice-rei do Egipto, e presidente do Kaidado, acaba de chegar a Paris encarregado de uma missáo diplomatica. O primeiro logar onde se achou o ouro, e a prata. E' juncto do subterraneo das sepulturas, e nos que se encontram estes trabalhos.

De diferentes pontos do globo annunciam ao observatorio de Paris a apparecáo de alguns cometas que passam perto do sol actualmente.

Os espiritos apprehensivos podem ficar tranquillizados quando nos effeitos mechânicos que poderiam resultar do choque desses astros de calibrela contra a terra.

O almirante Mouchez, e os Srs. Faye, Flammarion, Viot, e outros eminentes astrónomos, affirmam que a materia de um cometa se desloca ásvessas mais facilmente pela terra, do que uma tona de arachide, ou uma espingarda.

Ontano insuccessivamente lhamos para resoltar para nós, sena a intelligencia de uma materia extranha á nossa atmosphera, que poderia exercer no nosso orgaonismo uma influencia deleterea de Haulem o Sr. Flammarion recebeu diversos telegrammas da Espanha, e de sciencia de Bouquier em Artois, annunciando que um cometa era visivel no dia 19 de Setembro do dia. De seu commoção de Belim annunciando que a cometa de 1812, que havia sido assignalado no Rio de Janeiro, era visível em Barlim.

Até agora, ainda não se descobriu fogos visito em Paris. Esses dous vagabundos são desprochados no observatorio apoz diz a mi-

**ORGÃO DO PARTIDO CONSERVADOR**  
**PUBLICAÇÃO BI-SEMANAL**

Anno IV      Espírito-Santo-Cachoeira de Itapemirim, Quinta-Feira 19 de Setembro de 1889      Nº 175

**O CONSTITUCIONAL**

**NECESSIDADES LOCAES**

Deixemos por momento de parte as considerações theoricas e nos demos de assumptos da interesse pratico para a nossa Municipio.

Uma coisa das varias que ja se vem fazendo sentir.

A difficuldade da mesma communicacao, tão representada na ilha, levou desamparada. Emquanto um trafego uma pequena via ferrata, a qual si não presta toda a utilidade que nos poderia proporcionar, contanto de alguma vantagem para nós. Outras duas vias ferratas—esta tambem em via de construcção e ambas nos ligariam nos mais importantes centros commerciaes e exportadores e bem assim alargarão o circulo das nossas relações commerciaes, que serão realizadas com maior rapidez e prozecto do que o são actualmente.

Ha, portanto de um importantissimo elemento, que é real de todo um factor poderoso para o progresso de uma localidade, o telegrapho.

Emfim, tudo quanto apresentamos nos lida a crer que uma boa de progresso e prosperidade não está prejudicada.

Compra agora aos preços publicos e nos periodicos, avaliados esse movimento.

E preciso bem essencialmente, procurar saber que são as nossas necessidades mais urgentes, syndicar por todos os meios que as mais importantes e seja satisfeitas o mais pelo mais tempo ser realisadas.

Em nossa opinião do numero das que cabem proprio antes de estabelecer-se a obra do maior desenvolvimento a corrente legislativa para o nosso Municipio.

Sendo a lavoura o nosso principal elemento de riqueza e lucrativa ella com grande difficuldade por falta de braços, que a pouco mantemos nuns, sempre nos poucos publicos, ja que

inflamemto entre nós ainda não se pôde considerar uma Associação Promotora da Immigration, e semelhante de muitas creadas em diferentes pontos do Imperio, cuidar de fazer embelezar para os nossos campos o maior numero possível de immigrants.

Si finalmente 19 de Março, presidente do Conselho João Alfredo, de alguma sorte em tal objecto assumpto, resolveu não só a communicação de terras, que está destinada a prestar nos relevantes serviços a bom assim embelezando a introdução de immigrants entre nós, contanto por ora mais nos nos tem sido os resultados que temos rubricado. Temos feiras e dos mais importantes, nos pontos de S. João do Colégio e S. Pedro de Indaiana, que ainda não possuem um administrador estrangeiro.

A zona do Castello que fu aquella para onde se dirigiram quasi todos aquellos que aqui elegeram residência, nos dias dos primeiros dias deste anno ainda não se pôde considerar bem servida de pessoal; porquanto ha sido a maioria das animadas lutas com grandes difficuldades para manterem e tratarem as suas lavouras.

As zonas de Alegre e do Espirito Santo, e de outros importantes, e, assim tambem, podemos dizer, que não recebem immigrants, porque aquelles que nelles se achão, estabelecidos são em tão pequeno numero, que não podem fazer a menor ideia das necessidades da lavoura nellas existentes.

Emfim para darmos todo o apoio a nossa politica resumimos com toda a seriedade que nos instructivo foi o numero de immigrants, que recebem o nosso Municipio de 1888 até hoje, sendo que elles muita poucos resultados nos puleiro. Evidente, portanto, que a politica de politica, que se estabeleceu ainda não obtiveram seus elementares resultados para se succederem.

Ha, portanto, a necessidade de se estabelecer de novo assumpto, que muito concordam com o nosso Plano, pelo que se multiplicou e em algumas localidades, e a estabelecerem ainda não obtiveram seus elementares resultados para se succederem.

Si o actual estado da economia do nosso centro de producção, animamos

todos os ramos que alimentam, como hoje, as suas alicias, o duplo soffrimento que não digamos de soffrir duas coisas: gran lavoura e mae e a liberdade!

A policia de Bonoparte e Murat prosegueram em via o aucto e o livro. O autor tinha por titulo o titulo de todos os pontos de lavoura e de todos os liberas da Europa, o livro tinha por escriptura o titulo de todas as maez como não do aucto e se corrigiu e providenciado para nos identificar com os seus maxims.

Das outras duas volumes que haviam escripto, um era sobre a Virginia do Bonaparte de Saint-Berrey, esse manual do anno seguinte. A isto que parece muito proprio da infancia do nosso arruado a historia do collyre, e a respeito de lavoura e commercio para applicação de dezessete annos.

do e apresentamos das alicias economicas, pelo systema de lavoura vantajosa adoptada, contanto não deva o governo por forma alguma abandonar a esse systema de povoamento do nosso solo e desaproveitamento das suas riquezas.

A sua missão a tal respeito deve ser favor mais do duplo: restar a fomentar a criação de novos auctores, a qual é de alguma vantagem de nos organizados, do trabalho nos agricultores, fornecendo aos agricultores todos os meios de conhecimento e sustentação.

**Reforma policial**

Nos jornas da corte lemos que se se está a reformar o serviço policial da Capital do Imperio, que é realmente deficiente.

Repetimos nos dias de antigão do Imperio, que depois da abolição do Imperio, por isso o sistema que se reformar, estabeleça uma medida geral que se applicar a toda o país.

A boa da policia e para melhor garantia dos cidadãos não basta a criação de forças de policia de policia, e se os exercitos que nos heramos formados, mas que já em tempo de guerra, assim como accozos aos seus pontos, mas que se não servem para a manutenção do estado para a policia. Convey mais a lavoura melhor organizada a nossa policia, tornando uma verdadeira realidade, que não se possa o exercito se delicias.

De mesma maneira devemos lembrar mais a marcha dos processos criminaes, dando ao maior amplitude nos aquartellos de serço que possam elle logo servir para detornar a pronuncia dos auctores ou outros delictos. Qualquer recurso de modo que se termine de uma vez para sempre esse assumpto que nos observamos e que tanto estorvamos para os publicos. Incomprehensivel de fazer e a realidade publica insubordinada acerca do facto delictivo ainda por pouco de aucto do promotor publico para a firmada da culpa e consequente pronuncia do aucto. A reforma da policia de 1871, que fu promulgada

O outro era um volume de Tactico politica, em que se discutia a possibilidade de da historia, inspirando, portanto, que a comprehensão, o horror de tyrannia.

Esses tres livros, por singular acaso, correspondiam aos tres constituições que foram outas, por prescripto, não vibrar no nosso alma juvenis e amor, e outros assumpto de lavoura e de todos os pontos de lavoura e de todos os liberas da Europa, o livro tinha por escriptura o titulo de todas as maez como não do aucto e se corrigiu e providenciado para nos identificar com os seus maxims.

Das outras duas volumes que haviam escripto, um era sobre a Virginia do Bonaparte de Saint-Berrey, esse manual do anno seguinte. A isto que parece muito proprio da infancia do nosso arruado a historia do collyre, e a respeito de lavoura e commercio para applicação de dezessete annos.

Limpos alto, ora admiramos, ora choramos, ora passamos interrogamos a lavoura por lances silenciosos, por alicias humilhadas, que se não o commettimento irreparavel das nossas impressões, commettimentos que o vento

com fim nobre justo qual o de austeridade e mais passivos os cidadãos contra as violencias das autoridades principaes, nos policias, tem a necessidade de ser restituido em um ponto mais exacto quanto a parte criminal.

Os nossos legisladores devem ter muito em vista no confundimento qual que em as condições da lavoura e para não só a lavoura mas na capital do Imperio e a das provincias adjacentes.

Em materia criminal, sobretudo, assumpto que tanto interessa a todos os publicos, convem muito abreviar muitos termos do nosso processo, dar mais auctoridade as autoridades sem offensa dos direitos dos cidadãos e bem assim facilitar a policia ao seu verdadeiro papel, sendo esta preferivel que ella não inste processos, em entes que lhes sejam committido o cumprimento de processos, isto é, aquelles que se não a lavoura seja em um tempo de prazo ou multa até com mil reis.

**NOTICIARIO**

**Furto de animas**

Na noite de 15 de corrente capturo o delegado de policia, Luiz da Matta Coutinho e Silva em dos individuos auctores de furto de animas nesta terra. Tendo elle sido visto que se não a lavoura e para não só a lavoura mas na capital do Imperio e a das provincias adjacentes.

O processo chama-se João Pedro de Souza e no dia 17 fu interrogado pelo Dr. Jozé Municipal.

Do seu interrogatorio declarou ser negociante de animas e que veio do Arruado da Felicia, Municipio de Campos com destino a Viçosa, trazendo consigo muitas animas para negociar tendo fido muitas bezegas em caminho, d'aquele arruado até a Villa, havendo passado pelo Bon Jesus de Itapemirim, Caldeão e Alegre. Disse por ultimo que fezendo suas bezegas com animas do tipo de Africas até ao ano de 1886 por que annos tinham fido muitas bezegas por aquelles animas.

O delegado de policia Luiz da Matta Coutinho, já terminou o inquerito que

**IV**

Não, pelo imaginario collocações nos assumptos reais ou ficticias da vida, que o historiar nos desreve.

Convolvamos um filal de amor de da cidade, da villa, do campo, da villa publica, da realidade ou do ficção.

Convolvamos-nos em combinar as grandes circumstancias de um arruado de lavoura e de todos os pontos de lavoura e de todos os liberas da Europa, o livro tinha por escriptura o titulo de todas as maez como não do aucto e se corrigiu e providenciado para nos identificar com os seus maxims.

**FOLHETIM**

**GRAZIELLA**

por

A. M. Luiz Prat de Lamartine

**LIVRO SEGUNDO**

**II**

O duplo escripto-não, allusivo pelo duplo fim do amante e do occulto amante, uma das de O amor fura, cujo accozos demando furos para um homem sensível e generoso e a realidade, por lances silenciosos, por alicias humilhadas, que se não o commettimento irreparavel das nossas impressões, commettimentos que o vento



# COLLABORADOR

**Assignaturas**  
 Sem poste  
 Por anno ..... 10\$000  
 Por semestre ..... 6\$000  
**LINHAS DE ANUNCIOS**  
 Aos assignantes ..... 60 reis  
 Aos não assignantes ..... 100 "  
**PAGAMENTOS ADIANTADOS**

**Órgão imparcial.—Colunas francas a todas as intelligencias**  
**Redactor e proprietario, João de Loyola e Silva**  
**COLLABORADORES DIVERSOS**  
 PUBLICA-SE AOS DOMINGOS

**Assignaturas**  
 Com poste  
 Por anno ..... 11\$000  
 Por semestre ..... 6\$500  
**AVIZOS E AVISOS** 500 reis  
 Publicações a pedido, o que se convenienciar.  
**PAGAMENTOS ADIANTADOS**

**ANNO VIII** | **Cachoeira de Itapetininga, 17 de Maio de 1885** | **N. 20**

## CALENDRARIO

- Mato 31 dias**
- 17 Domingo — S. Protonio
  - 18 Segunda-feira — S. Venancio
  - 19 Terça-feira — S. Ivo
  - 20 Quarta-feira — S. Bernardino
  - 21 Quinta-feira — (Cres.) S. Manués
  - 22 Sexta-feira — S. Antonio
  - 23 Sabado — S. Justino

## BOLETIM DE NOTICIAS

**Decreto presidencial.** — Foi pelo dia dezeis da manhã da data 22 de Abril que s. ex. o sr. dr. Luizardo Pereira, presidente desta provincia, pediu para visitar as parochias do interior do nosso municipio.

Faziam parte da comitiva de s. ex. o dr. Passanha Povea, inspector geral da instrucção publica na provincia, ten. Leão Rangel, ajudante de ordens, dr. Calheiros de Mello, promotor publico da comarca de Itapetininga, dr. Gil Gonzalez e Francisco Aurelio Corte In-

## FOLHETIM 40

### LYSANDRO

ou  
**As duas heroínas**  
 Soneto da vida familiar de Maria  
**ROMANCE BRAZILEIRO**  
 POR  
**Luiz Maria Vidal**  
 SEGUNDA PARTE  
 ALEXANDRE CAMARGA  
 XI. — TRANZITO

O leão cahira: mas não tardaria a levantar-se e investir mais ferozmente.

Chiquinho fora vencido pela influencia de sua filha e pela inconsciente prova do perigo que ella lhe apresentava: usava instante solenne que decidia de sua felicidade de accordo com sua mãe.

A alegria de Dervina foi immensa.

Depois que deixou seus pais, correu a abraçar suas irmãs, mas o seu jubilo foi transtornado pelo triste accidente de seu irmão Micio.

parial, presidente a secretario da Câmara Municipal desta villa.

Atravessando as lavouças da fazenda do Monte Christo, chegaram pelo meio dia 4 fazendeiros, cujo convidado s. ex. aappareceram-lhe um delirante luncho acerto por s. ex. o por seus companheiros.

A's duas horas seguiram todos acompanhados pelo sr. alif. Ferreira, em direccão ao valle do Rio Maqui do Norte que atravessava sobre uma solidia ponte de 124 picos de extenção construida pela municipalidade.

Tomando a estrada que segue o valle do rio Sumbidoiro, cujo foz se acha proxima daquela ponte, transportam os excursionistas a terra proxima da fazenda de Jafreia e uma ponte artificial de pedra e terra, novas Formigas sob encurvas desfiladeiros de pedras altitudinas ouvir-se-ia aqui um punhado de hommas anuquilar os maiores exccosões, e logo no planalto povoaeram na importante fazenda de café denominada S. Theresza propriedade do sr. tra. cor. José Pinheiro de Souza Wernck, veneravel ancão que tem de elegia popular, e ainda uti-

lamente foi membro da Assemblia Legislativa Provincial. Ahi além da illustre familia Wernck achavam-se tambem esperando s. ex. o capm. Luiz C. de Miranda Jordão, vereador da Câmara Municipal e seu digno irmão o ten. Antonio C. de Miranda Jordão e Mariano José Goulho Filho intelligentes lavradores estabelecidos nos arredores da fazenda S. Theresza.

A recepção e agasalho feitos pela familia Wernck foram condignos nos illustres viajantes, todavia mencionam que o ten. cor. Wernck continua ser um verdadeiro atchê no modo poro agasalha a todos que procuram sua generosa hospitalidade.

Pela manhã do dia 23, agosto s. ex. acompanhado pelos irmãos Miranda Jordão, ten. Octavio P. de Souza Wernck e Viriato P. de Souza Wernck em direccão á freguesia de Itapetininga, atravessando as fazendas do sr. Octavio Wernck e Antonio Gaudilo Hordriges dos Santos, onde appos-se por alguns momentos, seguindo depois acompanhado ainda por este ultimo.

Tomaram a nova estrada feita através da guerra de S. Martha onde se encontra a fazenda do mesmo nome, importante estabelecimento agrícola, propriedade do

traz em sua nova existencia de fidelidade.

Logo seccion completamente a agitação.

Instantes depois misturava seus sorrisos e estrepasas com os de Adelaide e de Dervina que estavam juntas do seu leito.

Voltoes, porém, no major Chiquinho.

— Este infeliz pai, tendo entregue a Manóia a carta de Joseph, foi encerrado no seu gabinete, e ahi sómente couzou a discorreer suas ideias mesmo veneravelm. — Manóia... Ambos vão as mais a nossa familia, cujo entradi em milha casa logou-se a desesocceço, e veio anuquilar as mais bellas aspirações... que encendei para meus filhos... Mas que digo? Não devo a esse rapaz a vida de milha esposa... meu irmão Billa, e a immensidade de meu nome... Pareço ser-lhe ingrato... Ah! diabinho, diabinho! Desgraciado de todos que somente olham para si e não letram a virtude que encobrem nos inefficazes impulsos da gratidão. Tentei eu então as realidades factíveis-lho sugeri o mais encontrar divergentes, e ahi não foi a sentença da morte de meu filho... Ah! de nós, mais de familia... Tui aspirações, é a nossa missão... Sim, ali está tambem soffrindo muito. A sua impudencia e irreverencia arancam-

capitalista Antonio Ferreira da Silva. Apos curta demora Pereira da Silva, onde foram recebidos pelo respectivo proprietario e seu genro Misael Ferreira de Almeida, negociante na capital do Imperio, accionista da Mimosa onde o cidadão Gabriel Ferreira da Silva, um dos mais importantes fazendeiros e capitalistas do Itapetininga já esperava s. ex. com um feugal alimoço, que foi servido ao meio dia.

Esta importante fazenda pertencera outrora ao fidalgo capm. Pedro Ferreira da Silva e hoje á seus dois unicos filhos Antão e Gabriel Ferreira da Silva, dista de Cachoeira 9 legoas e é um ponto obrigatorio das estradas que se dirigem da fazenda do Itapetininga para a villa de Cachoeira. Terminado o almoço, encorporaram-se comitiva aos sr. Gabriel Ferreira da Silva e Nominato Ferreira da Silva, outro importante fazendeiro da freguesia do Itapetininga, o chegaram todos pelas 4 horas da tarde a fazenda — Independencia — propriedade dos sr. Castanheira e Gastão, onde s. ex. examinou com todo interesse o maquinario da Usina de beneficiar café que é dos mais perfeccidos e completos fornecidos pela usina dos sr. Luizgewerl. São socios desta

lhes muitas legrimas. Sim, todo filho do Rio deve ouvir odoce e cocorodar com seus pais... Agora está feliz... Sejam felizes, e a provincia nos dozelego do espirito.

Quando o deventurado pai assim discorreer omisso, Lyrio entrou na sala e clamou por elle.

Chiquinho appareceu-se e leou na phisionomia do moço certo descontentamento.

— Lyrio, tu, venha saber de ven. o que está resuvido a respeito do contrato que me propoz.

Lyrio já estava informado de tudo que occorreu em casa de Chiquinho, e respondeu da vida de Dervina em casa de Jullio, já tambem na boca de todos da familia.

— Lyrio, é com o maior pezar que te communico que a cousa decidida nos senhores presenciosos. A mesma idéja que...

— Eu sempre o espero... Dervina que casava-se com o filho de Jullio que formosa se ha portado... Está com isto na cabeça, ha tres annos... Assim me disseram. Meu tio, tanto o muito, mas, no mesmo tempo, me congratou com isso, pois me informara dos obsequios que Lysandro nos fez a familia... A grande affeição que Dervina voltava-lhe, quando me encontrei seis annos á elle... Mas, tu, pois, me assegura de o contrato nos fomos da familia.





